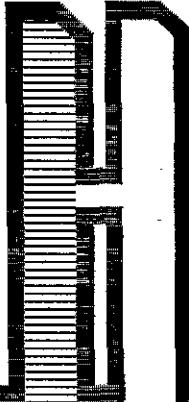




DIÁRIO



República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XXXIX — Nº 031

CAPITAL FEDERAL

QUINTA-FEIRA, 19 DE ABRIL DE 1984

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 42^a SESSÃO, EM 18 DE ABRIL DE 1984

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Pareceres encaminhados à Mesa

1.2.2 — Comunicações da Presidência

— Recebimento das Mensagens nºs 68 a 73/84 (nºs 107 a 112/84, na origem), para que os Governos dos Estados do Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e as Prefeituras Municipais de Mambai-GO e de São Paulo, possam realizar operações de crédito, para os fins que especificam.

— Arquivamento do Projeto de Lei da Câmara nº 134/82 (nº 1.562/79, na Casa de origem), por ter recebido pareceres contrários, quanto ao mérito, das comissões a que foi distribuído.

— Referente ao tempo destinado aos oradores do Expediente da sessão de segunda-feira, dia 23, que será dedicado a homenagear o ex-parlamentar João Pandiá Calógeras.

1.2.3 — Requerimento

Nº 45/84, de autoria do Sr. Senador Raimundo Parente, solicitando que não seja realizada sessão do Senado no dia 19 de abril, nem haja expediente em sua Secretaria. *Aprovado*.

1.2.4 — Discursos do Expediente

SENADOR JORGE KALUME — Dia de Tiradentes, 24^º aniversário de fundação do Correio Brasiliense e da cidade de Brasília.

SENADOR FÁBIO LUCENA — Comentários sobre a nota divulgada pelo Palácio do Planalto a respeito das manifestações realizadas no País, em favor das eleições diretas para a sucessão do Presidente da República. Focalização da proposta de reforma da Constituição feita pelo Senhor Presidente da República.

SENADOR HUMBERTO LUCENA, como Líder

— Considerações sobre a nota oficial do Governo, de advertência sobre coações e intimidações que estariam sendo exercidas sobre o Congresso Nacional, que poderiam impedir sua livre manifestação.

1.3 — ORDEM DO DIA

— Projeto de Lei do Senado nº 16, de 1982, de autoria do Senador Lázaro Barboza, que dispõe sobre a proibição de importar alho. *Aprovado* em primeiro turno.

— Requerimento nº 857/83, solicitando, nos termos dos arts. 75, a, 76 e 77 do Regimento Interno, a criação de uma Comissão especial, composta de 7 (sete) membros, para, no prazo de 90 (noventa) dias, examinar e avaliar denúncias publicadas na Imprensa brasileira sobre fraudes nos fretes de distribuição de derivados de petróleo, bem como a extensão de subsídios concedidos ao setor petrolífero. *Votação adiada* por falta de quorum.

— Projeto de Resolução nº 127/82, que aprova as conclusões e recomendações do relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito instituída pela Resolução nº 69, de 1978. *Votação adiada* por falta de quorum.

— Requerimento nº 6/84, solicitando nos termos do inciso I do art. 418 do Regimento Interno, a convocação do Senhor Ministro Jarbas Gonçalves Passarinho, do Ministério da Previdência e Assistência Social, a fim de que, perante o Plenário, preste informações sobre a crise econômica e financeira da Previdência e Assistência Social. *Votação adiada* por falta de quorum.

— Requerimento nº 896/83, solicitando, nos termos dos arts. 75, c, 76 e 77, do Regimento Interno, a criação de uma Comissão Especial Mista, composta de 5 (cinco) Senadores e 5 (cinco) Deputados, para o prazo de 90 (noventa) dias avaliar os resultados da Zona Franca de Manaus bem como propor medidas de reorientação de sua política, examinando ainda os

motivos e causas da fragilidade do modelo da Zona Franca de Manaus. *Votação adiada* por falta de quorum.

— Projeto de Lei do Senado nº 280/80, determinando que a Ordem dos Advogados do Brasil opine sobre a escolha de magistrados que devam integrar Tribunais com jurisdição em todo território nacional. *Votação adiada* por falta de quorum.

— Projeto de Lei do Senado nº 21/83, que dispõe sobre a redução do preço do álcool para venda a proprietários de veículos de aluguel empregados no transporte individual de passageiros, mediante subsídio, nas condições que especifica. *Votação adiada* por falta de quorum.

1.4 — DISCURSOS APÓS A ORDEM DO DIA

SENADOR GALVÃO MODESTO — Providências para o desenvolvimento do comércio regional e fronteiriço do Estado de Rondônia.

SENADOR JOSE LINS — Pronunciamento do Presidente João Figueiredo ao anunciar às Lideranças do PDS a remessa ao Congresso Nacional de mensagem propondo o restabelecimento das eleições diretas para a Presidência da República.

SENADOR ODACIR SOARES — Atual crise político-institucional do País.

SENADOR LOURIVAL BAPTISTA — Centenário de nascimento do prof. Eduardo Rodrigues de Moraes.

SENADOR MAURO BORGES — Manifestação da Associação dos Municípios do Nordeste Goiano a respeito da criação do Estado do Tocantins.

SENADOR RAIMUNDO PARENTE — 35^º aniversário do jornal Crítica, de Manaus.

1.5 — DESIGNAÇÃO DA ORDEM DO DIA DA PRÓXIMA SESSÃO. ÉNCERRAMENTO.

<p>AIMAN GUERRA NOGUEIRA DA GAMA Diretor-Geral do Senado Federal</p> <p>ALOISIO BARBOSA DE SOUZA Diretor Executivo</p> <p>LUIZ CARLOS DE BASTOS Diretor Industrial</p> <p>RUDY MAURER Diretor Administrativo</p>	<p>EXPEDIENTE CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL</p> <p>DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal</p> <p>ASSINATURAS</p> <p>Via Superfície:</p> <table style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 70%;">Semestre</td> <td style="width: 10%; text-align: right;">Cr\$ 3.000,00</td> </tr> <tr> <td>Ano</td> <td style="text-align: right;">Cr\$ 6.000,00</td> </tr> <tr> <td colspan="2" style="text-align: center;">Exemplar Avulso: Cr\$ 50,00</td> </tr> <tr> <td colspan="2" style="text-align: center;">Tiragem: 2.200 exemplares</td> </tr> </table>	Semestre	Cr\$ 3.000,00	Ano	Cr\$ 6.000,00	Exemplar Avulso: Cr\$ 50,00		Tiragem: 2.200 exemplares	
Semestre	Cr\$ 3.000,00								
Ano	Cr\$ 6.000,00								
Exemplar Avulso: Cr\$ 50,00									
Tiragem: 2.200 exemplares									

<p>2 — DISCURSOS PRONUNCIADOS EM SÉSSOES ANTERIORES</p> <p>— Do Sr. Lourival Baptista, proferido na sessão de 16-4-84.</p> <p>— Do Sr. Itamar Franco, proferido na sessão de 16-4-84.</p>	<p>— Do Sr. Aloysio Chaves, proferido na sessão de 17-4-84.</p> <p>— Do Sr. Henrique Santillo, proferido na sessão de 17-4-84.</p>	<p>4 — MESA DIRETORA</p> <p>5 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS</p> <p>6 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES.</p>
	3 — ATAS DE COMISSÕES	

Ata da 42ª Sessão, em 18 de abril de 1984

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência dos Srs. Moacyr Dalla e Lenoir Vargas

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Mário Maia — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — João Lobo — José Lins — Virgílio Távora — Carlos Alberto — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Aderbal Jurema — Marco Maciel — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Lomanto Júnior — Moacyr Dalla — Itamar Franco — Fernando Henrique Cardoso — Henrique Santillo — Lenoir Vargas — Octávio Cardoso.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — A lista de presença acusa o comparecimento de 25 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos. O Sr. 1º-Secretário procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE
PARECERES

ARECER Nº 128, DE 19/4
Da Comissão de Redação

Redação do vencido para o turno suplementar, do Projeto de Lei a Câmara nº 24, de 1981 (nº 285/79, na Casa de origem).
Relator: Senador Jorge Kalume

A Comissão apresenta a redação do vencimento para o turno suplementar, do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 1981 (nº 285/79, na Casa de origem), que dá nova re-

dação ao art. 245 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 — Código Penal.

Sala das Comissões, em 17 de abril de 1984 — João Lobo, Presidente — Jorge Kalume Relator — José Lins.

ANEXO AO PARECER Nº 128, DE 1984

Redação do vencido para o turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 1981 nº 285/79, na Casa de origem). Dá nova redação ao art. 245 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 — Código Penal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 245 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 — Código Penal, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 245 Entregar filho menor de dezoito anos à pessoa em cuja companhia saiba ou deva saber que o menor fica moral ou materialmente em perigo.

Penas — detenção de 1 (um) a 2 (dois) anos.

§ 1º A pena é de 1 (um) a 4 (quatro) anos de reclusão se a gente pratica delito para obter lucro, ou se o menor é enviado para o exterior.

§ 2º Incorre, também, na pena do parágrafo anterior quem, embora excluído o perigo moral ou material, auxilia a efetivação de ato destinado ao envio de menor para o exterior, com o fito de obter lucro.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

PARECER Nº 129, DE 1984

Da Comissão de Redação

Redação final do Projeto de Resolução nº 5, de 1984, que altera a Resolução nº 138, de 1983.

Relator: Senador Passos Pôrto

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 5, de 1984, que altera a Resolução nº 138, de 1983.

Sala das Comissões, 18 de abril de 1984. — João Lobo, Presidente — Passos Pôrto, Relator — José Lins.

ANEXO AO PARECER Nº 129, DE 1984

Redação final do Projeto de Resolução nº 5, de 1984, que altera a Resolução nº 138, de 1983.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso VI, da Constituição, e eu, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº , DE 1984

Altera a Resolução nº 138, de 1983, que autoriza a Prefeitura Municipal de Cândido Mota, Estado de São Paulo, a contratar operações de crédito no valor global de Cr\$ 114.178.153,00 (cento e quatorze milhões, cento e setenta e oito mil, cento e cinqüenta e três cruzeiros).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º O artigo 1º da Resolução nº 138, de 1983, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Cândido Mota, Estado de São Paulo, nos termos do art. 2º da

Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizada a contratar operações de crédito no valor global de Cr\$ 114.178.153,00 (cento e quatorze milhões, cento e setenta e oito mil, cento e cinqüenta e três cruzeiros), correspondentes a 64.300 ORTN, considerado o valor nominal da ORTN de Cr\$ 1.775,71, vigente em maio de 1982, junto à Caixa Econômica Federal, está na qualidade de agente financeiro do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, destinados à implantação de duas escolas de 1º grau e uma unidade pré-escolar; implementação de galerias de águas pluviais e aquisição de equipamentos para coleta e destinação final de lixo e a implantação de centro de saúde no Distrito de Nova Alexandria, naquele Município, obedecidas as condições pelo Banco Central do Brasil, no respectivo processo."

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — O Expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — A Presidência recebeu as Mensagens nº 68 a 70, de 1984 (nºs 107 a 109/84, na origem), de 17 do corrente, pelas quais o Senhor Presidente da República, nos termos do disposto no artigo 42, item VI, da Constituição, e de acordo com o estabelecido no artigo 2º da Resolução nº 93, de 1976, do Senado Federal, solicita autorização para que os Governos dos Estados do Espírito Santo, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro possam realizar operações de crédito, para os fins que especificam.

As matérias serão despachadas às Comissões de Economia e de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — A Presidência recebeu as Mensagens nºs 71 a 73, de 1984 (nºs 110 a 112/84, na origem), de 17 do corrente, pelas quais o Senhor Presidente da República, nos termos do disposto no art. 42, item VI, da Constituição, e de acordo com o estabelecido na Resolução nº 93, de 11-10-76, do Senado Federal, solicita autorização para que a Prefeitura Municipal de Mambai (GO), o Departamento de Águas e Energia Elétrica de São Paulo — DAEE, e a Prefeitura Municipal de São Paulo (SP), possam realizar operações de crédito, para os fins que especificam.

As matérias serão despachadas às Comissões de Economia, de Constituição e Justiça e de Municípios.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — A Presidência comunica que, nos termos do art. 278 do Regimento Interno, por ter recebido pareceres contrários, quanto ao mérito, das comissões a que foi distribuído, determinou o arquivamento do Projeto de Lei da Câmara nº 134, de 1982 (Nº 1.562/79, na Casa de origem), que introduz alteração na redação do § 4º do art. 5º da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, e acrescenta parágrafo ao mesmo artigo.

O SR. RESIDENTE (Moacyr Dalla) — De acordo com deliberação anterior do Plenário, ao aprovar o Requerimento nº 2, de 1984, de autoria do Senador Alfredo Campos e outros Srs. Senadores, o tempo destinado aos oradores do Expediente da sessão de segunda-feira, dia 23, será dedicado a homenagear o ex-parlamentar João Pandiá Calógeras, por ocasião do cinquentenário de sua morte.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Sobre a mesma, requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido e aprovado o seguinte

REQUERIMENTO N.º 45, DE 1984

Nos termos regimentais, requeiro que não seja realizada sessão do Senado no dia 19 de abril, nem haja Expediente em sua Secretaria.

—Sala das Sessões, 18 de abril de 1984. — Raimundo Parente.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Em consequência da aprovação do requerimento, não haverá sessão do Senado e nem Expediente em sua Secretaria no dia 19 do corrente.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Sr. Senador Jorge Kalume.

O SR. JORGE KALUME (PDS — AC. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Meu hábito de celebrar acontecimentos que enobreçeram a raça brasileira e contribuíram para enriquecer a sua história não permite que eu permaneça nesta Casa apenas como ouvinte. Dela quero participar ativamente e é o que estou fazendo nesta oportunidade da antevisão de eventos marcantes na nossa vida cívico-política, como sói ser a data de 21 de abril.

Inicialmente, rendo meu tributo ao mártir Tiradentes —, o Alferes Joaquim José da Silva Xavier, que se imolou pela Pátria, para que pudéssemos dirigir nossos próprios destinos como aspiração de todos os povos, não obstante os movimentos anteriores e posteriores direcionados com o mesmo objetivo.

E o momento é oportuno para recordar o pioneiro do jornalismo no Brasil, que se sagrou bravo pela atitude intímora, como fora Tiradentes e seus similes, também na luta em prol dos interesses da nacionalidade. Refiro-me a Hipólito José da Costa. Não obstante haver abraçado o ramo das ciências exatas, como discípulo de Arquimedes, seu patriotismo o conduziu ao jornalismo, fundando o *Correio Braziliense*, veículo que daria a sua contribuição para agilizar a nossa independência, que afinal veio em 1822.

O *Correio Braziliense*, em sua nova fase, também estará engalanado no dia 21 para comemorar os 24 anos de sua ressurreição, ao lado da cidade de Brasília. Mas para falarmos sobre o B faz-se mister destinar algumas palavras ao seu idealizador Hipólito José da Costa, que, como depusera Antônio Cândido a seu respeito, "talvez a mais alta figura dentre os nossos ilustrados". Não foi diferente Oliveira Lima afirmando ter sido "uma inteligência ilustrada e perfeitamente convencida das suas preferências reformadoras".

Com uma admirável bagagem cultural e imbuído do mais acendrado espírito patriótico, funda o jornal brasileiro, porém em Londres, de onde haveria de irradiar a luz da sua luta emancipacionista a partir de 1808 até 1923, influenciando fortemente os ativistas da nossa Independência política.

Embora o *Correio Braziliense* tenha deixado de funcionar a partir de 1823, a sua contribuição foi das mais valiosas porque seu fundador fez da pena o seu ribombar em defesa dos sagrados princípios da nossa soberania. Ante essa luta, dir-se-ia que não se ofuscou, pois a sua luz, depois de contribuir para alumiar o caminho da luta irredentista, manteve-se tênue até que o seu simile, o inquieto, pertinaz e corajoso jornalista sob todos os ângulos Assis Chateaubriand reacendeu a sua chama e enfileirou-se na campanha mudancista, através de sua cadeia de jornais.

E em 1960 fez ressurgir o mesmo veículo de informação, desta vez sob os uivos dos ventos do cerrado, depois que se banhou nas águas marinhas inglesas do

Atlântico. Era esse, por certo, o seu destino o de servir a causas nobres, como no caso recente a fundação de Brasília. Em suas páginas aformoseadas pela inteligência dos que nele serviam, registraram os lances pioneiros do histórico gesto, tendo à frente o paraibano, plantador de jornais, cujo nome hoje é uma legenda na imprensa contemporânea, pelo seu arrojo de nordestino habituado a enfrentar as intempéries do solo que o abrigou, tendo inicialmente a seu lado outros vratos como João Calmon, Edilson Varela e Ary Cunha.

E o seu crescimento que acompanhou a cidade o obrigou a ter nas suas oficinas de trabalho maior número de auxiliares exercitando o jornalismo dentro do mais legítimo desejo de bem servir à coletividade, aos quais rendo o meu preito de admiração.

Depois de mencionar esses dois eventos, volto-me para o último, que é a da fundação de Brasília.

História das mais encantadoras, se buscarmos a sua origem ou "desse a gênese da idéia até o prelúdio da ação", como afirmara um dos seus admiradores, o ex-deputado José Peixoto de Silveira. O tempo haveria de unir o destino de quatro criaturas para deflagrarem esses acontecimentos: Tiradentes, Hipólito José da Costa, Chateaubriand e finalmente o estadista invulgar Juscelino Kubitscheck. Sua determinação, como uma das suas constantes, desde que abraçou a vida pública no glorioso Estado de seu nascimento — Minas Gerais — o predestinara a realizar uma obra ditada pelos deuses da sabedoria, tendo como instrumento o próprio Juscelino. Efetivamente para tornar realidade uma obra como esta, hoje cantada em prosa e verso, materializar esse tentamen que a política brasileira já alimentava há 200 anos, teria que ser através de um super-homem, audaz, intímorato, político, persuasivo para vencer todas as inimagináveis dificuldades que encontraria em seu caminho, na marcha para o Oeste.

Muitas lágrimas foram derramadas no sentido simbólico ante a incompreensão a transpor por aqueles que bem-intencionadamente resolveram fazer o transplante do coração da pátria para esta área localizada no "paralelo 15 onde haverá de correr pão e mel" como predisse São João Bosco.

O certo é que, apesar de menina-moça ainda, já foi e vem sendo palco de grandes decisões, a partir do seu primeiro aniversário, quando um Presidente renunciou; o seguinte, João Goulart, abandonou o posto; eleito e empossado o Presidente Castello Branco, depois sucedido pelo Marechal Costa e Silva, vendo após os Presidentes Emílio Médici, Ernesto Geisel, e finalmente o nosso João Figueiredo.

Daqui partiu a voz da anistia, isto é, o perdão para a reabertura democrática; agora, Brasília assiste a uma nova escolha direta e outros advogando que se mantenha o preceito constitucional para a atual sucessão.

O Sr. Passos Pôrto — Permite-me V. Exº um aparte?

O SR. JORGE KALUME — Vou ouvir com prazer o nobre representante do Amazonas.

O Sr. Passos Pôrto — Quem está pedindo o aparte a V. Exº é um modesto representante de Sergipe.

O SR. JORGE KALUME — Eu não me equivoquei; pensei que fosse o nobre Deputado Fábio Lucena que solicitava o aparte.

Então, vou ouvir o nobre Deputado da terra de Guercindo Bessa.

O Sr. Passos Pôrto — Eu gostaria de ser, neste instante, o Senador de 64, mas fui o Deputado do dia 21 de abril de 1960. Sou remanescente daqueles parlamentares que assinaram a ata de fundação de Brasília. Estive aqui no dia 21 de abril de 1960, acompanhei a vida desta cidade durante vinte e quatro anos; fui Diretor da Compa-

nhia Urbanizadora da Nova Capital, participei de alguns projetos executados nesta cidade, algumas construções, algumas obras que estão incorporadas ao seu patrimônio urbano, suburbano e rural. Gostaria de dizer a V. Ex^e que, como oriundo da UDN, que era o partido que fazia objeções, não à transferência da capital, mas à forma como estava sendo feita, desejo declarar que, hoje, há um denominador comum, a cidade está consolidada, é a sede do Governo, é a Capital da República. Foi um grande gesto do Presidente Juscelino Kubitschek, que cumpriu uma velha aspiração constitucional, transferindo para o Planalto Central aquilo que tinha sido o sonho e a cogitação de todos os nossos homens que fizeram as constituições da República. Hoje, nobre Senador, aos vinte e quatro anos, que é o aniversário de Brasília no próximo sábado, eu gostaria de me congratular com V. Ex^e e, mais do que isto, com a nação brasileira, por termos a sede do Governo neste local, cujo inspirador, cujo autor do projeto, Lúcio Costa, a fez como um sinal da cruz, o que significa um ato de posse. Realmente, Brasília proporcionou a conquista do oeste brasileiro, Brasília é um ponto avançado no desenvolvimento da fronteira econômica do nosso País. Ela está cumprindo tudo aquilo que seus idealizadores pensaram; ela é, sem dúvida alguma, a maior obra do povo brasileiro; ela está incorporada à nossa história e vai servir sempre como marco de um dos instantes mais esplendorosos da vida política brasileira, quando toda a Nação aqui esteve, há 24 anos, aplaudindo o Presidente da República e aplaudindo também o Congresso Nacional, que aqui se reuniu para a instalação da nova sede do Governo. V. Ex^e faz muito bem em prestar esta homenagem, hoje, com à qual me solidarizo; tanto porque fui um dos que assinaram a ata de fundação, mas sobretudo porque sou, como V. Ex^e, preocupado com o crescimento e a felicidade do povo brasileiro.

O SR. JORGE KALUME — Muito obrigado, nobre Senador Passos Pôrto. Eu posso dizer a V. Ex^e que a minha saudação desta tarde representa um átomo diante da grandeza da obra que Juscelino Kubitschek legou a nossa pátria. E são tão grandes quanto Juscelino todos aqueles que contribuíram com o seu esforço, dentre os quais se insere V. Ex^e que, inclusive, foi membro da entidade urbanizadora de Brasília. Quero também, nesta oportunidade, congratular-me com V. Ex^e por esta valiosa contribuição que deu ao Brasil.

O Sr. Passos Pôrto — Quero dizer, também, a V. Ex^e, antes de V. Ex^e permitir o aparte ao nobre Senador Virgílio Távora, que se tem feito muito elogio, aliás merecido, ao Presidente Juscelino Kubitschek, mas é preciso que na dimensão histórica da transferência se abra um grande espaço para a participação constante que o Congresso Brasileiro teve como fator primordial da mudança da capital. Basta declarar a V. Ex^e que o primeiro polígono estabelecido para a mudança da capital se chamava o Quadrilátero do Congresso, porque foi o Congresso brasileiro, a Constituinte de 1891, que estabeleceu a área, que é o chamado Quadrilátero de Cruls, chamado também o Quadrilátero do Congresso. Sabe muito bem V. Ex^e, os Anais estão aí para dizer, os Anais estão cheios de discursos, examinando todos os aspectos favoráveis à mudança. Os Deputados e Senadores, sobretudo do Oeste brasileiro, deram verdadeiras aulas, examinando as vantagens da sua transferência. O Congresso também foi o único Poder que se instalou no dia da transferência, e em definitivo. Sabe muito bem V. Ex^e que o Palácio Tiradentes e o Palácio do Monroe foram fechados, foram desativados completamente e houve a transferência de todos os servidores das duas Casas para Brasília, e aqui se instalaram, de modo que no dia 21 de abril vale ressaltar a luta, o empenho do Congresso brasileiro.

O SR. JORGE KALUME — Se nós fizermos um retrospecto, nós temos que ir ao vice-Reinado, nós temos que ir ao Marquês de Pombal, que se interessou pela mudança, como também José Bonifácio de Andrada e Silva e tantas outras figuras que enriqueceram a nossa História. Todavia, nós, em homenageando Juscelino Kubitschek, estamos também, por extensão, homenageando todos aqueles que deram a sua contribuição, há dois séculos, para que se tornasse realidade o transplante do coração da Pátria para este Planalto Central, como eu falaria anteriormente. Portanto, a V. Ex^e, mais uma vez, o meu muito obrigado.

Vou ouvir, com prazer, o nobre representante do Estado do Ceará, Senador Virgílio Távora.

O Sr. Virgílio Távora — Eminentíssimo Senador, fomos, representando a UDN, naquele tempo o maior partido da oposição, membro da diretoria desta companhia - NOVACAP — na ocasião da mudança da Capital Federal do mar para o planalto central. E, voltando os olhos ao passado, chegamos à conclusão de que nada mais justo do que o exame da História e do tempo — que a justiça da História de que tanto falava Pedro II. Àquela época, com exceção dos Deputados do Planalto Central, desses Estados que vieram ser beneficiados com a interiorização da Capital *una vocce*, o que ouvímos no Congresso, o que ouvimos na ordem dos diretórios dos diferentes partidos a que pertencímos — seja do PDS seja da UDN, era uma condenação formal à iniciativa de Juscelino. E neste momento em que V. Ex^e aqui, com tanta propriedade, neste dia, evoca essa data que acreditamos ser uma das maiores que a latinidade teve, não só o Brasil, gostaríamos de fazer uma menção toda especial a este homem que é tão injustiçado, e que até o dia de hoje ainda não teve o reconhecimento de Brasília na proporção do seu esforço, e a quem deve a nova Capital realmente ter sido construída no restrito tempo que destinado foi por Juscelino Kubitschek — Israel Pinheiro, o grande construtor, o grande tocador de obras, o homem que realmente, desprezando as nonadas, procurou construir a Capital deste País, a Brasília que hoje, nós admiramos e que, no momento, tão bem V. Ex^e evoca.

O SR. JORGE KALUME — Muito obrigado, mais uma vez, a V. Ex^e. Incorporo ao meu discurso, às minhas saudações, suas belíssimas palavras que são de muita profundidade, porque o importante não é combater, o importante é reconhecer os méritos como V. Ex^e está fazendo, neste momento.

Brasília resistiu e vai resistindo a tudo, numa prova de sólida estrutura ante esses duros embates, que não a estremeceram. Ontem, tendo à frente Juscelino Kubitschek, o qual soube, com a sua reconhecida determinação e otimismo, inundar seus diletos e mais dedicados companheiros como Israel Pinheiro, Lúcio Costa, Oscar Niemeyer, Iris Meimberg, Ernesto Silva, Bernardo Sayão, Passos Pôrto, que fez parte da Companhia Urbanizadora e tantos outros também dignos e já registrados pela história.

E aqui recordo uma singela mas significativa homenagem que se encontra na parede do Museu da cidade:

“Ao Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, que desbravou o sertão e ergueu Brasília com audácia, energia e confiança, a homenagem dos pioneiros que o ajudaram na grande aventura.”

E Brasília é de fato e de direito o centro onde gravitam todas as decisões pátrias e de onde se irradiam as ordens do bem-estar e progresso nacional.

Que as lágrimas derramadas durante a sua construção, pelo desejo de agilizar o seu término, por todos aqueles que dela participaram, como a do seu intromorato e bravo

construtor Juscelino Kubitschek na noite da sua inauguração, hão de continuar a fecundar este solo, pois o seu lavrador, como dom Bosco, o pressagiador, foram homens predestinados por Deus. Concluo lembrando um dos versos do seu belo hino, isto é,

“Capital de um Brasil audaz

Bom na luta e melhor na paz.

Salve o povo que assim te quis.

Símbolo da força de um país!

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito Bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Senador Fábio Lucena.

O SR. FÁBIO LUCENA (PMDB — AM) — Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

A Nação assistiu estarrecida, ontem à noite, pela estação de televisão, à leitura de um *ultimo* dirigido pelo Governo Federal ao povo brasileiro, este povo que se empenhou em diversas batalhas pela reconquista das eleições diretas; e quando essas batalhas se demonstravam as mais bem planejadas, as mais bem articuladas e as mais bem executadas, o Governo, num ato de heroísmo que só os verdadeiros heróis não possuem, deboleu o grosso e o forte da batalha, fazendo com que a vontade nacional fosse, mais uma vez, recolhida ao recôndito de uma paciência que só os milagres da natureza têm podido conter.

Realizava-se em São Paulo o mais vigoroso de todos os atos públicos já ocorridos em nosso País. Uma passata extraordinária que reuniu o concurso de mais de um milhão de brasileiros, residentes no grande Estado Bandeirante, quando no exato momento em que discursava o Governador do Rio de Janeiro, anunciou-se ao povo brasileiro, e em especial ao povo de São Paulo, a nova sentença sobre a tragédia da nossa História. Tragédia para o povo que vem vivendo-a sem ser o seu autor; e comédia para o Governo que a vem encenando, onde seja possível a instalação dos palcos. E, depois do *ultimo* lido ontem à noite, ninguém tem mais dúvidas de que neste exato momento, medidas de emergência já foram adotadas pelo Presidente da República, encontram-se devidamente assinadas no Gabinete Presidencial do Palácio do Planalto, à espera do fim da tarde, para mergulhar o País em mais uma noite de intranqüilidade.

Houve um erro crasso de língua portuguesa, no momento em que o general João Figueiredo jurou fazer deste País uma democracia. Não foi democracia o vocábulo por ele utilizado; o Presidente João Figueiredo jurou implantar neste País uma “democlastia”, cuja raiz da língua grega — ao contrário de democracia, que significa o Governo do povo — significa a imolação, a destruição do povo. É o que começou a acontecer no País, a partir do momento em que uma pertensa emenda à Constituição Federal chegou ao Congresso Nacional, redimindo a Junta Militar de 1969, porque lhe tira o nome da Carta em vigor e lhe modifica o preâmbulo, restaurando, diz a mensagem, o preâmbulo da Constituição de 1967.

É preciso recordar, Sr. Presidente, que toda a falsidade dos preâmbulos constitucionais neste País começou exatamente com o preâmbulo da Constituição de 1967. Ali, sob a vigência do Ato Institucional nº 4, que convocara o Congresso Nacional para o fim que específico de aprovar a Constituição, ali, naquele projeto oriundo do Marechal Castello Branco, se impingiu ao Congresso Nacional que “nós, os representantes do povo brasileiro, invocando a proteção de Deus, promulgamos a seguinte Constituição para o Brasil”. O embuste, Sr. Presidente, porque se o Congresso, num prazo de 45 dias, não tivesse

aprovado aquela Constituição interíca, inclusive, como lembrou certa vez o Sr. Nelson Carneiro, até com o "mas, porém", que constava no texto da mensagem, se o Congresso não tivesse aprovado a Constituição de 1967, ela teria sido aprovada automaticamente, depois de 45 dias de permanência no Poder Legislativo.

Dezessete anos depois, nós vemos a oficialização da farsa, o nome de Deus, em um procedimento sacrílego e deicida, utilizado por mãos impudicas, para impor ao País esta nova falácia que objetiva simplesmente a prorrogar por mais 10 anos o estado atrabiliário, fruto do arbítrio e da exceção que ainda vige em nosso País. Nem a referência aos atos institucionais, nem a referência à proibição de os seus efeitos serem examinados pelo Poder Judiciário, nem a isto, 20 anos depois, nem a isto abdicou, nem disto prescindiu o autor da mensagem, o ilustre Senhor Presidente da República. Para constatar, para positivar e para chamar à realidade planáltina, aqueles que supuseram, ironicamente, que as palavras do Presidente da República não encerrassem aquilo que os romanos diziam em relação aos cartagineses, uma **púnica fides**, uma fé púnica, até isto se faz constar do texto da proposta de emenda, a fim de que os atos institucionais, fantasmagoricamente, e como todo o fantasma com o afã exclusivo de intimidar, de atemorizar, continuem presentes nas regras constitucionais que pretendem normatizar juridicamente este País.

Não, Sr. Presidente, a Nação não aceita este ultraje, porque assim é demais. Quando se ultrajava o País, a República, na certeza de que a cimitarra do Ato Institucional nº 5 estava ao alcance da mão para tornar inflexível o ultraje e ainda, Sr. Presidente, pelos argumentos da rendição à força, os brasileiros poderiam silenciar ante o vilipêndio do ultraje. Mas hoje, quando se presume que os direitos individuais sejam fundamentos intangíveis da Constituição do Estado, e sabemos agora que não o são porque o Presidente da República, no artigo 153 da mensagem, diz que são intangíveis os valores da pessoa humana e seus direitos fundamentais, nós, que pensávamos que essa intangibilidade, Sr. Presidente, atingia, inclusive, a intimidade da família, a privacidade dos cidadãos, nós hoje vemos que não porque pela mensagem do Presidente da República, deve o Estado respeitar e proteger a intimidade do indivíduo e da sua família. Nós, que vemos agora a confissão do Presidente da República de que o Estado, sob o timão de Sua Excelência, pelo menos até que essa emenda não esteja aprovada, que o Estado não protege e nem respeita a intimidade do indivíduo e da família, nós, Sr. Presidente, só temos que protestar veementemente contra esse insulto, contra esse ultraje que se lança como um sufône medieval sobre o rosto desprotegido de 130 milhões de brasileiros.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Permite-nos V. Exº um aparte?

O SR. FÁBIO LUCENA — Ouço V. Exº com muita honra, nobre Senador Virgílio Távora.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Eminentíssimo Senador, nós já estamos habituados à eloquência, e — porque não dizer? — muitas vezes as injustiças que V. Exº pratica quando vai à tribuna e se refere ao Governo que rege os destinos desta Nação. Mas o discurso de V. Exº, hoje, nos deixa atônito. V. Exº depois de nos brindar com a "democlastia", termo que não conhecímos...

O SR. FÁBIO LUCENA — "Democlastia", o regime do General Figueiredo.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Nós não conhecímos esse termo. Naturalmente deve-se ele aos apurados conhecimentos que V. Exº tem da língua portuguesa.

O SR. FÁBIO LUCENA — Abeberados nos de V. Exº, obviamente.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Naturalmente, por aqui V. Exº não encontra "democlastia", vem a seguir a afirmativa de pretensa emenda constitucional. "Por que pretensa emenda constitucional, se é uma emenda abrangente, que pode receber ou não o apoio de V. Exºs? É uma emenda como outra qualquer. V. Exº acha que isto é um "procedimento sacrílego."

O SR. FÁBIO LUCENA — Não, sacrilegio.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Procedimento sacrílego.

O SR. FÁBIO LUCENA — Cuja pena é a expiação perpétua depois da morte.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Vamos aqui ver o que tem de sacrilegio um procedimento deste. V. Exº vai mais adiante e nos brinda com este primor aqui, "que a emenda objetiva prorrogar por mais dez anos o estado de exceção". Eminentíssimo Senador, ao que nós saibamos, o mandato proposto pela emenda em questão, que será aprovada se tiver o apoio de V. Exºs, é de quatro anos, prorrogável uma só vez, em eleição direta, isto é, o povo julgará. Portanto, não pode haver este desejo criminoso, este dolo, contra o qual V. Exº tanto fala, dizendo que o intuito é prorrogar por mais dez anos o mandato presidencial. Prorroga por mais outros quatro, sobre os quatro, se o povo assim o desejar porque a eleição, — V. Exº tanto se bate por ela, é uma eleição direta. Eminentíssimo Senador, nós podemos discutir todos estes assuntos sem essa paixão com que V. Exº está revestindo seu discurso de hoje, mais do que das outras vezes, por uma razão muito simples. É sabido, vamos repetir mais uma vez aqui, de todos os Srs. Senadores do PDS e, acréscimo, que também do conhecimento de todos os do PMDB, que se trata de uma emenda que é lançada ao tablado para ser discutida, para em torno dela haver o que nós chamamos diálogo, o entendimento, mesmo porque, nem V. Exºs, da Oposição, nem nós do governo, temos a força necessária de a fazer vitoriosa do ponto de vista constitucional, sem que não tenha o apoio da outra parte. É só isso que estou trazendo para o caminho da discussão normal, sem paixão, aquilo que deve ser o ponto comum do nosso diálogo aqui no plenário.

O SR. FÁBIO LUCENA — Agradeço a intervenção de V. Exº, nobre Senador Virgílio Távora, e com mais uma experiência no governo cearense, que V. Exº vai têm a partir de 86, talvez V. Exº retorne às suas monumentais e tão saudosas origens democráticas da União Democrática Nacional.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Eminentíssimo Senador, permita-me dizer que delas jamais nos afastamos.

O SR. FÁBIO LUCENA — E que Deus o conserve assim.

Sr. Virgílio Távora — Desde a somatória, fomos governador enquanto pudemos e enquanto houvesse eleições diretas.

O SR. FÁBIO LUCENA — Quando eu disse retornaria, foi pensando em um grande mestre seu, José Américo, que disse que ninguém se perde na volta.

Sr. Presidente, como não poderia deixar de ser, e precisamente no capítulo pertinente aos decretos-leis, impinge-se ao País que o Presidente da República, pelo fato de abdicar da competência de editar decreto-lei sobre normas tributárias, transferiu para o Congresso Nacional uma enorme soma de atribuições no sentido de legislar sobre Direito Tributário. Isto não é verdade, Srs.

Senadores. O instrumento que transformou o Brasil em um estado fiscal permanece intocável na Constituição Federal. Esse instrumento foi conquistado na Constituição pelo "pacote de abril", pelo Ato Institucional nº 5, e foi o instrumento, Srs. Senadores, que eliminou da Constituição o princípio da anualidade do tributo; e nós que estudamos Direito Tributário, não precisaremos jamais nos doutourar nessa matéria para sabermos que sem o princípio da legalidade, sem o princípio de que não há tributo sem lei que o institua, e sem o princípio de que o tributo só pode vigorar, criado num exercício, no exercício seguinte, nós não teremos, Sr. Presidente, Srs. senadores, jamais um regime de justiça tributária neste País.

Foi o que fez o General Ernesto Geisel, exatamente no capítulo dos Direitos e Garantias Individuais, art. 153, § 29.

Desde a primeira Constituição Republicana que o princípio da legalidade e o princípio da anualidade eram respeitados em nosso País. Hoje, a qualquer momento, e por mera lei complementar, que depende para a sua aprovação, conforme estatui o art. 50 da Constituição Federal, de maioria absoluta, de metade mais um dos votos dos membros do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, depende deste **quorum** bastante fácil de atingir para ser aprovada uma simples lei complementar. A qualquer época do ano, em qualquer mês o Governo pode legislar sobre tributos, pode modificar o estamento tributário, pode implantar novos tributos, pode cancelar uns outros, pode fazer, em síntese, um verdadeiro carnaval no setor do Direito Tributário.

É o que está no art. 153, § 29:

"Nenhum tributo será exigido ou aumentado sem que a lei o estabeleça..."

Aqui está, Sr. Presidente, o princípio da legalidade.

"... nem cobrado em cada exercício, sem que a lei que o houver instituído ou aumentado esteja em vigor antes do início do exercício financeiro..."

Aqui está, Sr. Presidente, o princípio da anualidade, mas, e aqui estão as ressalvas, e, dentre elas, o Presidente Ernesto Geisel, com o buril do arbítrio, fez inscrever a seguinte:

"...ressalvados o imposto sobre produtos industrializados e outros" — vejam bem — e outros, que não discriminá, que não define — "especialmente indicados em lei complementar."

Esta, Sr. Presidente, é a realidade crua, é o instituto maldito que transforma o Brasil num Estado fiscal por excelência. Vale recordar, Sr. Presidente, que as grandes revoluções que amanheceram com este século nesta República foram desencadeadas, precisamente, em consequência da orgia tributária que se implantou no País.

Isto não é nada. A pretensa emenda chega a conter dispositivos grotescos, grotescos e ridículos, como este do art. 15, que diz no seu § 1º:

"Art. 15.

§ 1º Serão nomeados pelo governador, com prévia aprovação do Presidente da República, os prefeitos dos municípios declarados de interesse da segurança nacional por lei de iniciativa do Poder Executivo.

Sr. Presidente, a isto se chama mentir constitucionalmente. É uma nova figura no Direito Constitucional dos povos latino-americanos. Isto, nobre Senador Severo Gomes, é uma mentira constitucional.

De fato, Sr. Presidente, porque esse instituto se contém no mesmo art. 15 da Constituição em vigor, artigo que a emenda pretende alterar com a mesma redação:

"Os prefeitos dos municípios de área de segurança nacional são nomeados pelo Governador do Estado, com prévia autorização do Presidente da República."

Mas, que fez o General João Figueiredo?

Em 1981, por motivo de quizilhas, de questiúnculas entre o então Governador do Pará, Coronel Alacid Nunes e um eminente Senador da República, o hoje Ministro Jarbas Passarinho, o Presidente João Figueiredo criou, fora da Constituição, os abomináveis prefeitos *pro tempore*, criando figuras esquisitas e esdrúxulas, das quais a Constituição jamais cogitou, como o instituto da confiança que deve o prefeito do município de segurança nacional merecer do Presidente da República, e toda vez em que o prefeito decair da confiança do Presidente da República, o Governador do Estado só pode demitir o prefeito com a autorização do Presidente da República.

Eis, Sr. Presidente, mais este embuste, este embuste que pretendem que o povo brasileiro tenha empurrado pela garganta, como um dos triúnviros romanos teve ouro derretido derramado na garganta pelo rei dos Partas.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — A Mesa lembra ao nobre orador que seu tempo está esgotado.

O SR. FÁBIO LUCENA — Se isto não é embuste, Sr. Presidente, que expressão há que ser usada?

No Estado do Acre...

O Sr. Virgílio Távora — Eminente Senador, V. Ex^e me permite mais um aparte?

O SR. FÁBIO LUCENA — ... só para exemplificar, existem onze municípios declarados de interesse da segurança nacional, e todos eles são municípios declarados de interesse da segurança nacional. Até hoje, o Governador do Acre ainda não conseguiu substituir nenhum daqueles prefeitos porque, contrariamente ao que determina a Constituição Federal, o prefeito só pode ser exonerado se decair da confiança do Presidente da República e se o Presidente da República consentir na exoneração daqueles prefeitos.

Sr. Presidente, permita-me conceder o aparte ao eminente Senador Virgílio Távora.

O Sr. Virgílio Távora — Veja V. Ex^e, mais uma vez, donde vai a paixão de V. Ex^e? O que a emenda faz, nada mais, nada menos, é ajustar o art. 15 à nova realidade da eleição dos prefeitos das capitais e dos municípios considerados estâncias hidrominerais em lei estadual.

O SR. FÁBIO LUCENA — Hidrominerais, não. São municípios de interesse da segurança nacional, e não estâncias hidrominerais. Aqui está a Mensagem e aqui está a Constituição.

O Sr. Virgílio Távora — Eminentíssimo Senador, V. Ex^e nos concedeu o aparte. Temos aqui a Constituição e a Mensagem.

O SR. FÁBIO LUCENA — Essa verde está ultrapassada, não tem a Emenda nº 22.

O Sr. Virgílio Távora — Vamos, então, ler exatamente como está o § 1º do art. 15 na Constituição atual, e como veio a redação: "serão nomeados pelo governador, com prévia aprovação: a) da Assembléia Legislativa, os Prefeitos das Capitais dos Estados e dos Municípios considerados estâncias hidrominerais em lei estadual; e..."

O SR. FÁBIO LUCENA — Isso caiu.

O Sr. Virgílio Távora — Exatamente.

"b) do Presidente da República, os Prefeitos dos Municípios declarados de interesse da segurança nacional por lei de iniciativa do Poder Executivo." O que diz a Emenda?

O SR. FÁBIO LUCENA — Eu leio:

"Serão nomeados pelo Governador, com prévia aprovação do Presidente da República, os Prefeitos dos Municípios declarados de interesse da segurança nacional por lei de iniciativa do Poder Executivo."

É a mesma coisa, nobre Senador.

O Sr. Virgílio Távora — É o que estamos dizendo, que justamente foi adaptação exata...

O SR. FÁBIO LUCENA — Não, Excelência.

O Sr. Virgílio Távora — apenas cortou a primeira parte, porque da Assembléia Legislativa não havia mais nem Prefeitos de Capitais de Estado nem Municípios considerados estâncias hidrominerais de lei estadual, a serem referendados porque esses iam ter eleições diretas. Está claro, não pode haver discussão.

O SR. FÁBIO LUCENA — Talvez a sua formação cartesiana, acostumada aos números, à exatidão dos cálculos, não o permita atentar para a intimidade do raciocínio jurídico.

O Sr. Virgílio Távora — Não há intimidade do raciocínio jurídico. Não nos diga que nela não está, *ipsis litteris*, *verbo ad verbum*, o que está na Constituição.

O SR. FÁBIO LUCENA — Ela contém certas nuances, nobre Senador Virgílio Távora; embora o véu seja diáfano, seja transparente, torna-se difícil enxergá-las, salvo para os olhos habituados a trabalhar com a interpretação da lei e do direito. Observe-a, Ex^e

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — O tempo de V. Ex^e está esgotado.

O SR. FÁBIO LUCENA — Sr. Presidente, vou concluir. O texto da Mensagem e o texto da letra "b" do inciso 2 do art. 15 da atual Constituição, os textos absolutamente idênticos...

O Sr. Virgílio Távora — E é isto que estamos dizendo.

O SR. FÁBIO LUCENA — Acontece, nobre Senador Virgílio Távora, que, apesar desse texto da Constituição estar em pleno vigor, o Presidente da República, por decreto-lei, anulou a vigência do texto constitucional, uma vez que se o Governador pode nomear o Prefeito com o Presidente da República, *ipso facto*, Senador Virgílio Távora, ele tem o poder de exonerar o Prefeito sem necessitar da autorização do Presidente da República. Este é um raciocínio lógico.

O Sr. Virgílio Távora — Isto que V. Ex^e diz não altera o que dissemos.

O SR. FÁBIO LUCENA — E não apenas um raciocínio, mas a prática adotada até que o Presidente João Figueiredo concebeu a esdrúxula figura do Prefeito *pro tempore*, esse Prefeito que seria de mandato temporário, mas que em diversos Estados do País, principalmente no Acre, no Amazonas e no Pará, lá se encontram nas Prefeituras com mandatos por tempo indeterminado. Vale ressaltar que o eminentíssimo Líder do PMDB, Senador

Humberto Lucena, já diligenciou no sentido de arguir perante o Supremo Tribunal Federal a inconstitucionalidade do decreto-lei editado pelo General João Figueiredo, instituindo a figura do Prefeito *pro tempore*, porque, nobre Senador Virgílio Távora, aquele decreto-lei fere, magoa, estupra violentamente a Carta Magna, a superlei em vigor no País.

O Sr. José Lins — Permite V. Ex^e um aparte?

O SR. PRESIDENTE O tempo do nobre orador está ultrapassado em nove minutos.

O SR. FÁBIO LUCENA — Nobre Presidente, tendo em vista o aproximar da Semana Santa, em que todos os nossos corações, no atendimento ao *sursus corda*, vale dizer, aos corações ao alto, serão elevados para a divindade, no sentido de nos reunirmos em um mesmo tabernáculo de preces pelo futuro do nosso País, e tendo em vista que V. Ex^e já foi magnânimo em outras oportunidades em homenagem à Semana Santa, eu gostaria que V. Ex^e fosse magnânimo para com este modesto parlamentar, a fim de que pudesse ouvir os apartes que estão sendo solicitados, logo então, tão logo acabar de ouvi-los, eu confessou a V. Ex^e que, antes de ir-me ajoelhar no próximo templo de fé desta Capital, eu prontamente me assentarei na poltrona.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — A exortação de V. Ex^e é maravilhosa. A Santa Bíblia, nós a temos em casa e a nossa bíblia aqui, eminentíssimo Senador, é a Constituição e o Regimento Interno. V. Ex^e queira encerrar o seu discurso, por gentileza.

O SR. FÁBIO LUCENA — V. Ex^e permite-me ouvir os dois apartes?

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Perfeitamente, concederei.

O SR. FÁBIO LUCENA — Concluídos os apartes, meu pronunciamento estará concluído.

O Sr. Humberto Lucena — Permite-me V. Ex^e um aparte?

O SR. FÁBIO LUCENA — Pois não, ouço.

O Sr. Humberto Lucena — V. Ex^e tem toda razão quando investe contra estes decretos-leis, baixados pelo Presidente da República, que são tranquilamente, inconstitucionais e que só não foram, ainda, declarados como tais, porque, como sabe V. Ex^e, nós temos entre nós e o Supremo Tribunal Federal da República, a figura do Procurador-Geral da República que, por incrível que pareça, apesar de ser guardião-chefe da ordem jurídica e constitucional do País, ainda é um funcionário da confiança imediata do Chefe da Nação.

O Sr. Virgílio Távora — A situação é modificada justamente pela emenda.

O Sr. Humberto Lucena — Apesar do aparte ter sido feito fora do microfone, eu diria, em resposta que, em absoluto, a emenda em quase nada modifica a nomeação do Procurador-Geral da República, porque ele continua como funcionário da confiança do Chefe da Nação, com o seu nome apenas submetido ao Senado Federal, quando ele deveria ser o titular de um cargo isolado de provimento efetivo eleito pelo Ministério Pùblico diretamente através de lista tríplice a ser submetido ao Presidente da República, e com todas as prerrogativas e garantias de Ministro do Supremo Tribunal Federal. Só assim ele poderá ter a necessária independência para zelar pela ordem jurídico-constitucional do País.

Mas, aproveitando o pronunciamento de V. Ex^e, eu queria deixar também claro que, já que o Senhor Presi-

dente da República enviou ao Congresso emenda constitucional tão abrangente, sobretudo em matéria de autonomia municipal, é de estarrecer que Sua Excelência não tenha também estirpado da carta outorgada em 1969 essa alínea b do artigo 15, que mantém a nomeação dos prefeitos de municípios incluídos em área de segurança nacional. Sabe V. Ex^e que isto é uma balela. Qual o município a ser incluído em área de segurança nacional? Tudo é muito subjetivo e fica muito por conta do autoritarismo que ainda prepondera no País.

O Sr. FÁBIO LUCENA — Eu agradeço o aparte de V. Ex^e e ouço o nobre Senador José Lins.

O Sr. José Lins — Nobre Senador Fábio Lucena, essa piedosa prece de V. Ex^e, quando pede, está totalmente em desacordo com a veemência ímpia do discurso, quando acusa.

O Sr. FÁBIO LUCENA — Permita-me. Quando V. Ex^e pediu o aparte eu não tinha feito a prece, ainda.

O Sr. José Lins — Já tinha feito. V. Ex^e já se dirigira ao Presidente da Casa.

O Sr. FÁBIO LUCENA — Eu fiz a prece para poder lhe dar o aparte.

O Sr. José Lins — Piedosamente, para conseguir mais uns momentos de impiedade quando acusa. Mas, no que diz respeito ao texto da Constituição, eu concordo com V. Ex^e; indicado o Prefeito, será nomeado pelo Governador com a aquiescência do Presidente da República. Acontece que, no caso do Acre e em outros casos, chegou-se a um impasse, porque como bem disse V. Ex^e, o Governador pode ter o direito de demitir, embora não tenha de sozinho de fazer a nomeação. Óra, criado o impasse, a responsabilidade do Presidente da República levou o Governo a tomar uma decisão: a nomeação pro tempore, sob pena de prejudicar a administração do município.

O Sr. FÁBIO LUCENA — Não é o que a Constituição diz.

O Sr. José Lins — Para isto é que existe o bom senso, para resolver problemas dessa natureza. Era só o que queria dizer a V. Ex^e.

O Sr. FÁBIO LUCENA — V. Ex^e está confundindo. Ainda outro dia V. Ex^e confundiu estado de emergência com frente de emergência, lá no Nordeste. Não há nenhuma relação, Excelência.

O Sr. José Lins — V. Ex^e está enganado. Nem V. Ex^e falou em estado de emergência, pelo que sei. Não tem nada que ver uma coisa com a outra. V. Ex^e foge completamente do assunto.

O Sr. FÁBIO LUCENA — Eu gostaria que me fosse indicada a relação, como fez o nobre Senador Virgílio Távora. O Senador Virgílio Távora aponta a possível contradição e o cidadão que está em debate com ele, se estiver errado, tem que se curvar.

O Sr. José Lins — Estou falando a respeito do decreto de nomeação de prefeitos pro tempore. V. Ex^e não quis entender porque não pode responder. Não há respostas que lhe sirvam.

O Sr. FÁBIO LUCENA — V. Ex^e parte do zero para chegar ao nada. Mas continuo ouvindo.

O Sr. José Lins — Era o que tinha a dizer. V. Ex^e não quis ouvir, V. Ex^e se esvai ou escorre para outro campo completamente diferente.

O Sr. FÁBIO LUCENA — V. Ex^e sabe que, em alguns campos, eu posso palmejar; nem em tantos quantos os de V. Ex^e, haja vista a minha estreiteza de conhecimentos, que não pode se medir com a de V. Ex^e.

O Sr. José Lins — Não é nada disso, nobre Senador

O Sr. FÁBIO LUCENA — Mas gostaria que V. Ex^e indicasse fatos, pontos concretos do meu raciocínio que estão incorrendo em erro para que eu possa, pelo menos, me corrigir.

O Sr. José Lins — Estou apenas, nobre Senador, justificando a V. Ex^e.

O Sr. FÁBIO LUCENA — Será uma ajuda para mim, creia.

O Sr. José Lins — ... porque o Governo Federal foi obrigado a indicar prefeitos pro tempore. Este é o cerne da minha interferência ao discurso de V. Ex^e. É que se cria um impasse quando o prefeito é admitido pelo Governador e não conta com aquiescência do outro Poder. O Governo Federal não aceitaria um prefeito com o qual não estivesse de acordo tendo em vista a segurança náquele município. Criando-se assim um impasse, o Governo então faz a nomeação pro tempore para que o município não seja prejudicado. Este é o sentido dos decretos dessas nomeações.

O Sr. FÁBIO LUCENA — Agradeço o aparte de V. Ex^e e peço por favor que releve, que desculpe mesmo qualquer expressão minha que tenha escapado a retidão do procedimento e do falar de V. Ex^e aqui no plenário do Senado.

O Sr. Humberto Lucena — Permite V. Ex^e um aparte?

O Sr. FÁBIO LUCENA — V. Ex^e tem o aparte.

O Sr. Humberto Lucena — Só para esclarecer este assunto. Sabe V. Ex^e muito bem que é princípio fundamental do Direito que a lei não pode restringir a norma constitucional.

O Sr. FÁBIO LUCENA — Exato.

O Sr. Humberto Lucena — Então, é o caso.

O Sr. FÁBIO LUCENA — Tem toda a razão V. Ex^e.

O Sr. Mário Maia — Permite V. Ex^e um aparte? Só porque o meu Estado foi citado.

O Sr. FÁBIO LUCENA — Em primeiro lugar, vou ouvir o Senador Passos Pôrto, para em seguida conceder o aparte a V. Ex^e.

O Sr. Passos Pôrto — Já que V. Ex^e me convida, gostaria de dar o meu pensamento no episódio. A minha impressão é de que matéria de segurança, embora na Constituição diga: "é dever de cada um", compete sobretudo à União as atribuições de segurança, de modo que, tenho a impressão, o mecanismo constitucional é certo, o governador propõe e o Presidente aquiesce, porque a segurança é uma responsabilidade, sobretudo da União. Quanto ao Prefeito pro tempore, foi evidentemente, em face da circunstância excepcional de um caso até então — porque àquela época não havia governadores da Oposição — e creio que agora, com um dispositivo incluído na emenda, vai solucionar em definitivo, porque vai desaparecer o Prefeito pro tempore e não vai merecer mais nenhuma restrição constitucional, visto V. Ex^e saber que para que haja prefeitos de área de segurança nacional basta um decreto do Poder Executivo. O decreto do poder Executivo tira o município da área de segurança e,

em face disso então, não há mais por que haver a nomeação e sim a eleição. Este é o pensamento que gostaria de dar a V. Ex^e apenas como um observador.

O Sr. FÁBIO LUCENA — Nobre Senador, o pensamento de V. Ex^e, apesar de tão abrangente, de ter vãos verdadeiramente condoreiros, a tal ponto que sempre ensombra o plenário do Senado, mesmo quando as luzes aqui estão cintilando com a sua maior veemência, o pensamento de V. Ex^e lamentavelmente, agora se choca com a rocha fria dos fatos, porque o mesmo decreto, o mesmo texto do art. 15 que está na Mensagem, copiada da Constituição em vigor, esse mesmo art. 15 — e quero chamar a atenção de V. Ex^e — que está inserido no Capítulo da Autonomia Municipal, esse mesmo artigo continua, inclusive o da Mensagem, sendo violentado pelo decreto-lei que criou o prefeito pro tempore, porque esse decreto-lei não foi revogado.

Não se pode admitir — mas o Congresso tem sido omisso, neste ponto, a um projeto de lei de minha autoria, revogando os decretos que criam a figura do Prefeito pro tempore, porque são decretos inconstitucionais — lamentavelmente, o Presidente da República manda uma Mensagem; o Congresso, ao que tudo indica, aprova a Mensagem Presidencial. É um decreto-lei que equivale, se considerarmos as resoluções, como Cabo, e a emenda à Constituição como General; no processo legislativo, o decreto-lei equivaleria à patente de Sargento, de sargento; é lamentável que um sargento, um decreto-lei, continue a ditar normas sobre o generalato que seria, figurativamente, a capacidade normativa da Constituição Federal.

Antes de concluir, Sr. Presidente, ouço o último aparte, o nobre Senador Mário Maia.

O Sr. Mário Maia — Só porque o meu Estado foi citado, mais de uma vez, gostaria também de incluir no seu discurso o protesto do meu Estado do Acre, que não foi contemplado nem lembrado na emenda proposta pelo Presidente da República, o que mostra o completo esquecimento, o completo desinteresse, o completo descaso do Poder Central, mormente o Senhor Presidente da República, para com a Amazônia, de uma maneira geral, e para com o meu Estado, de um modo particular. Sabe o Governo e sabe o Presidente João Baptista de Figueiredo que o meu Estado está sob intervenção Federal há muito tempo, em virtude desse dispositivo exdrúculo que acabamos de analisar. São doze municípios que constituem a divisão política do meu Estado e dos doze onze são fronteiriços com a Bolívia e com o Peru e, portanto, considerados áreas de interesse da segurança nacional. E os prefeitos que foram nomeados, anteriormente à mudança do Governo que se fez agora, permanecem os mesmos prefeitos. Portanto, o meu Estado, infelizmente, depois que passou de Território a Estado, só teve até agora dois Governadores constitucionais. O primeiro Governador foi o Professor José Augusto de Araújo e agora, depois de 20 anos, o nosso companheiro Nabor Telles da Rocha Júnior, mas que é Governador só do Município de Rio Branco, porque os outros municípios permanecem sendo governados pelo Presidente da República, através dos seus sátrapas que são os prefeitos nomeados com a sua aquiescência.

O Sr. FÁBIO LUCENA — Agradecendo a sua compreensão e atenção, Sr. Presidente, agradeço também o aparte do nobre Senador Mário Maia.

Concluo, Sr. Presidente, recordando que Jesus Cristo também pedia água, já, aos romanos no alto da Cruz, e os romanos lhe deram vinagre, já. Foi o que fez o Governo com o povo brasileiro.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem! Palmas!)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Senador Humberto Lucena, como Líder do PMDB.

O SR. HUMBERTO LUCENA (PMDB — PB. Como Líder, pronuncio o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Leio as manchetes da grande Imprensa de hoje: O Estado de S. Paulo — "Planalto adverte que pode vir emergência";

Folha de S. Paulo — "Governo ameaça caravanas que irão ao Congresso";

O Globo — "Governo não admitirá coação ao Congresso".

Sr. Presidente, Srs. Senadores, essa repercussão na Imprensa decorre, evidentemente, da nota oficial que a Secretaria de Imprensa e Divulgação da Presidência da República publicou no dia de ontem, na qual, entre outros tópicos, destaco os seguintes:

"Desde há alguns dias, o país assiste a manifestações públicas, integradas ostensivamente por grupos de militantes de ideologias incompatíveis com nossa ordem constitucional."

"Seguindo esquemas de mobilização organizadas, os manifestantes se propõem declaradamente a constranger a intimidar parlamentares brasileiros a votar de acordo com a determinada orientação."

"O Governo Federal considera que esse procedimento configura intolerável tentativa de coação sobre membros do Poder Legislativo, e lembra que, nos termos da Constituição Federal, o Poder Executivo — em especial o Presidente da República — está obrigado a garantir o livre exercício do Poder Legislativo."

O Governo Federal alerta a Nação brasileira para a gravidade da situação que se ameaça criar na Capital Federal, sobretudo em vista do propósito declarado de criar constrangimento físico sobre membros do Congresso Nacional."

"Cônscio de suas responsabilidades constitucionais, o Governo Federal adverte os integrantes das caravanas que, de vários pontos do País, pretendem dirigir-se a Brasília, para a obrigação que lhe assiste de preservar a liberdade e a autonomia do Poder Legislativo, evitando e repelindo ações destinadas a impedir a livre deliberação dos parlamentares, no exercício do mandato popular."

Esse posicionamento da Presidência da República, através da sua Secretaria de Imprensa e Divulgação, veio em consequência da manifestação de ontem, em Brasília, das mulheres brasileiras, na Câmara dos Deputados, em favor da aprovação da Emenda Dante de Oliveira.

Ora, Sr. Presidente, V. Ex^e, mais do que ninguém, sabe, perfeitamente, que nada de anormal ocorreu ontem nem no prédio nem nas adjacências do Congresso Nacional. Toda a manifestação transcorreu num ambiente de absoluta ordem, paz e tranquilidade. Várias líderes compareceram aos gabinetes dos Senhores Senadores de todos os partidos, sem discriminação. Inclusive, a Imprensa de hoje estampa uma fotografia em que elas são recebidas, fraternalmente, pelo nobre Senador José Sarney, Presidente Nacional do Partido Democrático Social, quando S. Ex^e ouviu das líderes, ali presentes, o seu apelo no sentido de que o seu Partido se sintonizasse com a opinião pública no exato momento em que o Congresso Nacional é chamado a decidir de maneira histórica sobre a grande aspiração nacional, que é o restabelecimento das eleições diretas para Presidente da República, já agora na sucessão do Presidente João Figueiredo. Não se conhece nenhum fato que possa se dizer tenha trazido o mínimo de anormalidade a essa manifestação, nem den-

tro nem mesmo fora do Congresso Nacional, quando houve, na rampa de acesso ao prédio que serve de sede ao Poder Legislativo brasileiro, uma concentração de cerca de 5 a 10 mil mulheres que ali se reuniam para trazer os aplausos de toda a Nação à Emenda Dante de Oliveira.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, é de estarreter que se possa tirar qualquer ilação entre o que ocorreu ontem, no Congresso Nacional, e a nota divulgada pela Secretaria de Imprensa da Presidência da República. Aliás, en passant, devo lembrar que, em tempos anteriores a 1964, declarações dessa natureza, que implicavam pela sua gravidade em posicionamento da própria Presidência da República, eram da lavra do Ministério da Justiça, cujo titular sempre foi, no Brasil, o responsável pela condução dos problemas políticos na área federal. Talvez isso aconteça porque o Sr. Ministro Ibrain Abí-Ackel esteja um tanto quanto marginalizado dos atuais acontecimentos a ponto de não ter contribuído ao que parece, de nenhuma maneira, nem sequer para a elaboração dessa proposta de emenda constitucional que foi enviada ao Congresso Nacional, e também, porque, hoje temos uma superposição de competência dentro da hierarquia administrativa federal. O Sr. Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República possui hoje uma autoridade muito maior do que o Senhor Ministro da Justiça em assuntos de natureza político-institucional.

Mas a propósito desta nota, que causou espécie não apenas aos que residem em Brasília, sobretudo à classe política, a todos nós Parlamentares que atuamos, diariamente, na Câmara e no Senado, o Presidente Nacional do PMDB divulgou, ontem, em resposta, um documento que leio para que conste nos nossos Anais:

"O Governo não desviará a Oposição do fundamental. Principalmente não desviará o povo. Povo e Oposição não estamos brigando apenas por uma data. Brigamos por um compromisso. Não se trata de troca de guardas, mesmo com as diretas. O compromisso é que a Nação, não agüenta mais isso que aí está. O desemprego, a inflação, a fome, as falências, a corrupção impune, sobretudo o FMI como gestor da economia e das finanças do Brasil. Todo esse universo de desespero e de esperança o povo compactou no monossílabo, 'já'. Esta a mensagem enviada pelo povo ao Congresso Nacional, no exercício soberano da democracia direta. Outras emendas, inclusive a proposta pelo Governo, podem ser examinadas como complemento do pacto social de compromissos aprovados pelo povo para sua salvação.

Constituição é meio, não fim. O fim é a salvação, o bem-estar e a segurança do povo. E o povo está consciente de suas terríveis necessidades, sabe seus nomes e só ele saberá dizer o nome do governo que terá sua confiança para solucioná-las.

O Governo, como sempre fizeram as elites, foi hábil. Não lançou um só anzol, para pesca de um só peixe. Armou uma ceva, na tentativa de pescar, muitos peixes. Não enganará a Oposição, muito menos o povo. Tudo faremos para que as mudanças não sejam frustradas. Chega a meu conhecimento a possível decretação de medidas de emergência, em Brasília e em vários Estados. Será uma decisão de arbitrio, não de Governo. O Congresso não a pediu."

"A Oposição oferece a garantia da ordem perfeita reinante em cerca de 20.000 comícios realizados nos 4.000 municípios do Brasil, mobilizando 20.000.000 de brasileiros. O arbitrio não teme a desordem. Teme seu fim, com a aprovação das diretas já. A emergência será um ato de força, na truculenta

tentativa de derrotar o povo. Não accitamos esta e outras provocações. O povo vencerá."

E por que o Presidente Ulysses Guimarães teria emitido esta nota? Não só para contestar àquela que fora divulgada pela Secretaria de Comunicação Social do Palácio do Planalto, mas também em decorrência das notícias que estão se espalhando a cada instante, a cada hora, a cada dia nesta cidade que é a Capital do Brasil e onde será decidida, a vinte cinco do mês corrente, a Emenda Dante de Oliveira, sobre a possível decretação de medidas de emergência, já agora não apenas na área do Distrito Federal, mas até compreendendo outros Estados brasileiros, entre os quais o Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Bahia. Nós não fomos buscar estas notícias no ar, nós não ouvimos ao pé do ouvido de quem quer que seja; elas estão hoje publicadas pela própria imprensa, que é o grande veículo de informação de todos nós. Está no Jornal de Brasília de hoje, textualmente:

Emergência pode sair

O governo deverá baixar hoje medidas de emergência em Brasília para assegurar que o Congresso Nacional não seja pressionado pelos participantes da mobilização nacional pelas diretas já, na votação da emenda Dante de Oliveira, dia 25, próxima quarta-feira. Segundo informou ontem à noite um destacado dirigente do PDS, a nota oficial da Presidência da República preparou o terreno para a decretação da emergência, que devem entrar em vigor hoje ou amanhã.

A presença em Brasília das representantes do movimento feminino pelas diretas já, segundo o informante, deu ao governo uma idéia do que poderá acontecer na cidade na véspera da votação da emenda Dante de Oliveira, quando está programado um comício-monstro na Torre de Televisão, a quase cinco quilômetros do prédio do Congresso. A concentração das mulheres foi acompanhada com atenção pelos órgãos de segurança e pelos ministérios militares e teria sido o motivo principal da nota de advertência do Palácio do Planalto.

O Sr. Itamar Franco — Permite V. Ex^e um aparte, nobre Senador?

O SR. HUMBERTO LUCENA — Pois não.

O Sr. Itamar Franco — Quem sabe a Liderança do Governo poderia esclarecer a V. Ex^e se as medidas serão decretadas ou não.

O SR. HUMBERTO LUCENA — Por isso mesmo estou nesta tribuna, nobre Senador.

Mas, antes que a Liderança do Governo faça qualquer intervenção neste pronunciamento, leio, para conhecimento do Senado e da Nação, entrevista publicada hoje no jornal O Globo do Sr. Ministro-Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, Carlos Átila:

O Presidente João Figueiredo "deseja o livre exercício do Poder Legislativo, em clima de entendimento e conciliação, e se necessário recorrerá aos remédios e mecanismos previstos na Constituição para assegurar isto".

Depois desta declaração, o que nos resta é nos dirigir ao Sr. Presidente do Congresso Nacional, Senador Moacyr Dalla, que nos parece o guardião-mor da instituição, para saber de S. Ex^e se tem alguma informação a respeito e, mais do que isso, reivindicar de S. Ex^e que faça o mais solene protesto do Congresso Nacional junto aos poderes constituídos da República, mais adequadamente ao Senhor Presidente da República, contra essas ameaças que pairam não só sobre o Congresso, mas sobre todos aqueles que residem ou que se dirigem ao Distrito Fede-

ral e que desejam, com muita naturalidade, depois dessa campanha memorável que tivemos em todo o Brasil, assistir a todos os lances, minuto a minuto, hora a hora e, se preciso, dia a dia, tudo o que se passar no Congresso Nacional com relação à emenda Dante de Oliveira no próximo dia 25.

O Sr. Hélio Gueiros — Nobre Senador Humberto Lucena, V. Ex^e tem muita razão em estranhar e criticar essa nota da Assessoria de Imprensa da Presidência da República, não só pelos motivos destacados por V. Ex^e como porque ela é hipócrita. Dizer que o Executivo está preocupado com o funcionamento do Congresso Nacional, essa não há quem agüente. Às vezes que o poder Legislativo tentou se insurgir contra o Poder Executivo, aconteceu que este Congresso foi fechado. Há um jornalista brasileiro que quando vê uma blasfêmia dessa, o Sr. Hélio Fernandes, publica a notícia: "Executivo preocupado com o Poder Legislativo", e coloca: "Ha! Ha! Ha!" Essa, Sr. Presidente e Sr. Senador Humberto Lucena, é que deve ser mesmo a reação do povo brasileiro, porque de maneira nenhuma se vai acreditar que o Governo esteja preocupado com o livre funcionamento do Congresso Nacional no dia 25 de abril. Quero dizer mais a V. Ex^e o seguinte; segundo já se anuncia, o PDS que é quem poderia votar contra a emenda Dante de Oliveira, não vai comparecer à sessão do Congresso Nacional. Os elementos do PDS contrários à emenda Dante de Oliveira não vão comparecer. Então, aqui no Congresso Nacional, só estarão aqueles que estão de acordo com a Emenda Dante de Oliveira, que são as Oposições e um grupo respeitável dentro do PDS. Então, se nós da Oposição e esse grupo do PDS não estamos reclamando coisa alguma, nem proteção alguma, nem emergência alguma por parte do Executivo, nobre Senador Humberto Lucena, está se vendo que tudo isso é pretexto — não para proteger o Congresso Nacional, mas para intimidar e apavorar o povo brasileiro. Muito obrigado.

O SR. HUMBERTO LUCENA — Eu é que agradeço a intervenção de V. Ex^e, e mais do que isso, nobre Senador Hélio Gueiros, releio o tópico da nota do Governo, que se refere diretamente ao Congresso. "O Governo Federal considera que esse procedimento configura intolerável tentativa de coação sobre membros do Poder Legislativo, e lembra que, nos termos da Constituição Federal, o Poder Executivo e em especial o Presidente da República está obrigado a garantir o livre exercício do Poder Legislativo".

Ora, o que nós encontramos na Constituição Federal são normas bem diferentes.

Diz o seu art. 6º:

Art. 6º São Poderes da União, independentes e harmônicos, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Art. 27 O Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Art. 30 A cada uma das Câmaras compete elaborar seu regimento interno, dispor sobre sua organização, polícia e provimento de cargos de seus serviços.

Portanto somos um poder independente e não estamos precisando de garantias do Poder Executivo para funcionar livremente. Tanto assim que o Regimento Interno do Senado Federal, numa complementação do que estatui a norma constitucional, estabelece:

Art. 423 A Comissão Diretora fará manter a disciplina e o respeito indispensáveis no edifício do Senado — vale dizer, no Congresso Nacional — e suas dependências.

Art. 424. O policiamento do edifício e dependências será feito pelo Serviço de Segurança da Ca-

sa, podendo, quando necessário, ser utilizada a colaboração de outros policiais, postos à disposição da Comissão Diretora, por solicitação desta.

Foi como V. Ex^e fez, Sr. Presidente, por ocasião da votação, no Congresso Nacional, do Decreto-lei nº 2.065, sobre a política salarial, com o nosso protesto à Mesa. V. Ex^e oficiou ao Sr. Ministro da Justiça solicitando que lhe fosse colocada à disposição uma força policial que, eventualmente, poderia ser utilizada pela Mesa do Congresso para garantia da ordem interna do Poder Legislativo. No entanto, V. Ex^e foi mal compreendido naquele instante e o Poder Executivo, através do Sr. Ministro da Justiça, distorceu a sua intenção, e se baseou, naquele ofício, para conseguir do Senhor Presidente da República uma exposição de motivos que explicasse ao Poder Legislativo a decretação das medidas de emergência no Distrito Federal.

Mas também está no nosso Regimento:

Art. 432. Quando, no edifício do Senado ou em suas dependências, alguém perturbar a ordem, o Presidente mandá-lo-á pôr em custódia, se desatendida a advertência que se lhe fizer. Feitas as averiguações necessárias, mandá-lo-á soltar ou entregar à autoridade competente, com ofício do 1º-Secretário participando a ocorrência.

Art. 433. Quando, no edifício do Senado ou em suas dependências, for cometido algum delito, o criminoso será preso e, em seguida, instaurado inquérito, presidido por um dos membros da Mesa, designado pelo Presidente.

§ 1º Serão observadas, no inquérito, as leis de processo e os regulamentos policiais do Distrito Federal, no que lhe forem aplicáveis.

§ 2º Servirá de escrivão, no inquérito, o funcionário da Secretaria designado pelo 1º-Secretário.

§ 3º O inquérito será enviado, após sua conclusão, à autoridade judiciária competente.

§ 4º O preso será entregue com o auto de flagrante à autoridade policial competente.

Assim se vê, que não há porque o Poder Executivo, através do Senhor Presidente da República, se preocupar com o policiamento do Poder Legislativo, já que a Mesa que V. Ex^e dirige tem toda a competência e autoridade para fazê-lo. O que há, na verdade, é a preparação de uma crise artificial de cima para baixo com o firme propósito de intimidar a classe política e a opinião pública, às vésperas da votação da Emenda Dante de Oliveira no Congresso Nacional. Fora daí, não há outra conclusão.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Nobre Senador, peço que conclua o seu pronunciamento. O tempo de V. Ex^e esgotou-se há mais de cinco minutos.

O SR. HUMBERTO LUCENA — Concluirei, Sr. Presidente, e o farei lendo, para meditação de V. Ex^e e da Casa, o editorial de hoje da Folha de S. Paulo, que constituirá o fecho deste meu pronunciamento:

Leio:

Congresso sem tutela

É no mínimo estranha a nota oficial distribuída ontem à tarde pela secretaria de Imprensa e Divulgação da Presidência da República, cuja íntegra publicamos nesta edição.

Em tom alarmista, refere-se à grave ameaça que pesaria sobre a Capital Federal, tão-somente porque cidadãos de vários pontos do País pretendem dirigir-se para lá, a fim de entrar em contato com seus representantes no Congresso Nacional, pleiteando a aprovação da emenda que restabelece as eleições diretas para a Presidência da República.

É prova de apego a uma mentalidade autoritária que se veja nessa atitude, "intolerável tentativa de coação" sobre os parlamentares. Como se não bastasse, a nota chega ao absurdo de sugerir que cabe ao Executivo, em especial ao Presidente da República, decidir quando e em que medida o Congresso Nacional necessita de proteção além da dispensada por seus próprios agentes da segurança.

A propósito, cumpre lembrar mais uma vez as declarações do Presidente do Congresso, Senador Moacyr Dalla, de que a própria instituição, através de seus funcionários e sobretudo mediante o respeito ao regimento interno e à Constituição, pode dar as garantias necessárias aos parlamentares.

Seria dever do Executivo dar proteção adicional ao Legislativo caso fosse solicitada pela própria instituição. Na falta de uma solicitação formal, a preocupação manifestada pelo Palácio do Planalto configura, ela sim, uma interferência indébita na esfera de atuação de outro poder soberano.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, com estas palavras deixo registrado aqui o meu mais vigoroso e indignado protesto contra esta nota infeliz, inoportuna e abusiva da Secretaria de Divulgação e Imprensa da Presidência da República, e reivindico de V. Ex^e, Sr. Presidente, que faça um contato imediato com o Palácio do Planalto, para evitar que mais uma vez essa violência inominável se abata sobre a Capital Federal do Brasil.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — O próprio jornal que V. Ex^e leu respondeu à sua indagação solicitada à Mesa.

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:
Altevir Leal — Eunice Michiles — Galvão Modesto — Alexandre Costa — João Castelo — José Sarney — Milton Cabral — Cid Sampaio — Guilherme Palmeira — Alfredo Campos — Severo Gomes — Mauro Borges — Álvaro Dias — Enéas Faria — Pedro Simon.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Está finda a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Sobre a mesa requerimento cuja leitura será feita pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido e aprovado o seguinte

REQUERIMENTO Nº 46, DE 1984

Nos termos do art. 198, alínea "d", do Regimento Interno, requeiro inversão da Ordem do Dia a fim de que as matérias constantes dos itens 5 e 2, sejam submetidas ao Plenário em 1º e 2º lugares, respectivamente.

Sala das Sessões, 18 de abril de 1984. — Mauro Borges — Itamar Franco.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — De acordo com a deliberação do Plenário, os itens 5 e 2 serão apresentados em 1º e 2º lugares, respectivamente.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Item 5:

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 16, de 1982, de autoria do Senador Lázaro Barboza, que dispõe sobre a proibição de importar alho, tendo

PARECERES, sob nºs 817 e 818, de 1983, das Comissões:

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; e
— de Economia, favorável.

Em votação o projeto, em primeiro turno.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria voltará oportunamente à Ordem do Dia para o segundo turno regimental.

É o seguinte o projeto aprovado

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 1, DE 1982

Dispõe sobre a proibição de importar alho.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É proibida, a partir da publicação desta lei, toda e qualquer importação de alho.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Item 2:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 857, de 1983, de autoria do Senador Itamar Franco, solicitando, nos termos dos arts. 75, a, 76 e 77 do Regimento Interno, a criação de uma Comissão especial, composta de 7 (sete) membros, para, no prazo de 90 (noventa) dias, examinar e avaliar denúncias publicadas na Imprensa brasileira sobre fraudes nos fretes de distribuição de derivados de petróleo, bem como a extensão de subsídios concedidos ao setor petrolífero, tendo

PARECER ORAL, proferido em Plenário, da Comissão de Constituição e Justiça, favorável

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Rejeitado.

O Sr. Itamar Franco — Sr. Presidente, peço verificação da votação.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Vai-se proceder à verificação requerida. (Pausa.)

Sendo evidente a falta de quorum, a Presidência irá suspender a sessão e fará acionar as campanhas, nos termos regimentais, para convocar ao plenário os Srs. Senadores que se encontram em seus gabinetes.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 16 horas e 20 minutos, a sessão é reaberta às 16 horas e 30 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Está reaberta a sessão.

Persistindo a falta de quorum, a Presidência deixa de proceder à verificação solicitada.

A votação do requerimento fica adiada.

Nestas condições, as demais matérias da pauta, itens nºs. 1, 3, 4, 6 e 7, constituídas do Projeto de Resolução nº 127/82; Requerimentos nºs. 6/84 e 896/83; e Projetos de Lei do Senado nºs. 280/80 e 21/83, em fase de votação, não serão submetidos a votos, ficando sua apreciação adiada para a sessão ordinária da próxima 2ª-feira.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Volta-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao nobre Senador Galvão Modesto.

O SR. GALVÃO MODESTO (PDS — RO) Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Entre os dias 7 e 9 de fevereiro, a Bolívia recebeu a visita do nosso Presidente da República, o Excelentíssimo Senhor João Figueiredo, atendendo a convite do Presidente Siles Suazo.

Destaco, nesta oportunidade, a importância fundamental dos assuntos tratados naquela ocasião, do máximo interesse para o aprofundamento das relações entre o Brasil e a Bolívia, países de extensa fronteira comum, envolvendo os Estados de Rondônia, Acre, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, cujas economias caracterizam-se pela complementariedade, com efetivas possibilidades de incremento bilateral.

Os protocolos assinados pelos presidentes Figueiredo e Suazo revelam uma feliz e oportuna coincidência de pontos de vista na área econômica, tecnológica, das relações internacionais, etc, em pontos básicos e fundamentais, aliás, que têm orientado a nossa diplomacia.

Questões como o Direito de todos os estados à sua plena realização na Comunidade Internacional; a observância dos propósitos e princípios da carta das Nações Unidas e, dentre esses, a livre determinação dos povos, com exclusão de toda e qualquer forma de intervenção e de colonialismo; o agravamento contínuo das tensões Internacionais, como uma grave ameaça à Paz Mundial; o desarmamento geral e completo, sobretudo o Nuclear; o uso racional de Recursos Energéticos não renováveis e o desenvolvimento intensivo de fontes alternativas de energia; dentre outras, foram amplamente discutidas, concordando, os Presidentes — brasileiro e boliviano, principalmente, que é essencial que a Paz, a Soberania, a Justiça e o bem-estar dos povos devam constituir compromissos inalienáveis e inarredáveis de toda a humanidade.

Para tanto, o diálogo e a negociação são instrumentos exclusivos para se alcançar níveis de estabilidade necessários para superar os graves problemas mundiais como a fome, o subdesenvolvimento, o armamentismo e as tensões internacionais.

Consideraram que o papel relevante dos países em desenvolvimento, na economia internacional, recomenda que se encaminhe adequadamente as questões relativas ao diálogo norte-sul, como etapa importante dos esforços para superar as presentes dificuldades econômicas globais, em benefício de todos os países, desenvolvidos e em desenvolvimento.

Assim, a persistência de acentuados e sérios desequilíbrios entre as nações desenvolvidas e os países em desenvolvimento é um desafio. Sua solução depende da franca e decidida vontade dos países desenvolvidos, concretizando esforços e aspirações inerentes à uma nova e mais justa ordem econômica mundial.

Para esse fim, é importante que os países industrializados adotem políticas que ajudem a resolver os sérios desequilíbrios nos campos do intercâmbio comercial, transferência de tecnologia e financiamento para o desenvolvimento, desestimulando políticas protecionistas lesivas aos interesses dos países menos favorecidos, as principais vítimas de uma crise mundial, produzida, basicamente, no meu ponto de vista, fora de suas fronteiras.

Os presidentes Figueiredo e Suazo manifestaram, ainda, profunda preocupação que, aliás, é de todos nós, com a gravidade da crise econômica da América Latina. A deterioração da economia mundial provocou sérios prejuízos nos níveis de vida da população Latino-americana, afetando a estabilidade social e o desenvolvimento econômico da região.

A desmesurada Dívida Externa, por outro lado, é reconhecidamente o principal fator que está inibindo a inadiável recuperação econômica da região Latino-americana, tornando-se imperiosa a aplicação de critérios flexíveis e realistas para sua renegociação, incluindo taxas de juros, períodos de carência e prazos compatíveis com os objetivos de reativação econômica.

Concluindo, os presidentes Figueiredo e Suazo salientaram que é fundamental que o Brasil e a Bolívia promigam nos esforços comuns para o aperfeiçoamento de mecanismos de integração e cooperação sub-regionais.

Assim entendendo, examinaram com profundidade as relações entre o Brasil e a Bolívia e suas perspectivas futuras, enfatizando caráter dinâmico e operacional com que estão sendo levadas a cabo iniciativas concretas de cooperação em campos prioritários para o desenvolvimento dos dois países, com evidente disposição de prosseguirem nos esforços tendentes a diversificar e ampliar a cooperação bilateral.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, da declaração conjunta de Santa Cruz de La Sierra, destaco dois aspectos que repute o máximo interesse para a Amazônia Ocidental Brasileira, pelo seu intríseco relacionamento com o desenvolvimento Regional.

Tratam-se, pois, da dinamização das relações comerciais entre os dois países, pelo incremento e diversificação do intercâmbio bilateral e do apoio recíproco às solicitações de financiamentos ao banco interamericano de desenvolvimento, para projetos de interesse mútuo, tais como as rodovias La Paz — Guayaramerim e La Paz — Cobija em território Boliviano e Porto-Velho-Rio Branco, inclusive sua integração com as cidades de Guajará-Mirim e Brasiléia, no Brasil.

Estas questões — incremento do comércio e ligação viária Porto-Velho-La Paz e Rio Branco — La Paz vem sendo reivindicadas, há muito, pelas lideranças políticas e empresariais, como essenciais ao desenvolvimento da Amazônia Ocidental.

No caso particular de meu Estado, a importância destes propósitos é avultada pelo acelerado processo de crescimento de sua economia, mercê da intensa ocupação e exploração de seu território, a partir dos anos setenta.

Rondônia apresenta-se, sem dúvida alguma, como a grande fronteira econômica da Amazônia, quer pelas potencialidades de suas riquezas naturais, quer pelo volume expressivo dos investimentos públicos e privados que têm sido efetuados no último decênio, com retorno econômico e social.

No encontro de Santa Cruz de La Sierra, fomos representados pelo Governador do Estado, Cel. Jorge Teixeira de Oliveira, e pelos empresários Luiz Tourinho, Moisés Bennesby, Frederico Camelo, José Ribeiro Filho e Luiz Simplicio, que, num esforço integrado, encaminharam entendimentos no sentido de mostrar que o comércio fronteiriço, a nível regional, é absolutamente indispensável para o fortalecimento e consolidação de nossa economia.

Demonstraram a pujança da economia de Rondônia, acentuando que já existe disponibilidade de excedentes de fácil penetração no mercado boliviano e alhures, pugnando pela simplificação dos mecanismos operacionais da área de exportação, cujas regras atuais criam mais dificuldades do que facilidades, para quem deseja estabelecer uma relação de trocas simplificada e eficiente com o mercado externo, a nível de fronteira.

Foram portadores de nossas reivindicações, relacionadas num documento intitulado "Síntese e aspirações de intercâmbio a nível de fronteira — Rondônia/Bolívia", do qual destaco os seguintes pontos principais:

1 — criação de uma área de livre comércio na região compreendendo mais especificamente o município de Guajará-Mirim (Brasil) e os departamentos do Beni, Pando e Santa Cruz de La Sierra (Bolívia);

2 — cumprimento dos Tratado de Petrópolis (1903) e Acordo de Roboré (1958) visando a integração viária entre os dois países;

3 — viabilizar o aeroporto de Guajará-Mirim, para rotas internacionais, principalmente às aeronaves bolivienses, aproveitando a infra-estrutura já existente;

4 — ampliação dos termos de trocas, inclusive com a desdolarização formal do comércio inter-regional, já que na prática o "comércio-formiga" é realizado em termos

de cruzeiros e de pesos bolivianos, concedendo dessa forma todas as facilidades necessárias ao intercâmbio e ao livre comércio;

5 — um maior intercâmbio cultural, científico e tecnológico, pela efetiva execução do pacto amazônico, possibilitando a criação de projetos de desenvolvimento conjunto, bem como a troca de experiências bilaterais que assuma importância estratégica numa maior integração de técnicos governamentais e de universitários de ambos países;

6 — criação de comissões mistas permanentes, com sede em Porto Velho e Santa Cruz de La Sierra integradas por representantes dos dois países, que formularem recomendações para simplificar ou suprimir formalidades do comércio e fomentar o intercâmbio de modo a permitir que as transações se processem regularmente através da realização de feiras, exposições, etc.

As coincidências entre as nossas reivindicações e os termos ajustados pelos Presidentes Figueiredo e Siles Suazo, alentam-nos no sentido de que a integração intra-regional fronteiriça é plenamente factível.

A abertura de novas frentes comerciais para o meu Estado, em grande escala, proporcionará ganhos comparativos essenciais, indispensáveis à consolidação de sua economia.

O mercado produtor de Rondônia apoia-se, substancialmente, no setor primário, quer agrícola, quer mineral, já se apresentando como um bom parceiro nacional no suprimento de matérias primas comercializada interna e externamente.

Comprovadamente dinâmica a economia rondoniense já se caracteriza pela oferta, em escala razoável, de produtos como o cacau, de acentuada competitividade internacional, cuja qualidade nada deve ao produzido em outras regiões do País.

O café desponta como um suporte econômico viável. Sua produção crescente colocará o Estado, dentro de pouco tempo, na categoria de grande produtor nacional, não obstante a inexplicável ausência, na região, do órgão responsável pela política cafeeira no País, debaldes os esforços envidados nesse sentido.

O cultivo orientado na seringueira já apresenta os primeiros resultados positivos, com um futuro bastante promissor.

Ano a ano têm sido incorporadas novas áreas ao mercado de produção agrícola, pelo assentamento sistematizado de milhares de agricultores.

O subsolo rondoniense tem possibilitado um expressivo resultado na exploração mineral, quer na produção de cassiterita, quer na de ouro.

Estes cinco exemplos evidenciam o caráter dinâmico da nossa economia regional, não restando dúvidas de que os investimentos que foram efetuados, que estão sendo feitos ou que vieram a ser viabilizados colocarão o Estado de Rondônia numa posição de destaque no mercado brasileiro.

No entanto, estamos plenamente convencidos que a distância do Estado para os grandes mercados nacionais, mormente os do Centro-Sul, significa um elevado custo de fretes, que diminui, de per si, a competitividade de nossos produtos.

É neste contexto que situou a importância, a partir da simplificação de métodos e normas, do incremento das relações comerciais intra-regionais fronteiriças, como suporte e meio de consolidação do desenvolvimento do meu estado.

A economia rondoniense só se consolidará, permitindo um desejável nível de auto-suficiência, se se dispuser de perspectivas concretas de participação no comércio exterior, no caso, de natureza intra-regional, ainda que se utilizando o território boliviano como um canal para se atingir outros mercados internacionais, aliás, diga-se

de passagem, um propósito existente desde o Tratado de Petrópolis.

O desenvolvimento de Rondonia apóia-se, hoje, como não poderia deixar de ser, no setor primário como fornecedor de matérias-primas. Este é o primeiro estágio. Fatalmente, com um suprimento adequado de energia — e já estamos caminhando, nesse sentido, com a execução das obras de construção da Hidrelétrica Samuel, mais dias, menos dias, por um desdobramento natural do processo, serão implantados no Estado indústrias de transformação vegetal e mineral.

Deverão existir, pois, alternativas que tornem empreendimentos desta natureza atraentes para o investidor privado, gerando um mercado sólido capaz de atender os diferentes tipos de demandas esperadas para a região.

O comércio intra-regional fronteiriço é uma destas concretas oportunidades, daí a importância do entendimento firmado em Santa Cruz de La Sierra.

Doravante, por outro lado, a presença ativa de Rondônia, do Acre, do Mato Grosso do Sul e do Mato Grosso, representados por suas lideranças políticas e empresariais, nos entendimentos e negociações, é fundamental para que os acordos firmados tenham efeitos práticos, atendendo, sobremodo, aos interesses fronteiriços diretamente envolvidos.

O segundo destaque do entendimento, que reputei do máximo interesse para Rondônia, foi o comum propósito de se buscar financiamentos que permitam a construção nos territórios brasileiro e boliviano de rodovias que interliguem os Estados do Acre e de Rondônia com aquele País vizinho e amigo.

Se se quer o incremento das relações comerciais intra-regionais fronteiriças, como um dos suportes para o desenvolvimento do Estado, as ligações viárias indicadas são indiscutivelmente fundamentais para viabilizar esse intento.

A construção, em definitivo, das Rodovias La Paz/Cobija, La Paz/Guayaramerim, Porto Velho/Rio Branco, com ligações para as cidades de Brasiléia e Guajará-Mirim é a infra-estrutura indispensável para o fomento comercial naquela região.

Houve, por parte dos dois Governos, uma opção clara a respeito, vale dizer, de executar as obras mediante financiamento externo, com recursos no Banco Interamericano de Desenvolvimento. Esta é, pelo menos, a opção do momento, que espero, do nosso lado, não seja a única.

No caso brasileiro, o asfaltamento do trecho Porto Velho/Rio Branco é vital e urgente, porque envolve uma necessidade concreta e imediata, o mesmo se devendo dizer da melhoria das condições da Rodovia BR-425 (Abunã/Guajará-Mirim), assunto por mim exaustivamente tratado no pronunciamento de 20-3-84.

Entretanto, se essa foi a opção do Governo brasileiro e na ausência de outra alternativa mais rápida, entendo que as demarches com o agente financiador do projeto devam ser conduzidas com o máximo de brevidade e em regime de prioridade, tendo em vista a acentuada dependência que os habitantes daquela região têm, para viver, das Rodovias Br-364 e Br-425, trechos Porto Velho/Rio Branco e Abunã/Guajará-Mirim.

O nosso Presidente, testemunho, não tem faltado aos reclamos da gente de nossa região, tenho absoluta convicção que, tendo o Presidente entendido prioritário e desejável não só o incremento das relações comerciais com a Bolívia, como também oferecer, para tanto, a infra-estrutura viária necessária, terá entendido, principalmente, que o tráfego permanente e regular das Br-364 (trecho Porto Velho/Rio Branco) e Br-425 (Abunã/Guajará-Mirim) é uma solução que se impõe para já e determinará que as providências para esse fim

revistam-se da urgência requerida, sensível para a amarga e dramática situação dos brasileiros, nossos irmãos, que habitam naquela longínqua e, ainda, inóspita região.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado! (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra ao nobre Senador Henrique Santillo. (Pausa.)

S. Ex^e não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Gabriel Hermes. (Pausa.)

S. Ex^e não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Itamar Franco. (Pausa.)

S. Ex^e não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Mário Maia. (Pausa.)

S. Ex^e não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador José Lins.

O SR. JOSE LINS PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra ao nobre Senador Odacir Soares.

O SR. ODACIR SOARES (PDS — RO. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Este País está vivendo uma hora aguda e grave de seu destino histórico. E parece-me dever de todos nós, homens públicos brasileiros, denunciar com agudeza a gravidade deste instante, tanto pelos perigos como pelas promessas potenciais que, do bojo desta crise, poderão sobrevir para todos nós. E nem devemos perder de vista que as crises — sejam políticas, sociais ou econômicas — costumam ser secundas de consequências, tanto negativas como positivas, para o destino dos povos que as enfrentam. Da própria guerra — a mais grave e maligna de todas as crises que as sociedades humanas conhecem — costumam nascer, como irmãs gêmeas, desgraças e esperanças. As crises são, pois, antes e acima de tudo, um desafio para a inteligência dos homens. Um desafio que possui a virtude da urgência, pois sob o aguilhão destas duas pressões — o desafio e a urgência — é que a inteligência humana costuma alcançar seus mais altos índices de rendimento; desde que não se deixe obnubilar pela névoa das paixões e dos surtos emocionais.

Procuremos, pois, todos nós, refletir esta hora com lucidez, serenidade e, mais que tudo, realismo, espírito público e patriotismo. Qual é a raiz, conteúdo e significado da crise presente? Cumpre, em primeiro lugar, assinalar que se trata de uma crise tripla. Uma crise econômica, social e político-institucional. Crise econômica caracterizada pela inflação gigantesca, ascendente sempre e, até hoje, incontrolada; agravada pela dívida externa astronômica e a dívida interna insustentável; multiplicada pela recessão que entorpece, paralisa e leva à beira da insolvência o setor empresarial da força-de-produção, ao mesmo tempo em que penaliza, de maneira insuportável, com o desemprego, o subemprego e os salários insuficientes aos mínimos vitais, os componentes da força-de-trabalho, e — o que é pior — atinge, nas suas condições de sobrevivência social e até mesmo de sua sobrevivência orgânica, a família do trabalhador, com prejuízo irrecuperável à novas e às futuras gerações obreiras do Brasil. A crise social, filha direta da crise econômica, manifesta-se na insatisfação generalizada que hoje atinge do empresário descapitalizado e onerado por taxas de juro que, em tempos não distantes, seriam objeto das sanções penais da usura, ao trabalhador sem trabalho, sem saúde, sem casa e sem alimentação suficiente à vida — passando

pela pobre classe média, cada vez mais pauperizada e infelicitada por tantas privações e frustrações nas suas mais modestas aspirações existenciais. A crise político-institucional está aí, aos olhos de todos e aos seus ouvidos, gritando por todas as bocas, nas ruas e praças públicas, assim como nas tribunas dos plenários destas duas Casas do Congresso Nacional, e questionando, em tom menor, à meia-voz, nas sedes supremas mesmas do Poder Executivo, e já, muitas vezes, batendo às colendas portas dos tribunais do Poder Judiciário.

Essa crise tripla — cujos três componentes de sua aflitíssima trindade se inter-e-entra-relacionam, a multiplicar-se reciprocamente, em suas parcelas como no seu todo — tem sido já objeto de muitos estudos e debates quanto às suas causas, origens, vetores, perspectivas e consequências — o que, por aqui, me dispensa da tarefa inútil e acadiana de repetir o sabido e consabido, e poupa a todos nós da maçante estopada de ouvir, mais uma vez, o já dito, redito e tredito. O do que hoje me ocuparei, nesta tribuna, e vos peço — Sr. Presidente e Srs. Senadores — que me ajudeis neste trabalho ingrato e contudo tão necessário, é de apenas um ângulo aparentemente menor do componente político-institucional da crise geral; ângulo, esse, que, na sua aparência menor, contém, entretanto, uma carga potencial de consequências capaz de conduzir a crise global tanto às suas consequências mais explosivas e danosas quanto aos seus desfechos mais resolutivos e benéficos. Quero referir-me — e Vossas Excelências decerto já o adivinharam — ao processo da próxima sucessão presidencial da República. Cumple, ao entrarmos no exame desta matéria, revestir-nos, de muita serenidade, equilíbrio e reflexão, pois que, em verdade, neste terreno o que muito tem havido e preponderado, até aqui, é exaltação, emocionalidade e irreflexão. Ouso mesmo dizer — e perdoem-me os que acaso, com ou sem razão, possam sentir-se neste ponto atingidos — o que neste assunto tem havido é, de fato, muito ruído e pouco siso.

Cabe, com efeito, reconhecer que, de um lado e de outro, o que mais tem havido são as demasiais muito próprias das polarizações de idéias e sobretudo de sentimentos, que costumam levar à radicalizações precipitadas e precipitadoras. Radicalizações que a nada levam, quando não levam ao pior. Radicalizações tanto da parte dos que, na oposição, querem-porque-querem as eleições diretas já, hoje-mesmo-se-posível, e se comportam, e o proclamam, como se o simples processo eleições diretas — quem sabe a simples expressão "eleições diretas" — fosse uma panacéia político-institucional-econômico-social capaz, por si só e nada mais, de curar-nos, a todos nós, País e cidadãos, de todos os nossos males passados, presentes e futuros, inclusive o lumbago da vovô e a diarréia do netinho; — e, de outro lado, os que exorcizam o processo e a própria expressão "eleições diretas" como se ao próprio Mefisto exorcizassem. Claro que o exagero dos que, após 20 anos de instituições políticas desinstitucionalizadas, batem o pé, com capricho e picardia, por "eleições diretas já!", não admitindo, sequer, para argumentar, que, a bem de uma solução melhor, mais estável e permanente, se possam pacientar mais uns poucos anos, que pesarão muito menos na sua aguda e estéril impaciência individual do que nos resultados históricos, secundos em graças ou desgraças para o futuro da Nação e de todos nós, inclusive deles próprios — claro que esse exagero constitui um erro que a História poderá lhes cobrar com juros e correção social. Como igual cobrança poderá ser feita dos que, adeptos de alguma forma de imobilismo ou de continuismo, nada mais queiram do que a indefinida manutenção de um estado-de-coisas que se encontra já superado por todas as coisas, um estado-de-coisas que o Presidente João Figueiredo começou, tão bem, a reformular e cuja reformulação — política-econômica e social — ou se completa de todo, em novas

estruturas, ou nos manteremos desestruturados para enfrentar e resolver os gravíssimos problemas que hoje afligem todos os segmentos da sociedade brasileira.

O que importa, pois — Sr. Presidente e Srs. Senadores — é adotar uma serena atitude de reflexão e racionalidade, que não se deixe arrastar pela pressa emocional dos impulsos irrefletidos nem imobilizar pelo saudosismo, continuista dos que, hoje, já têm saudade de ontem, ou até de hoje mesmo. A pressa levará sempre a soluções que não resolvem ou resolvem errado. Assim tem sido sempre que ela comandou as nossas decisões políticas e institucionais. Poderíamos alinhar aqui uma série dos inúmeros precedentes históricos que falam por si mesmos nesse sentido. Mas bastará lembrar um dos mais recentes e mais evidentes, que a nossa geração assistiu em todas as suas fases, desde seus antecedentes, passando por sua etapa crítica, até chegarmos às suas consequências, que até hoje pesam sobre nós e infelicitam as nossas instituições. Quero referir-me à crise desencadeada com a renúncia do ex-Presidente Jânio Quadros e seus desdobramentos subsequentes. Na tentativa de contornar o impasse entre o veto dos ministros militares de então à posse, pura e simples, do então Vice-Presidente da República e as exigências dos que defendiam o estrito cumprimento dos dispositivos constitucionais vigentes, engendrou-se, às pressas (sempre a pressa), uma improvisada emenda — antes, diria, um remendo constitucional, substituindo, da noite para o dia, num passe de mágica, o regime presidencial pelo parlamentar. E a prestidigitação foi o que se viu e estamos a ver até hoje, em seus efeitos. A emenda — muito pior que o soneto constitucional vigente — acabou por gerar aquilo que o próprio Primeiro-Ministro de então, o ilustre hoje Governador de Minas Gerais, chamou de, "parlamentarismo híbrido" — estéril como todo produto híbrido — que mal durou pouco mais de um ano e quase tantas crises quantos os dias de sua duração, e que, ao extinguir-se, foi igualmente tão mal e apressadamente extinto, que o regime nascido de tal extinção não sobreviveu também mais que ano e pouco e muitas crises mais.

Este é um exemplo histórico de ontem — diria mesmo de hoje — e, entretanto, eis que, já agora, ainda não amanhecidio o dia seguinte do incêndio político-institucional que tanto tem consumido das energias nacionais, afetando tão fundo, as novas gerações de brasileiros; eis que, repito, ainda em pleno rescaldo de tal incêndio, já surgem os que mais do que propõem, os que reclamam, exigem uma nova emenda-remendo nessa nossa hoje pobre Constituição tão remendada. Na verdade — Senhor Presidente e Senhores Senadores — precisamos, sim, mais que nunca, não de uma emenda ou remendo nesse poço e esgarçado tecido de nossa colchadade-retalhos constitucional, mas de uma autêntica e profunda reforma constitucional, direi mesmo de uma nova Carta Constitucional, elaborada com muita competência, juízo e patriotismo. Para tanto, cumpre que se cumpra o que hoje está escrito: que se eleja, dentro de um máximo de normalidade legal e um mínimo de agitação estéril, o futuro Presidente da República, por um mandato cujo período de duração lhe assegure as condições de estabilidade que o habilitem a coordenar as amplas e duradouras reformas que este País está a reclamar e merecer. A reforma da economia nacional, que nos arranque do fundo-do-poço da recessão inflacionada, inflacionária e inflacionante. A reforma social, que garanta ao empresário a rentabilidade e a segurança de sua empresa, e, ao trabalhador, a continuidade de seu trabalho e a elevação de seu nível de vida. Mas, também, muito especialmente, a reforma político-institucional que a maturidade de nosso povo já há muito faz por merecer. Que se eleja um Presidente da República cujo programa e as realizações passadas sejam uma garantia de que tais reformas

se farão com a firmeza e a obstinação de uma autêntica reconstituição institucional do País. Um Presidente da República que convoque ao serviço da Nação a melhor inteligência dos homens sábios de nosso País, para que elaborem, à luz da experiência histórica de todos os povos da Terra, mas sobretudo das lições da história de nosso povo, um anteprojeto de reforma constitucional que os legítimos representantes da soberania nacional, neste Congresso da República, possam estudar, meditar, discutir, aperfeiçoar e, finalmente, dotar o Brasil da Constituição que nós, homens públicos, estamos a dever-lhe desde sempre.

Para tanto, é necessário que se instale no poder um governo que implante, de logo, no País um clima de normalidade, trabalho, realizações e austeridade. Que crie as condições de convivência entre o Estado e os cidadãos, de forma que este veja naquele, não uma entidade distante, difícil e incontrolável, à qual ele deve servir sempre, sem esperar recompensa, mas sim, o órgão de aglutinação dos interesses sociais que tem como objetivo maior servir ao indivíduo e à sua família; o Estado, em suma, como servidor e não como senhor do Cidadão. É necessário que se instale no País um governo que preserve, defenda e garanta os direitos civis de cada indivíduo e as prerrogativas de suas comunidades. Um governo que respeite e faça respeitar as liberdades políticas e estimule os cidadãos ao cumprimento de seus deveres cívicos. Um governo que respeite e assegure a privacidade do indivíduo e da família, ao mesmo tempo em que faça da vida pública e do homem público uma clara, transparente realidade aberta aos olhos da Nação. Um governo que, por fundar instituições políticas estáveis e nelas fundar-se com firmeza, tenha como ponto de honra de sua ideologia e de sua prática a liberdade de imprensa, instrumento da própria liberdade do cidadão e da respeitabilidade das instituições públicas. Um governo que apóie e forteleça uma vigorosa reestruturação da economia nacional, baseada no estímulo à iniciativa, à economia de mercado, ao incremento da produtividade empresarial, com um sólida instrumentação de defesa dos interesses coletivos e da soberania nacional. Um governo que, promovendo a retomada do desenvolvimento econômico do País, conquiste imediatamente uma tal autoridade e credibilidade interna e externa que lhe dê condições de negociar os compromissos financeiros do Brasil — tanto nos entendimentos bilaterais quanto nos foros internacionais — numa postura de grandeza e dignidade compatíveis com a grandeza desta Nação e a dignidade de seu povo.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, para que alcancemos, afinal, estas que são as verdadeiras vocações profundas e permanentes do destino histórico da nacionalidade brasileira, cumpre que todos nós, homens públicos do País, nos entendemos em torno de uma premissa fundamental: a única maneira de construir a sociedade livre e justa, vigorosa e próspera, que todos nós almejamos para os nossos filhos e os filhos dos nossos filhos, tem como pressuposto básico que a nossa geração saiba sobrepor os duros e pacientes encargos da construção do futuro às enganosas seduções dos construtores de castelos-de-areia. Castelos que costumam desabar justamente sobre seus desastrados construtores. Mas, que, infelizmente, desabam também sobre a Nação inteira. (Muito bem.)

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Lourival Baptista.

O Sr. Lourival Baptista (PDS — SE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

As comemorações do centenário do nascimento do Professor Eduardo Rodrigues de Moraes transcorreram num clima de intensa saudade e profunda admiração

pela inesquecível personalidade do saudoso mestre que introduziu a otorrinolaringologia como especialidade médica, na Bahia.

Catedrático dessa disciplina na Faculdade de Medicina da Bahia, Eduardo Rodrigues de Moraes foi meu professor, motivo pelo qual dele me recordo com profunda emoção, inclusive porque tive, igualmente, o privilégio de ser um dos internos de sua clínica no Hospital de Santa Izabel, em Salvador.

Cirurgião de extrema habilidade, e médico prestigiado por sua vasta clientela como um dos maiores otorrinolaringologistas da Bahia e do Brasil, Eduardo Rodrigues de Moraes teve o seu perfil traçado pelo Professor Aloisio Novis que, na qualidade de orador oficial da solenidade realizada no dia 28 de março passado, no Memorial de Medicina do Terreiro de Jesus, enalteceu, em primoroso discurso, os notáveis atributos da sua personalidade, do ponto de vista profissional e acadêmico.

O centenário de Eduardo Rodrigues de Moraes foi promovido pelas seguintes instituições associadas: a Academia Bahiana de Medicina, a Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia, e o Conselho Estadual de Cultura, cujos dirigentes compareceram às homenagens programadas, destacando-se, dentre as autoridades presentes, o Senador Luiz Viana Filho.

Criador de uma verdadeira escola, no âmbito da sua especialidade, a obra de Eduardo Rodrigues de Moraes foi continuada pelo seu ilustre filho, já falecido, o Professor Carlos de Moraes.

Cumpre, por conseguinte, um dever que me sensibiliza, como ex-aluno e amigo do Professor Eduardo Rodrigues de Moraes, ao fazer, desta tribuna, o registro das homenagens que lhe foram tributadas por ocasião do seu centenário.

Neste sentido, solicito a incorporação ao texto deste sumário pronunciamento dos artigos que sobre o insigne Mestre foram publicados na edição de *A Tarde*, da Bahia, a 30 de março de 1984, de autoria, respectivamente, de Adherbal Almeida — “Professor e Mestre” — e de Manoel Pereira, “Eduardo de Moraes”.

São dois magníficos e autorizados depoimentos prestados sobre a vida e a obra do Professor Eduardo Rodrigues de Moraes.

Eram estas as considerações que desejava fórmular nesta oportunidade.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SENADOR LOURIVAL BAPTISTA EM SEU DISCURSO

PROFESSOR E MESTRE

Adherbal Almeida

O Conselho Estadual de Cultura, a Faculdade de Medicina da UFBA, e a Academia de Medicina da Bahia, em oportuna decisão, entenderam que não passasse esquecida a data de hoje, em que se completa o primeiro centenário de nascimento do grande professor Eduardo Rodrigues de Moraes. Professor e Mestre — diríamos com maior propriedade —, e dos mais ilustres que já ensinaram no velho templo da medicina brasileira, a mais renomada escola desse gênero das que têm funcionado neste país.

O evento teria de ocorrer — como acertadamente também se decidiu — no salão nobre daquela casa, hoje lamentavelmente desfigurada a outros destinos, alguns dos quais, embora a ela ainda ligados, mas evidentemente sem a significação que haveria de ter a sua plena continuidade no sítio onde nasceu e se fez gloriosa. Pobre faculdade — diríamos ainda uma vez —, que não encontrasse no sentimento dos teus condutores de agora a mesma combatividade dos que te serviram no passado por tanto tempo, e que, redivivos fossem te não consentissem, jamais, esse triste fim! Eduardo de Moraes, entre

eles, com aquela fibra de varão destemido que tão esplendidamente assinalou a sua passagem por ela, mestre insigne de várias gerações. Tinha, entre os dotes peregrinos que lhe ornavam a personalidade — e sem que o seu reconhecido cavalheirismo a pudesse encobrir —, a paixão explosiva das grandes causas, do que deixou aos seus colegas e alunos, aos seus conterrâneos e descendentes os melhores exemplos a seguir.

Quando as forças do despotismo ameaçaram fazer sucumbir as mais belas conquistas da civilização, submetendo os povos do mundo livre ao arbítrio de decisões estúpidas e reacionárias; quando a sua pátria, ferida, formou fileira entre as nações que a elas se opuseram, organizou ele aqui e presidiu, ancião já, e a poucos passos da morte, “A Legião dos Médicos para a Vitória”, com o mesmo entusiasmo de que se fizeram marcadas todas as suas nobres atitudes.

Essa foi, porém, uma demonstração que apenas assinalou um estreito período da sua vida. O melhor que dela se sabe esteve no desempenho cotidiano do ensino e na prática da medicina. Foi aí que se fez imortal.

Exercendo, a um tempo e brilhantemente, a Oftalmologia e a Otorrinolaringologia, desta é que se tornou professor na sua velha faculdade, e nome aureolado nos meios médicos da Bahia e do Brasil.

Cercado, sempre de muitos discípulos — alguns dos quais se fizeram, igualmente, renomados mestres —, foi sob sua forte influência, e às luzes do seu imenso saber que se criara, aqui, a chamada “Escola Bahiana de Otorrinolaringologia”, de que tanto, ainda agora, nos enviamos.

Entre a missão de escrever para ensinar, e a de ensinar diretamente, pela ação, pela palavra e pelo exemplo, decidiu por esta última alternativa, e nessa condição é que pode formar aqueles discípulos e aquela escola, legando à sua pátria o nome ilustre que deixou.

Recebido, sempre, com especial destaque, nos mais requintados meios sociais do seu tempo, neles foi sempre visto como um gentleman, na mais correta avaliação inglesa do vocabulário.

“Não é só ouvindo e vendo, Senhor, mas vendo, ouvindo e praticando que o aprendiz se faz discípulo e o discípulo se faz mestre”, já alguém disse eloquientemente. E foi esta, sem dúvida, a melhor lição que ele nos ensinou.

Mas não é nosso propósito, nem seria esta a oportunidade, tentar refazer, aqui, na estreiteza destas linhas, o magnífico perfil desse grande mórto, neste primeiro centenário do seu nascimento.

Fa-lo-á, dentro de poucas horas — naquela mesma catedral do ensino médico da Bahia, em cujas paredes vestudas tantas vezes repercutiu a autoridade da sua voz —, um dos seus mais diletos e chegados discípulos, o ilustre professor Aloisio Novis. Haveremos de ouvir embevecidos, na eloquência da sua palavraria e no encanto do seu estilo, o relato dessa grande vida, da vida radiosa de Eduardo Rodrigues de Moraes.

A homenagem que hoje se lhe presta à memória não é só um culto de gratidão; é, sobretudo, um ato dignificante de justiça.

A Tarde — Sexta-feira, 30 de março de 1984:

EDUARDO DE MORAES

Manoel Pereira

Doutorando mais jovem da turma de 1905, com 20 anos, após ter colado o grau de médico na Faculdade de Medicina da Bahia, viajou para o velho mundo onde permaneceu durante três anos, freqüentando os melhores centros de cultura médica.

Na Alemanha fez estágio na Universidade de Heidelberg assistindo às clínicas de otorrinolaringologia e oftalmologia; na Áustria, em Viena, procurou também se

atualizar em assuntos de sua especialidade; na França, em Paris, foi, excepcionalmente, como um estrangeiro, nomeado assistente do Hospital da Fundação Rothschild, cargo remunerado cujos proventos foram por ele dispensados.

De volta de sua viagem à Europa, passou a trabalhar no Rio de Janeiro como assistente do Prof. Hilário Gouveia, quando, em julho de 1913, foi nomeado catedrático de otorrinolaringologia da Faculdade de Medicina da Bahia. Esta nomeação sobejamente justa porque credenciada pela sua cultura e nos dotes de grande mestre antes revelados; os concursos freqüentemente não escolhem o mais capaz.

No exercício de sua cátedra, de ano para ano, ganhou prestígio excepcional mercê de suas magníficas aulas, conferências, êxitos cirúrgicos. Em sua clínica, com os seus ensinamentos, uma escola otorrinolaringológica de onde saíram especialistas que se espalharam por todo o País.

Os acadêmicos de medicina rendiam-lhe preitos de homenagens freqüentemente e o elegeram paraninfo da turma de 1917, 1923, 1926, 1927 e 1943.

No estrangeiro, Eduardo de Moraes foi nosso representante no Congresso de Otorrinolaringologia realizado em 1928 em Copenhague; no Egito, no Cairo, deu o brilho de sua presença no Congresso Mundial de Oftalmologia em 1938; na Argentina, em Buenos Aires, ao visitar, como turista, o final de uma reunião de um Congresso Médico, teve a surpresa de sentir a mesma prorrogação a fim de os presentes lhe renderem uma grande homenagem.

Eduardo de Moraes, além de ser um grande mestre, era um líder da classe médica, presente em todos os movimentos cívicos.

Em meio as numerosas manifestações que enalteceram a sua vida, há uma que pode ser subscrita por todos os que o conhecem; ei-la, de Jorge Amado — “Foi um grande. Irradiava essa simpatia que vem da inteligência feita bondade, era com um ar de paternal carinho que ele acolhia os estudantes naquelas reuniões cívicas, onde sua figura era cercada de aplausos, porque todos, moços e velhos, o sabiam um patriota verdadeiro. Era tão entusiasmado como o mais jovem dos acadêmicos, em Eduardo de Moraes o fogo da juventude nunca se apagou.

Realizou, na sua totalidade, a missão do sábio: nunca se trancou nas distantes torres que afastam o intelectual da vida”.

Eduardo de Moraes em seu labor profissional, nas salas do primeiro andar do Sanatório Manoel Victorino, diariamente, passava as manhãs operando e atendendo os clientes que o procuravam. Alunos seus deram ao serviço — o seu nome — concretizado em uma placa festivamente inaugurada.

O autor destas linhas abruptamente demitido pela Mesa da Santa Casa de Misericórdia, em 1942, do cargo de Diretor do Sanatório Manoel Victorino, depois de exercê-lo durante 10 anos — antes do pronunciamento da justiça mandando reintegrá-lo no cargo que ocupava, contou com o apoio excepcional de Eduardo de Moraes: “Tive conhecimento da atitude injusta da Santa Casa — amanhã sairemos juntos desta casa depois de arrancar a placa do serviço que tem o meu nome”.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra ao nobre Senador Mauro Borges.

O SR. MAURO BORGES (PMDB — GO. Pronuncia o seguinte discurso.) Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Os 27 Municípios do Nordeste goiano querem que a região seja ouvida isoladamente, através de plebiscito, sobre a criação do Estado do Tocantins, pois querem ter o direito de fazer sua opção de continuarem pertencendo ao Estado de Goiás. Esta informação, a recebi através de

carta da Associação dos Municípios do Nordeste goiano apelando para que me torne "o mais importante aliado" de sua causa.

Eu, senhores, que inúmeras vezes, inclusive durante sessão de audiência pública da Comissão de Interior da Câmara dos Deputados, demonstrei meu posicionamento contra os argumentos para a criação do Estado do Tocantins, considerando-os subjetivos e sem quaisquer fundamentos científicos, divulgarei, aqui, na íntegra, a carta da Associação dos Municípios do Nordeste de Goiás:

"Considerando o aprovado em Assembléia Geral por maioria de seus membros associados, e a perspectiva da divisão do Estado de Goiás e, consequentemente, da formação do Estado do Tocantins, vimos através deste documento expor nosso ponto de vista à Vossa Excelência e apresentar um veemente apelo: queremos ter o direito de fazer nossa opção.

1. Estamos a poucas horas de Goiânia e Brasília, ligados pela BR-020, rodovia com todas as obras de arte concluídas. Assim, tornaram-se mais próximos de nós os hospitais, faculdades e todos os órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, da União e do Estado de Goiás.

2. A idéia de vermos quebrado esse vínculo com o desenvolvimento, deixa-nos seriamente preocupados. Por isso, queremos permanecer como parte integrante do Estado de Goiás. Não queremos pertencer ao futuro Estado do Tocantins, região com a qual não mantemos relacionamento de qualquer espécie, seja cultural, seja econômico, seja comercial. Não somos contra a divisão do Estado. Somos contra a inclusão do Nordeste no Estado do Tocantins.

3. Há entre nossos Municípios e a Região Norte do Estado, uma cisão determinada pela própria topografia local, pelos acidentes físicos. Para vencê-los e termos acesso à futura Capital seria necessária a construção de mais de mil quilômetros de estradas, de pontes sobre os rios Paraná, Manoel Alves Grande, Manoel Alves Pequeno, Maranhão, sem citar dezenas de pontes e bueiros de menor porte.

4. Com a Capital do novo Estado na cidade de Araguaína, ou Guarapuava, ou Presidente Kennedy, fica completamente inviável e impossível a ligação da região Nordeste com aquelas cidades, pela falta de rodovias e obras de arte, e pela distância, o dobro da distância a Brasília e Goiânia.

5. Em qualquer uma das três cidades mencionadas que for escolhida para Capital, o Governo Federal teria que injetar recursos, somas elevadas, para construir a infra-estrutura necessária a uma Capital. Quando essa cidade, que seria Capital do Estado, tivesse as mínimas condições, então se poderia pensar em recursos para as cidades mais distantes, como as da Região Nordeste, que com apenas 10% do total dos recursos a serem investidos, colocaria as cidades existentes, dotadas das principais obras de infra-estrutura e sem maiores sacrifícios governamentais. Ademais, nosso pedido justifica-se pela impossibilidade de contatos comerciais do Nordeste com o Norte, que de tal forma e uma vez aprovada a criação do Estado, o Nordeste goiano continuaria à margem de desenvolvimento. Somos então pela consulta, quando do referendo popular, fosse ouvida, isoladamente a região do Nordeste, através do plebiscito onde pudesse colher a opinião de todos os Municípios em particular.

Assim, e por essas razões, animamo-nos diante da certeza de que Vossa Excelência reconhecerá e compreenderá o nosso apelo e se constituirá o nosso mais importante aliado nesta luta, no sentido de nossos Municípios continuarem pertencentes ao Estado de Goiás." (Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra ao nobre Senador Raimundo Parente.

O SR. RAIMUNDO PARENTE (PDS — AM. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Transcorre amanhã em Manaus, o trigésimo quinto aniversário do Jornal *A Crítica*, de propriedade do jornalista Umberto Calderaro Filho.

Norteado pelo mais puro idealismo e pela vontade maior de bem servir a sua comunidade, o jornalista Calderaro, no dia 19 de abril de 1949, numa sala acanhada da Avenida Eduardo Ribeiro fez rodar o primeiro número de *A Crítica*, numa época em que matutinos famosos como *O Jornal* e *o Jornal do Comércio*, dominavam completamente a preferência do grande público manauara.

Era, Sr. Presidente e Senhores Senadores, a grande arrancada de uma carreira profissional marcada pelas vitórias mais legítimas e pelas conquistas mais brilhantes. Circulando com o lema: "De Mão Dadas com o Povo", *A Crítica*, ao longo desses trinta e cinco anos, outra coisa não fez senão marchar intimamente ligada ao povo amazonense, cujos anseios sabe traduzir com tanta propriedade e cujos direitos sabe defender com tanta combatividade.

Tendo enfrentado situações as mais difíceis e obstáculos os mais perigosos, o jornalista Umberto Calderaro a tudo soube vencer com galhardia e altivez, semeando, em sua caminhada imbatível, os mais dignificantes exemplos de renúncia, de abnegação e de amor ao povo e à terra que se propôs defender.

E como reconhecimento a esse trabalho e a essa luta, o povo da cidade de Manaus, através da sua representação na Câmara Municipal, vem de lhe outorgar o Título Honroso de Cidadão Benemérito de Manaus, numa demonstração eloquente de que a gratidão da comunidade resplandesce, agora, como uma coroa de louros na sua frente de campeador vitorioso, título que, não temos dúvidas, há de ser transformado, pela representação popular à Assembleia Legislativa, no de cidadão benemérito do Amazonas, eis que é a todo o Amazonas que Umberto Calderaro continua servindo, com a mesma dedicação, com a mesma fibra e com o mesmo idealismo que caracterizaram a estréia de *A Crítica* nos idos distantes de 1949.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a presente sessão, designando para a sessão ordinária da próxima segunda-feira, a seguinte

ORDEM DO DIA

1

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 127, de 1982, de autoria da Comissão Parlamentar de Inquérito, que aprova as conclusões e recomendações do relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito instituída pela Resolução nº 69, de 1978, tendo

PARECERES, sob nºs 1.090 a 1.092, de 1983, das Comissões:

— de Constituição e Justiça — 1º pronunciamento: pela constitucionalidade e juridicidade do Projeto e da Emenda de Plenário, com duas subemendas que apresenta; 2º pronunciamento: pela constitucionalidade e juridicidade do substitutivo da Comissão de Minas e Energia; e

— de Minas e Energia, favorável, nos termos do substitutivo que oferece.

2

Votação, em turno único, do Requerimento nº 857, de 1983, de autoria do Senador Itamar Franco, solicitando, nos termos dos arts. 75, a, 76 e 77 do Regimento Interno, a criação de uma Comissão Especial, composta de 7 (sete) membros, para, no prazo de 90 (noventa) dias, examinar e avaliar denúncias publicadas na Imprensa brasileira sobre fraudes nos fretes de distribuição de derivados de petróleo, bem como a extensão de subsídios concedidos ao setor petrolífero, tendo

PARECER ORAL, proferido em Plenário, da Comissão de Constituição e Justiça, favorável.

3

Votação, em turno único, do Requerimento nº 6, de 1984, de autoria dos Senadores Aderbal Jurema e Jutahy Magalhães, solicitando nos termos do inciso I do art. 418 do Regimento Interno, a convocação do Senhor Ministro Jarbas Gonçalves Passarinho, do Ministério da Previdência e Assistência Social, a fim de que, perante o Plenário, preste informações sobre a crise econômica e financeira da Previdência e Assistência Social.

4

Votação, em turno único, do Requerimento nº 896, de 1983, de autoria da Senadora Eunice Michiles, solicitando, nos termos dos arts. 75, e, 76 e 77, do Regimento Interno, a criação de uma Comissão Especial Mista, composta de 5 (cinco) Senadores e 5 (cinco) Deputados, para no prazo de 90 (noventa) dias avaliar os resultados da Zona Franca de Manaus bem como propor medidas de reorientação de sua política, examinando ainda os motivos e causas da fragilidade do modelo da Zona Franca de Manaus.

(Dependendo de Parecer da Comissão de Economia)

5

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 280, de 1980, de autoria do Senador Itamar Franco, determinando que a Ordem dos Advogados do Brasil opine sobre a escolha de magistrados que devam integrar Tribunais com jurisdição em todo o território nacional, tendo

PARECER, sob nº 634, de 1983, da Comissão

— de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade, com voto vencido do Senador José Ignácio Ferreira.

6

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 21, de 1983, de autoria do Senador Henrique Santillo, que dispõe sobre a redução do preço do álcool para venda a proprietários de veículos de aluguel empregados no transporte individual de passageiros, mediante subsídio, nas condições que especifica, tendo

PARECER, sob nº 710, de 1983, da Comissão

— de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 56 minutos.)

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (PDS — SE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

As viagens do Chefe da Nação ao exterior tornaram-se um imperativo no âmbito das relações internacionais,

planejadas e desenvolvidas pelo Itamarati, como exigência inarredável dos superiores interesses políticos, econômicos, culturais e técnico-científicos de um País-Continente, dotado de incomensuráveis potencialidades no cenário mundial.

A emergência do Brasil, a curto prazo, como um dos autênticos protagonistas da História, em função das suas incomparáveis virtualidades geodemográficas — desempenhando, simultaneamente, papel decisivo como celeiro, fonte supridora de matérias-primas e núcleo de irradiação de forças propulsoras do desenvolvimento global no rumo da paz, do respeito aos ideais da democracia, da justiça social e do bem-estar para todos — avulta, certamente, como um dos motivos pelos quais as viagens do Chefe da Nação vêm aumentando, à medida em que os anos vão passando, em número e importância.

Nesse contexto, é que se pode avaliar o significado, o inegável alcance, e os resultados de recém-encerrada viagem do Presidente João Baptista Figueiredo ao Marrocos e à Espanha, que se realizou, precisamente, no período de 8 a 14 de abril do corrente.

A comitiva oficial do Presidente João Baptista Figueiredo, da qual participei, estava constituída pelos Ministros de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Saraiva Guerreiro; da Agricultura, Nestor Jost; da Indústria e do Comércio, João Camilo Penna; General Rubem Ludwig, Ministro-Chefe do Gabinete Militar da Presidência da República; João Leitão de Abreu, Ministro-Chefe do Gabinete Civil; General Octávio Aguiar de Medeiros, Ministro-Chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI); Antônio Delfim Netto, Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República (SEPLAN); General Danilo Venturini, Ministro Extraordinário para Assuntos Fundiários e Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional; Senadora Eunice Michiles; Deputado Federal Alcides Franciscato; Deputado Federal Victor Faccioni; Ministro Synesio Sampaio Goes Filho, Chefe do Cerimonial da Presidência da República; Ministro Carlos Atila Alvares da Silva, Secretário de Imprensa e Divulgação da Presidência da República; Dr. Marco Antonio Kraemer, Diretor-Presidente da Empresa Brasileira de Notícias; Coronel Piero Ludovico Gobbato, Assessor-Chefe da Assessoria Especial da Presidência da República; Coronel Luiz Carlos de Avellar Coutinho, Secretário Especial da Secretaria Particular para Assuntos Especiais do Presidente da República e Coronel Periassú Ferreira Mattos, Chefe do Serviço de Segurança da Presidência da República.

Agregam-se, ainda, à comitiva oficial do Presidente João Baptista Figueiredo o Embaixador do Brasil na Espanha, Lauro Escoré de Moraes; o Senador Albano do Prado Franco, Presidente da Confederação Nacional da Indústria; o Professor Linaldo Cavalcanti de Albuquerque, Presidente do Conselho Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); o Presidente da Petrobras Shigeaki Ueki; Dr. Flávio Costa Brito, Presidente da Confederação Nacional da Agricultura; Dr. Antônio de Oliveira Santos, Presidente da Confederação Nacional do Comércio; Dr. Gil Macieira, Presidente da Caixa Econômica Federal; Dr. Hélio Smidt, Presidente da Varig; Dr. José Ubirajara Timm, Superintendente da SUDEPE; Dr. José Maria Marin, ex-Governador de São Paulo e os Embaixadores Paulo Tarso Flexa de Lima, João Carlos P. Fragoso, José Botafogo Gonçalves, Octávio Rainho Neves, Paulo Cardoso de Oliveira Pires do Rio, Ronaldo Mota Sardenberg e Dr. Roberto Pinto Ferreira Mameri Abdennur.

A viagem ao Marrocos se caracterizou, sobretudo, pela sua importância política e diplomática, tendo sido a comitiva oficial do Presidente João Baptista Figueiredo recebida no Aeroporto da cidade religiosa de Fez, pelo Primeiro-Ministro Mohame Karim Lamrani e grande massa popular.

No Aeroporto, a comitiva oficial se deslocou até a Praça Histórica de Bub-El Makina, onde o Presidente e a Senhora Dulce Figueiredo foram cumprimentados pelo

Rei Hassan II, pelo Príncipe Herdeiro Sidi Mohmmmed, sua irmã Princesa Lalla Meriam e pelo Príncipe Manlay Rachid. Ao longo do trajeto, grande massa popular compareceu e ovacionou a comitiva oficial, observando-se milhares de marroquinos que acenavam com bandeiras do Brasil e retratos do Presidente João Baptista Figueiredo.

À tarde do dia 9, tiveram início os entendimentos, entre os Ministros e Presidentes de órgãos dos dois países, notadamente, os Ministros Saraiva Guerreiro, das Relações Exteriores, Camilo Penna, da Indústria e do Comércio, Nestor Jost, da Agricultura, César Cals, das Minas e Energia, Presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, Professor Linaldo Cavalcanti de Albuquerque e do Presidente da PETROBRAS, Shigeaki Ueki, prosseguindo no dia 10, tendo em vista o exame dos problemas e assuntos de interesse recíproco do Brasil e de Marrocos.

Seria impossível enumerar e descrever todas as homenagens tributadas ao Brasil pelo Rei Hassan II, sua Coroa, e pelos habitantes da Histórica Capital religiosa e cultural do Marrocos.

Mas, a viagem oficial do Presidente João Baptista Figueiredo foi, particularmente expressiva e coroada de êxito integral na Espanha, em face dos atos, entendimentos e acordos efetivados no âmbito dos problemas examinados em Madri, com as autoridades principais do Governo espanhol.

Destacaram-se, nessa área, os assuntos examinados, conjuntamente, através dos Ministros: Saraiva Guerreiro, das Relações Exteriores, Delfim Netto, do Planejamento; Camilo Penna, da Indústria e do Comércio; Nestor Jost, da Agricultura; Professor Linaldo Cavalcanti de Albuquerque, Presidente do CNPq; dos Presidentes, Gil Macieira, da Caixa Econômica Federal, Embaixador Octávio Rainho Neves, Presidente do IBC, Embaixador Paulo Tarso Flexa de Lima, Coordenador do Departamento de Promoção Comercial e Ubirajara Timm, Superintendente da SUDEPE.

Evidentemente, esta não é a ocasião oportuna para relatar o conteúdo e as dimensões dos resultados obtidos nessas áreas.

Desejo, agora, realçar os aspectos políticos fundamentais, destacando, sobretudo, o jantar oferecido por sua Majestade o Rei Juan Carlos e a Rainha Sofia, ao Presidente João Baptista Figueiredo e Senhora, bem como à comitiva oficial, oportunidade durante a qual foram pronunciados os discursos, cuja incorporação, ao texto deste breve pronunciamento, solicito neste instante, porque traduzem os sentimentos de mútuo apreço, histórica amizade, e profundo respeito, que unem o Brasil e a Espanha, bem como do discurso de agradecimento ao almoço oferecido pelo Presidente do Governo Espanhol, o Primeiro Ministro Felipe Gonzales Marques.

Um dos aspectos mais sugestivos da viagem presidencial à Espanha foi, indiscutivelmente, a visita do Chefe da Nação e de sua Comitiva ao Senado Espanhol cujo Presidente, Senador José Frederico de Carvajal, dirigiu uma eloquente saudação aos visitantes brasileiros, que solicito, igualmente, seja incorporada às presentes considerações.

Merce, ainda, destaque especial o almoço oferecido aos parlamentares brasileiros integrantes da comitiva oficial, pelo Primeiro Vice-Presidente do Senado, ocasião em que tive a honra de falar agradecendo essa relevante homenagem.

Não poderia deixar de acentuar que, independentemente das cordialíssimas homenagens de Sua Majestade o Rei Juan Carlos I e da Rainha Sofia, o Presidente João Baptista Figueiredo foi distinguido pelo eminente Primeiro-Ministro da Espanha, Felipe Gonzales, com uma visita especial no Palácio El Pardo, durante a qual manteve

com o Chefe da Nação Brasileira importantes entendimentos e intercâmbio de opiniões, abrangendo a vasta gama dos interesses bilaterais das duas nações amigas.

Eram estas as breves observações que desejava formular, sobre a viagem do Presidente João Baptista Figueiredo ao Marrocos e à Espanha, cujos efeitos podem ser considerados positivos e auspiciosos, no concernente à consolidação da tradicional amizade que sempre caracterizou as relações desses países com o Brasil.

Não poderia, por conseguinte, na qualidade de integrante da comitiva oficial, deixar de registrar, desta tribuna, a indiscutível importância diplomática, política, econômica e cultural da viagem do Presidente João Baptista Figueiredo ao Marrocos e à Espanha.

Era o que me cumpria a dizer. (Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado.)

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. LOURIVAL BAPTISTA EM SEU DISCURSO:

DISCURSO DO PRESIDENTE DO SENADO, DA ESPANHA, SAUDANDO O PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO.

Mr. Presidente:

En nombre de las Cortes Generales, en el del Sr. Presidente Del Congreso, representado por el Sr. Vicepresidente y en el mío propio, tengo el honor de darle la bienvenida a esta una de sus casas y saludarle, saludando en vuestra persona al noble pueblo brasileño.

Estamos, Sr. Presidente, en el Palacio del Senado, viejo Convento de Padres Agustinos Calzados, construido en 1590 y símbolo de las libertades de los españoles. Y digo símbolo de las libertades de los españoles, porque de Convento de Padres Agustinos Calzados, fué transformado por las Cortes de Cádiz en Palacio Parlamentario, el 2 de mayo de 1814, para conmemorar la gesta del pueblo de Madrid, que ese mismo día del año 1808 se alzó frente a la denominación extranjera para defender la independencia de España.

Hoy y tras un largo parentesis en nuestra historia democrática, de nuevo es Cámara parlamentaria, sede del Senado de España, pues la Constitución de 1.978, que establece para los españoles todos los derechos y libertades, configura las Cortes Generales en dos Cámaras, el Congreso de los Diputados y el Senado. Ellas dan asiento al pluralismo político que, junto con la alternancia en el poder, constituye la base de todo el sistema democrático, y con ello la de la libertad de los pueblos, que es la plena realización del hombre, pues el hombre sin libertad no es nada.

Sé, Sr. Presidente, que el pueblo brasileño camina con paso firme por esta misma senda. Es claro ejemplo de ello son los hitos recorridos desde la subida de vuestra excelencia al solio presidencial. Me refiero a la ley de amnistía de agosto de 1979 y las elecciones de 15 de noviembre de 1982. Yo estoy seguro que el camino emprendido bajo vuestra dirección continuará hasta conseguir el total perfeccionamiento de las instituciones.

Es importante Sr. Presidente que los pueblos busquen la paz interior, la libertad y la democracia, pues como sabe vuestra Excelencia en estos momentos la humanidad está atravesando una crisis difícil y nos encontramos en un mundo lleno de tensiones y en todas partes surgen focos bélicos. Creo que todos hemos de hacer un esfuerzo de voluntad por crear de nuevo la paz la concordia entre los pueblos y, estimo que el pueblo brasileño y el pueblo español, en libertad y democracia, con su esfuerzo y su ejemplo pueden aportar una importante contribución a la causa de la paz, contribución más necesaria si se tienen en cuenta los momentos difíciles a los que he-a-

ludido por los que atraviesa la situación mundial entre tantas y tan grandes crisis.

En esta esperanza, Sr. Presidente, reciba una vez más la bienvenida de las Cortes Españolas y el saludo en vuestra persona a todo el pueblo brasileño, com el que tantos lazos nos unen y al que tan fraternal afecto tiene el pueblo español.

DISCURSO PRONUNCIADO POR SUA EXCELENCIA O SENHOR JOÃO BAPTISTA DE OLIVEIRA FIGUEIREDO, PRESIDENTE DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, AO SER RECEBIDO EM SESSÃO SOLENE NO PARLAMENTO ESPANHOL.

Madri, em 12 de abril de 1984.

Ilustríssimo Senhor Presidente do Senado Espanhol, Ilustríssimos Senhores Senadores, Minhas Senhoras, Meus Senhores,

Saudo, nesta Câmara Alta e na pessoa de seus ilustres representantes, o nobre e valoroso povo espanhol. Ao Senhor Presidente, agradeço, sensibilizado, as palavras acolhedoras que acaba de me dirigir e que bem traduzem a generosa hospitalidade da gente espanhola.

Chamou-os o povo espanhol, delegando-lhes o poder que dele emana. Por sua voz, Senhores Senadores, a sociedade faz ouvir suas aspirações e objetivos.

O espírito cívico da sociedade espanhola soube reunir, em torno dos ideais democráticos, a multiplicidade de matizes que a compõem. Gradações diversas do espectro ideológico encontram-se aqui presente, sintetizadas em prova inegável de amadurecimento político. Vossas Senhorias são responsáveis, perante a história, pela expressão das altas aspirações nacionais e pela mobilização das Forças do País na realização do bem-comum.

O mesmo apego aos valores mais caros de seu povo orienta o Governo brasileiro na busca de caminhos seguros que levem à plena expressão democrática. Juntos, o povo e o Governo brasileiros estão emprenhados no aperfeiçoamento das instituições nacionais. Em meu país, consolida-se, de forma irreversível, a prática da democra-

cia, pluralista e social. Graças a ela, as mais variadas tendências políticas encontram representação no Congresso Nacional, unidas pela certeza de que as instituições democráticas são a base indispensável ao bem-estar e à prosperidade da nação brasileira e condição para que possa desempenhar um papel significativo em favor do desenvolvimento, da cooperação entre os povos e da paz mundial.

Senhor Presidente,

Minha presença nesta Casa traduz o alto apreço da nação brasileira pelo Parlamento espanhol. Reafirmo, nesta oportunidade, a perene fraternidade hispano-brasileira, de que deu testemunho recente a honrosa visita de Sua Majestade o Rei Juan Carlos I a meu País.

Brasileiros e espanhóis confiamos em que, nos momentos de crises e dificuldades, avulta a importância dos Legislativos na procura, pelo caminho do diálogo e da negociação, do bem-estar e da felicidade de cada país.

A Vossas Senhorias, Senhores Senadores, formulo sinceros agradecimentos pela consideração com que ora distinguem, na minha pessoa, o povo e o Governo do Brasil.

Muito Obrigado.

BRINDE A SER PRONUNCIADO POR SUA EXCELENCIA O SENHOR JOÃO BAPTISTA DE OLIVEIRA FIGUEIREDO, PRESIDENTE DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, POR OCASIÃO DO ALMOÇO OFERECIDO POR SUA EXCELENCIA O SENHOR FELIPE GONZÁLEZ MARQUEZ, PRESIDENTE DO GOVERNO ESPANHOL.

Madri, em 13 de abril de 1984.

Senhor Presidente do Governo,

Agradeço, sensibilizado, as amáveis palavras que Vossa Excelência acaba de dirigir ao povo brasileiro e a mim.

São elas o exemplo da generosidade que caracteriza os espanhóis, tão conhecida de todos os que privam com seus compatriotas estabelecidos no Brasil.

O emadurecimento e o descortino político do povo espanhol levaram-no a escolher Vossa Excelência para dirigir seus destinos. Vossa Excelência muito tem contribuído para a confiança granjeada pelo Governo espanhol e soube responder, aos olhos da comunidade internacional, às mais sérias exigências do importante cargo em que está investido.

A grande satisfação que sentimos em conhecer este país admirável é aumentada pela possibilidade de aprofundar-se o entendimento recíproco. Em nossas conversas e naquelas entre nossos Ministros das Relações Exteriores pudemos confirmar a convergência de posições, em muitas áreas, e explicitar os pontos de vista que orientam a ação externa de cada Governo.

Na esfera bilateral, nossos Governos e nossos povos partilham o desejo de expandir e dinamizar o intercâmbio existente. A situação atual exige criatividade e iniciativa.

As trocas entre dois países não se restringem ao comércio, aos investimentos, ao turismo, à cooperação científica e tecnológica; mas abrangem também as relações culturais, cuja importância é ressaltada pela presença histórica da Espanha em toda a América Latina, inclusive no meu país.

Embasa a cooperação, que se desenvolve entre nossos dois países, em benefício de ambos, a crença comum e inabalável nos valores democráticos e pluralistas, que constituem a própria essência do pensamento ocidental.

A dedicação aos princípios da justiça e do direito, na busca do bem comum, leva nossos países a trabalhar, em seus respectivos âmbitos de atuação, por um relacionamento mais equilibrado e um diálogo mais efetivo entre as nações. É chegado o momento de lançar mão de todos os recursos que conduzam à colaboração. Há que militar pela construção de uma ordem internacional compatível com a realização dos legítimos anseios de todos os povos.

O Brasil e a Espanha estão profundamente empenhados nesse esforço, confiantes no êxito da luta pelos objetivos básicos do progresso e da paz.

Ergo, pois, minha taça ao futuro das relações entre nossos povos e nossos Governos, à saúde de Sua Majestade o Rei Juan Carlos I e à felicidade pessoal de Vossa Excelência e da Senhora de González.

DISCURSO DE S.M. O REI DURANTE O JANTAR DE GALA OFERECIDO EM HONRA DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

12 de abril de 1984

Sr. Presidente,

Dentro de escassas semanas haverá passado um ano desde que a Rainha e eu pisamos, pela primeira vez, a terra brasileira. Foi o início de uma viagem durante a qual

fomos, desde o primeiro momento, objeto de um alçamento emocionante, que se foi repetindo no decorrer dos sete dias da nossa estada no seu maravilhoso país.

As gratas recordações dessa viagem inesquecível, a joia do barroco da Baía, a criatividade arquitetônica da capital, a alegria e a paisagem cariocas, o dinamismo paulista, a cordial hospitalidade de toda a gente brasileira continuam a estar presentes, não só na nossa memória, mas também no nosso coração. Seria difícil exprimir com palavras os sentimentos que nos sugere, desde então, a evocação da palavra Brasil.

Além disso verificamos, durante aquela viagem e não sem emoção, a profundidade dos laços que unem os nossos dois países, perfeitamente simbolizados em tantos espanhóis que, por uma ou outra razão, foram levados a fazer vida no Brasil e que, hoje, se sentem plenamente integrados na vida nacional e na sociedade brasileira, conservando ao mesmo tempo o legítimo orgulho da sua origem espanhola.

Senhor Presidente,

Se é verdade que tiveram que passar muitos anos até que o Rei de Espanha, como Chefe de Estado, chegasse por primeira vez ao Vosso país, haverá que dizer o mesmo no que diz respeito à longa espera do povo espanhol até receber a visita oficial do Primeiro Mandatário da República Federativa do Brasil, do Presidente desse grande país das Américas, a que a Espanha está secularmente vinculada, numa relação, tão contínua como viva, que faz com que este intercâmbio de visitas de Estado, hoje culminadas, sejam um reencontro de notável significado histórico.

Por isso e antes de mais nada, Senhor Presidente, lhe dou, em nome do povo espanhol, as minhas mais calorosas e sinceras boas vindas.

Além disso, este reencontro constitui uma prova oportunidade e evidente do desejo político que têm ambos os Governos de estreitar, diversificar e aprofundar as nossas relações, cujo desenvolvimento se encontra apenas no seu inicio, em muitos aspectos.

Assim o revela a importante delegação que acompanha Vossa Excelência para permitir, nestes breves dias durante os quais os espanhóis têm a honra de Vossa presença, que se aprofundem as nossas relações e que se intensifiquem os nossos recíprocos intercâmbios em todos os âmbitos: econômico e cultural, tecnológico e humano.

Esta vontade de aproximação manifesta-se num contexto que não é fácil para nenhum dos nossos países. O mundo inteiro padece a crise econômica que afeta, com especial crueldade, os países ibero-americanos. Também em Espanha o desenvolvimento económico se tem visto profundamente atingido por essa crise que, estou convencido, será vencida com o esforço de todos.

É precisamente nestes tempos difíceis que a construção de uma democracia alcança o seu maior valor.

Creio que é daí que parte, em grande medida, a admiração e a esperança com a qual o povo espanhol contempla o firme caminhar do Brasil, rumo à democracia. Cada Nação tem, como eu o disse em Brasília, o seu próprio "tempo" histórico; cada povo projeta o seu próprio modelo com o seu esforço e conforme a sua personalidade. Mas todos se reconhecem na liberdade.

Senhor Presidente,

Espanha também viu como a vocação internacional do Brasil se tem vindo a revelar numa demanda mais intensa de soluções para os grandes problemas do nosso tempo e na sua inserção, cada vez mais profunda, no contexto ibero-americano.

Esta orientação do Brasil irá contribuir poderosamente para que este grupo de países reafirme a sua identidade, reforce a sua presença e, ao fim e ao cabo, consiga o protagonismo que lhe é devido na cena internacional.

Creio que a eleição, recente e unânime, de um prestigioso diplomata brasileiro para a Secretaria Geral da Or-

ganização dos Estados americanos constitui um testemunho palpável dessa vontade brasileira e de como essa vontade está sendo apreciada entre os restantes Estados do Continente.

Neste campo das relações internacionais convergem, indubitavelmente, muitas apreciações e muitas perspectivas entre os nossos dois países, que sentem uma mesma vocação de paz e que consideram, como prioridade, a aspiração ao desenvolvimento dos povos e a uma distribuição mais justa de riqueza mundial.

Dentro da complexidade brasileira — produto de um cruzamento único entre as culturas europeias, africanas e americanas — a luta contra a desigualdade e pela dignidade do homem não é o desejo de viver melhor, mas também, num sentido mais profundo, o desejo de viver de outra maneira.

Senhor Presidente,

Na esperança de que esta nova etapa histórica de relações entre os nossos povos dê os frutos que todos esperamos, em nome da Rainha e do meu, desejo-lhe, a si e à sua esposa, bem como às distintas personalidades que os acompanham, uma gratíssima estada em Espanha, onde teríamos gostado retê-los pelo menos tantos dias como os que gozamos no seu inesquecível e querido país.

Convido todos a erguer comigo as suas taças para um brinde pelo Brasil, pelo seu povo, pelo seu Governo e pela felicidade pessoal do Presidente da República e da Senhora de Figueiredo.

DISCURSO PRONUNCIADO POR SUA EXCELENCIA O SENHOR JOÃO BAPTISTA DE OLIVEIRA FIGUEIREDO, PRESIDENTE DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, POR OCASIÃO DO BANQUETE OFERECIDO EM SUA HOMENAGEM POR SUA MAJESTADE O REI JUAN CARLOS I.

Madri, em 12 de abril de 1984

Majestade,

Seu honroso convite permite-me retribuir a visita que Vossa Majestade fez ao Brasil, no ano passado. O povo brasileiro recorda, com carinho, os dias em que a Rainha Sofia e Vossa Majestade estiveram entre nós.

Guardarei sempre, entre as gratas memórias de meu governo, a lembrança da oportunidade, que então tivemos, de dialogar sobre nossos países, sobre os laços fraternal que os unem, sobre as aspirações de nossos povos, sobre os problemas de nossa civilização e do mundo conturbado em que vivemos. É com grande prazer que vejo a possibilidade de retomar este diálogo.

Encanta-me, igualmente, conhecer a terra espanhola, herdeira de um passado glorioso e votada a um futuro de grandeza. Seus monumentos, a riqueza de sua literatura, sua tradição universitária, a pujança e a criatividade de suas artes plásticas, o vigor do seu pensamento filosófico, tem o poder de inflamar a imaginação dos homens de todos os quadrantes e de todas as idades, cativados pela riqueza inesgotável da alma espanhola. Contemplá-la é reencontrar o humano nas suas manifestações mais nobres, no justo orgulho, no destemor, na paixão pelas grandes causas, na generosidade, no amor entranhado à terra, sentimentos que sabe associar à capacidade criadora e ao sentido prático. Cervantes, o grande gênio da língua, soube transpor estes traços na obra imorredoura do Quixote, cujo sentido transcende fronteiras e culturas para ganhar valor universal.

A Espanha é credora de toda a humanidade por esta e por muitas outras contribuições ao patrimônio cultural de nossa civilização.

A riqueza polimorfa da cultura hispânica reflete-se na complexidade da sociedade espanhola. Coube a Vossa Majestade conciliar e sintetizar as aspirações deste nobre

povo num momento particularmente rico de sua história.

A identidade nacional espanhola está em tudo representada por seu Rei. A sobriedade, a dignidade, o humanismo, a benevolência e a eqüidade encontram em Vossa Majestade morada natural. Estes valores tradicionais da cultura hispânica, aliados ao espírito da modernidade ocidental, inspiram Vossa Majestade no decisivo papel que desempenha no processo de consolidação da democracia espanhola.

Majestade,

No plano da política exterior, a Espanha, de um lado, confirma sua plena inserção no Ocidente democrático e, de outro, propicia aproximação maior, em termos de cooperação e solidariedade, com a comunidade latino-americana.

Parte integrante da América Latina, o Brasil é particularmente sensível a esse empenho. Meu Governo procura desenvolver com os vizinhos do Continente e com as demais nações amigas relações francas e solidárias. Cultivamos o diálogo, livre e desimpedido, porque fundado no apreço e respeito entre iguais.

Essa atitude aberta, que compreende a aceitação de diferenças no tecido dos interesses comuns, emana, a meu ver, de substrato cultural, que encontra suas origens em Portugal e Espanha.

Espanhóis e portugueses mesclaram-se aos povos que encontraram na América, imprimindo sentido humanístico à missão que empreenderam em nosso continente. Figura ímpar e simbólica desse processo é o Beato José de Anchieta, cujo sesquicentenário de nascimento comemoramos este ano. Avulta, na história, como cidadão hispânico por excelência, no sentido atribuído originalmente à expressão por Camões: é espanhol por nascimento, português por formação intelectual e brasileiro por quarenta e quatro anos de incansável dedicação à catequese dos índios do Brasil.

Iniciador da literatura brasileira, compôs — em espanhol, português, latim e tupi — autos, diálogos, versos, cartas e sermões. Co-fundador da cidade de São Paulo, participou, igualmente, da fundação do Rio de Janeiro. Com heroísmo missionário, dedicou-se a atividades sociais e políticas que até hoje rendem frutos. Suas qualidades humanas, virtudes e admirável exemplo de zelo e santidade fazem com que meu país se orgulhe de venerar no Bem-Aventurado Padre José de Anchieta, o “Apóstolo do Brasil”.

Intrépidas e bravas naves espanholas cingraram os mares e transportaram os Ojeda, os Pinzón, os Diego de Lepe até as costas brasileiras. Esse mesmo espírito trouxe, em tempos modernos, consideráveis contingentes migratórios espanhóis a nossas cidades e campos. Ao integrar a paisagem social brasileira, contribuíram para moldar o perfil de uma nacionalidade de múltiplas características. A nação brasileira é profundamente grata às diferentes formações étnicas e culturais que criaram a originalidade de nosso caráter nacional.

À Espanha devemos um legado de influências nas lettras, no folclore, na música, no direito, na filosofia. Sobre esse patrimônio, que se vem formando desde os tempos coloniais, ergue-se a comuna adesão de nossos países aos princípios básicos da convivência internacional de igualdade soberana, autodeterminação e respeito mútuo.

Majestade,

A difícil conjuntura internacional com que nos defrontamos apresenta-nos o trágico espetáculo de focos de tensão que se multiplicam, ameaçando a paz e a segurança internacionais.

A inquietação causada pela aceleração da carreira armamentista, os perigosos jogos de intimidação e pressão

minam o arcabouço político necessário ao intercâmbio entre as nações.

Na esteira de um ambiente político que se deteriora, também a economia internacional está em crise. As elevadas taxas de juros, a desaceleração do comércio, o reforço do protecionismo e a contração dos fluxos financeiros dirigidos aos países endividados afetam perversamente a todos os países, do Norte ou do Sul.

As causas profundas dessa crise global, a nosso ver, situam-se nas deficiências da estrutura do relacionamento internacional. Urge criar novas fórmulas de convivência que abandonem a confrontação pelo entendimento e pela cooperação.

Ao Brasil não falta disposição para dialogar em bases construtivas. Estamos convencidos de que, com moderação e equilíbrio, as imperfeições existentes poderão ser corrigidas. No aspecto econômico, confiamos em que a recuperação que hoje se esboça no mundo desenvolvido possa contribuir para a estabilidade da economia mundial.

Apesar dos impactos externos de que vem sendo alvo, o Brasil tem persistido na luta pela superação da crise que o obriga, por ora, a reduzir o ritmo de seu desenvolvimento. Espera, porém, contar com a sensibilidade dos países exportadores de capital e com a compreensão de seus parceiros comerciais para o extraordinário esforço que vem empreendendo.

Nossa atitude é a de buscar superar as dificuldades pela compreensão e pela cooperação. É esse o espírito que sempre presidiu o diálogo profícuo entre o Brasil e a Espanha. Solidamente lastreadas em valores permanentes, nossas relações têm sido suficientemente flexíveis para adaptar-se às exigências das novas tempos.

Estamos abertos a iniciativas inovadoras, que respondem ao desafio do momento presente. Estamos dispostos a aperfeiçoar todos os campos de nosso denso intercâmbio — as trocas econômicas e financeiras, a participação em projetos conjuntos na área científica e tecnológica, o intercâmbio cultural. Nesse particular, o Brasil sente-se lisonjeado ao participar da celebração da gesta colombiana, pela presença de sua comissão nacional nas comemorações do quincentésimo aniversário da descoberta da América.

Majestade,

Agradeço-lhe o convite que me propiciou a oportunidade de realizar desejo há muito acalentado: o de visitar este maravilhoso país, do qual nós, brasileiros, nos sentimos muito próximos.

Convido todos os presentes a me acompanharem num brinde à crescente prosperidade do povo espanhol, às boas relações entre o Brasil e a Espanha e à saúde e felicidade pessoal de Vossa Majestade e da Rainha Sofia.

Republicado por ter saído com incorreções no DCN de 17-04-84.

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. ITAMAR FRANCO NA SESSÃO DE 16-4-84 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE:

O SR. ITAMAR FRANCO (PMDB — MG. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Participei, sábado, de um comício na cidade mineira de Itabira e gostaria de ler o comentário do jornalista Otaviano Lage, que diz o seguinte, Sr. Presidente:

“... cinco mil pessoas fizeram anteontem à noite na pequena e indomável Itabira, cidade encravada em pleno quadrilátero ferrífero mineiro. Itabira é um capítulo específico dentro da luta da Nação brasileira pelo imediato restabelecimento das eleições diretas. É uma cidade arrancada de suas pachorra

pelos tentáculos da Companhia Vale do Rio Doce, que invadiu aquele espaço e ali se comportou com a voracidade do colonizador exaurindo milhões de toneladas de hamaíta compacta, deixando no lugar enormes buracos e a ameaça de transformar em uma cidade fantasma, arrancada que for a última tonelada de minério.

Povo sofrido, o itabirano quer construir o seu amanhã para não mais ter de conviver com a perplexidade vivida hoje por todos eles diante da nenhuma perspectiva sobre o que fazer findo o ciclo de mineração em sua cidade. Evitar tamanha angústia passou a ser a preocupação de cada um dos conterrâneos, do poeta Carlos Drummond de Andrade. Seguramente veio daí o engajamento de todos eles na luta pelas diretas já. Não votar no próprio presidente e saber qual o seu nome somente depois de fechado o concílio báculo do qual o povo não participa é se angustiar duplamente. Itabira quer votar nesse nome, participar de sua indicação, legitimá-lo nas urnas. Como quer mais espaço para discutir o seu amanhã como cidade.

Há um paralelo entre Itabira, a cidade mineradora que se exaure, e o Brasil, país exaurindo por uma política econômica na qual o bem-estar da Nação é detalhe de menos importância. Em São Paulo, hoje, em Itabira, anteontem, o povo nas ruas quer a mesma coisa, quer ser senhor de seu destino, quer sonhar, e determinar a concretização de seus sonhos, quer continuar trabalhando mas sabendo que os frutos de seu trabalho serão seus.

Sr. presidente, aqui termino a leitura do artigo do jornalista Otaviano Lage. Mas vale a pena dizer, e particularmente à Bancada do governo nesta Casa, que o povo brasileiro quer ser senhor do seu destino, que o povo brasileiro quer participar da vida da Nação e, consequentemente escolher pelo processo direto, o Presidente da República.

Veja, Sr. Presidente, a artificialidade em que vivemos — não sei se os Srs. Senadores do PDS conhecem a propalada emenda que o Senhor Presidente da República deverá enviar ao Congresso Nacional, dizem que hoje, amanhã ou depois de amanhã.

Sr. Presidente, a verdade é que o Poder Político da Nação, o Congresso Nacional, tem que se preparar, exatamente para o quê? Para no dia 25 dar o seu voto às eleições diretas. Não podemos ficar na expectativa de que esta Casa, tão rica de tradições, a Câmara alta do País, não possa no dia 25 dar o seu voto às eleições diretas. Muito mais sério, Sr. Presidente, será não ver naquele dia, naquela batalha, os Srs. Senadores da República presentes, mesmo que S. Ex's não queiram votar a emenda que estabelece as eleições diretas para este País. E preciso que o campo de batalha seja ocupado por esses Srs. Senadores e que, no desenrolar dos debates, quem sabe, os nobres Senadores nos convencerão de que a emenda que propõe eleições diretas para Presidente da República não deva ser aprovada? Será difícil compreender a ausência dos nobres Senadores da República, sobretudo, Sr. Presidente, a ausência do Partido do Governo. Costumava dizer que a Minoria às vezes se ausenta do plenário. É verdade, Sr. Presidente, mas, à Maioria normalmente não é dado exercer esse direito.

Sr. Presidente, aqui se tem levantado uma questão que não corresponde à verdade.

O Sr. Lenoir Vargas — Permite V. Ex' uma aparte?

O SR. ITAMAR FRANCO — Ouço o aparte do nobre Senador Lenoir Vargas.

O Sr. Lenoir Vargas — Acho que o fato de a Minoria retirar-se do plenário, como V. Ex' está dizendo, não al-

terá nada, porque se é Minoria tanto faz ficar como sair, é a mesma coisa.

O SR. ITAMAR FRANCO — Este é o meu raciocínio.

O Sr. Lenoir Vargas — Este é o raciocínio de V. Ex'. V. Ex' disse que a Minoria era criticada por se retirar. Acho que tanto faz a Minoria ficar como sair...

O SR. ITAMAR FRANCO — V. Ex' talvez não tenha entendido o raciocínio que eu estava fazendo.

O Sr. Lenoir Vargas — V. Ex' é um dos campeões da democracia aqui, naturalmente não vai querer ditar as regras para o outro Partido, de como vai agir.

O SR. ITAMAR FRANCO — Eu não diria que sou o campeão da democracia porque V. Ex' está à minha frente na defesa da democracia. Vamos objetivamente ao caso, Gostaria de debater com V. Ex'

V. Ex' vai comparecer no dia 25?

O Sr. Lenoir Vargas — Seguirei a orientação do meu Partido, mas ela não está traçada ainda.

O SR. ITAMAR FRANCO — O Partido de V. Ex' não tem orientação até hoje?

O Sr. Lenoir Vargas — Traçada ainda, não.

O SR. ITAMAR FRANCO — Quer dizer que até hoje, às vésperas da decisão de uma emenda tão importante, o Partido de V. Ex' está sem qualquer perspectiva?

O Sr. Lenoir Vargas — Temos especulações no sentido de sabermos que somos Maioria.

O SR. ITAMAR FRANCO — Quando V. Ex' disse que "nós não temos", até pensei que V. Ex' ia dizer que "nós não temos Líder". V. Ex' tem o Líder.

O Sr. Lenoir Vargas — Eu não disse isso, não. V. Ex' sabe muito bem que tenho uma grande consideração e respeito muito o meu Líder e aguardo as instruções que venham da Liderança para segui-las.

O SR. ITAMAR FRANCO — Instruções da Liderança...

O Sr. Lenoir Vargas — E com tranquilidade. Eu comprehendo a preocupação de V. Ex'...

O SR. ITAMAR FRANCO — Eu não estou preocupado, não...

O Sr. Lenoir Vargas — Tanto que V. Ex' pediu a palavra para se preocupar com o que o PDS vai fazer.

O SR. ITAMAR FRANCO — Preocupado com o PDS, não. Eu estou apenas, e V. Ex' me interrompeu quando eu estava iniciando a minha fala, mostrando preocupação não para com o PDS, para com a Casa, e V. Ex' não representam apenas a Casa, isoladamente. A minha preocupação não é com V. Ex's, é para que o povo possa pensar amanhã em relação ao Senado da República. É muito diferente, veja a colocação que faço. Há uma distinção, Senador. Vamos ser bastante claros.

O Sr. Lenoir Vargas — Mas, V. Ex' não falou nisso. Agora V. Ex' está falando.

O SR. ITAMAR FRANCO — Não, V. Ex' não prestou atenção porque estava conversando, e não percebeu o início da minha fala.

Há uma distinção entre o que seja o Senado da República e o que seja a Bancada do Governo. Nós fazemos perfeitamente esta distinção. Temos o maior respeito pela Bancada do Governo, mas distinguimos o Senado da República, que não é representado aqui apenas

pela Bancada do Governo. E para o que eu estava chamar a atenção é exatamente isso: é que este Senado não pode ficar ausente ao grande debate que se vai estabelecer no Congresso Nacional no dia 25. E fiz apenas uma indagação. E à indagação V. Ex' já disse que não pode responder porque não tem orientação. Então, nós temos que aceitar o que diz V. Ex', é que a Bancada de V. Ex' não tem orientação, não sabe se vai comparecer, se vai votar, o que nós lastimamos. E V. Ex' vai-me permitir que eu tenha o direito de lastimar que, nesta altura, V. Ex' não saiba se deve ou não apoiar as eleições diretas para Presidente da República.

O Sr. Lenoir Vargas — Bem, quanto a mim...

O SR. ITAMAR FRANCO — É o direito que V. Ex' tem.

O Sr. Lenoir Vargas — Permite V. Ex' uma intervenção?

O SR. ITAMAR FRANCO — Com muito prazer.

O Sr. Lenoir Vargas — Quanto a mim, nesse outro tema, a minha posição já foi muito clara, eu acompanho a situação que está prescrita na atual Constituição em vigor, em virtude de ter disputado as eleições de 1982, na convicção de que se fosse vitorioso, com maioria no Colégio Eleitoral, elegeríamos o Presidente da República. Isso é a repetição do que...

O SR. ITAMAR FRANCO — É o realejo?

O Sr. Lenoir Vargas — É o realejo da maioria, que V. Ex' não aceita.

O SR. ITAMAR FRANCO — É o realejo, eu já conheço esse realejo.

O Sr. Lenoir Vargas — Agora V. Ex' ficou a mobilizar o povo e dar a impressão para o povo de que tem maioria aqui, e não tem. Quer dizer, V. Ex's estão vendo que estão iludindo a opinião pública e querendo, nessa ilusão, à medida em que o dia chega, à medida que vai chegar a hora da verdade, eu sei que vão ficar constrangidos, porque, na hora que abrir, efetivamente, a realidade da situação, no Senado, V. Ex's não têm maioria, não têm coisa nenhuma, só têm conversa, até agora.

O R. ITAMAR FRANCO — Veja V. Ex', Senador Lenoir Vargas, V. Ex' disse que é um respeitador da Constituição, as regras ai estão. V. Ex', em 1980, não respeitou a Constituição e aceitou a prorrogação dos prefeitos e vereadores. A Constituição foi alterada às vésperas das votações dos prefeitos e vereadores. Então, quando há o interesse, quando há o interesse de V. Ex', V. Ex' levantam a intocabilidade da Constituição. Mas a verdade é que V. Ex's já não conseguem mais enganar, e o engano de V. Ex's está exatamente aí é de que o povo não quer mais ser senhor do seu destino, o povo sempre quis ser senhor do seu destino. E cada vez mais e é por isso que eu fiz questão de começar citando a pequena cidade de Itabira, onde estive no sábado, num grande comício, para cujo significado, Sr. Presidente, é exatamente esse, o povo brasileiro não abre mão e não vai abrir mão de influir nos destinos do nosso País. E que é mais importante, Sr. Presidente, ele quer influir democraticamente, pacificamente, ordeiramente. Não haverá crise artificial, Srs. Senadores...

O Sr. Fábio Lucena — Permite-me V. Ex' um aparte?

O SR. ITAMAR FRANCO — Pois não, nobre Senador.

O Sr. Fábio Lucena — É a propósito da resposta que deu, em oportunidade intervenção, o eminentíssimo Senador Le-

noir Vargas, de que o Partido Democrático Social, ainda não adotou uma orientação. Tomei a liberdade, nobre Senador Itamar Franco, de reler o Programa do PDS e, lá, reencontrei, dentre os seus compromissos fundamentais para com a sociedade brasileira, inscrito, de modo iniludível, a eleição direta em todos os níveis. E os cidadãos, quando ingressam num partido político, assinam uma ficha em que se comprometem a cumprir o programa e obedecer aos estatutos do partido. E esse programa e estatutos são registrados perante a Justiça Eleitoral, tal qual aconteceu com nós outros do PMDB e com os demais integrantes dos outros partidos políticos. Logo, a orientação para o PMDB, para o PDS, para o PTB e para o PDT está estabelecida no programa desses partidos. Paradoxalmente, o único partido político no País que não inscreveu no seu programa a cláusula da eleição direta foi o Partido dos Trabalhadores-PT, particularidade que eu desconhecia. No entanto, o PT, descumprindo o seu próprio programa, já encampou a eleição direta para Presidente da República e os seus membros, congressistas, vão votar a favor da emenda Dante de Oliveira. Consequentemente, todo membro do PMDB, do PDS, do PDT e do PTB que votar contra a Emenda Dante de Oliveira está descumprindo o programa do próprio Partido. E em outras palavras, estaria negando a própria fé jurada.

Era o aparte que queria dar a V. Ex^a.

O SR. ITAMAR FRANCO — Nada tenho a acrescentar à intervenção de V. Ex^a, Senador Fábio Lucena.

Não sabemos se o PDS vai cumprir ou não o seu programa. Há pouco citei um exemplo típico, clássico, o nobre Senador Lenoir Vargas não pôde mais responder porque foi verdadeiro, em agosto de 1980, o Congresso Nacional, com o voto da Maioria do Governo, aprovou a prorrogação dos mandatos dos prefeitos e vereadores.

O que me preocupa, Senador Fábio Lucena, é realmente a imagem do Senado da República. Isso deve preocupar a todos nós. Já vou dizer a V. Ex^a, Sr. Presidente, sem quebrar qualquer artifício, sem qualquer estratégia: se aprovada na Câmara dos Deputados, Sr. Presidente peço a atenção de V. Ex^a, porque quero jogar às claras, se a emenda, e quero dizer ao meu Líder, com a devida autorização da minha Liderança, aprovada a emenda na Câmara dos Deputados, se não houver número no Senado da República, vamos pedir a suspensão da sessão, Sr. Presidente, por 48 horas, para que o Senado da República possa dar o *quorum*, favorável ou contrário à emenda.

Quero, inclusive, nesta intervenção que faço, dirigindo-me a V. Ex^a, com todo o respeito, pedir a devida autorização ao Líder do meu Partido, Senador Humberto Lucena, porque já estou fazendo estudos nesse sentido.

O Sr. Humberto Lucena — V. Ex^a permite um aparte?

O SR. ITAMAR FRANCO — Com muito prazer.

O Sr. Humberto Lucena — Esse ponto já faz parte até da estratégia que está sendo montada a nível de direção nacional dos Partidos da oposição, com as lideranças da Câmara e do Senado, e V. Ex^a tem, por conseguinte, todo o nosso apoio. Reportando-me ao debate entre V. Ex^a e o Sr. Senador Leonir Vargas, destacar à dois pontos. O primeiro se refere ao argumento de S. Ex^a, de que houve uma eleição em 1982, tendo o PDS saído vitorioso e, portanto, não vai abrir mão desta maioria do Colégio Eleitoral para correr o risco de uma eleição direta. Esta é a questão fundamental, hoje colocada pelo PDS e o Governo. Mas, lembra a S. Ex^a que, no caso particular do Senado, há um aspecto singular, que foi destacado com muita propriedade, há pouco tempo, pelo Sr. Senador Fábio Lucena, do que dois terços do Senado foram

eleitos em 1978, inclusive Senadores indiretos e, naquela data, ninguém recebeu mandato para escolher Presidente da República. Assim, só um terço do Senado é que, realmente, se elegeu em 1982. Este é um aspecto da maior importância e que não pode ser desprezado num debate como este.

Por outro lado, V. Ex^a, ao responder o aparte do nobre Senador Lenoir Vargas, falou na prorrogação dos mandatos dos Prefeitos e Vereadores, que foi um episódio triste e lamentável que ocorreu no Legislativo brasileiro, contra o nosso voto e sob o nosso protesto. Mas, agora estamos ameaçados de uma nova prorrogação. Os jornais, hoje, publicam uma entrevista do nobre Senador Carlos Chiarelli, propondo a prorrogação dos mandatos dos atuais Deputados e Senadores. Seria, então, uma prorrogação em causa própria, prevendo uma possível coincidência de mandatos em 1990. Nós temos, desde logo, nobre Senador, que tomar posição rigorosa contra mais essa ameaça à soberania popular.

O SR. ITAMAR FRANCO — Muito obrigado pela intervenção de V. Ex^a; Senador Humberto Lucena.

A verdade do Colégio Eleitoral V. Ex^a já tem demonstrado aqui, inúmeras vezes, em nossos debates: o Colégio Eleitoral, primeiro, não representa a vontade nacional; segundo, a ilegitimidade da presença, inclusive, de Senhores que não foram eleitos em 1982. V. Ex^a recorda muito bem, 2/3 dos Senadores não poderiam participar desse Colégio Eleitoral.

O Sr. Lenoir Vargas — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ITAMAR FRANCO — Com muito prazer, nobre Senador.

O Sr. Lenoir Vargas — Apenas uma pequena intervenção na parte em que V. Ex^a fala do aparte dado pelo nobre Líder do PMDB, de que os demais Senadores, que não os eleitos de 1982, não estariam qualificados para essa participação no Colégio Eleitoral, na forma do argumento que tem sido aqui levantado pelo PDS, o que parece-me, é irrelevante, em virtude da circunstância de que, desde a Constituição de 1967, que criou o primeiro Colégio Eleitoral, formado pelos Deputados e Senadores, todos aqueles que foram eleitos por via direta ou por via indireta, nas várias e sucessivas alterações constitucionais, sempre tiveram no seu mandato, imanente, essa qualificação de eleitores de um Colégio Eleitoral que elegeria o Presidente da República. De modo que esse eleito em 82 é para o tipo de Colégio Eleitoral atual, que vai se exercitar em 85, mas a participação nos colégios eleitorais, dos Senadores e Deputados que se elegeram sucessivamente a partir da Constituição de 1967, sempre foi assim. Porque eu me lembro de que era deputado e votei no Colégio Eleitoral para eleger um Presidente da República. Aliás, eu sou Deputado já há algum tempo, e Senador também, desde 1967, e todos os presidentes da República que foram eleitos no período revolucionário, todos eles foram por eleições indiretas, todos eles o foram em decorrência do mandato que recebiam os Senadores e Deputados para constituir o Colégio Eleitoral, às vezes com a participação ainda de uma parte dos representantes de assembleias legislativas, outras vezes sem essa participação. De modo que há eleição indireta para Presidente da República com Colégio Eleitoral a partir de 1967, o que aconteceu? São quatro ou cinco presidentes eleitos assim. De modo que não vejo tanta estranheza em se dizer que também em 82 houve essa delegação.

O SR. ITAMAR FRANCO — V. Ex^a falou em 4 ou 5 presidentes que foram eleitos pelo processo indireto. Não chega? Não chega? Ainda querem mais?

O Sr. Lenoir Vargas — Ainda falta um.

O SR. ITAMAR FRANCO — Querem mais um, só mais um?

Sr. Presidente e Srs. Senadores, eu queria deixar bem claro um ponto. Foi arguido aqui, da tribuna, por alguns Líderes do PDS, que a Oposição brasileira não debateu, inclusive se afastou da votação do projeto de anistia. Não é verdade! Bastaria que os líderes do Governo nesta Casa tivessem o cuidado de verificar os Anais do Congresso Nacional, e lá encontrariam a luta incessante da Oposição brasileira em relação ao projeto de anistia. Luta Sr. Presidente, e possivelmente o Senador Humberto Lucena vai se recordar disso, de quando no plenário do Congresso Nacional nós discutimos o projeto da anistia e o PMDB se empenhou a fundo para aprovação do substitutivo do saudoso Deputado Djalma Marinho. Inclusive, a Oposição brasileira, através das suas Lideranças, pediu destaque para esse substitutivo, que, se não me engano, foi derrotado por 202 a 206 votos. Mas a Oposição brasileira lutou até o último momento por suas teses, na defesa do projeto de anistia que ela entendia que deveria ser aprovado, dentro da sua concepção. Não só o substitutivo Djalma Marinho, inclusive o substitutivo apresentado pelo próprio Líderança do Partido na Comissão Mista. Em nenhum momento, e os Anais estão aí, faltou a luta dos Senadores e Deputados da Oposição quando se discutiu e se debateu e se aprovou, afinal, o projeto de anistia.

Esta que é a verdade, Sr. Presidente, e é essa luta, que é a luta parlamentar, que nós esperamos ter no dia 25, querer ver no dia 25, essa figura simpática e aguerrida do Senador Lenoir Vargas, defendendo os seus princípios democráticos. Creio eu que, se V. Ex^a estiver presente, e haverá de estar presente, no dia 25, irá defender o princípio do Estado democrático, do primado do direito, e há de dar o seu voto, inclusive, pelas eleições diretas. Eu quero ver V. Ex^a lá, Senador Lenoir Vargas, tenho certeza que V. Ex^a vai estar presente.

O Sr. Lenoir Vargas — É muito provável que V. Ex^a me encontre presente.

O SR. ITAMAR FRANCO — Mas, que alegria saber que V. Ex^a estará presente!

O Sr. Lenoir Vargas — Estarei presente e darei o meu voto, que aliás já está antecipado. V. Ex^a terá oportunidade de conseguir colocar mais um nome no placar, para anunciar mais um "inimigo público."

O SR. ITAMAR FRANCO — V. Ex^a agora é que está descobrindo o seu voto, porque até então eu não sabia. Ainda há pouco, V. Ex^a me dizia que ia esperar a orientação do seu Partido. Veja V. Ex^a que é um aspecto contraditório. V. Ex^a há pouco me dizia que tinha que esperar orientação da Liderança do seu Partido, agora V. Ex^a se adianta, para alegria...

Sr. Lenoir Vargas — Orientação sobre o comparecimento ou não.

O SR. ITAMAR FRANCO — Não, V. Ex^a disse que vai estar presente.

O Sr. Lenoir Vargas — V. Ex^a estava lutando para que nós comparecessemos. Eu disse que não podia confirmar o comparecimento do PDS, porque não havia ainda uma decisão em torno disso.

/ / O SR. ITAMAR FRANCO — V. Ex^a vai estar presente, e já disse aqui.

O Sr. Lenoir Vargas — Eu disse a V. Ex^a que possivelmente estarei presente, pela circunstância de que eu faço parte da Mesa. Apenas por isso.

O SR. ITAMAR FRANCO — É votar favorável?

O Sr. Lenoir Vargas — É provável que eu tenha que estar presente.

O SR. ITAMAR FRANCO — E V. Ex^e vai votar favorável? Eu não entendi bem.

O Sr. Lenoir Vargas — V. Ex^e está tão ansioso... Acho melhor V. Ex^e aguardar para ter essa oportunidade.

O SR. ITAMAR FRANCO — O voto de V. Ex^e é muito importante. V. Ex^e é um dos batedores da democracia, aqui.

O Sr. Lenoir Vargas — V. Ex^e não quer mais ouvir-me?

O SR. ITAMAR FRANCO — Por exemplo, o Senador Martins Filho: eu tenho a impressão de que S. Ex^e, pelo menos está sendo do seu gosto, o que é uma felicidade, vai votar favorável às eleições diretas para Presidente da República. Tenho certeza que S. Ex^e vai votar. O Senador João Lobo, por exemplo, já não sei, não me custa perguntar. Posso até estar sendo indiscreto nas perguntas, mas é importante.

O Sr. Lenoir Vargas — V. Ex^e pode aguardar o dia da votação.

O SR. ITAMAR FRANCO — Quer dizer que o voto de V. Ex^e terei que aguardar? Mas o do Senador Martins Filho, pelo menos, posso saber hoje?

O Sr. Martins Filho — Meu caro Senador Itamar Franco, votarei de acordo com a minha consciência; votarei de acordo com os anseios da maioria absoluta da população brasileira. Portanto, votarei a favor do restabelecimento de eleições diretas para a escolha do mandatário maior da nossa República.

O SR. ITAMAR FRANCO — Senador Martins Filho, só podemos dizer: muito bem, muito bem, muito bem! Esperamos que esse vírus democrático de V. Ex^e possa espalhar na sua Bancada. Nós ainda vamos ter uma esperança de que isso possa realmente acontecer.

O Sr. João Lobo — Senador Itamar Franco, não poderia me furtar a este aparte, apesar de ser um admirador impenitente de V. Ex^e, a quem costumo escutar com muito cuidado. Senador Itamar Franco, assim como o Senador Lenoir Vargas, aguardo — isso porque V. Ex^e cobrou o meu voto — a orientação do meu Partido. Estamos ainda discutindo o melhor modo de enfrentarmos o dia da votação da emenda Dante de Oliveira. Estamos examinando tudo isso com muito cuidado, não que nos constranja essa batalha, essa luta, essa mobilização enorme e, a bem da verdade, diga-se vitoriosa das Oposições em torno das diretas.

O Sr. Humberto Lucena — Apoiado!

O Sr. Martins Filho — É do povo brasileiro, não é das Oposições.

O Sr. João Lobo — O que nós estranhamos é que essa coação esteja chegando ao ponto em que vem assumindo. V. Ex^e tem criticado o Governo de estar fazendo provocações às Oposições, achamos que absolutamente! As Oposições é que estão provocando o PDS. Estamos sendo vítimas de coações quase que insuportáveis, não fôssemos todos nós políticos já calejados nesses assuntos. Vê V. Ex^e, os jornais chegam a transcrever passagens verdadeiramente dignas de serem gravadas, de ficarem nos Anais: não satisfeitos com a retransmissão do dia da votação, em cadeia nacional de televisão, como se fosse

um jogo de futebol, não satisfeitos com vários outros expedientes, a Oposição agora parece que vai disparar os seus grandes canhões, ou suas grandes armas, a favor das diretas. Veja V. Ex^e o que os jornais noticiaram:

As diretas em sua mais bela face

A luta pelas diretas é cada vez mais uma festa que chegará ao Congresso nesta terça-feira: cerca de 1 mil e 500 mulheres, com uma comissão de frente que inclui nomes como os de Maitê Proença, Bruna Lombardi, Cristiane Torloni e Fafá de Belém, trabalharão a semana toda, "fazendo a cabeça" dos parlamentares indecisos de como votar a emenda "Dante de Oliveira".

As mulheres pelas diretas contam agora com uma surpreendente e importante adesão: D. Dulce Figueiredo teria afirmado, em Madri, ser a favor das diretas, já.

Quer dizer, tudo isso está sendo usado pelas Oposições como pressão, aliás, diga-se de passagem, uma pressão muito agradável, muito simpática, se a pressão for exercida por mulheres de tal beleza, não temos do que nos queixar. Continuo:

Entre as mulheres, "televisivas" que estarão na próxima semana em Brasília, instando senadores e deputados do PDS a votarem favoravelmente na emenda Dante de Oliveira, que restabelece eleições diretas para a sucessão do presidente Figueiredo, estará a cantora Fafá de Belém, com toda a sua fartura. Na estratégia traçada pelas mulheres, Fafá de Belém (e toda a sua fartura) visitará os senadores "baixinhos". É que se não convencer na, "raça", acaba convencendo, "no peito". (Risos.)

Os jornais reproduzem como argumento irresistível das diretas, e garanto a V. Ex^e que esses argumentos são verdadeiramente irresistíveis: "Força das Mulheres pelas diretas", aqui está. Aqui estão as bellíssimas artistas brasileiras: Bruna Lombardi, Maitê Proença, Cristiane Torloni e Fafá de Belém. Todas prontas para, com seus argumentos irresistíveis, convencerem os políticos do PDS, de que deverão votar pelas eleições diretas. Então, vê V. Ex^e, a provocação não está propriamente do lado do Governo em cima das Oposições. Acho, inclusive, com a estratégia que V. Ex^e já esboça, neste momento, de pedir uma prorrogação, de exigir a presença de todos os Parlamentares para a votação da Emenda Dante de Oliveira, V. Ex^e vê, tudo isso é uma forma de pressão que nós do PDS poderíamos acusar a Oposição de estar fazendo provocação em cima dos políticos do PDS. Era este o aparte que queria dar a V. Ex^e.

O SR. ITAMAR FRANCO — Senador João Lobo, com tanta mulher bonita acho que até eu vou ficar indeciso, já que elas só vão procurar os indecisos...

O Sr. Hélio Gueiros — Permite V. Ex^e um aparte?

O SR. ITAMAR FRANCO — ...e para os Senadores do PDS acho que será uma alegria, será uma festa inclusiva para os olhos de V. Ex^e, não é verdade? Acho que vale à pena, nesse momento, ser indeciso e ser do PDS, não é verdade?

O Sr. Hélio Gueiros — Permite V. Ex^e um aparte, sobre Senador Itamar Franco?

O SR. ITAMAR FRANCO — Um minutinho, Senador Hélio Gueiros.

O Sr. João Lobo — Mas, Senador Itamar Franco, por ser do PDS não quer dizer que sejamos indecisos. O Senador Martins Filho declarou aqui, alto e bom som, o seu voto; o Senador Lenoir Vargas deve ter declarado o

dele. Nós do PDS temos uma posição: simplesmente, estamos esperando que seja traçada, pelo Partido, a estratégia que vamos adotar.

O SR. ITAMAR FRANCO — O Senador Martins Filho também não vai receber a visita dessas belas atrizes.

O Sr. João Lobo — Não, S. Ex^e não vai precisar desse convencimento.

O SR. ITAMAR FRANCO — Não vai precisar, realmente.

O Sr. João Lobo — Esse convencimento vai ser necessário para o Senhor Lenoir Vargas, talvez para mim e outros colegas.

O Sr. Martins Filho — Perfeitamente, porque não entendo o PDS como um curral, entendo o PDS como uma pléia de homens de bem que buscam o bem-estar desta Pátria. Então, não vejo porque contrariar o programa do meu próprio Partido, que estabelece eleições diretas em todos os níveis. Portanto, eu que estou com o programa do meu Partido, aqueles que estão contra as diretas é que estão contrariando uma diretriz partidária, estabelecida e inserida no seu próprio programa. Eu sou um homem fiel aos princípios e às diretrizes do meu Partido. Por isso me posiciono a favor das eleições diretas, obedecendo a uma diretriz que está inserida no próprio programa do meu Partido. Aqueles que estão contrariando, sim, esses estão se rebelando contra o nosso próprio PDS. E partido político é aquele que vai de encontro aos anseios do povo, aquele que diz respeito às aspirações populares. Ao assumir o Senado Federal, disse que aqui chegava filiado ao PDS, mas existia uma fronteira, que era a fronteira da minha consciência, que ela não seria transposta sob qualquer pretexto. Portanto, fico com a minha consciência: fico com o povo do meu Brasil; fico com as eleições diretas para a escolha do Presidente da República.

O SR. ITAMAR FRANCO — Senador Martins Filho, só temos que aplaudir V. Ex^e. E o nosso aplauso é significativo, creio que o Senador Humberto Lucena me permitiria até que o dissesse em nome da Bancada do PMDB. Mas, V. Ex^e vai exatamente ao encontro da vontade nacional, isso que é importante para o político; o político que diz claramente que vai comparecer e que vai votar pelas eleições diretas. A expressão não é de V. Ex^e, nem é minha: V. Ex^e não vê o PDS como um curral, prefiro nem me referir a essa transmissão que V. Ex^e faz, hoje, ao Senado da República. Mas, a verdade está com V. Ex^e. E essa luta não é do PMDB, como diz o Senador João Lobo que ela é vitoriosa pelo Partido de Oposição, em absoluto. Este é o anseio, é a vontade nacional, que a quer e a deseja, e o político, seja ele da Oposição ou da Situação, tem que refletir aquilo que deseja a Nação brasileira, neste momento, e ela deseja o que V. Ex^e acabou de dizer: as eleições diretas para Presidente da República. Ouvirei o Senador Hélio Gueiros.

O Sr. Hélio Gueiros — Nobre Senador Itamar Franco, quero reportar-me à intervenção do Senador João Lobo. Veja bem V. Ex^e que há poucos dias e até hoje, todos os Líderes, Vice-Líderes e Senadores do PDS reclamavam sobre a possibilidade de serem incomodados, perturbados e vexados no dia da reunião pelas galerias que estariam cheias de facinoras, marginais e que poderiam reproduzir uma cena que não vi, mas que aqui muito se comenta de uma certa votação no Congresso Nacional. Ví aqui coisas parecidas com Janete Clair. Alguns Senadores aqui disseram que algumas pessoas iriam jogar lá de cima não sei o que, o outro aparava aqui por baixo. Uma coisa que, francamente, nunca imaginei pu-

desse ocorrer no Congresso Nacional. Mas isso foi relatado como fato que poderia ocorrer. Agora, sobre Senador Itamar Franco, o nobre Senador João Lobo está reclamando, porque vai haver a presença de pessoas agradaíveis, encantadoras, que vão tentar convencer os indecisos do PDS para a votação das diretas. Não sei, afinal de contas, se se persuade por bem, não presta, se se persuade por mal, não presta. Então, não dá para entender o que é que o nobre Senador João Lobo deseja. Com relação ainda à notícia lida por S. Ex^t, que ao contrário do que diz parece até ser mais favorável a S. Ex^t do que realmente às diretas, a maneira da redação meio gaíata, meio pilhérica parece querer prejudicar um pouco a ação das artistas que não têm culpa de serem belas. E não é pelo fato de serem belas que vão ficar impedidas de vir ao plenário e manifestar a sua opinião. Acredito que o jornal quis apenas fazer uma redação mais amena e mais engraçada; de maneira nenhuma quis demonstrar que a Fafá de Belém vai usar de outros argumentos, a não ser os racionais e os patrióticos para convencer os Srs. Senadores do PDS. Nobre Senador Itamar Franco, vamos esperar que as artistas, que sempre têm colaborado com as Oposições nesta campanha, amanhã, estejam, aqui, no Congresso Nacional para conversar e convencer os Congressistas brasileiros da necessidade de seu apoio para a votação da Emenda Dante de Oliveira. Muito obrigado a V. Ex^t

O Sr. João Lobo — Permite V. Ex^t um aparte?

O SR. ITAMAR FRANCO — Ouço, com muito prazer, o nobre Senador João Lobo, antes de responder o nobre Senador Hélio Gueiros.

O Sr. João Lobo — Agradeço o aparte que V. Ex^t me concede. Gostaria de dizer, em primeiro lugar, ao nobre Senador Martins Filho que é muito bonito S. Ex^t ter a coragem cívica de expressar a sua opinião e transformar isso num bonito discurso. Evidentemente, os elementos, os dados, os jornais estão há quase 90 dias repetindo seguidamente; pois, sempre disse que a campanha das eleições diretas tem sido bem desencadeada, vitoriosa, e que as Oposições merecem a nossa admiração e os nossos parabéns. Mas, simplesmente, eu e alguns colegas do PDS, ao contrário do que disse o nobre Senador Martins Filho, não estamos bem convencidos da validade desses argumentos. Não comungamos, exatamente, com os mesmos graus de valores que convenceram o nobre Senador Martins Filho. Achamos que existem prós e contras. Primeiro, duvidamos muito de que o povo possa ser mobilizado espontaneamente por uma coisa subjetiva, teórica, sem nenhuma realidade palpável. É da índole do povo querer as coisas mais concretas para se apegar a elas. Querer comparar a campanha das eleições diretas com o que foi a mobilização popular pela abolição da escravatura, acho uma distorção sem nenhum paralelo. A campanha pela abolição da escravatura tinha uma coisa de concreto, tinha o pobre negro agrilhado, sofredor, vítima alimária que precisava ser libertado. A eleição direta é uma coisa muito vaga. Eleição direta de quê? De quem? Mas, não sou tão intransigente como o nobre Senador Martins Filho. Acredito que temos todo o direito de ter pensamento diferente do dele e das oposições. Fazer um discurso em tons candentes e bonito, próprio para comício, para justificar uma atitude, não achamos que contribua em nada para convencer a nós políticos profissionais do acerto dessa campanha. Terminando o aparte a V. Ex^t, queria dizer ao nobre Senador Hélio Gueiros que acho até muito estimulante e original colocar mulheres de tão fortes argumentos como Maitê Proença e Fafá de Belém para convencer a nós políticos de que devemos votar pelas diretas. Isso tudo tem a sua validade. O que lamento é que essas mulheres estejam adotando uma atitude tão discriminante, tão machista.

Mulheres que são orientadas e estimuladas pelas líderes da liberação da mulher brasileira, a fazerem uma campanha tão machista. Como trazer mulheres bonitas, artistas de cinema, artistas de televisão para virem nos convencer de argumentos que não estão nem familiarizadas, a não ser convencer-nos pela sua beleza, pela sua presença. Este era o aparte que queria dar a V. Ex^t

O Sr. Martins Filho — Permite V. Ex^t um aparte?

O SR. ITAMAR FRANCO — Pois não, nobre Senador.

Sr. Presidente, vou ouvir o nobre Senador Martins Filho e em seguida vou encerrar.

SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla. Fazendo soar a campainha.) — Peço licença a V. Ex^t para fazer uma breve comunicação.

A Presidência tem o prazer de comunicar ao Plenário que nos honra com sua presença, em nossa tribuna especial, uma delegação de Deputados da diáta japonesa.

Peço ao nobre Senador que prossiga.

O SR. ITAMAR FRANCO — Sr. Presidente, apenas para dizer que nos sentimos muito honrados com a presença da delegação japonesa à Câmara Alta do Brasil.

Antes de encerrar, vou ouvir o nobre Senador Martins Filho e em seguida atenderei ao aviso de V. Ex^t

O Sr. Martins Filho — Apesar da intransigência com que fui qualificado pelo meu nobre colega João Lobo, quero dizer que a minha posição em favor das eleições diretas não foi tomada em função da presença de belas artistas no recinto da nossa Casa. Essa foi uma questão de convicção, porque visitei alguns municípios do meu Estado, em que tive a honra de receber voto popular e direto, e não encontrei um só eleitor que me pedisse para que tomasse posição contra as eleições diretas. Portanto, a minha decisão é consciente, livre e soberana. Vejam bem, Srs. Senadores, falou o meu nobre colega João Lobo que a campanha pela abolição da escravidão no Brasil foi bela. Mas, quantos escravos nós tínhamos no Brasil? E, hoje, estamos procurando escravizar milhões de eleitores que ainda não tiveram acesso às urnas para escolher o seu Presidente. Falar que a Constituição Federal é intocável apenas para inserir no seu contexto a eleição direta do mandatário maior da República, não me convence, porque após a Emenda nº 1, de 1969, tivemos mais 23 emendas, perfazendo 24 emendas a essa colcha de retalhos que é a Constituição Federal. Por que não se inserir mais uma emenda restabelecendo aquilo que a maioria absoluta dos brasileiros deseja? Nós precisamos, nós desejamos, são 95 ou 97% de brasileiros que desejam o restabelecimento das eleições diretas para a escolha do Presidente da República, quer seja através da Emenda Dante de Oliveira, quer seja através de qualquer emenda oriunda do Poder Executivo ou do próprio Poder Legislativo que vá de encontro aos anseios do povo. Esse meu posicionamento não é o posicionamento de um rebelde, mas de um Senador que procura, antes de tomar uma posição, ouvir o povo que o elegeu. Aqui estou representando o povo do meu Estado; aqui estou com um mandato do povo que não posso trair, e naquela hora, dependendo do meu voto, eu estarei transferindo a todos os eleitores do Brasil aquele mesmo direito que tenho de, no plenário da Câmara dos Deputados, votar duas vezes, porque, como Senador e membro do Diretório Nacional do PDS, tenho direito a esses votos. Como disse no Comício Pró-Diretas, em Natal, prefiro votar na quinta seção da minha Cidade de Umarizal, a votar no recinto da Câmara dos Deputados, contrariando os anseios e as aspirações da maioria absoluta de todos os brasileiros.

O SR. ITAMAR FRANCO — Senador Martins Filho, tenho certeza de que V. Ex^t votará na quinta seção.

Sr. Presidente, é incrível que o Senador João Lobo, homem inteligente, de grande perspicácia, venha dizer em campanha subjetiva, em campanha teórica.

Não terei tempo para comparar aqui os movimentos cívicos do Brasil, inclusive o da Abolição da Escravatura com o que se processa agora, das eleições diretas. S. Ex^t vai além no seu exagero verbal, ao classificar a presença de artistas como uma campanha machista para a defesa das eleições diretas. S. Ex^t esquece, aliás, esse é o nosso mal, que o artista brasileiro também é gente, é povo.

O Sr. João Lobo — O que estranhamos é que se usem mulheres para tal expediente, para tal finalidade. São mulheres transformadas em objetos de convencimento...

O SR. ITAMAR FRANCO — Se um milhão de brasileiros não têm convencido V. Ex^t...

O Sr. João Lobo — Senador Itamar Franco, queria dizer ao Senador Martins Filho que não nos opomos a que a Constituição seja emendada, não. O Governo vai re meter, possivelmente hoje, para o Congresso Nacional, uma emenda larga, abrangente, emendando a Constituição.

O SR. ITAMAR FRANCO — Prorrogando mandatos?

Sr. João Lobo — Acho que não tem prorrogação de mandatos. Vamos nos reservar o direito de discutir com V. Ex^t

O SR. ITAMAR FRANCO — Não conheço a emenda. O Senador Carlos Chiarelli, que a conhece e fala em prorrogação, talvez pudesse até esclarecer ao Senado da República. Não sei se vamos prorrogar mandatos. Não sendo aprovada, temos certeza de que isso não vai acontecer, não sendo aprovada a Emenda Dante de Oliveira, é preferível que o País tenha eleições gerais e não prorrogação de mandatos. Nem acredito que o Senador Carlos Chiarelli tenha falado em prorrogação de mandatos de Deputados ou Senadores, como, ao que parece, a imprensa está noticiando.

O Sr. Carlos Chiarelli — Permite V. Ex^t um aparte, já que estou sendo generosamente distinguido com a vossa benigna referência?

O SR. ITAMAR FRANCO — Primeiro, preciso esclarecer que V. Ex^t foi citado como um homem que estava falando em prorrogação de mandato — não sei se V. Ex^t falou ou não. Ouço o aparte de V. Ex^t

O Sr. Carlos Chiarelli — Nobre Senador, o que foi dito foi uma referência ad exemplum, que era uma possibilidade que haveria e que talvez fosse sedutora, mas ninguém recomendou, ninguém trouxe à consideração e eu me senti muito à vontade, até porque não estou no elenco dos prorrogáveis. Fiz um comentário de natureza meramente genérica e teórica. Agora, o que podemos reafirmar é aquilo que ouvi o Senador João Lobo dizer, que dentro de 25 a 30 minutos estará sendo anunciada a emenda do Poder Executivo, a nível do Palácio, publicamente, e deverá estar sendo encaminhada possivelmente hoje para o envio ao Congresso, que é o destino final, onde ela será apreciada, debatida e negociada com as Oposições, se as Oposições mostrarem um espírito de transigência e maturidade que esperamos que elas tenham.

O SR. ITAMAR FRANCO — Pelo visto, V. Ex^t está de acordo com essa emenda, já deve tê-la lido

O Sr. Carlos Chiarelli — Não. Eu estou querendo que ela seja apreciada, debatida e discutida.

O SR. ITAMAR FRANCO — V. Ex^e fala com tanta ênfase sobre essa emenda, que eu perguntaria se V. Ex^e conhece a emenda.

Sr. Carlos Chiarelli — Não, Ex^e. Hoje, nós inclusive debatímos na reunião do PDS a expectativa em torno do envio, a necessidade de examiná-la, a conveniência de sobre ela nos debruçarmos e corrigi-la, quem sabe ampliá-la, e sobretudo esperar a participação que naturalmente haverá de ser brilhante, disponível e solidária, das Oposições, para que nós façamos como um instrumento adequado para, neste momento, encontrarmos uma solução para este País.

O SR. ITAMAR FRANCO — V. Ex^e começou falando em coisa sedutora; cuidado que o Senador João Lobo está muito preocupado com as artistas que vão amanhã comparecer ao Congresso Nacional. Essa sedução é preocupante ao Senador João Lobo...

O Sr. Carlos Chiarelli — Mas isso eu acho até uma desconsideração com o movimento feminino, usá-las assim como um instrumento de atração, só porque são boinas...

O SR. ITAMAR FRANCO — É um enfoque errado o de V. Ex^es.

O Sr. João Lobo — Eu não inventei isso, apenas repeti o que os jornais veicularam.

O SR. ITAMAR FRANCO — Sr. Presidente, vamos encerrar na expectativa não de que, volto a frisar o que disse no início da minha fala, o PDS compareça ou não, mas que o Congresso Nacional, particularmente o Senado da República possa, no dia 25, debater livremente sem estado de emergência, sem medidas de emergência, essa emenda da maior importância para o País, emenda à Constituição que vai restabelecer o direito do povo brasileiro de escolher o Presidente da República e, muito mais, o direito do povo brasileiro de passar a influenciar nos destinos do nosso País. É o que nós desejamos, o comparecimento de todos os Srs. Senadores do PDS para o grande debate democrático do dia 25.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. ALOYSIO CHAVES NA SESSÃO DE 17-4-84 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. ALOYSIO CHAVES (PDS — PA) Como Líder, pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Ocupo, hoje, esta tribuna, com a mais viva satisfação, para tecer algumas considerações em torno da importantíssima mensagem que o Senhor Presidente da República encaminhou ao Congresso Nacional, propondo reforma do texto da Constituição vigente.

Ao longo de minha atuação nesta casa, desde 1979, timbrei em destacar aspectos relevantes do texto constitucional, mas também em assinalar disposições que precisavam ser corrigidas, modificadas ou eliminadas do seu texto. A atual Constituição, com a sua profunda reforma em 1969, procurou ajustar-se às contingências do período revolucionário — período que se encerra com o processo de transição democrática conduzido com patriotismo, com dedicação, com lucidez, com bravura pessoal pelo Presidente João Figueiredo. O ideal seria termos Constituições estáveis, permanentes, que pudessem resistir à ação do tempo, como um documento que condensasse as aspirações e os anseios permanentes da nossa nacionalidade. Mas as Constituições vetustas, que ficaram como padrão, escritas ou consuetudinárias, sofreram também adaptações às exigências dos novos tempos. As

constituições mais recentes, elaboradas sobretudo após a II Guerra Mundial, têm sofrido um processo de revisão mais ou menos frequente, para atender exatamente à dinâmica dos tempos modernos, mas, sobretudo, ao desdobramento que em cada um desses países o processo político teve no decurso dessas últimas décadas. Temos um exemplo recente: a Constituição portuguesa, na qual se inseriu o prazo mínimo de cinco anos para a sua revisão. Esta revisão foi ultimada em 1982. É óbvio, portanto, que a Constituição de 1967, reformada em 69 antes de se encerrar o atual processo de transição precisava ser adaptada às condições atuais, incitas a essa transformação, para facilitar a ação do Presidente da República, a ser eleito a 15 de janeiro de 1985. Não é uma reforma definitiva, nem uma reforma que possa exaurir todas as aspirações de diferentes correntes existentes dentro deste Congresso, mas é um esforço para liberalizar, para ajustar a Constituição a essas condições novas que o Presidente da República faz, cumprindo o seu compromisso de restaurar plenamente a democracia neste País. Como o Congresso Nacional tem o poder de reforma permanente, nada impede, no próximo ano, que o novo Presidente da República apresente também mensagem para ajustar-se ainda mais essa Constituição a novas exigências, para modificá-la, para afeiçoá-la melhor ao regime democrático, que só se aperfeiçoaria pelo seu exercício ininterrupto.

O Senhor Presidente da República realizou, antes da assinatura dessa mensagem, uma reunião com os Líderes de seu Partido na Câmara e no Senado, e o Presidente do Partido — ocasião na qual proferiu discurso curto, incisivo, mas capaz de orientar, sobretudo, o seu Partido no debate, no exame e na decisão final em torno da proposta de Emenda Constitucional apresentada. Disse, naquele ocasião, o Presidente:

"5. Para atingir os objetivos de fazer do País uma Democracia vencemos todos os obstáculos com firmeza e determinação. A abertura política não se fez sem riscos. Queremos que ela se faça sem recuos. O homem público tem o dever de olhar serenamente para frente e não capitular perante as paixões do presente."

"6. Devo e desejo partilhar com os senhores esta responsabilidade. Peço que transmitam a todos os Parlamentares do PDS minhas apreensões e meu apelo para que apoiem a solução que agora propõamo-nos."

"Não podemos capitular ante a miragem de um avanço emocional. Temos o dever de lutar por uma sólida e definitiva consolidação do futuro, nos termos propostos em minha mensagem. Convoco o partido a unir-se. Porque essa união é básica para o Governo e imprescindível às negociações que haverão de ocorrer no processo de tramitação da Mensagem."

O texto da Emenda Constitucional já foi hoje amplamente divulgado por toda a Imprensa; são 58 alterações, umas de maior monta, outras mais simples, mas todas, inquestionavelmente, capazes de abrir um ciclo de debate, de negociação ampla, no seio do Congresso Nacional, alterações que se adaptam ao espírito da nossa época, as suas exigências e, sobretudo, aos anseios mais legítimos do povo brasileiro. Os seus pontos principais eu poderia destacá-los como o fez o Senhor Presidente da República, na modelar exposição de motivos que enviou ao Congresso Nacional, quer com relação à eleição presidencial, cujo sistema acaba de ser contestado pelo nobre Senador Humberto Lucena, quer nas prerrogativas do Congresso Nacional, quer no setor da economia e das finanças, como, também, no capítulo pertinente aos direitos da pessoa humana, e o amparo e a assistência aos excepcionais,

à educação. São modificações de fundo que dizem respeito a problemas que têm sido debatidos freqüentemente nesta Casa. A exposição do Senhor Presidente da República assinala:

"Entende o Governo que nas circunstâncias atuais da sociedade brasileira, o caminho mais adequado para atingir-se a plena institucionalização democrática do País é indicado pela própria Constituição vigente, que prevê modos eficazes à sua modificação e aperfeiçoamento.

A seguir, aduz:

"O essencial é que, nesse trabalho de difícil equilíbrio entre as exigências ideais do futuro e as soluções já postas à prova na vida nacional das últimas décadas, se tenha primordialmente em vista o primado do indivíduo e da sociedade civil, a fim de que ambos não fiquem à mercê de indébitas interferências do Estado. Foi esse o espírito que fundamentalmente inspirou a elaboração da presente Emenda, cujo objetivo é a afirmação do primado da lei, a cujo campo da incidência é devolvida uma série de atribuições antes reservadas ao critério exclusivo do Governo."

Destacou, sobretudo a exposição de motivos, uma inovação salutar no que concerne à aprovação, pelo Senado da República, da indicação do Procurador-Geral da República, como também as limitações impostas para declaração de inconstitucionalidade de atos normativos federais ou estaduais pelo Supremo Tribunal Federal, cuja decisão será obrigatória quando a questão for suscitada por chefes de qualquer dos Poderes da União e dos Estados. Acrescenta a exposição de motivo. Nesse ponto, julgou-se conveniente conferir-se também ao Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil o poder de solicitar o pronunciamento da Suprema Corte, agindo, em tal caso, como representante da sociedade civil".

"No que tange ao Poder Judiciário, além da apontada preservação de competência da Suprema Corte, considera-se necessário optar por novos caminhos tendentes ao tão reclamado desafogo dos serviços da Justiça. Nessa ordem de idéias, duas medidas complementares pareceram aconselháveis: a instituição de um Contencioso Administrativo, dotado de jurisdição especial; e o fortalecimento das decisões dos juízes arbitrais, sem prejuízo, porém, da contrasteação pela Justiça comum de matéria de natureza constitucional, ou toda vez que as decisões forem impugnáveis mediante ação rescisória, nos termos da legislação processual civil. Espera-se que, com essas duas providências, haverá natural redução no número de feitos desde logo submetidos aos órgãos jurisdicionais comuns."

A exposição de motivos, Sr. Presidente, traça uma nova orientação no que se refere à política a ser seguida quanto aos silvícolas. Não basta preservar-lhes as terras por eles ocupadas, porque é mister, além de atribuir-lhes capacidade relativa, na forma que a lei determinar, também assegurar seus valores culturais, sem prejuízo de sua progressiva e plena integração na comunidade nacional".

Destaco, também, Sr. Presidente, a alteração, no que diz respeito às normas gerais de direito urbano, bem como a que se introduz no artigo 8º "com a finalidade de ser constituída, pelo legislador federal, um sistema de controle da execução dos orçamentos das autarquias, das sociedades de economia mista, empresas públicas e fundações de caráter público, sem prejuízo da competência do Tribunal de Contas".

No plano social, a exposição de motivos dá ênfase especialmente a dispositivo destinado à salvaguarda dos

valores da família, ficando clara a obrigação que têm os pais de educar seus filhos, ainda que nascidos fora do casamento.

Além disso, impõe-se que o Estado assuma solenemente a obrigação de atender aos menores abandonados, uma das chagas da nossa sociedade.

Não é menor, acrescenta, a atenção dispensada aos municípios, às regiões metropolitanas e aos organismos regionais, reforçando-se, na medida do possível, o poder de arrecadação daqueles e assegurando-se, às duas outras entidades, uma estrutura caracterizada pela participação, respectivamente, dos municípios e dos Estados nos conselhos de direção superior.

A exposição de motivos, Sr. Presidente, depois de se referir ao mecanismo estabelecido para a eleição direta e destacar a importância do Colégio Eleitoral constituído, também enfatiza:

"Além dessa e outras medidas de caráter estrutural, julgou-se indispensável traçar algumas diretrizes essenciais de natureza político-social, a começar pela inserção no texto constitucional da salvaguarda dos valores da pessoa humana e de seus direitos fundamentais, princípio este que constitui o pressuposto ético básico da tradicional proclamação da igualdade de todos perante a lei. Torna-se indispensável salientar as consequências que terá tal princípio não só na elaboração das leis civis e penais como em toda aplicação da legislação vigente.

"A igual objetivo tem em vista a nova redação dada ao § 9º do art. 153, cujo fim é reforçar a esfera da inviolabilidade do direito ao sigilo das comunicações, protegendo a sociedade civil das perniciosas interferências que os meios técnicos modernos proporcionam nesse campo."

Sr. Presidente, Srs. Senadores, poderia tecer outras considerações, mas desejo tecer algumas considerações também a respeito das observações apresentadas em aparte pelo nobre Senador Henrique Santillo e também das que foram feitas no discurso do eminente Senador Humberto Lucena, porque presenciei, ao aproximar-me do Senado Federal, a existência de vários ônibus estacionados na praça, em frente ao edifício do Congresso Nacional, ônibus que transportaram pessoas de outros Estados, de outras regiões, cobertos de pó vermelho, ônibus que vieram a Brasília de regiões talvez distantes da Capital federal, ai estão estacionados, conduzindo pessoas sem que tivessem sido tolhidas na sua liberdade de ir e vir, na liberdade de locomoção, de quantos se apresentam para participar da concentração a que se referiu o nobre Líder do PMDB. Não posso adiantar, Sr. Presidente, se outros ônibus foram detidos ao longo do percurso, nas estradas federais, pela Polícia Rodoviária Federal, nem acrescentar os motivos de ordem técnica, de segurança de tráfego ou de qualquer natureza que tivessem determinado essas providências.

Reservo-me, portanto, para recolher os esclarecimentos do Sr. Ministro da Justiça, que V. Ex^e, Senhor Presidente, já pediu, como anunciou o Líder do PMDB, para poder também transmiti-los no momento oportuno a esta Casa.

O Sr. Henrique Santillo — O nobre Líder do PDS permite-me um aparte?

O SR. ALOYSIO CHAVES — Pois não, nobre Senador Henrique Santillo.

O Sr. Henrique Santillo — Apenas para dizer a V. Ex^e, e mais uma vez à Casa, que esses ônibus, que V. Ex^e viu defronte do Congresso Nacional, estiveram paralisados durante várias horas em várias barreiras ao longo desse percurso. Outros, cerca de vinte ônibus, eu diria, estão paralisados desde Valparaíso, no Município de Luziânia, até Catalão, no Estado de Goiás, ao longo de toda

essa rodovia federal. Os motivos alegados, eminentes Líder, pela Polícia Rodoviária Federal, são de ordem técnica. Mas quando as coisas se fazem nos bastidores e quando se exigem explicações maiores, essas mesmas autoridades informam que as ordens para a detenção desses ônibus são superiores, ou pelo menos para que eles atrasem ainda mais a sua chegada a Brasília. Há um horário, uma hora marcada, eles sabem disso, a Imprensa noticiou, um tempo previsto para a realização dessa manifestação. Esses ônibus todos estavam se aprestando para chegar aqui mais ou menos no horário previsto e estavam sendo propositalmente atrasados ao longo de todo esse percurso. Os motivos realmente alegados, do ponto de vista formal, são de ordem técnica. É a revista aos passageiros, é a questão da chamada listagem de passageiros, é a questão da documentação de ônibus especiais, coisas que, sem sombra de dúvida, são realizadas propositalmente para atrasar a chegada a Brasília dos ônibus.

O SR. ALOYSIO CHAVES — Nobre Senador Henrique Santillo, o que posso lhe dizer é o que V. Ex^e acaba de constatar, como eu, a existência de outros veículos, que foram liberados naturalmente porque estavam em situação regular e já se encontram estacionados em frente ao Senado. V. Ex^e, como eu, deve ter verificado na rampa de acesso ao Senado — dependência que integra o Senado, a rampa é uma parte do prédio —, não é praça pública, colocados equipamentos especiais de som, grandes equipamentos. O que não padece dúvida é que tais equipamentos estariam dentro do Congresso, não fora a providência acauteladora, impeditiva dessa medida, determinada pela Mesa do Congresso Nacional. Com ela V. Ex^e há de concordar, como todos nós, não só pelo fato que hoje ocorre, ou que possa acontecer amanhã, mas em benefício desta instituição, desta Casa, do Congresso brasileiro. É inadmissível que se escolha o recinto do Congresso Nacional para realização de comício político. Nós não queremos a realização de comício político nem para o PDS, nem para o PMDB, nem para qualquer partido organizado. Para isto, há os locais próprios, há os logradouros públicos que podem ser escolhidos na forma da legislação para essas reuniões, para a realização de todos esses comícios, sem nenhuma interferência do poder público, sem que o poder público os molestasse. V. Ex^es acabam de ressaltar nesta Casa, nos últimos dias, a extensão e a importância dos comícios, das concentrações realizadas no Rio de Janeiro, em São Paulo, em Minas Gerais, passeatas feitas pelas ruas de cidades, a concentração feita, ontem, em São Paulo, e V. Ex^es há também de proclamar que não houve nenhuma interferência, não houve nenhum impedimento, nenhum obstáculo erigido pelo poder público para cercear essas manifestações. V. Ex^es há de compreender que a autoridade pública tem uma responsabilidade indeclinável. Nós não podemos, da mesma maneira que a Casa não admite, não podemos, também, deixar que determinadas normas legais sejam acintosamente descumpridas apenas porque no momento isto é da conveniência dos Partidos da Oposição.

O que se trama nos bastidores, pelo que se vê, pelo que se tem constatado neste País, nos últimos dias, é realmente uma provocação da Oposição radical, interferindo nesses comícios, dando-lhes uma outra significação, uma conotação diferente daquela que, estou certo, anima o propósito dos seus dirigentes superiores. Este fato está comprovado na vaia, no apulo cruel, indiscriminado, constante, aos Governadores de Estado, inclusive de Estados onde estão sendo realizados, sob o patrocínio desses Governadores, essas grandes concentrações. Não foi ontem diferente o episódio de São Paulo.

Veja, Sr. Presidente, no Jornal do Brasil, esta notícia. O ilustre Governador de São Paulo, até bem pouco tempo, nosso eminente colega nesta Casa, foi vaiado ao dis-

cursar ontem no comício realizado na Capital desse Estado; sequer foi o último a falar, como se tornou praxe nas manifestações pelas diretas, quando o Governador anfitrião encerra a manifestação.

Vou resumir a notícia:

"Mas não foi no palanque que Montoro passou por momentos delicados, desde que chegou à Secretaria de Cultura, 10 minutos antes das 17h, acompanhado de sua mulher, D. Lucy. O primeiro deles foi na hora de deixar o local e liderar a passeata. Eram 17h 30min e os governadores e políticos encontraram um grupo compacto à porta levando bandeiras vermelhas do PT e gritando o nome de Luiz.

Enquanto se formava a comissão de frente da passeata, Montoro ficou frente a frente com o grupo de petistas. Antes de se deslocar e tomar posição na passeata, o grupo do PT passou a cantar coros com críticas a Montoro. "Cade o professor que virou Governador?", numa alusão às reivindicações dos professores em greve e à condição de Montoro de ex-professor da Pontifícia Universidade Católica (PUC). Ou "Comer, comer, comer, o professor também quer comer" e "Montoro maluquinho, cade nosso dinheiro?" Montoro sorriu mas Ulysses Guimaraes olhou feio para os petistas."

Não é este, evidentemente, o propósito dos que promovem tais concentrações. Nos bastidores, o que se trata é exatamente isto, tentar desvirtuar reuniões pacíficas...

O Sr. Lourival Baptista — Permite V. Ex^e um aparte?

O SR. ALOYSIO CHAVES — ... e ordeiras como estas, com o objetivo de tentar motivar o País para as eleições diretas, em proveito de um grupo radical que não poupa nem as figuras mais expressivas da Oposição pela sua respeitabilidade e pelo conceito que desfrutam, Sr. Presidente. É isto que se trama. E se isto, realmente, se pretende transportar para o recinto do Congresso Nacional, para dentro do Congresso Nacional, é que, estou certo, todos nós, PDS ou Partidos da Oposição, não consentiremos. Nós desejamos que o Congresso se reúna com plena liberdade para fazer o exame de qualquer matéria, seja da proposta Dante de Oliveira ou da Proposta Figueiredo, de qualquer assunto submetido a sua deliberação, num clima de ordem, sem constrangimento, com respeito à pessoa física e à integridade moral dos Srs. Parlamentares. É isto, apenas isto, que nós estamos pedindo, mais do que pedir, nós temos o direito impostergável de exigir.

Ouço o nobre Senador Lourival Baptista.

O Sr. Lourival Baptista — Eminentíssimo Senador, a Nação inteira tomou conhecimento, ontem, através da televisão e das rádios emissoras, da proposta de revisão constitucional encaminhada pelo Presidente João Baptista Figueiredo ao Congresso Nacional. O pronunciamento do Chefe da Nação impressionou profundamente, com características de indiscutível impacto, dezenas de milhões de brasileiros que tiveram oportunidade de vê-lo e ouvi-lo através do vídeo. A segurança e a energia, características do histórico pronunciamento do Presidente da República, contribuíram, fundamental e decisivamente, para tranquilizar a Nação, ao mesmo tempo em que o conteúdo da proposta de revisão constitucional, que estava sendo esperada com o mais profundo interesse e justificada ansiedade, demonstrou patriotismo e alto senso de responsabilidade. Foi uma proposta de conciliação e de renegociação, no sentido de reunir em torno dos mesmos ideais de modernização institucional do País todos os homens de responsabilidade que colocam os supremos interesses da Pátria acima de quaisquer outras prioridades. Estou certo de que os brasileiros atenderão ao apelo do Presidente, cuja incontestável liderança a Nação inteira reconhece e aplaude. Felicito V. Ex^e, emi-

nente Senador Aloysio Chaves, pelo oportuno, sensato e magnífico discurso que vem proferindo ao examinar, com o rigor técnico de um emérito professor de Direito, na multiplicidade de seus aspectos, o teor substantivo da proposta presidencial. Creia-me V. Ex^e, eminente Líder, solidário com a suas colocações realistas e objetivas, que têm, como finalidade precípua, consolidar todos os segmentos da população brasileira em torno dos ideais e objetivos comuns do Governo e da Oposição, que são, como não podiam deixar de ser, a paz, a democracia, a justiça social, no contexto do estado de direito que é a aspiração comum de todos nós brasileiros. Muito obrigado a V. Ex^e, eminente Senador.

O SR. ALOYSIO CHAVES — Nobre Senador Lourival Baptista, acho que V. Ex^e não avança um juizô pessoal, V. Ex^e faz eco a pronunciamentos hoje feitos no País e à análise da proposta de Emenda Constitucional do Senhor Presidente da República por setores autorizados da sociedade brasileira. O jornal **O Estado de S. Paulo**, ao fazer um resumo da proposta do Senhor Presidente da República, depois de destacar alguns aspectos relevantes como direitos humanos garantidos, as alterações importantes introduzidas nesse particular e enumerar os pontos principais propostos nessa Emenda Constitucional, conclui, referindo-se à emenda:

“Deverá ser bem recebida nos meios parlamentares, inclusive na oposição. O governo não está inflexível na defesa de todos os seus aspectos, parecendo sensível a alterações; desde que não se refiram à antecipação das eleições diretas para a próxima sucessão.”

O nobre Senador Humberto Lucena fez duas objeções, inicialmente, no exame rápido dessa mensagem: a primeira no que diz respeito à reeleição sem desincompatibilização. S. Ex^e acha uma norma esdrúxula, extravagante, inconcebível que se dispõe a desincompatibilização em se tratando de reeleição do Presidente da República. Eu diria, de pronto, para tranquilizar S. Ex^e, se esta é uma objeção de fundo do seu Partido, que tudo que se encontra nessa proposta, com ressalva feita com relação às eleições de 1988, poderemos debater, discutir, analisar e decidir no Congresso Nacional. Se esta não for a melhor solução, se outra solução mais conveniente, mais adequada for encontrada, ela não terá a nossa objeção sistemática, nem receberá um voto de pacto do nosso Partido.

O Sr. Itamar Franco — V. Ex^e é muito bonzinho...

O SR. ALOYSIO CHAVES — Esclareço apenas, à guisa de comentário, que não conheço regime que, admitindo a reeleição, exija a desincompatibilização. Não é assim na França, onde se faz a reeleição. Dir-se-á, que na França o regime é parlamentarista, mas é um parlamentarismo mitigado. Não é assim em Portugal...

O Sr. Humberto Lucena — Permite V. Ex^e um aparte?

O SR. ALOYSIO CHAVES — ... não é assim nos Estados Unidos da América do Norte.

Ouço o nobre Senador Humberto Lucena.

O Sr. Humberto Lucena — Mas eu creio que nesses países também não há uma lei de inelegibilidade como no Brasil. É que a situação brasileira é peculiar, nós somos um país ainda em fase de desenvolvimento político, sabe V. Ex^e. E, tanto assim, que um Prefeito, como eu disse há pouco, um Governador, um Ministro, têm que se desincompatibilizar até para ser candidato a Deputado Estadual ou Federal. Ora, como é que se pode coadunar isso com a reeleição do Presidente no exercício do próprio cargo?

O SR. ALOYSIO CHAVES — Nobre Senador Humberto Lucena, volto a dizer a V. Ex^e: se outro mecanismo

mais eficiente, mais perfeito, V. Ex^e ou o partido de V. Ex^e desejam sugerir, não há, evidentemente, nada que impeça o exame dessa matéria pelo Senado Federal. Absolutamente nada, nobre Senador Humberto Lucena. As normas gerais de inelegibilidade ou de desincompatibilização, poderão também, serem revistas, como poderão ser modificadas aquelas que se inserem em Lei Complementar.

A idéia está lançada para o exame, para o debate. Não é uma reivindicação nova, é uma idéia que já foi apresentada há muito tempo, ao longo da vida republicana brasileira. Foi debatida, não foi objeto de uma decisão formal, mas também não foi rejeitada, porque em favor dela militaram argumentos relevantes.

No segundo ponto S. Ex^e se refere à Mesa do Congresso Nacional, para disciplinar, estabelecer normas complementares para o funcionamento do Colégio Eleitoral. V. Ex^e sabe que, na Constituição, as normas fundamentais, as normas de caráter geral estão lá incluídas no que concerne ao funcionamento do Colégio Eleitoral. Só a parte adjetiva, que estiver fora da Lei Complementar nº 15, é que se transfere para a competência da Mesa do Congresso Nacional que, através de uma resolução, poderá disciplinar essa matéria, porque é uma matéria que diz respeito, em particular, ao Poder Legislativo e à reunião do Congresso Nacional, matéria de sua economia interna, *interna corporis*, como o Tribunal Superior Eleitoral já proclamou aduzindo que qualquer impugnação a respeito de registro de candidatos deveria ser feita perante a Mesa do Congresso Nacional e que da decisão desta cabe recurso ao Supremo Tribunal Federal.

O Sr. Itamar Franco — Permite-me V. Ex^e um aparte.

O SR. ALOYSIO CHAVES — Ouço o nobre Senador Itamar Franco.

O Sr. Itamar Franco — Senador Aloysio Chaves, é neste engodo que as Oposições brasileiras não vão poder cair. V. Ex^e concorda que se modifique tudo, foi muito bonzinho com o Senador Humberto Lucena, que discorda da eleição presidencial em dois turnos, ou quanto à desincompatibilização. Tudo isto pode ser negociado mas o ponto chave, o que a Nação espera, o que a Nação deseja que é a eleição do Presidente da República, com o respaldo popular, este V. Ex^e não quer negociar, ele não se refere, passa ao largo. Este é um ponto inflexível por parte do Governo. De resto, nós vamos negociar tudo. O que eu espero, Sr. Senador, é que a Oposição brasileira, particularmente o meu Partido, não vá no “canto da sereia” de V. Ex^e. Nós não poderemos concordar com isto, Senador. Não quero fazer uma análise maior porque já está no final o tempo de V. Ex^e, mas esta emenda à Constituição pouco significado tem, no aspecto de finanças, para o Parlamento Nacional; mantém o decreto-lei; não dá ao Congresso Nacional autonomia na ordem orçamentária e, muito mais sério, Senador, não vai ao encontro da vontade nacional que quer ver eleito agora o Presidente com o respaldo popular. V. Ex^e não resolve o nó górdio que aí está, que é a eleição presidencial indireta, que a Nação brasileira não aceita.

O SR. ALOYSIO CHAVES — Sr. Presidente, permita-me, tenha a tolerância que eu lhe peço, com a devida vénia, ouvir apenas o aparte do Senador Severo Gomes, para que eu possa concluir o meu discurso. Mas antes, desejo observar ao nobre Senador Itamar Franco que nunca se abriu, desde 1964, no Congresso Nacional, melhor oportunidade, para o entendimento, melhor oportunidade para negociação. E a minha atuação como Líder, não é um canto de sereia, a minha atuação sempre foi nesse sentido, todos os pronunciamentos feitos nesta Casa, desde que assumi a liderança, e antes de exercê-la, sempre foram no sentido de reconhecer o caráter excepcional desse período de transição, de reclamar para a sua solução, para o seu coroamento, um entendimento político de nível superior, dentro do Congresso brasileiro.

Eu poderia dizer, sem pretender fazer um símilo, uma comparação, porque os fatos históricos podem guardar certa similitude, mas eles tem muitas peculiaridades que os separam, que nós estamos vivendo um momento de crise, nós estamos arrematando um processo de transição, nós estamos vivendo, em suma, um momento excepcional, e para um momento excepcional só, também, uma solução excepcional, no sentido jurídico, no sentido constitucional, como ocorreu depois do fim do primeiro ciclo Vargas. E, ao longo da nossa história republicana, os exemplos aí estão alinhados, para servir se não de modelo, pelo menos de inspiração a todos nós.

O Sr. Severo Gomes — Permite V. Ex^e um aparte?

O SR. ALOYSIO CHAVES — Ouço o eminentíssimo Senador Severo Gomes

O Sr. Severo Gomes — Nobre Senador Aloysio Chaves, V. Ex^e fez referência a manifestações radicais que tiveram ocorrido na passeata, seguida de comício, de São Paulo. Eu dela participei, ao lado do Governador Franco Montoro, tanto quanto o ilustre Senador Fernando Henrique Cardoso, e quero dizer que as manifestações que ocorreram, citadas por V. Ex^e, de grupos que evidentemente não estavam satisfeitos com as decisões do Governador Franco Montoro, com relação aos professores, que manifestaram a sua vontade, cantaram e reclamaram, e vivemos uma tarde democrática e ordeira, isso não é nenhuma manifestação radical. A nossa passeata em São Paulo foi a maior da História Política do Brasil e do continente Sul-Americano, e feita em ordem. Isto serve para mostrar também um aspecto importante relativo ao que disse V. Ex^e a respeito da Mensagem do Presidente da República. No meu entender, nobre Senador Aloysio Chaves, o Senhor Presidente da República não está se dando conta do que ocorre no Brasil. Na verdade, o povo vai às ruas, num movimento sem precedente da nossa história, porque quer avolumar forças para mudar o seu destino. Mudar o seu destino com uma força que venha da organização da sociedade brasileira, para se contrapor a essas forças anti-nacionais e anti-populares, que geram as decisões, como nós temos assistido, no sentido da recessão econômica, da política salarial ou da subscrição de documentos ao Fundo Monetário Internacional, onde expressamente se renuncia a questões importantes da soberania nacional. O povo quer avolumar forças para isso, portanto não pode aguardar um final deste Governo fortalecido por uma articulação que não diz respeito a essas mudanças que são desejadas, como também um outro período de Governo idírito por mais quatro anos, mantendo toda essa situação que decorre de uma conjugação de forças que o povo quer mudar, essa é a questão. O povo não quer uma nova maneira de mudar que poderia se chamar o mudar para continuar, o povo realmente quer avolumar forças para comandar o seu destino e se libertar dessas pressões, dessas forças que hoje determinam políticas que o conduzem à infelicidade, à destruição da economia nacional e à perda da nossa soberania.

O SR. ALOYSIO CHAVES — Nobre Senador Severo Gomes, reportei-me ao episódio que o **Jornal do Brasil** noticia para censurá-lo, ressaltando o alto conceito e apreço que todos nós temos à pessoa do nosso eminentíssimo ex-colega, Governador Franco Montoro, para mostrar como grupos radicais preocupados em modificar, em alterar o sentido de certas concentrações, de certas reuniões pacíficas, chegam a extremos da natureza desse que teria ocorrido em São Paulo, conforme está no jornal. E V. Ex^e não contesta, apenas dizendo que isto foi dito cantando e não bradando diretamente na presença do Governador, como se quisesse promover um desacato pessoal. Não estou colocando nestes termos, nem era o objetivo do meu pronunciamento. Toquei neste assunto apenas para mostrar, tendo em conta o aparte que antes

foi dado pelo Senador Henrique Santillo, que há também provocação de natureza extremada que devem ser coibidas, devem ser contidas, partam de onde vierem. Foi desta maneira que abordei o episódio de ontem, em São Paulo.

Quanto aos fundamentos da eleição indireta, em janeiro de 1985, V. Ex^e sabe que já debati longamente esse tema, não passei por cima; apenas a exiguidade do tempo — e estou aqui infringindo as advertências da Mesa, com a tolerância do eminente Senador pela Bahia — apenas a exigência do tempo não me permite abordar todos esses assuntos num pronunciamento só.

V. Ex^e inclusive me honrou com vários apartes num longo pronunciamento que fiz de quase duas horas, nesta Casa, para justificar o Colégio Eleitoral, a legitimidade, inclusive a eleição indireta a 15 de janeiro de 1985, como enfatiza e ressalta o Senhor Presidente da República, tanto na sua exposição de motivos, como no pronunciamento feito à Nação.

Repto, Sr. Presidente e Srs. Senadores, para encerrar, que nunca se abriu, desde 1964, maior oportunidade para o entendimento, para uma negociação do que esta. Espero que as palavras do Senhor Presidente da República, que refletem os sentimentos do meu Partido, encontrem eco nesta Casa e no espírito de todos os Srs. Parlamentares.

Sr. Presidente, para encerrar este registro, quero destaca a parte final do discurso do Presidente João Figueiredo à Nação brasileira, ontem na televisão:

A negociação pressupõe estejam as partes interessadas dispostas a concessões mútuas que conciliem aspirações conflitantes e, instarem no universo político a concórdia que todos desejamos. Pela conciliação e o compromisso abriremos caminho para a solução dos problemas que inquietam o mundo político e afligem a sociedade. Conciliação e compromisso assim entre os adversários políticos como entre membros da mesma família partidária. Conciliação e compromisso que podem ser fonte das mudanças ou das transformações que o progresso social impõe.

Condutor do processo de abertura, responsável em alto grau pelas dimensões por ela alcançadas, tenho autoridade para reclamar dos políticos brasileiros que não me soneguem a sua colaboração para resolver os graves problemas que angustiam a Nação.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

**DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR.
HENRIQUE SANTILLO NA SESSÃO DE 17-4-84
E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR,
SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.**

O SR. HENRIQUE SANTILLO (PMDB — GO.)
Para uma comunicação.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

As forças femininas democráticas do País estão, neste exato momento, realizando, no plenário da Câmara dos Deputados, uma manifestação pelas eleições diretas já para a Presidência da República.

Esse acontecimento é parte, Sr. Presidente, de manifestações amplas realizadas pela sociedade brasileira, por democracia, em todas as cidades do País, de forma ordenada e pacífica. Quando a sociedade brasileira oferece nas praças e nas ruas o seu testemunho físico de inconformidade com o atual estado de coisas, ela luta por mudanças efetivas, renegando as posições políticas estáticas ou conservadoras, ou mesmo as posições que possam levar a falsas mudanças, resultante de manipulações da opinião pública e da força política do povo.

A esse evento que ora realiza a força democrática feminina no Congresso Nacional, tentou-se oferecer obstáculo através de métodos escusos de coerção, de métodos

inconstitucionais de intimidação, tentando-se impedir a chegada de ônibus trazendo centenas de mulheres dos Estados de São Paulo, de Minas Gerais, de Goiás e de outros Estados da Federação para Brasília, unindo-se às parlamentares democráticas pró-diretas já, e às mulheres de Brasília, para juntas, darem a sua demonstração de vontade de lutar.

Este é o motivo pelo qual, Sr. Presidente e Srs. Senadores, ao fazer esta comunicação à Casa, posso, também, assegurar que todos aqueles que hoje colocam-se de forma inequívoca, clara, diante da Nação ao lado dessa conquista, que é uma aspiração nacional, ao lado da conquista da eleição direta, imediatamente, para a Presidência da República, não admitirão jamais pensar em qualquer discussão, em qualquer negociação antes que no dia 25 de abril, dois terços da Câmara dos Deputados e dois terços do Senado Federal aprovem a Emenda Dante de Oliveira.

Enviou, ontem, ao Congresso Nacional, Sua Exceléncia o Presidente da República, sua Mensagem incluindo dezenas de emendas a essa já esfarrapada Constituição. Reconheço até, Sr. Presidente, que muitas das iniciativas preconizadas pelo Senhor Presidente da República são, a meu ver, plenamente aceitáveis. Mas, a verdade é que coisas como essa, que acabam de ocorrer no País, é que levarão à Nação, logo após a aprovação da emenda Dante de Oliveira, a iniciar um outro movimento nacional, uma outra enorme mobilização que há de ser pela "Constituinte já", para que o País tenha uma Constituição legítima, aprovada por seu povo, nas ruas e nas praças, de forma democrática.

Quero discordar aqui, Sr. Presidente, nessa comunicação que faço a cerca deste evento que ora está se realizando na Câmara dos Deputados, das palavras do eminente Líder do PDS, quando considera a vinda de mulheres ao recinto do Congresso Nacional... (apartes simultâneos)... Portanto, comunicando à Casa a ocorrência desse importante evento que é a concentração das mulheres democráticas pelas eleições "Diretas, já!" Quero, mais uma vez, consignar, também, o meu veemente protesto pelas medidas coercitivas adotadas por autoridades policiais, tentando impedir que essas forças democráticas chegassem a Brasília.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas)

ATAS DE COMISSÕES

COMISSÃO DIRETORA

2^a Reunião Ordinária, realizada
a 27 de março de 1984

Aos vinte e sete dias do mês de março de mil novecentos e sessenta e quatro, sob a Presidência do Senhor Senador Moacyr Dalla, Presidente, e com a presença dos Senhores Senadores Lomanto Júnior, Primeiro-Vice-Presidente, Henrique Santillo, Primeiro-Secretário, Léonard Vargas, Segundo-Secretário, Milton Cabral, Terceiro-Secretário, e Marcelo Miranda, Suplente, reúne-se a Comissão Diretora do Senado Federal.

Deixa de comparecer, por motivo justificado, o Senhor Senador Jaison Barreto, Segundo Vice-Presidente.

O Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e pede ao Senhor Diretor-Geral que leia a Ata da reunião anterior, o que é feito, sendo a Ata aprovada.

Em seguida, o Senhor Presidente, lembrando ter incumbido o Diretor-Geral de verificar os fatos, estranháveis, apontados pelo Senhor Primeiro-Secretário na Reunião anterior, relativos ao CEGRAF, pede seja apresentado o Relatório competente.

O Senhor Diretor-Geral lê, então, Relatório sobre a situação do CEGRAF, referente a pagamentos feitos aos

servidores nos meses de dezembro e janeiro. Comunica que, seguindo orientação do Senhor Presidente havia requisitado as folhas de pagamentos relativas aos meses de novembro, dezembro e janeiro, bem como as guias de recolhimento do imposto de renda e os empenhos correspondentes. Informa ter determinado a suspensão temporária, até decisão por parte da Administração superior, do pagamento de horas extras e das gratificações de nível superior dos serviços jurídicos. Esclarece, ainda, ter incumbido o Senhor Consultor-Geral de examinar os aspectos legais dos pagamentos e o Senhor Diretor da Subsecretaria Financeira de fazer uma análise contábil dos mesmos. O relatório do Senhor Diretor-Geral apresenta as conclusões a que chegaram o Consultor-Geral do Senado e o Diretor da Subsecretaria Financeira, de existir correção nos referidos pagamentos, tendo sido constatada a sua legalidade, uma vez que baseados em leis, regulamentos e atos emanados por quem de direito. O Senhor Diretor-Geral conclui sugerindo que, a fim de serem evitados possíveis excessos, seja baixado Ato pela Comissão Diretora, estabelecendo como teto retributivo dos empregos em comissão do CEGRAF e do PRODASEN os valores das remunerações pagas aos ocupantes de emprego ou cargo equivalente dos Quadros do Senado Federal, independentemente de autorizações anteriores.

Antes de deliberar sobre a matéria, a Comissão Diretora decide ouvir os esclarecimentos do Consultor-Geral do Senado a respeito do exame realizado na legislação e outros documentos.

Chamado, compareceu o Consultor-Geral, que reafirmou as informações prestadas em seu relatório, concluindo pela legalidade dos pagamentos feitos no CEGRAF. Presta, ainda, outros esclarecimentos solicitados pelos membros da Comissão Diretora.

O Senhor Primeiro-Secretário, à vista de informações prestadas pelo Consultor-Geral, considerando irregular o pagamento de horas extras durante os períodos de recesso, embora autorizado pelo Presidente do Conselho de Supervisão da Administração passada, sugere a criação de uma Comissão de Senadores, composta pelos Senhores Senadores Milton Cabral, Terceiro-Secretário, Raimundo Parente, Quarto-Secretário, e Marcelo Miranda, Suplente, para, no prazo de trinta dias, estudar a situação do CEGRAF, relativamente à sua legislação e autorizações concedidas em Administrações passadas, e propor as medidas que julgar cabíveis. A sugestão é aprovada.

Em seguida, o Senhor Presidente solicita o comparecimento do Diretor-Executivo do CEGRAF, Dr. Aloisio Barbosa, que presta esclarecimentos sobre a passagem do serviço médico do CEGRAF para o Senado, sobre o estabelecimento de três turnos de trabalho e o cancelamento do restaurante, uma vez que, com a carga horária estabelecida, suficiente apenas um lanche que é servido a todos. O mesmo Diretor informa que parte do material tombado foi cedido ao Senado para o funcionamento do restaurante popular no 14º andar do Anexo I.

O Diretor-Executivo do CEGRAF, a seguir, afirma existir necessidade de Motoristas e de Segurâncias no Quadro, podendo ser rescindido o contrato mantido com a CONFEDERAL, relativamente à segurança do CEGRAF, uma vez considerar mais importante, devido ao pequeno número de guardas, que esse serviço seja prestado pelo próprio pessoal da Casa.

O Senhor Terceiro-Secretário entende que, inicialmente, deva ser feito um levantamento do pessoal existente no Senado, a fim de se verificar se não há disponibilidade suficiente ao atendimento do serviço do CEGRAF.

Em seguida, o Senhor Presidente solicita a presença do Senhor Diretor-Executivo do PRODASEN, Dr. Rui Janiques, para prestar alguns esclarecimentos.

O Senhor Primeiro-Secretário indaga ao Diretor-Executivo do PRODASEN sobre o andamento dos tra-

balhos referentes à instalação de terminais de computador nos gabinetes dos Senhores Senadores. O referido Diretor dá ciência aos membros da Comissão Diretora do cronograma dos trabalhos, informando ter havido um atraso em virtude de problemas técnicos quanto a licitação para a aquisição do material adequado. Outro problema a motivar o atraso é o das instalações elétricas do Bloco A do Anexo II do Senado, onde se encontram os gabinetes dos Senhores Senadores que, por falta de verba, ainda não havia sido feita. O Senhor Diretor-Geral, no entanto, já providenciara a reforma e a licitação encontrava-se em andamento. Entende que a segunda etapa deve se processar normalmente, devendo estar concluída, caso sejam obtidos os recursos indispensáveis, até o fim do mandato da atual Comissão Diretora.

O Senhor Terceiro-Secretário, a seguir, lembra a situação do pessoal lotado na Representação do Senado Federal no Rio de Janeiro, entendendo conveniente a fixação de um Quadro, com número certo de servidores. A Comissão Diretora decide encarregar o Senhor Terceiro-Secretário de estudar o assunto e propor as medidas cabíveis.

O Senhor Senador Marcelo Miranda, Suplente, traz ao conhecimento da Comissão Diretora reclamações feitas por vários Senhores Senadores de que numerosos materiais têm sumido dos Gabinetes, devendo ser adotadas providências, junto ao Serviço de Segurança e à CONFEDERAL, para que isso seja evitado, mantendo-se, ainda, contatos com a firma, para verificar se o número certo de servidores está sendo mantido nos serviços de limpeza. O Serviço de Segurança deverá ter sempre seus agentes a postos por ocasião da limpeza. Essas providências são aprovadas.

Após amplo debate, a Comissão Diretora, com os votos em contrário dos Senhores Senadores Henrique Santillo, Primeiro-Secretário, e Marcelo Miranda, Suplente, delibera não ceder, nem em caráter excepcional, nenhuma das dependências do Congresso Nacional para solemnidades de qualquer tipo, da presente data até o dia 30 de abril do ano em curso.

O Senhor Primeiro-Secretário, em seguida, faz entrega ao Senhor Presidente dos seguintes processos para distribuição:

1) — Processo nº 004604 83 0, da Subsecretaria de Engenharia, em que solicita seja concedida a retribuição acessória, FG-3 (pro-labore), ao servidor João Batista Vieira, pelos motivos que expõe. O Senhor Presidente distribui ao Senhor Senador Lenoir Vargas, para relatar.

2) — Processo nº 003202 83 6, da Representação do Senado Federal no Rio de Janeiro, solicitando a concessão de 120 horas extras mensais aos Motoristas lotados na Representação. O processo é distribuído ao Senhor Senador Milton Cabral, para relatar.

3) — Processo nº 000197 84 0, Subsecretaria de Pessoal, indagando se os servidores que tiveram exercício em Brasília durante certo período recebendo sessões extraordinárias e que, posteriormente, passaram a ter exercício na Representação do Senado no Rio de Janeiro e ali foram aposentados, terão direito à incorporação da Gratificação Especial de Desempenho. O Senhor Senador Marcelo Miranda é designado Relator.

4) — Processo nº 008212 83 0, da Subsecretaria Financeira, que encaminha anteprojeto de resolução da nova estrutura da Subsecretaria Financeira e Auditoria. Ao Senhor Senador Henrique Santillo, para relatar.

5) — Processo nº 002877 83 0, de Ramiro Jacques Lebre Pereira, solicitando permissão para fazer estágio na Subsecretaria de Engenharia do Senado Federal, sem ônus para o Senado, por cursar o quarto ano de engenharia Civil na Universidade de Brasília. Ao Senhor Senador Henrique Santillo, para relatar.

O Senhor Diretor-Geral pede vênia para apresentar à Comissão Diretora minuta do anteprojeto de lei, relativo

ao aumento de vencimentos do funcionalismo, nas mesmas bases concedido ao pessoal do Poder Executivo e em atendimento ao disposto no Ato nº 02, de 1984, da Comissão Diretora.

Debatido o assunto em profundidade, a Comissão Diretora aprova o anteprojeto que, assinado por todos, é remetido à Secretaria-Geral da Mesa, para os devidos fins regimentais.

Nada mais havendo a tratar, às doze horas e vinte minutos, o Senhor Presidente declara encerrados os trabalhos, pelo que, eu, (Aiman Nogueira da Gama), Diretor-Geral e Secretário da Comissão Diretora, lavrei a presente Ata que, assinada pelo Senhor Presidente, vai à publicação.

Sala da Comissão Diretora, 27 de março de 1984. —
Moacyr Dalla, Presidente

COMISSÃO DE ECONOMIA

1ª Reunião realizada
em 14 de março de 1984.

Às dez horas do dia quatorze de março de mil novecentos e oitenta e quatro, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Nilo Coelho, presentes os Srs. Senadores Roberto Campos, Presidente, Gabriel Hermes, Jorge Kalume, Amaral Peixoto, Marcondes Gadelha e Benedito Ferreira, reúne-se a Comissão de Economia. Registra-se, também, a presença do Exmº Sr. Vice-Presidente do Senado Federal, Senador Lomanto Júnior, Srs. Deputados Odilon Salomão, Cristina Tavares e de representantes de indústrias e organismos vinculados ao setor das telecomunicações. O Sr. Presidente abre os trabalhos procedendo a leitura da Ata da reunião anterior, que aprovou a realização do ciclo de palestras que hoje se inicia, tendo como primeiro convidado o Exmo. Sr. Ministro de Estado das Comunicações, Haroldo Corrêa de Mattos, que aborda o tema, "Política Industrial de Telecomunicações". Com a palavra, o Sr. Ministro das Comunicações desenvolve o seu pronunciamento subdividindo-o em Bases Legais, Diretrizes Governamentais para o Setor, Evolução Industrial do Setor, Mecanismos de Desenvolvimento de Tecnologia/Produto Nacional, finalizando com Resultados e Realizações Setoriais. Ao término da Conferência, os Srs. Senadores Benedito Ferreira, Jorge Kalume e Marcondes Gadelha cumprimentam o Sr. Presidente pela felicidade da realização do presente ciclo de palestras assim como o Sr. Ministro pelo Brilhante pronunciamento. O conferencista recebe interações dos Srs. Odilon Salomão e Cristina Tavares e do Sr. Senador Marcondes Gadelha. Finalizando, o Sr. Presidente tece considerações sobre o tema apresentado. Antes de encerrar a reunião o Sr. Presidente agradece a presença do Sr. Ministro Haroldo Corrêa de Mattos e determina que as notas taquigráficas, tão logo traduzidas, sejam anexadas à presente Ata, e para constar, eu, Francisco Guilherme Thees Ribeiro, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

ANEXO À ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ECONOMIA REALIZADA EM 14 DE MARÇO DE 1984, QUE SE PUBLICA, DEVIDAMENTE AUTORIZADA PELO SR. PRÉSIDENTE — INTEGRA DO APANHAMENTO TAQUIGRÁFICO — PRESIDENTE: SENADOR ROBERTO CAMPOS VICE-PRESIDENTE: SENADOR SEVERO GOMES COMISSÃO DE ECONOMIA PALESTRA PROFERIDA PELO EXMº SR. MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, HAROLDO CORRÊA DE MATTOS. REUNIÃO REALIZADA EM 14-3-1984, ÀS 10:00 HORAS.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Campos) — Excelentíssimo Sr. Ministro, Excelentíssimo Sr. Vice-

Presidente do Senado Federal, meus caros Senadores, minhas Senhoras e meus Senhores. É com grande prazer que dou início à série de debates sobre o problema interessante, fabuloso mesmo, porque daí depende a eficiência produtiva de nossa sociedade, se quiser se manter competitiva, o tema da informática. O debate sobre o tema foi aprovado em reunião da Comissão de Economia em 24-11-1983. Foi aprovada unanimemente e proposta de que se realizasse um ciclo de palestras sobre a política nacional de informática. Contaria com a presença do Ministro Danilo Venturini, do Conselho de Segurança Nacional e dos técnicos de área de informática. Logo de início, se verificou que seria importantíssimo termos um depoimento oriundo da área de telecomunicações, pelas suas íntimas conexões com a informática.

A rigor, com a ingenuidade semântica que os caracteriza, os franceses já cunharam uma nova expressão: a telemática, no futuro teremos muito mais telemática do que informática. A Comissão acolheu, portanto, com satisfação a idéia de convidar o Ministro de Comunicações a nos falar, dando esclarecimentos sobre a atividade do Ministério.

Em seguida foram discutidos vários nomes que deveriam, ou poderiam comparecer à Comissão, eles foram convidados, os Senadores, estimulados a apresentar novos nomes. Eu tomei a liberdade de enviar aos que foram convidados para debate, um simples roteiro que declarei em minha carta de encaminhamento, que não seria nem excludente nem abrangente, seria apenas possíveis os tópicos de interesse, deixando-se inteira liberdade aos debatedores para abordarem aqueles tópicos ou quaisquer outros que considerassem pertinentes.

O Ministro de Comunicações me notificou prontamente que o temário que ele preferiria abordar não era exatamente aquele que lhe havia sido transmitido em minha comunicação e sim um tópico específico, à Política Nacional de Telecomunicações. E sobre esse assunto se concentraria ele. É evidentemente um assunto extremamente importante, folgo em ter presente à Comissão de Economia o ilustre Ministro a quem me unem velhos vínculos de amizade e admiração pessoal. E folgo muito em receber o Ministro das Comunicações, porque como alguns se lembram, o Ministério de Comunicações foi uma criação do Governo Castello Branco, através do Decreto-lei nº 200, de 27-2-67, Decreto-lei em cuja formulação tive parte, acredito relevante, a desempenhar como coordenador do grupo que planejou a reforma administrativa.

Tem a palavra o Sr. Ministro das Comunicações.

O SR. MINISTRO (Haroldo Corrêa de Mattos) — Muito obrigado, Sr. Senador. Excelentíssimo Sr. Senador Roberto Campos, Presidente da Comissão de Economia, Excelentíssimo Sr. Senador Lomanto Júnior, Vice-Presidente do Senado Federal, Srs. Senadores, Senhoras e Senhores.

Venho honrado e com prazer ao Senado Federal, para lhes prestar um depoimento, especificamente sobre a política industrial no setor de comunicações. Sinto-me muito a vontade para afirmar que ela foi extremamente bem sucedida, e me sinto à vontade porque eu a recebi como herança de quantos me antecederam. É um trabalho que se inicia nos idos do CONTEL. E ao longo de todos esses anos vem sendo preservada e aprimorada, espero ter a oportunidade de mostrar-lhes que o modelo industrial adotado no setor foi plenamente bem sucedido.

A minha exposição seguirá a seguinte linha: 1. Introdução — As Bases Legais 2. As Diretrizes Governamentais 3. Evolução Industrial 4. Os Mecanismos de Desenvolvimento de Tecnologia e Produtos Finais Nacionais 5. Os Resultados e Realizações 6. Conclusões.

Nós preparamos um texto para ser distribuído aos ilustres Senadores da Comissão de Economia. E eu se-

guirei um momento preparado para evitar uma leitura exaustiva. De modo que iniciarei fazendo um breve retrospecto sobre a situação das comunicações brasileiras nos primeiros anos da década de 60. Lembra-se muito que era pré-caótico o Estado do setor, nós tínhamos 800 concessões, sem coordenação central que assegurasse a padronização técnica e operacional. Isto era sobre tudo resultado de uma diluição do poder concedente compartilhado pela União, Estados e Municípios. Tínhamos apenas 2 telefones por 100 habitantes, com o gravante de que 68% dos telefones instalados no País eram operados pela então Companhia Telefônica Brasileira, que servia apenas aos 3 grandes centros São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte.

As ligações interurbanas eram da maior precariedade, havia um enlace ultra congestionado de microondas entre Rio e São Paulo e outro mais recente, ligando Rio de Janeiro a Belo Horizonte e Brasília. Nas demais cidades tentava-se mas nem sempre se conseguia falar com ligações rádio e ondas curtas.

A rede de telex possuía apenas 1.000 terminais, o telegrafista era retrato da ineficiência, as ligações internacionais telefônicas se faziam também por ondas curtas, com as dificuldades inerentes a este tipo de transmissão. E as telegáficas eram feitas por um cabo submarino, inaugurado em 1874 por D. Pedro II.

A Radiodifusão tinha cobertura local, esporadicamente, cobertura regional e não tínhamos sequer um registro completo e confiável das emissoras do País.

Os Correios era positivamente uma estrutura, anciolaada e decadente. A indústria era praticamente inexistente, apesar de se haverem instalado no País, já na década de 20, filiais de alguns grandes grupos internacionais, que entretanto operavam muito mais como escritório de representação do que efetivamente como embrião de uma indústria, o que se justificava porque diante da total e estagnação do sistema, não havia economia de escala para fabricação local.

Em 1962, adveio a Lei 4117, Código Nacional de Telecomunicações, em 27 de agosto. Esta foi verdadeiramente a escoria que desencadeou um processo quase que explosivo de desenvolvimento nas telecomunicações nacionais. Nós temos ali apresentado os principais tópicos, os principais itens definidos na Lei 4117. Definiu a política para o setor, esta foi efetivamente a pedra de toque no quadro nacional no Código Brasileiro de Telecomunicações. Criou o Conselho Nacional de Telecomunicações, concedeu recursos à empresa que seria criada com o nome de EMBRATEL, para implantar o Sistema Nacional de Telecomunicações, criando o Fundo Nacional de Telecomunicações. Estabeleceu princípios reguladores para o cálculo de tarifas, que estavam já efetivamente consagrados, que vieram a ser consagrados pelo artigo 167 da Constituição.

Em decorrência da Lei 4117, as seguintes providências foram adotadas: Constituição da EMBRATEL, em 1965, unificação dos poderes concedentes que ficaram concentrados na União, criação dos Ministérios das Comunicações em 1967, já pelo Decreto-lei nº 200, criação da TELEBRAS, empresa holding do sistema que se viria a formar em 1972 e a criação das empresas pólos. O resultado de vinte anos de trabalho apoiado neste novo código pode ser verificado nesta transparência que mostra o Sistema Nacional de Telecomunicações implantado pela EMBRATEL. Vejam que aí, apenas estão as ligações interestaduais e internacionais. Os sistemas estaduais das empresas pólos não foi possível representá-los aí.

O fato é que nós hoje contamos com mais de dez milhões de telefones. Cerca de oito telefones por cem habitantes. Nestes vinte anos de trabalho, de dois telefones por cem habitantes, passamos a oito telefones por cem

habitantes, considerando que a população, quase que dobrou neste interregno. Dos mil terminais de telex, contamos hoje com 65 mil terminais de telex. E seria enfadonho enumerar números que são do conhecimento público hoje.

Quais os recursos para nós implantarmos esse Sistema Nacional de Telecomunicações? Os recursos financeiros advieram do Fundo Nacional de Telecomunicações, em boa hora criado pela Lei 4117. E também da adoção de tarifas realistas dentro dos preceitos constitucionais que prevêem que a tarifa deve pagar os custos operacionais, deve remunerar o capital e deve ter uma parcela para a expansão dos serviços.

Os recursos humanos foram, na sua maior parte, recrutados entre engenheiros das Forças Armadas e também subtraídos às empresas industriais que aqui já estavam instaladas. Foi assim que nós conseguimos a nossa massa de manobra para iniciarmos este trabalho, que me permitiu dizer gigantesco.

E os materiais? Inicialmente eram todos importados entretanto, na medida em que o sistema se expandia, passamos a fabricá-lo localmente, desenvolvendo no Brasil uma tecnologia que hoje nos garante uma relativa independência em termos de equipamentos de telecomunicações. Entretanto, mais importante do que tudo isso é que a implantação do Sistema Nacional de Telecomunicações proporcionou integração dos serviços públicos de telecomunicações. Não eram mais aquelas oitocentas pequenas companhias ilhadas sem tecnologia, sem operacionalidade, sem compatibilidade: era um sistema integrado, era um organismo, era um todo. Proporcionou planejamento e comando técnico administrativo centralizado. Proporcionou um alto nível de profissionalização e eficiência operacional. Eu tenho tido oportunidade de em viagens ao exterior, ouvir depoimentos de autoridades industriais, estrangeiras, que louvam e enaltecem o nível técnico dos nossos engenheiros nos constantes debates que são levados. E, finalmente, consolidou a indústria nacional de comunicações, que hoje atende virtualmente a todas as necessidades do setor.

A Lei 4117, complementada pelo Decreto-Lei 267, prevê textualmente:

Art. 29. Compete ao Ministro das Comunicações:

a) promover e estimular o desenvolvimento da indústria de equipamentos de telecomunicações, dando referência àquelas cujo capital, na sua maioria, pertença a acionistas brasileiros;

b) estabelecer ou aprovar normas técnicas e especificações a serem observadas na planificação da produção industrial e na fabricação de peças, e aparelhos e equipamentos utilizados nos serviços de telecomunicações.

Esses são dispositivos de um Código aprovado pelo Congresso Nacional em 1962, que, diga-se de passagem, sofreu cinqüenta votos do Presidente da República, e todos caíram quando o projeto voltou ao parlamento, apesar do Presidente ter então maioria na Casa.

Partindo da Lei 4117, foram editadas várias portarias, observando especificamente esse preceito. Entretanto, eu me deterei em duas delas, a portaria 661/75 que define a política industrial do setor.

a) — promover a nacionalização de materiais e equipamentos de telecomunicações;

b) — promover o desenvolvimento de indústrias de equipamentos sob controle de capitais brasileiros;

c) — assegurar a implantação e o desenvolvimento de indústrias e equipamentos eletrônicos sob controle de capitais brasileiros;

d) — consolidar as fábricas brasileiras através do desenvolvimento no País de modelos brasileiros.

Essa portaria afortunadamente foi sucedida por uma solução do Conselho do Desenvolvimento Econômico, a resolução nº 9/77, que institui a figura do similar nacional, que, de certa maneira, essa portaria já previa. Veio em seguida a portaria 622, de 19 de junho de 1978, que estabelece a política de desenvolvimento tecnológico e de aquisição de equipamentos. A portaria 622/78, como objetivos básicos definiu:

— alcançar nível adequado de autonomia para que as decisões de natureza industrial e tecnológica sejam tomadas dentro do País;

— reduzir as importações de materiais, componentes, equipamentos, serviços e projetos de engenharia;

— criar condições para desenvolvimento da indústria brasileira de telecomunicações.

Como objetivo específico, entre outros, estabeleceu:

— desenvolver capacitação própria de elaboração e execução de projetos de equipamentos e de sistemas de telecomunicações;

— desenvolver capacitação própria de geração de tecnologia e produção no País de materiais componentes, equipamentos e sistemas de telecomunicações;

— implantar e consolidar indústrias brasileiras, para cada um dos tipos de equipamentos de materiais utilizados no setor, apoiadas em tecnologia localmente desenvolvida ou transferida do exterior.

— implantar e consolidar indústrias brasileiras de materiais e componentes necessários à produção de equipamentos e sistemas de telecomunicações;

— obtenção do mais elevado índice de nacionalização e equipamentos e sistemas de telecomunicações produzidos no País.

Sinto-me muito à vontade para dizer que a portaria é realmente uma bíblia. Ela prevê tudo. E nós voltaremos a esta portaria, dada a sua importância nesse processo de desenvolvimento da indústria de telecomunicações no País.

As diretrizes emanadas pelo Ministério das Comunicações sempre foram embasadas na convicção de que um parque industrial autônomo só se consolida através da capacitação tecnológica e essas demandas políticas adequadas de apoio estão consolidadas nessas duas portarias, exploração da infra-estrutura existente que essas portarias previam e convivência com tecnologia alienígena, para queimar etapas e desenvolver tecnologia própria.

Outro aspecto importante neste cenário, que estamos tentando descrever, é que tem havido uma absoluta continuidade nas diretrizes presidenciais para o setor. Se não, vejamos o que o Presidente João Figueiredo determina para o setor de telecomunicações para o seu Governo, essencialmente diretrizes setoriais: condições de alto provimento tecnológico, resposta à determinação, desenvolver produtos adaptados às condições brasileiras, desenvolver insumos estratégicos; diretrizes setoriais: produtos adequados ao Brasil, resposta à determinação, atribuir a geração de especificações ao sistema TELEBRAS, selecionar projetos pela necessidade do sistema TELEBRAS.

Diretrizes governamentais: orientação para as tecnologias de ponta; resposta; especificação de eletrônica digital, software e técnicas óticas.

Diretrizes governamentais: formação de pesquisadores, resposta, treinamento on-the job, contratação de especialistas estrangeiros e contatos universitários.

Vamos, agora, fazer umas breves considerações e tentar esquematizar como nós vemos a evolução industrial do setor de telecomunicações. Efetivamente os países em desenvolvimento não podem abdicar das novas tecnologias aplicadas pelos países altamente industrializados, até mesmo para ganhar tempo e queimar etapas. E para não ficarem distanciados ou perdidos de uma tecnologia que evolui a cada instante, isto é importante até mesmo para o seu próprio processo de capacitação tecnológica. Então, apenas para esquematizar: nós entendemos que a industrialização de um país comporta quatro fases que não são escludentes, muito pelo contrário, elas se superpõem num processo contínuo.

A primeira fase nós dirímos que é aquela em que o país importa um equipamento ou um projeto que ele recebe aquilo próprio, essa é a fase inicial do processo, aprende-se a montar o equipamento, aprende-se a operá-lo e a mantê-lo, é o primeiro passo na direção da industrialização e por isso mesmo importante.

A segunda fase, na proporção em que aquele equipamento é manuseado, nós nos familiarizamos com ele, conhecemos em detalhe o seu funcionamento, a sua anatomia, as suas idiossincrasias e temos condições de iniciar uma fabricação sob licença e controle do fornecedor de peças de reposição e substituição de componentes.

A terceira fase já é muito mais avançada, porque ela já inclui introduções no projeto original; o equipamento recebido de fábrica passa a receber inteligência e componentes produzidos no País.

E, finalmente, a quarta fase, é a fase da maioria em que o país tem condições de desenvolver pesquisas de desenvolvimento no sentido de criar tecnologia própria, no sentido de montar projetos, no sentido de se auto-satisfazer em termos tecnológicos.

Apenas para exemplificar vamos acompanhar o que aconteceu em Brasília no início da década de 1960: importou-se para instalar na capital uma central de "barras cruzadas" de fabricação Ericsson; ela veio inteiramente da Suécia, até mesmo armários, bastidores, armações de ferro, veio tudo da Suécia; vieram os suecos para montá-las e conseguimos instalá-las no Brasil e, naquela época, ela era o *dernier cri*, era o que de mais avançado existia em termo de comunicação. Esse embrião foi sendo explorado e nós começamos a fabricar as partes mecânicas, as armações e os bastidores, e logo depois começamos a entrar na fabricação dos componentes eletromecânicos, chegando até à produção de relés, e então a segunda fase se consolidava.

A terceira fase apareceu em São Paulo, onde existe a maior centralização de centrais de "barras cruzadas" do mundo, e foi preciso alterar o projeto inicial para fazer com que essas centrais se interligassem e dessem razoável escoamento àquele tráfego daquela enorme população. Então, afinal caracterizamos a terceira fase e nós sentímos capazes de entrar na quarta fase, de iniciar o desenvolvimento de uma central própria, mas não fizemos exatamente em termos mais de barras cruzadas, porque já era uma tecnologia ultrapassada, porém o estámos fazendo em termos de centrais temporais, centrais de programas armazenados e estamos desenvolvendo um projeto em Campinas, como nós teremos ocasião de verificar.

Muitos exemplos poderiam ser citados, o fato é que através dessas etapas sucessivas o grau de nacionalização das centrais de comutação, hoje fabricadas no Brasil, atinge a 98%.

Quais são os instrumentos da política de fomento industrial adotados no setor? Evidentemente para levar a ter uma política não basta estabelecer-la; é preciso que se monte também um instrumental capaz de realizá-la e acompanhá-la permanentemente para verificar se a política é realista e se o instrumental está sendo adequado. E

isso só se consegue verificando os resultados deste concurso.

Nós contamos como instrumento para a execução de nossa política o poder de compra, a normalização e a homologação de equipamentos, o Grupo Executivo Interministerial de Componentes e Materiais (GEICOM) e o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento de Campinas.

Poder de compra é um privilégio de um mercado monopólio e nós temos os seguintes critérios para a aquisição de equipamentos:

- Maior índice de nacionalização do produto;
- maior nível de participação de brasileiros no capital e no controle gerencial da empresa fornecedora;
- melhores condições de transferência de tecnologia, quando for o caso;
- maior grau de capacitação da empresa para desenvolver localmente seus projetos e para executar, no País, modificações de projetos e desenvolvimento próprio.

Esses critérios são rigorosamente aplicados.

Outro instrumento para a consecução da nossa política é a normalização e a homologação determinadas pela Portaria nº 903 de 1976, que condiciona a utilização de equipamentos no sistema nacional de telecomunicações a requisitos mínimos de desempenho com vistas ao aprimoramento dos equipamentos de fabricação local e disciplinamento das importações.

Outro instrumento com que nós contamos e que nos apóia e nos dá muita segurança é o GEICOM, que é o Grupo Executivo Interministerial de Componentes e Materiais. Interministerial porque é um grupo vinculado ao Ministério da Indústria e do Comércio e ao Ministério das Comunicações. Ele interage principalmente com o BNDE, CDI, CNPq, CTA (do Ministério da Aeronáutica), CACEX, EMFA, FINEP, SEI, STI (do Ministério da Indústria e do Comércio) e com as indústrias em geral.

Dentre as principais atividades desenvolvidas pelo GEICOM poderiam ser citadas:

- levantamento da utilização, fabricação e demanda de componentes e materiais;
- avaliação do potencial da indústria brasileira de eletrônica e telecomunicações;
- estabelecimento de sistemática de controle e qualificação de componentes e materiais;
- proposição de medidas visando:
 - a) desenvolvimento e produção nacional de insumos para as áreas de eletrônica e comunicações com base na capacidade real ou potencial das indústrias de base e de transformação;
 - b) estabelecimento de mecanismos de estímulo à nacionalização de insumos;
- estabelecimento de programas, transferência de tecnologia e desenvolvimento local;
- adequação das características e especificações de componentes de materiais às exigências ambientais e operacionais brasileiras;
- padronização de equipamentos, componentes e materiais de modo a assegurar a economia de escala à produção nacional.

Além dos instrumentos descritos e constantes da Portaria nº 622, também nela estão explícitas uma série de diretrizes destinadas a acompanhar as fases do processo, sendo particularmente importantes aquelas referentes à aquisição de equipamentos por parte do STB.

Nelas estão contidos os elementos essenciais mantenedores da indispensável coerência dos objetivos enunciados na política com o desenvolvimento da ação para

atingi-los; e que em seus efeitos, podem ser expressos como abaixo:

- vedam importação em caso da existência de similar nacional;
- instituem o processo da divisão de mercado para as empresas cujos equipamentos exijam em sua fabricação, grandes investimentos e prazos longos no planejamento da produção;
- instituem a necessidade de limitação do número de fornecedores, assim de evitar a pulverização do mercado;
- estabelecem normas de aquisição vinculada a certos atributos de produto e do fabricante, como, maior;
 - índice de nacionalização;
 - nível de participação do capital brasileiro na empresa;
 - grau de capacitação e autonomia técnica no País, bem como condições de preços, prazos e desempenho da empresa em contratos anteriores.

Adiantamos que a Portaria nº 622 também explicitou — com base na Lei nº 4.117, art. 29, § 1º, em seu item I, 3, 3.1 a conceituação de indústria brasileira para fins de preferencialidade na aquisição de produtos.

Esta conceituação, pela sua importância, vai transcrita abaixo:

"3.1 — Indústria brasileira, para os efeitos desta Portaria é aquela estabelecida no País, cuja maioria de capital com direito a voto seja de propriedade de brasileiros ou de estrangeiros radicados no Brasil, e cujos estatutos, contratos de acionistas e de cooperação e assistência técnica não contenham cláusula restritiva ao pleno exercício das prerrogativas inherentes a essa maioria acionária."

Que frutos proporcionou esta Portaria? Primeiro, nacionalização do capital votante de grande indústrias internacionais de telecomunicações instaladas no Brasil.

Segundo, consolidação de uma indústria nacional de telecomunicações, que hoje fornece virtualmente a totalidade de equipamentos no setor com índice médio de nacionalização superior a 90%.

Terceiro, as 70 maiores indústrias aqui instaladas proporcionam hoje 36.400 empregos diretos, dos quais 2.500 a brasileiros de nível superior.

Criou-se indústria de capital integralmente brasileiro que industrializa alguns produtos com reserva de mercados, de cujo desenvolvimento participa em conjunto com o CPqD. Quando o CPqD desenvolve um tipo de produto, ele parte de uma análise do parque industrial, convida algumas indústrias a participar daquele projeto. Aquela que aceita, no momento em que ela se integra no projeto, no desenvolvimento, e quando o mesmo está pronto, ela tem, por um prazo limitado, uma reserva de mercado.

Quarto, os Mecanismos de Desenvolvimento de Tecnologia e Produto Nacional.

Papel do Centro de Pesquisa de Desenvolvimento da TELEBRAS.

O Centro foi criado pela Portaria 661 de 1975, coordenado esforços com universidades, indústrias nacionais e empresas operadoras do sistema TELEBRAS, com visitas a atingir níveis que assegurem desenvolvimento da tecnologia do País.

São os seguintes os programas e projetos em curso no Centro de Pesquisa:

- Comutação Eletrônica;
- Transmissão Digital;
- Comunicação Ópticas;
- Comunicações por Satélite;
- Comunicações de Dados;

- Componentes e Materiais;
- Estudos e Desenvolvimento de Redes;
- Tecnologia de Produto.

O Centro de Pesquisa de Campinas foi extremamente feliz em efetivamente, conseguir aglutinar, orientando para o mesmo sentido a universidade, as empresas operadoras do sistema e as indústrias.

Então, enquanto ele conduz, coordena e executa vários tipos de pesquisa, cada um desses outros grupos segue a sua vocação natural.

Assim, a universidade se volta para a pesquisa básica e aplicada. As nossas empresas operadoras especificam equipamentos, subsidiam desenvolvimento e executam teste de campo; e a indústria coopera no desenvolvimento protótipo de cabeça de série com o compromisso de que aqueles equipamentos produzidos no Centro, cuja produção for transferida para uma indústria ela tem obrigação de fazer com que aquele equipamento continue acompanhando a evolução tecnológica.

Nós investimos em pesquisa de desenvolvimento em Campinas, no período de 73/83, 143 milhões de dólares. No ano em curso a nossa estimativa é de investir 16 milhões de dólares.

Em contrapartida, o segmento de mercado atendido com equipamento desenvolvido a partir da tecnologia CPqD, já orça hoje em 65 milhões de dólares/ano.

Seria também importante destacar que a indústria brasileira não se tem mantido alheia a esse esforço de pesquisa de desenvolvimento de *motu proprio*, muitas vezes, sem apoio direto do governo, muita coisa tem sido desenvolvida. Na área de radiodifusão especificamente, nós hoje temos mais de duas centenas de equipamentos altamente especializados, desenvolvidos e produzidos no País, que vão desde equipamentos de estúdios até transmissores de frequência modulada e inclusive retransmissores de TV.

Também no atendimento ao sistema TELEBRAS as 126 empresas instaladas de capital 100% nacional, as 24 empresas *joint-venture* com brasileiros, desenvolveram e industrializaram hoje centenas de produtos de *motu proprio*.

Vamos, agora, fazer uma breve apreciação dos resultados obtidos com esta nossa política.

Nessa primeira transparência nós verificamos o que já havíamos dito antes: o índice global de nacionalização de equipamentos de telecomunicações atinge hoje a 90%.

O número de patentes registradas pelo Centro de Pesquisa de Desenvolvimento do Instituto Nacional de Produção Industrial: 180; valor acumulado da produção industrial do setor de comunicação entre 1977 e 1983, 17 bilhões de dólares.

Apenas para um *flash* muito rápido sobre a balança comercial do setor: em 1975 as nossas empresas, as empresas pólos, as empresas operadoras importavam 102 milhões de dólares e a indústria 249 milhões.

Em 1982, as empresas-pólos importavam 20 milhões de dólares e a indústria, 80 milhões.

Em 1983, as empresas-pólos importavam ainda 20 milhões de dólares e a indústria, 48 milhões.

E, veja-se que nós tínhamos exportações da indústria que, a rigor, se iniciaram em 1977 e, entre 1977 e 83, nós exportamos em média 30 milhões de dólares por ano.

Outro resultado dessa política extremamente feliz foi a participação de capital brasileiro na indústria de Telecomunicações. Foram as grandes empresas, muitas delas instaladas aqui desde 1920, com a participação de investidores brasileiros, de empresários brasileiros que têm, efetivamente o controle de capital votante.

Vejamos então:

	Ações Ordinárias	Capital Total
— ABC-Italtel	75	75
— ABC-Telettra	51	51
— Daruma	100	95
— Equitel	51	17
— Ericsson do Brasil	74	35
— Multitel (ex-GTE)	51	51
— NEC do Brasil	51	17
— Sesa	100	100
— Siteltra (ex-Telefunken)	51	51
— Sul América Philips	51	51

Esta é a política que nós acreditamos que seja a de maior interesse para o Brasil.

Vamos prosseguindo na apreciação dos resultados. Verificar a relação das importações totais do setor com relação ao investimento total do Sistema TELEBRAS. Veja-se que, em 1975, nós tínhamos essa relação em 28,3%, e ela foi baixando até que, nos últimos anos, a partir de 1978, ela se situa no patamar de 10%. Então, dentro dos nossos investimentos, apenas 10% são de equipamentos importados.

Produtos desenvolvidos pelo Centro de Pesquisa de Campinas e empresas do SNI.

Produtos	Fabricantes
Antenas de Comunicações por satélite	Avibrás, Harald e Amplimatic
Telefones de Assinantes	Gradiente, Daruma, Icatel, Ericsson, Sesa, Equitel e Multitel
MCP 30/120/480 + Elo 34	Elebra, Multitel, ABC Teletra e NEC do Brasil

Vejam que este foi um equipamento desenvolvido em Campinas, inicialmente com reserva de mercado. Com o prazo encerrado, entraram a MULTITEL, que é uma *Joint-venture*, a ABC-TELETRA, que é uma *Joint venture* e a NEC do Brasil, também uma *Joint venture*.

MTD, Modulação por Divisão de Tempo, está a ELEBRA ainda com reserva de mercado, que deverá se encerrar ainda brevemente.

Concentrador Digital 2400 (CD)	Elebra
Fibra Óptica	ABC Xistal
Trópico C	Elebra E P & D
Equipamentos de Comunicação por Satélite	Control, Siteltra, ABC Italtel e NEC do Brasil
Amplificador 5W de 6GHz	Siteltra e Sul América Phillips
Sitasu (Telerj)	Elebra, P & D E Unitel
Fone-Pag (Telebahia)	Avel

E, finalmente, atendimento à demanda do setor de radiodifusão.

Vejam que, em 1976, a indústria brasileira participava em apenas 14% do mercado nacional. Esse número foi evoluindo para 27%, 40%, 29%, 49%, 54%. Nós temos 47%, em média 50% do mercado nacional hoje é ocupado pela nossa indústria.

Finalmente, Srs., para encerrar essa minha apresentação, eu vou ler as conclusões que me parecem importantes nessa oportunidade e que estão inseridas no texto que lhes foi distribuído.

6. Conclusões

A inexorável transformação da sociedade industrial para a da informação é a marca característica deste último quarto do século.

As comunicações — correios — telecomunicações — associadas à mídia eletrônica, constituindo o sistema nervoso de toda nação moderna, adquirem fundamental relevância neste processo. Corroborando nossas afirmações, vêm os países membros da OECD — Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico, planejando investimentos para os próximos 10 anos, em desenvolvimento e instalação de novos sistemas avançados de comunicações, de cerca de 800 bilhões de dólares. O premier japonês Nakasone, após a Conferência de Williamsburg, reconhecendo a importância dessas transformações afirmou: "... as nações industrializadas precisam apostar seu futuro crescimento econômico nas indústrias que conduzem à sociedade da informação." E prossegue:

"as indústrias de microeletrônica e de telecomunicação produzirão na economia moderna impacto tão importante quanto a eletricidade e o automóvel no início do século".

Comentando a transformação da Sociedade Industrial para uma sociedade de informação, diz Naisbitt (Megatrends, Warner Books, Inc - 1982):

"A nova fonte de poder não é o dinheiro nas mãos de poucos, mas a informação nas mãos de muitos".

E, mais adiante:

"Precisamos criar uma teoria do valor do conhecimento para substituir a obsoleta teoria marxista do valor do trabalho".

Sendo fenômeno da informatização da sociedade de ordem mundial, induz consequências significativas também nos países em desenvolvimento, de vez que os novos e poderosos instrumentos disponíveis serão capazes de acelerar o processo de ordenamento social, econômico e político dessas sociedades.

Sem pretensão a rigorismo, pode-se dizer que a informação se resume num processo promotor da conservação, tratamento e difusão da informação e sua utilização pela sociedade, o que dentre outros efeitos, acelera a agregação de valor econômico ao capital inicial, potencializando-o e resultando em produtividade.

Dentre os promotores dessa informação dois deles assumem merecido realce: as telecomunicações e a informática.

A definição da fronteira entre suas áreas de atuação deve levar em consideração, prioritariamente, as respectivas finalidades e não as bases comuns em que se assentam: a digitalização e a microeletrônica.

É fácil, assim, delimitar os campos de abrangência das telecomunicações e da informática. Enquanto aquela "Transporta" a informação, esta a processa, vale dizer, a "transforma". Aliás sempre houve, ao longo dos tempos, o transporte e o processamento da informação. Recorrendo, naturalmente, aos meios e à tecnologia disponíveis na época.

O delineamento por finalidade permite o estabelecimento de políticas consentâneas, pois o que caracteriza a atividade é sua essência e não a tecnologia aplicada.

As redes de computadores não prescindem das telecomunicações para processamento e troca de informações.

As telecomunicações não dispensam, para transportar a informação, dos computadores, agilizando e multiplicando a produtividade de suas redes.

A política do Ministério das Comunicações tem sido sempre oferecer ao usuário, qualquer que ele seja, facilidades que possibilitem pronta circulação das informações que ele requer.

Estamos convictos do nosso papel, de "estrada do futuro" na sociedade informatizada, principalmente com o advento das redes Digitais de Serviços Integrados — ISDN, marco definitivo do advento da telemática, sustentáculo da sociedade da informação.

As necessidades e pressões decorrentes da utilização crescente e imediata da informação, marco definitivo do advento da telemática, sustentáculo da sociedade da informação.

As necessidades e pressões decorrentes da utilização crescente e imediata da informação, conduzem à natural evolução das nossas políticas tradicionais com vistas a formulação mais ampla, que engloba automação de escritórios, a rede digital de serviços integrados, transparente a todos os sinais, enfim a migração da inteligência para a própria rede de comunicações.

Continuaremos constantemente preocupados com a gestão eficiente do suporte da informação na nova sociedade que se avizinha, de forma idêntica àquela com que nos posicionamos quando da implantação de nossas redes telefônicas, suporte da informação da sociedade de trinta anos passados.

Penso ser esta a melhor contribuição a prestar, na qualidade de condutor das decisões governamentais do Governo Figueiredo para o Setor das Comunicações nacionais, neste importante Fórum de debates que é o Senado Federal, o momento de efervescência compartilhado por quantos atuam em áreas de tão transcendental importância para o futuro do País. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Campos) — Muito obrigado, Sr. Ministro. O montante de informação transmitido em sua palestra e a iluminação que lançou sobre o campo de telecomunicações, justificam de per si amplamente a convocação destas audiências.

V. Ex^e logrou misturar duas qualidades que nem sempre são conjuminadas: brilho e capacidade analítica — às vezes até com relação ao inverso entre as duas qualidades. Felicito-o por isso; tenho vários comentários a fazer sobre sua excelente palestra, mas preferiria ouvir primeiro outros Senadores que se queiram manifestar sobre o assunto. Está franqueada a palavra.

O SR. MARCONDES GADELHA — Sr. Ministro, eu queria também me congratular com o brilho da exposição, com a racionalidade que V. Ex^e imprimiu ao inteiro teor desse documento que nem por isso deixa de ser instigante — uma vez que deixa aberto uma série de caminhos à elucubração, à discussão sobre este fascinante mundo novo em que nós, queiramos ou não, temos que ingressar; o mundo da sociedade informatizada.

Quero também congratular-me pelos bons resultados que o Brasil obteve até aqui no campo das telecomunicações. Realmente foi um salto grande, foi uma tomada de posição rápida que conseguiu modernizar o nosso sistema de comunicações — por assim dizer a olhos vistos; mesmo um cidadão comum, um leigo consegue perceber que, em pouco tempo, nós passamos a nos situar dentro de um segmento bem selecionado das sociedades modernas.

V. Ex^e, ao final do seu pronunciamento, produz conclusões interessantes, e uma delas é de que o que separa o campo das telecomunicações da informática seria a finalidade; isso lembra um pouco a concepção de Jocher naquele livro: "Uma era da descontinuidade" e se aplica também, de certa forma, ao processo brasileiro; nós demos saltos, houve uma certa descontinuidade no proce-

so, a rigor nós leváriámos talvez, se seguissímos etapa por etapa, paulatinamente a evolução das coisas, talvez nós levássemos 50 anos para nos atualizarmos, e no entanto, já demos um salto extraordinário.

A questão da finalidade que se aplica também aos sistemas, se aplica também aos materiais. Os materiais hoje são definidos teleologicamente — antigamente nós sabíamos que o cimento serve para construir, ferro serve para uma determinada finalidade, espelho, vidro, enfim, cada material tinha a sua finalidade prévia. Hoje nós discutimos a finalidade primeiro, e então passamos a requerer um material, digamos uma liga que seja semicondutor numa determinada direção, que resista tantos graus de temperatura, etc., definimos então o material a partir da finalidade.

Colocando isso dentro de um conceito mais geral, eu espero que seja possível ou também que isso venha a acontecer na informática, que seja possível dar saltos, saltos com relação a finalidade, saltos qualitativos e saltos em termos de aprimoramento.

Essas especulações pretendem se situar no conjunto de etapas que V. Ex^e seguiu no campo das telecomunicações e ver se é possível mudar isso no campo da informática. V. Ex^e estabeleceu quatro etapas no campo das telecomunicações: importação de equipamento, primeiro; em seguida, fabricação sob licença; depois, a introdução de alterações; por fim, a pesquisa e tecnologia própria.

Supondo que nesse campo a transmissão de sinais seja a finalidade, esta finalidade já está determinada a priori, nós podemos modificar os mecanismos de transmissão desses sinais, mas de qualquer forma, é possível seguir uma evolução linear neste campo. No campo da informática entretanto, a finalidade é a produção de informação, e essa informação nós não temos até hoje uma definição precisa do que seja, é possível que a informação seja uma espécie de energia do conhecimento, as concepções estão mudando a todo o instante e o seguimento de etapas desse tipo corre o risco de obsolescência antes mesmo da conclusão do processo — quer dizer, nós importamos um determinado equipamento, depois tentamos fabricá-lo sob licença, e quando começamos a introduzir alterações, ou por fim, criarmos uma tecnologia no campo, toda essa etapa já está obsoleta pelo salto que a informática está dando nesse momento.

Eu pergunto a V. Ex^e é possível seguir essas etapas no campo da informática ou nós temos que conceber uma nova política, uma nova processualística nesse campo?

O SR. HAROLDO CORRÉA DE MATTOS — Muito obrigado pela sua intervenção, mas eu acredito que essa sucessão de etapas não seja exclusiva às telecomunicações, ela se verifica em qualquer processo de industrialização. Vejamos, por exemplo, o processo aeronáutico: nós inicialmente importávamos aviões de todos os tipos, passamos a fazer a manutenção, a manutenção de alto escalão, passamos a introduzir alterações, passamos a fabricar aqueles tipos consentâneos com a nossa indústria; isto ocorre em qualquer tipo de produção, isso não é exclusivo nas comunicações, na informática também isso ocorreu e continua ocorrer, inicialmente, e eu tive a fortuna de trazer o primeiro computador digital para o Brasil, que foi instalado na Pontifícia Universidade Católica, ele veio por inteiro, ele veio dentro de caixas e foi montado pelos especialistas da Burroughs. A medida em que o tempo foi passando, nós passamos a fabricar e a produzir equipamentos aqui, à IBM tem uma excelente fábrica em Campinas — que tem aliás ensejado o desenvolvimento de muitas indústrias locais. Lembro-me bem que em visita a esta fábrica, foi me mostrando um pequeno ventilador... cujo desenvolvimento para, efetivamente, cumprir a sua finalidade de resfriar o equipamento, foi extremamente demorado e difícil. Começou com uma pequena indústria de fundo de quintal, que se transformou numa indústria importante, graças a este desenvolvimento. E isto, meu caro Senador, me parece que ocorre

em qualquer tipo de tecnologia, em qualquer tipo, eu diria até mesmo de atividade, até mesmo em atividade de serviços e atividades outras que não envolvam diretamente tecnologia. Nós trazemos um conhecimento, entramos na sua atividade, aprimoramo-lo e adaptamo-lo as nossas necessidades e passamos então, a inová-lo para atender àquelas peculiaridades da nossa gente, do nosso País.

Nós hoje temos centrais de comutação fabricadas no Brasil, projetos originais de nossas empresas que já estamos exportando. De modo que eu acho que esse processo é absolutamente genérico, nobre Senador, não é exclusivo do setor de telecomunicações, salvo outra interpretação ou alguma eventual discordância.

O SR. MARCONDES GADELHA — Eu considero que seja genérico em relação a todos os campos do conhecimento que eu chamaría de antigo: a aviação, motores a explosão etc. Esse segue uma evolução linear, mas a informática é uma coisa inteiramente diferente. Mas eu não quero me alongar. Isso foi só uma consideração introdutória, mas eu gostaria de passar para um ponto mais específico: qual seria o relacionamento do GEICOM com a Secretaria de Planejamento, qual o grau de autonomia que tem o GEICOM, para estabelecer as suas metas e para discutir o seu orçamento? Apesar do esforço grande no campo, nós estamos vendo que vão investir 16 milhões de dólares apenas no setor, o que eu considero relativamente pequeno ou quase insignificante em relação a outros dispêndios de outros setores. O problema seria de autonomia institucional do GEICOM?

O SR. HAROLDO CORRÉA DE MATTOS — Nobre Senador, no meu enfoque eu acredito que o GEICOM venha se desempenhando inteiramente a contento para o cumprimento das suas tarefas. E efetivamente grande parte — perdoe-me a imodéstia e volto a dizer que isso não é um elogio em causa própria, porque eu fui o herdeiro de toda esta política — e eu tenho a impressão que hoje o GEICOM é um órgão que tem dado uma excelente e substancial contribuição ao desenvolvimento da indústria brasileira.

Houve, por exemplo, um caso de fabricação de relés, nós importávamos um certo tipo de liga de aço para a fabricação das lâminas. O GEICOM, verificou que aquele era um mercado de escala capaz de permitir a fabricação nacional, fez uma varredura nas nossas indústrias siderúrgicas e conseguiu, efetivamente, que produtores nacionais passassem a fabricar, localmente, esta liga com excelentes resultados, com a melhor qualidade dentro dos melhores padrões internacionais, e cortamos da nossa pauta de importações esta compra que era relativamente substancial, pelo menos dentro do setor de telecomunicações. De modo que o GEICOM é uma organização, uma iniciativa extremamente feliz e bem sucedida e creio que o Superintendente do GEICOM virá aqui fazer uma exposição mais detalhada num destes dias de reunião da Comissão. Muito obrigado.

O SR. JORGE KALUME — Sr. Ministro, Sr. Presidente da Comissão: não há nenhuma pergunta a fazer. O colega foi muito feliz com a sua intervenção e V. Ex^e satisfez com a sua resposta.

Eu quero apenas aduzir a alegria de ter ouvido o seu pronunciamento esclarecedor; posso dizer que o setor de telecomunicações do Brasil foi o que mais cresceu nestes últimos anos. Hoje, se nós olharmos o mapa continental do nosso País, que é efetivamente um continente com os seus oito milhões e quinhentos mil quilômetros quadrados, não se encontra um povoado sem telefone. Se nós fizermos um retrospecto, se nós recuarmos apenas vinte anos, nós não tínhamos telefone na maioria das cidades brasileiras. Hoje, depois dos seus dados, que são reais, nós temos oito telefones por cada cem habitantes.

Eu sou de uma região distante, que é o Acre. A grande sensação que eu senti ano passado, foi falar por telefone da parte mais ocidental do Brasil, que era uma pequena cidade chamada Japim era uma vila e que hoje é município, falei por telefone de Japim com Brasília de uma maneira audível. Há vinte anos, eu administrei o Estado do Acre, e quando chegava a chamada telefônica, eu mandava o contínuo atender, porque ouvia-se e não se compreendia. Depois não, a partir de 1968 e 1969, começou a melhoria do serviço.

Portanto, eu quero cumprimentar a V. Ex^e pela maneira com que vem dirigindo o seu Ministério, com o mesmo patriotismo, honradez e probidade dos seus antecessores. Eu tenho destacado nas conversas com meus amigos, sem ofensa a ninguém que V. Ex^e é um dos homens sérios desta República.

O SR. HAROLDO CORRÉA DE MATTOS — Obrigado Ex^e

O SR. JORGE KALUMÉ — Portanto, as minhas congratulações pela magnífica administração que vem realizando em favor das comunicações brasileiras, integrando este País de ponta a ponta. Efetivamente, esta frase está bem mencionada aqui: que a nova fonte de poder não é dinheiro, nas mãos de poucos, mas a informação nas mãos de muitos. Eu acrescentarei: hoje está nas mãos de todos. Portanto, minhas felicitações, Sr. Ministro.

O SR. HAROLDO CORRÉA DE MATTOS — Obrigado a V. Ex^e pelas lisongeiras referências.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Campos) — Concedo a palavra ao nobre Senador Benedito Ferreira.

O SR. BENEDITO FERREIRA — Sr. Presidente, Sr. Ministro: eu, de minha parte, vim congratular-me com V. Ex^e pelo seu trabalho, pela esplêndida equipe que conseguiu amealhar para prestar ao Brasil este serviço extraordinário que vem sendo prestado, congratular-me com o Presidente João Figueiredo, pela felicidade da escolha da sua equipe, especialmente o Sr. Ministro das Comunicações e com o meu sofrido Brasil, de modo particular, porque na realidade, em matéria de comunicação nós saímos quase que do carro de boi para chegarmos a este patamar em que nos encontramos. E também congratular-me com o Senador Roberto Campos, nosso Presidente da Comissão de Economia, pela felicidade da oportunidade da idéia de trazer para o Senado o Ministro das Comunicações, responsável por um setor que cada vez mais se faz vital para o homem da atualidade. Eu pouco ou nada teria a acrescentar, tendo em vista outros problemas que me prenderam, lamentavelmente, e me fizeram chegar quase no final da sua exposição. Mas felizmente tenho aqui, em mãos, o seu pronunciamento que vou poder apreciá-lo e enriquecer os meus limitados conhecimentos sobre a matéria.

Só gostaria de aduzir, como brasileiro, como homem dessa geração que saiu praticamente do carro de boi para chegar a este patamar, estou assim como que aturdido ainda, de certa forma atônito, diante desta modernização extraordinária, que tem realmente nos beneficiado muito e nos propiciado formas excepcionais de progresso e desenvolvimento. Eu que gritava a ponto de ter que me submeter a uma cirurgia nas cordas vocais, e debito boa parte disso aos berros que tinha que dar nos velhos telefones para tentar uma comunicação, isso não falando nas terríveis microondas a que estávamos sujeitos, ou mesmo às próprias comunicações urbanas.

Mas, de qualquer forma acho que o Brasil, em parte, foi feliz em ter demorado um pouco, seja pela falta de recursos na época, ou pela falta de visão dos nossos dirigentes de então, mas fomos, de certa forma, beneficiados por esse retardo de ingressar nessa área, porque outros

países que tiveram melhores meios e mais visão, que ingressaram no setor das telecomunicações antes que nós, hoje padecem de altos custos, tal o obsolescência em que se encontram estes sistemas. O desenvolvimento que vem se verificando no setor é tão extraordinário que eles despendem tanta recursos, para se colocarem atualizados em termos de comunicação. O Brasil, apesar das nossas dificuldades outras, exibe para o mundo comunicações realmente de causar inveja.

Mas a verdade é que temos acompanhado o seu trabalho neste setor, e em outros setores colaborando com outros ministérios. Todos sabem que o Ministro Haroldo Corrêa de Mattos foi um dos obreiros, se não um dos artífices muito significativo dessa política que aí está. Daí minha alegria de poder consignar nos Anais desta Comissão este meu modesto ponto de vista, mas que tenho certeza espelha, em realidade, a preocupação até mesmo dos mais emperdenidos dos nossos adversários. Se há um setor que, graças a Deus, a Revolução de 1964 prestou grandes serviços ao Brasil é de modo particular, na área da comunicação. Este, então, não merece reparos e sim elogios, repito, até mesmo dos mais emperdenidos dos nossos adversários. Muito obrigado.

O SR. HAROLDO CORRÉA DE MATTOS — Muito obrigado a V. Ex^e

O SR. PRESIDENTE (Roberto Campos) — Não havendo nenhum outro Senador que queira usar da palavra me disponho a fazer alguns comentários.

Foi expresso também por um membro da Câmara dos Deputados, a Deputada Cristina Tavares, o desejo de participar destes debates. Se a Comissão não tem nenhuma objeção, esse direito de participação lhe será estendido.

Entretanto, completando a fase de participação do Senado Federal eu me permito, meu caro amigo Ministro Haroldo Corrêa de Mattos, a fazer alguns comentários.

Como todos, gostaria de felicitá-lo pela difícil tarefa que vem com brilho desempenhando. Adiciono aos motivos de elogios anteriormente mencionados um outro: é que V. Ex^e tem que lutar internamente, no Governo, contra um conflito jurisdicional de sérias proporções. É que a sua lealdade ao Governo e a sua disposição o impedem de enunciar em público. Não tendo eu as mesmas inibições, gostaria de reforçar o elogio feito a V. Ex^e pelo êxito nessa navegação difícil de conflitos jurisdicionais.

Onde está o conflito jurisdicional? A lei que criou o Código Brasileiro de Telecomunicações deu ao DENTEL, CONTEL — entidades que depois foram absorvidas pelo Ministério das Comunicações — a faculdade de direito de traçar a política industrial de telecomunicações. Essas funções pelo Decreto-lei nº 200 foram transferidas ao novo Ministério das Comunicações, então criado, e em cuja criação tive uma participação não irrelevante, como o Ministro sabe.

Ora, o que está acontecendo? É que há interferência de outras agências do Governo no ramo de telecomunicações, através da recusa de licenciamento ou atrasos de licenciamentos de componentes informáticos vitais para a telecomunicação moderna, que evolui cada vez mais para ser telemática. A Secretaria Especial de Informática do Conselho de Segurança Nacional se arrogou o direito de controlar importações relevantes para a área telemática, criando enormes dificuldades na execução de serviços. Contratos já firmados pela TELESP ou não são executados ou são executados com grande atraso e com prejuízo para o usuário, que, às vezes, já avançou dinheiro, simplesmente porque há uma decisão por decreto executivo, não baseada em lei, de transferir essas atribuições de controle para a Secretaria Especial de Informática.

Isso é uma clara violação legal. Todos nós estamos interessados em manter a hierarquia das leis, a disciplina legal. Não haverá abertura política se não houver um

sentido de respeito às leis. As leis vêm sendo desrespeitadas, a Constituição Federal vem sendo desrespeitada porque, no seu art. 153, parágrafo 8º, determina e garante o direito de livre associação. As associações empresariais não têm sido livres. Há ditames provenientes das leis, repito, não foi criada por lei, foi criada por simples decreto, Decreto nº 84.067, de 8 de outubro de 1979, há injunções para esta ou aquela modalidade de composição do capital, violando, portanto, o direito de livre associação. E a Constituição Federal é clara: associações só podem ser dissolvidas quando para fins legítimos, por sentença judicial. Temos, portanto, diárias violações da Constituição e diárias violações da lei constitutiva da EMBRATEL, cujos poderes foram transferidos pelo Decreto-lei nº 200 ao Ministério das Comunicações.

Em nome, portanto, da hierarquia legal, do respeito às leis, da preservação da estrutura jurídica do País, é imperativo que a SEI se abstenha de intervir na área de telecomunicações, através de retardamento ou denegação de licenças à importação de componentes informáticos, pois para isso não tem autorização legal. Este Congresso deve ser o primeiro a reafirmar a hierarquia das leis. Decreto, ato normativo, portaria não substituem lei.

Em segundo lugar, Sr. Ministro, gostaria de manifestar o meu apoio à colocação de V. Ex^e quanto aos modelos desejáveis, quer de composição de capital, quer de absorção tecnológica. Na área da telemática foi adotado um sistema de composição de capital misto — joint venture — e o Governo passou a condicionar a colocação de encomendas — Isso é um poder enorme de pressão porque o Governo é praticamente o único comprador, até que as empresas tivessem 51% de capital nacional. As antigas produtoras de equipamentos de telecomunicações se adaptaram a esse regime. As empresas se nacionalizaram. As fornecedoras hoje do ramo de telecomunicações têm 51% de capital nacional, aliás a sua maioria tem percentagem bem mais elevadas de capital nacional. Em alguns casos 74%, alguns casos até 100%. Enfim, a percentagem de controle nacional varia de um mínimo de 51% até o máximo de 100%. Essa definição é apropriada. Não há nenhuma lei, nenhum texto constitucional que sanciona a exigência que vem sendo feita pela Secretaria Especial de Informática, de 100% de capital a favor de firmas brasileiras. Isso é criar uma nova figura jurídica, porque esta figura não existe na Constituição Federal, no Código Comercial nem na Lei das Sociedades Anônimas, não existe sequer no decreto constitutivo da SEI, é mera arbitrariedade criada por ato normativo. Num País carente de capitais é necessário economizar capitais. Se as empresas brasileiras podem adquirir o controle com 51% do capital, por que obrigar-las a um esforço de capitalização total? O racional seria que o capital excedente de 51%, 60%, ou o que seja, seja utilizado para diversificar atividades, criar novos empregos, porque é extremamente perigoso para qualquer empresa privada ser cativa de um único ramo. A criação de empregos e a diversificação de atividades devem ser a destinação natural do capital porventura sobrante em relação ao nível necessário para aquisição do controle acionário. Isso não é ideologia, é simples raciocínio econômico, que nenhum economista de boa fé poderá recusar.

V. Ex^e mencionou, também, apropriadamente, um modelo de absorção tecnológica gradualista, que é algo inevitável, como já nos ensinaram os japoneses. V. Ex^e estabeleceu a seriação: o equipamento é importado, depois, a abertura da caixa preta, por assim dizer, por técnicos nacionais — que eu chamaria de domesticação do produto importado — em terceiro lugar: a adaptação do produto importado às condições locais, o que já existe um certo grau de criatividades, e finalmente, a inovação criadora. Nós, em várias atividades, já transpusemos todos esses estágios na construção de barragens hidrelétricas, o Brasil é francamente inovador neste campo. E outros setores há que atravessamos essa cadeia de evolução

tecnológica, que não só é natural, logicamente, como é indispensável, se quisermos pensar racionalmente sobre o problema.

Se quisermos pensar passionavelmente é outra coisa. Não podemos enunciar objetivos passionais. Podemos dizer que a partir da data "x", com a criação da SEI, fica nacionalizada a tecnologia. Isso é um ato voluntarista que não tem nem mais nem menos sentido do que a famosa frase do Governador da Província de Buenos Aires, na era de Perón, que tinha ouvido falar do conflito de classes, como sendo algo detimento para a sociedade. Simplesmente ele baixou uma postura estadual, dizendo que a partir da meia-noite, do dia 1º de janeiro, fica proibido o conflito de classes. A atitude de que só vamos desenvolver exclusivamente ou só vamos aprovar projetos com a nossa própria tecnologia é um pouco transformar o resultado de uma evolução normal num ato voluntarista executivo; isso não existe. A tecnologia pressupõe condições ambientais que são três: massa científica universitária, massa tecnológica e dimensão de mercado. Para se imaginar os problemas que existem na dimensão de mercado, basta lembrar, por exemplo, que estamos empenhados num esforço de desenvolver a indústria de microprocessadores, semi-condutores. Esforço extremamente louvável. Acontece que a demanda de semicondutores, no Brasil, foi, em 1983, qualquer coisa de 95 milhões de dólares, a demanda mundial é de quase 14 bilhões de dólares. Isso significa que o nosso mercado é de 0,078% no mercado mundial. Se alguém me disser que isso permite o desenvolvimento imediato de uma tecnologia indígena, me considerarei um idiota total, perigoso à sociedade. Não é este o caso. Não me considero um idiota a esse ponto e todos aqueles que refletem maduramente sobre a conjuntura brasileira chegarão a mesma conclusão.

O Ministro das Comunicações tem toda razão em enfatizar, digamos, o modelo japonês. Ele apenas por descrição não cito uma outra característica dos japoneses. Eles imitam tecnologia, adaptam tecnologia, criam tecnologia, mas fazem outras coisas; roubam tecnologia. Eles são grandes ladrões de tecnologia. E a hitachi, recentemente, foi colhida com a mão na cumbuca e teve que pagar 300 milhões de dólares por ter roubado tecnologia na ITT. Quanto ao Brasil, não só não rouba, como rejeita tecnologia que lhe é oferecida através da participação em joint-venture.

O Ministro das Comunicações traçou um panorama assaz encorajador do desenvolvimento da indústria e do sistema de telecomunicações. É inegável que fizemos nesses últimos anos um vasto progresso. Acredito que será talvez a realização mais positiva da fase revolucionária que atravessou o Brasil o enorme desenvolvimento nas telecomunicações, que foi permitido através da criação do Código de Telecomunicações, pela criação do Ministério das Comunicações, e sobretudo por uma atitude realista em matéria de tarifas; houve uma responsabilidade juntamente com o Prof. Bulhões de elevar as tarifas telefônicas em 1.500%. Coisa que não o tornou o queridinho popular, mas que lançou as bases para o desenvolvimento da indústria.

Qual é o desenvolvimento das indústrias? Vamos sentir um misto de orgulho ponderado com sobriedade, orgulho pelas realizações já feitas, sobriedade pelo muito que ainda resta a realizar. E, o que resta a realizar? O Brasil, conforme os dados do Ministro, alcançou 8 telefones por 100 habitantes, passando do ridículo patamar de 2 telefones por 100 habitantes. Os Estados Unidos possuem 80 telefones por 100 habitantes, a Suécia 83, os países europeus uma média de 50 a 60 telefones. Mas, esses países já são desenvolvidos, não podemos esperar emulá-los rapidamente. Passamos aos países do mesmo clube dos subdesenvolvidos: a Argentina, em 1982, tinha 11 telefones por 100 habitantes, deve ter um pouco mais do que nós hoje. O Uruguai 11 telefones, o México está

nó mesmo nível do Brasil, entre 7 e 8 telefones. Se olharmos para a franja asiática que visitei recentemente, já a performance é bem melhor, já estão na faixa de 25 a 40 telefones por 100 habitantes, até com uma performance melhor em Cingapura.

Isso me leva a uma outra consideração: o desenvolvimento da indústria nacional de eletrônica tem sido extremamente encorajador, mas o Ministro das Comunicações, à página 21 do seu pronunciamento, menciona como valor da produção estimada em equipamentos eletrônicos, em 1981, em 3 bilhões e 400 milhões de dólares, 3,4 bilhões de dólares.

Nobres Senadores, essa produção de eletrônica numa ilha pequena, como Taiwan, que é um pouco maior do que o Estado de Sergipe e um pouco menor do que o Estado do Espírito Santo, essa produção foi de mais de 6 bilhões de dólares.

O Ministro das Comunicações, também, referiu-se às nossas exportações que são encorajadoras e, se colhi corretamente os dados, teriam atingido a média de 30 milhões de dólares nos últimos anos. Em 1983, só Taiwan exportou, em equipamentos de telecomunicações, 430 milhões de dólares, o que significa 10 vezes mais do que o Brasil. Então, o nosso orgulho de realização deve ser temperado com um certo grau de humildade. Há qualquer coisa no modelo brasileiro que não é superestimulante e conquanto nos tenha assegurado um grau razoável de progresso não nos põe no campeonato do avanço entre os subdesenvolvidos.

Gostaria de fazer, agora, uns comentários rápidos sobre a TELEBRÁS. A TELEBRÁS tem tido uma atuação importante no desenvolvimento, digamos, da telemática brasileira. Mas algumas observações gostaria de fazer. Não me parece legítimo que a TELEBRÁS impõe adoção de nenhuma tecnologia. Ela tem seus laboratórios, tem feito pesquisas de várias coisas, como, por exemplo, fibras óticas. O que ela deve fazer é oferecer a tecnologia. Mas isso não foi feito. No caso de fibras óticas, por exemplo, ela impôs a uma companhia a compra de sua tecnologia, da TELEBRÁS, destruindo o direito do empresário de optar livremente pela tecnologia que lhe aprovou. Afinal de contas, o dinheiro é do empresário, assim como o risco, enquanto o interesse é do usuário. O usuário e o empresário devem ser livres um, para adotar a tecnologia que lhe convenha e o outro, para ter à sua disposição a tecnologia mais eficiente.

Como se isto não bastasse, foi dado um monopólio, afinal não mais pela TELEBRÁS e, sim, pela SEI à produção de fibras óticas por cinco. Isto é ilegal. Devia ter sido enviada uma lei ao Congresso antes de qualquer medida dessa natureza, porque há uma lei antitruste no Brasil que proíbe, a Lei nº 4.137, e sujeita a condições a criação de monopólios privados. Isto tudo documenta como perdemos a noção de hierarquia das leis e da validade das instituições jurídicas. Hoje, quando se fala em nova Constituição em coisas assim, eu fico pensando se nós não conseguimos cumprir a Constituição existente, se a descumprimos todos os dias, haverá uma solução mágica na convocação de uma Constituinte e a reforma da Constituição? Eu sou favorável à reforma da Constituição, tênhó até um projeto, único, secreto. Mais apresentá-lo-ei, se for o caso, com grande hesitação, porque o nosso problema é o sistemático descumprimento das constituições existentes.

Uma única observação ainda com relação à TELEBRÁS é que ela parece empenhada em eliminar os bolsões de concorrência privada que ainda existem no País: 3 pequenas empresas regionais, Borda do Campo já desapareceu; a ABC e Systems também fornecedora de serviços de telecomunicações em certas áreas, Minas Gerais e São Paulo, encontra sérias dificuldades. Seus projetos de expansão não são aprovados pela TELEBRÁS. Cria-se, então, esse dilema: os projetos de ex-

pansão não são aprovados. O sistema entra em deterioração, há protestos justificados dos usuários, isto é considerado pela TELEBRÁS como razão suficiente para intervenção. De modo que estamos assistindo ao desaparecimento dos pequenos sistemas de telefonia. Ora, eu acho que esses sistemas são úteis, não apenas como peça de museu, são úteis para testar o grau comparativo de eficiência. É útil para a TELEBRÁS ter um teste comparativo de custo por chamada, de custo por comunicação entre uma empresa privada, ainda que pequena e não beneficiada pela economia de escala, e o monstro que se tornou a TELEBRÁS.

Então, meu apelo à TELEBRÁS seria longe de asfixiar as pequenas empresas, encorajá-las a sobreviver e demonstrar a sua eficiência. Os monopólios não podem demonstrar a sua eficiência porque não há termo de comparação. E a TELEBRÁS poderia demonstrar a sua eficiência se admitisse termo de comparação.

Minha última observação se refere ao conflito que está existindo agora em relação ao suprimento de centrais temporais. Parece que uma das empresas já brasiliadas com a maioria de capital nacional obteve um contrato. Entretanto, a SEI não permitiu a importação dos componentes necessários à instalação de centrais temporais. Qual o resultado? De um lado, a empresa não pode cumprir contrato simplesmente porque uma outra entidade, que a rigor nada tem a ver com telecomunicações, a qual a lei não atribuiu responsabilidade no controle da indústria de telecomunicações, uma outra entidade nega licença. A TELESPI cobra multas do contratante pela sua incapacidade de obedecer aos contratos. Isto é realmente um impasse jurídico e econômico da maior seriedade para a iniciativa privada. Quero defender o pouco de iniciativa privada que ainda resta neste País.

Não sei se o Sr. Ministro gostaria de fazer alguma observação.

O SR. HAROLDO CORRÊA DE MATTOS — Apesar, nobre Senador Roberto Campos, com relação às empresas do Triângulo Mineiro, o Presidente acaba de assinar um decreto estendendo a concessão por mais nove anos.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Campos) — São informações realmente úteis. Se não houver nenhum outro comentário... Da Câmara dos Deputados há quem deseja manifestar?

A SR^a CRISTINA TAVARES — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Campos) — Concedo a palavra a nobre Deputada Cristina Tavares.

A SR^a CRISTINA TAVARES — Ilustre Presidente da Comissão de Economia do Senado Federal, Senador Roberto Campos, Sr. Ministro das Comunicações:

Inicialmente, quero agradecer a liberalidade do Senador Roberto Campos em permitir que um membro da Câmara dos Deputados, nesta reunião de uma Comissão técnica do Senado Federal, possa colocar algumas questões que dizem respeito a esta tecnologia nova, moderna, revolucionária que é a telemática e que significa, na verdade, a convergência da informática com as telecomunicações.

Este tema é tão moderno que veja, V. Ex^a, Sr. Senador Roberto Campos, que ele, hoje, está sendo discutido na Comissão de Economia, poderia estar sendo discutido, com igual competência, na Comissão de Ciências e Tecnologia, na Comissão de Comunicação, na Comissão de Soberania Nacional, se houvesse, em uma das duas Casas do Congresso.

A matéria é abrangente. Trago mais dúvidas do que certezas. Gostaria de ter certeza e gostaria de fazer as

considerações que fizeram os ilustres Senadores desta República com relação à exposição do Sr. Ministro das Comunicações, Haroldo Corrêa de Mattos. Entretanto, não na qualidade de empedernida adversária do Governo, mas eu falaria em nome do que se costuma chamar de vontade nacional, que é a busca de uma tecnologia brasileira. Recebi através da Fundação Pedroso Horta, que é o órgão técnico do PMDB, uma carta da Sociedade Brasileira de Computação, que representa a comunidade acadêmica, que está profundamente mergulhada na questão de convergência tecnológica. Os dois rumos que o Brasil está tomando, nenhum de nós ignora que, na realidade, se disputa — e V. Ex^a ao Senador Roberto Campos colocou com muita propriedade — há um conflito que, talvez, os membros do Poder Executivo não possam expressar, mas que nós do Poder Legislativo temos obrigação de fazê-lo porque a sociedade brasileira toda faz.

A Sociedade Brasileira de Computação, através do Presidente Luiz de Castro Martins, por exemplo, faz alguma apreciação política sobre as sessões que se desenvolvem aqui no Senado Federal através da Comissão de Economia. Permita-me apenas tocar de leve sobre isto, dizendo, uma parte da opinião da Sociedade Brasileira de Computação que, na realidade, representa a sociedade acadêmica diz o seguinte:

"Participando do Simpósio de Informática do Senado Federal com outras entidades representativas do Governo, de empresas, de profissionais do povo brasileiro em uma discussão ampla e franca vemos dentro de outros pronunciamentos brilhantes o ilustre Senador Nilo Coelho dizer que os resultados obtidos pelo Brasil na área de computação fortalece a convicção de que somos uma sociedade capaz de maiores desafios no nosso Século..."

Prossegue dizendo:

"...Foge-nos a compreensão — compreensão deles, da sociedade acadêmica — em reduzir a discussão do assunto de tão amplos impactos no mundo moderno à ótica exclusiva da economia".

Esta é uma das minhas dúvidas.

Parece-nos, também, que no dirigismo dos questionários distribuído pelo Presidente da Comissão de Economia do Senado, as perguntas refletem opiniões que estão baseadas numa visão econômica de curto prazo, não condizente com a dimensão que importa a informática, de fator de profundas alterações futuras no campo social, psicológico, econômico e político. Não concordamos que este assunto que tem compromissos com o nosso futuro seja discutido à luz de uma conjuntura localizada, nos dias em que estamos vivendo.

No Simpósio do Senado todos os partidos avaliaram a condução do Poder Executivo sobre a nossa política de informática. Apreciamos que o Congresso promulgasse instrumentos que garantissem a realização das esperanças de alta determinação de todos nós tão bem interpretadas pelo Senador Nilo Coelho."

A nossa opinião coincide com a da Sociedade Brasileira de Computação e de outras entidades que lidam nos setores da informática e da telecomunicação.

Eu quero também, inicialmente, cumprimentar o Ministro pelo notável crescimento já ressaltado pelos Senadores Jorge Kalume e Marcondes Gadelha no setor das telecomunicações.

Na realidade, o Brasil é um país moderno, o que não quer dizer que seja um País desenvolvido, são categorias diferentes entre um país moderno e desenvolvido.

Eu, há pouco tempo, Sr. Ministro, visitei a área seca do sertão do Nordeste, que o Senador Marcondes Gadelha tem muita intimidade, na cidade de Salgueiro, numa região, onde nos últimos cinco anos de seca morreram três milhões e meio de pessoas, lá encontrei um telefone DDI. E na realidade eu não sei se aquele sertanejo que ganha Cr\$ 15.300,00 iria talvez ligar para o Fundo Monetário Internacional para saber qual a nova política adotada na questão salarial ou talvez ele quisesse ligar para o Senador Marcondes Gadelha para saber se havia nova desindexação nos seus salários.

Eu também me congratulo que um seringueiro do Acre possa pegar um telefone DDI para saber a cotação da borracha na Bolsa de New York. Isto é um país moderno mas não é um país desenvolvido na categoria política que nós estamos querendo analisar a questão da informática e a questão da telecomunicação que convergiram naturalmente na telemática.

Então as minhas perguntas ao Ministro das Comunicações são de categorias políticas. Eu pergunto ao Ministro como ele define tecnologia nacional. Eu pergunto ao Ministro, como ele define transferência de tecnologia. Se tecnologia se transfere. E eu quero fazer uma distinção entre tecnologia e know how, tecnology — não sei falar muito bem como o Senador, mas dá para entender o meu sotaque brasileiro — tecnology e know how. Eu queria saber do Ministro como ele entende o domínio do ciclo tecnológico; como ele conceitua empresa nacional; como ele define soberania nacional; como ele vê o impacto da tecnologia avançada e um possível social atrasado, preocupação que não é dos empedernidos adversários do Governo, mas da Comissão das Ciências e Tecnologia das Nações Unidas; como ele entende que a engenharia nacional — que quando eu digo nacional quero dizer brasileira — se desenvolverá com maior inteligência, montando ventiladores para a IBM ou montando computadores para os brasileiros.

Aproveito a oportunidade, como Presidente da Subcomissão de Informática na Câmara dos Deputados, para dizer a V. Ex^a que algumas afirmações feitas na sua conferência, elas realmente merecem uma ampla reflexão da sociedade. Quando V. Ex^a diz que informatização se resume num processo promotor de conservação, tratamento e difusão de informação e a sua utilização, há quem diga o contrário. O parlamento francês, o parlamento japonês, o parlamento inglês, o parlamento sueco, eles definem a informática como uma categoria um pouco mais abrangente, eles acham que a informática transmite informação, informação é poder, de maneira que ela não se resume a um processo promotor de armazenamento de informação, mas ela transcende essa categoria para se tornar uma categoria de soberania nacional.

E, finalmente, eu gostaria de tecer algumas poucas considerações sobre a intervenção brilhante e talentosa do Senador Roberto Campos, eu quero cumprimentá-lo pela sua defesa da Lei, da Constituição e desta Casa. Na realidade, Senador, esse seu aporte político a nossa tese da Assembléa Nacional Constituinte certamente levará este País a uma democratização bastante mais rápida do que seria previsível num processo tecnológico atrasado.

Eu quero dizer que o Senador Roberto Campos utiliza naturalmente um raciocínio da economia que o Brasil está carente de capital e portanto por que investir 100%, quando poderíamos investir 51% apenas? Se esse raciocínio for um pouco longo, eu acho que a gente poderia economizar 49% e deixar os 100% para a empresa estrangeira por que então estaremos economizando ainda mais capitais.

Eu acho que o Governador da Província de Buenos Aires quis por decreto acabar com a luta de classes, ele se assemelha um pouco também com um certo raciocínio nosso: por decreto se baixa salários e por decreto se desindexa a inflação deste País. De maneira que os raciocí-

nios, quando eles são viciados, eles são viciados e não lógicos na Província de Buenos Aires e na Província de Brasília.

Acho que, na realidade, a tecnologia, ainda comentando o Senador Roberto Campos, se desenvolve com investimento e com pesquisas, com investimento em recursos humanos. O que fez o Japão de resto? Aqui no Brasil algumas das tecnologias sobretudo em alguns campos que o Ministro sabe está se desenvolvendo, não como o japonês, copiando e roubando, mas fazendo contrabando dela.

De maneira que as minhas perguntas são aquelas que inicialmente fiz e aproveitei essa rara oportunidade, na presença do Ministro das Comunicações, para dizer que também como membro da Comissão de Comunicação, este Congresso — e referandando a tese brilhantemente defendida pelo Senador Roberto Campos — pede humildemente o direito de ver uma das 14 versões do Código Nacional de Telecomunicação que estariam para vir para esta Casa, para apreciação do Congresso Nacional, órgão legítimo de legislação e, entretanto, no que estamos informados eram 14 versões já apresentadas no Código Nacional de Telecomunicação — nenhuma das quais foi jamais vista por algum membro deste Parlamento.

Muito obrigado, Sr. Ministro.

O SR. HAROLDO CORRÉA DE MATTOS — Ex^a Sr. Deputada efetivamente V. Ex^a me coloca tantas questões de inopinado que eu já mal me lembro da primeira.

A SRA. CRISTINA TAVARES — Eu repitirei, agora tinha mais outra. Eu não tenho procuração para defender a Secretaria Especial de Informática, tem o prestigioso Conselho de Segurança Nacional que o fará com mais competência do que eu. Mas eu gostaria de saber se a opinião de V. Ex^a, coincide com a opinião do Senador Roberto Campos, a respeito da política de reserva de mercado da Secretaria Especial de Informática e da ilegitimidade da sua existência. Eu acho que é ilegítimo porque teria que passar aqui e não tem nada haver com o Conselho de Segurança Nacional, mas eu fiquei curiosa.

Então a primeira pergunta é sobre a Secretaria Especial de Informática; segundo como V. Ex^a define tecnologia nacional?

O SR. HAROLDO CORRÉA DE MATTOS — Por favor, Sr. Deputada, uma de cada vez porque se não a memória do sexagenário já não armazena tanta informação a um só tempo.

A primeira pergunta é sobre a legitimidade da Secretaria Especial...

O SR. HAROLDO CORRÉA DE MATTOS — Excelência, acredito que está é matéria que os Srs. Congressistas podem melhor do que eu julgar. Eu não sou um especialista no assunto, de forma que eu me exime de, sobretudo, contraditar a opinião de um Senador da República, não é matéria da minha competência.

A SRA. CRISTINA TAVARES — Muito bem. Como é que V. Ex^a define tecnologia nacional?

O SR. HAROLDO CORRÉA DE MATTOS — Sr. Deputada, existe tecnologia, não existe tecnologia nacional, tecnologia é alguma coisa universal. Há centenas, milhares de revistas publicadas em todo o mundo que abordam temas de toda a natureza e caberá a cada País velar-se desse conhecimento disperso, espalhado, apreendê-lo, trazê-lo para dentro de suas fronteiras, e a partir disso que está por aí, procurar desenvolver aqueles produtos que melhor se coadunam com as suas necessidades e com a sua capacidade tecnológica, com a sua capacidade de produção e considerando sobretudo que,

sem economia de escala, não se vende coisa nenhuma. De modo que tecnologia nacional é sobretudo formação, é sobretudo treinamento, é sobretudo desenvolvimento de poder criativo através de um trabalho cerebral, centro de pesquisas, leituras e encontros, onde os temas sejam livremente debatidos. Existe tecnologia. Esta tecnologia que está livre e dispersa, deverá ser importada, deverá ser aprendida, porque não precisa importar, ela está nas revistas, ela está nos livros. Ela deverá ser aprendida e o que é importante é que nós tenhamos uma equipe de homens neste País, que acompanhem tudo que o mundo faz, e que, em alguma eventualidade, nós possamos reproduzir alguma coisa aqui dentro, com os nossos recursos, com os nossos insumos, com o nosso know how.

A SRA. CRISTINA TAVARES — Existem outras definições de tecnologia...

O SR. HAROLDO CORRÉA DE MATTOS — Deverá haver, Ex^e. Eu não me preocupo com definições, a minha preocupação é com o entendimento das coisas.

A SRA. CRISTINA TAVARES — Existem outros entendimentos, o da engenharia nacional, o próprio Governo do Japão que entende por tecnologia a criação e o princípio tecnológico capaz de inovar a criar e não apenas copiar onde ela já existe.

O SR. HAROLDO CORRÉA DE MATTOS — Não se trata de copiar, nós não estamos copiando, nós estamos criando, Deputada. A Sra., se desejar visitar o Centro de Pesquisa de Campinas, eu terei prazer em acompanhá-la. Nós estamos efetivamente criando...

A SRA. CRISTINA TAVARES — A concepção de tecnologia dos países que criaram tecnologia é um pouco diferente, mas cada país evidentemente tem a sua conceituação.

Eu perguntaria, já que V. Ex^e falou sobre empresa nacional na área de telecomunicações: qual a sua definição de empresa nacional?

O SR. HAROLDO CORRÉA DE MATTOS — Empresa nacional é aquela cujo capital votante está em mãos de empresários brasileiros.

A SRA. CRISTINA TAVARES — Esta é a sua definição? Existem, também, outras conceituações.

E como V. Ex^e define a soberania nacional?

O SR. HAROLDO CORRÉA DE MATTOS — Soberania nacional, minha Sra., é alguma coisa que eu aprendi desde 1939 na Escola Militar do Realengo, e não abro mão deste meu conceito, não abro mão do meu patriotismo, nunca entendi que nós, do setor de telecomunicações, tivéssemos feito qualquer coisa que agredisse essa soberania.

A SRA. CRISTINA TAVARES — O Sr. não definiu, eu pedi qual é a sua definição.

O SR. HAROLDO CORRÉA DE MATTOS — Esta definição é clássica, todo mundo sabe. É o poder que o País tem de comandar seu destino, de não se sujeitar a imposições estrangeiras. Em síntese, este é o grande conceito de soberania, não só nacional, soberania até individual.

A SRA. CRISTINA TAVARES — Agora, a inteligência nacional, a engenharia nacional em seu entendimento está criando tecnologia na área de telecomunicações?

O SR. HAROLDO CORRÉA DE MATTOS — Nós estamos criando tecnologia na área de telecomunicações. Veja bem, criar tecnologia efetivamente começa com

pesquisa de base. Só a pesquisa de base cria a tecnologia; a nossa pesquisa de base é incipiente, nós não temos ainda uma infra-estrutura para fazer uma pesquisa de base que se possa apresentar nos grandes palcos internacionais. Nós temos que, preliminarmente, partir para o desenvolvimento de pesquisa aplicada. É isso que nós estamos fazendo ainda de uma forma incipiente, porque os recursos são pequenos, e são pequenos porque em Salgueiro morre gente de fome, morre gente de sede. Então, antes de nós pensarmos em fazer grandes investimentos em desenvolvimento tecnológico temos que pensar em matar a fome e a sede dessa gente.

A SR^a CRISTINA TAVARES — Eu agradeço a V. Ex^e, mas eu gostaria que não debitasse a crise nacional aos sertanejos que estão morrendo de fome, até porque o salário deles...

O SR. HAROLDO CORRÉA DE MATTOS — Perdão, mas V. Ex^e distorceu minhas palavras, eu jamais disse isso. A interpretação é sua.

A SR^a CRISTINA TAVARES — O Sr. disse que não se faz tecnologia porque se está matando a fome dos nordestinos...

O SR. HAROLDO CORRÉA DE MATTOS — Eu disse que há prioridades maiores do que o investimento em tecnologia, há prioridades maiores, há outra escala de valores.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Campos) — Muito obrigado, um outro Deputado, Odilon Salmoria, gostaria de falar. Ele poderia ser breve, porque a Comissão tem ainda...

O SR. ODILON SALMORIA — Eu serei breve, Presidente, e agradeço a priori a gentileza do Presidente da Comissão de Economia do Senado Federal em permitir a nós os Deputados participar nesta Comissão Técnica do Senado.

Com relação à palestra do Ministro, eu só tenho a elogiá-lo, aliás eu já havia ouvido V. Ex^e em outras oportunidades, no Estado de Santa Catarina. E tenho a elogiar, também, o trabalho e o crescimento do seu Ministério e das Comissões em nosso País.

Eu só gostaria de fazer algumas observações com relação ao bombardeio que o Sr. Roberto Campos fez à Secretaria Especial de Informática. Efetivamente a Secretaria Especial de Informática — e eu também, não tenho procuração para defendê-la — carece de uma lei, ela foi criada apenas por Portaria e os atos dela efetivamente não passaram pelo Legislativo. Mas, todos nós sabemos que está vindo uma lei para o Congresso Nacional, justamente para ser sanado este problema constitucional, que também V. Ex^e levantou...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Campos) — Perdão, mas as leis são para regular e não para sanar.

O SR. ODILON SALMORIA — Para regular, justamente. V. Ex^e usando termos como tecnologia indígena, como tecnologia doméstica, como empresas abrasileiradas, também, bombardeou um pouco a empresa eminentemente nacional, e com relação — eu até queria fazer uma observação antes de encerrar minha participação — com relação ao monopólio, tem uma lei que proíbe o monopólio privado no País. Mas temos muito monopólios que a lei proíbe, mas que existem como, por exemplo, o monopólio da indústria moageira de trigo nacional, e está aí e nós estamos convivendo com ele e aliás muito atual, no qual existe a participação de capital estrangeiro muito acentuado. Encerrado minha participação, com a preocupação de ser breve, eu faria uma pergunta ao Ministro, mais ou menos como a Deputada Cristina Tavares levantou. O próprio Senador disse que

a SEI, em certas atitudes dela, está tolhendo o desenvolvimento maior, até da própria produção nacional, estaria prejudicando o desenvolvimento da comunicação. Eu gostaria de saber do Sr. Ministro, se realmente as atitudes da SEI, em manter a reserva de mercado dentro da informática, está prejudicando o desenvolvimento das comunicações no País.

O SR. HAROLDO CORRÉA DE MATTOS — Sr. Deputado, o que eu lhe posso responder, é que freqüentes vezes empresários dos setores de telecomunicações vão ao nosso gabinete informando que estão sendo penalizados por muitas contratuais, por atraso de entrega, cuja culpa não decorre deles, mas de empecilhos à importação de componentes. Isto com graves prejuízos para a indústria e com graves prejuízos para o usuário, que está pagando seu autofinanciamento, e com graves prejuízos para o setor, que se torna desacreditado diante da opinião pública. E eles nos fazem estes depoimentos não apenas verbalmente mas através de documentos escritos.

O SR. ODILON SALMORIA — Empecilhos criados pela Secretaria Especial de Informática?

O SR. HAROLDO CORRÉA DE MATTOS — Empecilhos criados à importação de componentes que passam pelo crivo da Secretaria Especial de Informática.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Campos) — Nenhum outro comentário.

Quero agradecer ao Sr. Ministro pela sua exposição convincente, lúcida e objetiva. E agradecer-lhe o tempo que ele despendeu conosco, ele que é um homem extremamente ocupado. É para nós motivo de satisfação ele condescender em partilhar conosco uma parte da manhã, sacrificando assim suas atividades burocráticas normais. Não esperava outra coisa da Sa. Ex^e o Ministro, senão o brilho e sobriedade. Muito obrigado, Sr. Ministro.

COMISSÃO DE ECONOMIA

2^a Reunião realizada
em 21 de março de 1984

As dez horas do dia vinte e um de março de mil novecentos e oitenta e quatro, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Nilo Coelho, presentes os Srs. Senadores Roberto Campos, Presidente, Severo Gomes, Gabriel Hermes, Pedro Simon, Benedito Ferreira, Fernando Henrique Cardoso, Marcondes Gadelha, Cid Sampaio, Fábio Lucena e José Fragelli, reúne-se a Comissão de Economia. Comparecem, também, os Srs. Deputados Pimenta da Veiga, Cristina Tavares, José Jorge, Odilon Salmoria e Aníbal Teixeira. Ao iniciar os trabalhos, o Sr. Presidente comunica à Comissão que nesta data estava prevista a palestra do Sr. Edson Fregni, Presidente da ABICOMP, que no entanto, não pôde comparecer. A seguir, o Sr. Senador Severo Gomes solicita a palavra para formular questão de ordem subscrita por S. Ex^e e pelos Srs. Senadores Fábio Lucena, Cid Sampaio, Marcondes Gadelha e Pedro Simon, solicitando que a mesma seja consignada em Ata. A Presidência defere a solicitação. Com a palavra, o Sr. J. C. Melo, conferencista convidado para esta oportunidade, apresenta seu pronunciamento, sendo interpelado pelos Srs. Senadores Fábio Lucena, Marcondes Gadelha e Severo Gomes e pelos Srs. Deputados Odilon Salmoria e Cristina Tavares. Antes de encerrar a reunião, o Sr. Presidente determina que as notas taquigráficas, tão logo traduzidas, sejam anexadas a presente Ata. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Francisco Guilherme Thees Ribeiro, Assistente da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

ANEXO I À ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ECONOMIA REALIZADA EM 21 DE MARÇO DE 1984, QUE SE PUBLICA, DEVIDAMENTE AUTORIZADA PELO SR. PRESIDENTE. — QUESTÃO DE ORDEM FORMULADA PELO SEN. SEVERO GOMES —

A realização deste ciclo de conferências sobre a política nacional de informática mostra, mais uma vez, a atenção do Senado Federal para uma das questões mais importantes de nossos tempos. Já no ano passado realizamos um simpósio sobre o mesmo assunto — mais importante do que este, porque mais abrangente, mais completo e, sobretudo, porque patrocinado oficialmente pelo Senado.

Aquele simpósio, competentemente coordenado pelo ilustre Senador Henrique Santillo, alcançou seus propósitos e a matéria coligida foi publicada, achando-se à disposição dos interessados.

Esta é uma questão de tal importância que, ao seu redor, se desenvolvem interesses em permanente rearticulação, revelando um amplo quadro de conflitos e pressões internas e externas. Principalmente as externas, que vêm crescentemente apertando o cerco.

Por tudo isto, este ciclo deveria merecer a atenção dos diferentes personagens que estão na boca de cena da informática brasileira.

Ocorre, no entanto, Sr. Presidente, que a forma anti-regimental que assinalou o início dos trabalhos não pode passar sem reparos.

A Comissão de Economia deliberou, em reunião extraordinária de 24 de novembro do ano passado, a realização do ciclo de conferências. Não foi, todavia, ouvida sobre a oportunidade das datas, sobre as personalidades a serem convidadas, nem para sugerir os temas que devesssem privilegiar a atenção dos congressistas, de acordo com o que dispõe a alínea i do art. 94 do regimento interno.

Mais ainda, Sr. Presidente, o regimento interno é taxativo quando estatui no seu art. 127: “às comissões é vedado fixar a pauta dos trabalhos de uma sessão legislativa para outra”.

Insanável, ainda, dentro da prática congressual, foi a iniciativa do seu presidente em formular as sugestões para o debate. É claro que o presidente facultou aos participantes a livre colocação de outras questões, mas o questionário tem infelizmente, uma força indutora, pois em cada item já estão insinuadas conclusões e, em todos os casos, coerentemente alinhadas, com argumentos implícitos para a condenação da política de informática traçada pelo Governo, que é o tema deste ciclo de conferências.

É certo que a influência do questionário será pequena, diante da independência e da qualificação dos participantes. Restaria, no entanto, a insólita e errônea imagem, decorrente do questionário, de que a Comissão de Economia do Senado tem, pela sua maioria, uma posição antagônica à política nacional de informática — o que não corresponde à verdade e tem o condão de realimentar as pressões e investidas dos interesses antinacionais.

Brasília, 21 de março de 1983. — Severo Gomes — Fábio Lucena — Cid Sampaio — Marcondes Gadelha — Pedro Simon.

ANEXO II À ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ECONOMIA REALIZADA EM 21 DE MARÇO DE 1984, QUE SE PUBLICA, DEVIDAMENTE AUTORIZADA PELO SR. PRESIDENTE — INTEGRA DO APANHAMENTO TAQUIGRÁFICO —

PRESIDENTE: SENADOR ROBERTO CAMPOS

VICE-PRESIDENTE: SENADOR SEVERO GOMES

COMISSÃO DE ECONOMIA

**DEPOENTE: J.C. MELLO
REUNIÃO REALIZADA EM 21/3/1984,
ÀS 11:00 HORAS**

O SR. PRESIDENTE (Roberto Campos) — Srs. Senadores, Srs. Deputados, minhas Srs* e meus Srs., vamos hoje dar continuidade à seqüência de palestras e debates sobre a política nacional de Informática, um assunto sobremaneira crucial para impedir que o Brasil se retalhe tecnologicamente.

Haviam dois oradores convidados para hoje. O primeiro era o Presidente da ABCOMP, o Sr. Edson Fregni que, entretanto, alegou não lhe ser possível vir nesta data e solicitou ser ouvido ao longo do mês de abril. Solicitei-lhe que designasse um representante autorizado a falar pela ABCOMP, mas S. S* prefere comparecer à Comissão pessoalmente e uma data será fixada em abril, para que S. S* tenha oportunidade de se dirigir à Comissão de Economia do Senado, representando o ponto de vista da ABCOMP — Associação Brasileira da Indústria de Computadores.

Gostaria de dar a palavra, no momento, ao segundo dos oradores convidados, Dr. J.C. Mello, autor do livro já bem conhecido dos círculos técnicos “A Incrível Política Nacional de Informática”. Tem a palavra o Dr. J.C. Mello.

O SR. SEVERO GOMES — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Campos) — Pois não, nobre Senador.

O SR. SEVERO GOMES — (Para uma questão de ordem) — Sr. Presidente, a realização desse círculo de conferências sobre a Política Nacional de Informática mostra, mais uma vez, a atenção do Senado Federal para uma das questões mais importantes dos nossos tempos.

Já no ano passado realizamos um Simpósio sobre o mesmo assunto, mais importante do que esse e mais abrangente, mais completo e sobretudo porque patrocinado oficialmente pelo Senado. Aquele Simpósio foi competentemente coordenado pelo ilustre Senador Henrique Santillo.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Campos) — Por que V. Ex* diz que este não é patrocinado oficialmente pelo Senado? V. Ex* leu a ata da Reunião da Comissão de Economia de 24 de novembro de 1983?

O SR. SEVERO GOMES — A questão de ordem vai ser discutida e V. Ex* ouvirá em seguida.

Essa é uma questão de tal importância que ao seu redor desenvolvem interesses em permanente rearticulação revelando um amplo quadro de conflitos e pressões internas e externas, principalmente as externas que vêm crescentemente apertando o cerco.

Por tudo isso esse ciclo deveria merecer atenção dos diferentes personagens que estão na boca de cena da informática brasileira.

Ocorre, no entanto, Sr. Presidente, que a forma anti-regimental que assinalou o início dos trabalhos não pode passar sem reparos.

A Comissão de Economia deliberou, em reunião extraordinária de 24 de novembro do ano passado, a realização do ciclo de conferências. Não foi, todavia, ouvida sobre a oportunidade das datas, sobre as personalidades a serem convidadas, nem para sugerir os temas que devesssem privilegiar a atenção dos congressistas, de acordo com o que dispõe a alínea i do art. 94 do Regimento Interno.

Mais ainda, Sr. Presidente, o Regimento Interno é taxativo quando estatui no seu art. 127:

“Às Comissões é vedado fixar a pauta dos trabalhos de uma sessão legislativa para outra.”

Insanável, ainda dentro da prática congressual, foi a iniciativa do seu Presidente em formular as questões para o debate. É claro que o Presidente facultou aos participantes a livre colocação de outras questões, mas o questionário tem, infelizmente, uma força indutora pois em cada item já estão insinuadas conclusões e em todos os casos, coerentemente alinhadas com argumentos implícitos para a condenação da política em informática traçada pelo Governo, que é o tema deste ciclo de conferências.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Campos) — Meu silêncio não significa aceitação.

O SR. SEVERO GOMES — É evidente.

É certo que a influência do questionário será pequena diante da independência e da qualificação dos participantes. Estaria, no entanto, a insólita e errônea imagem decorrente do questionário de que a Comissão de Economia do Senado tem pela sua maioria uma posição antagônica à Política Nacional de Informática, o que não corresponde à verdade, e tem o condão de realimentar as pressões investidas dos interesses antinacionais.

Esta propositura está assinada por mim e pelos Senadores...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Campos) — Repilo a insinuação de V. Ex* É totalmente inaceitável.

O SR. SEVERO GOMES — Sr. Presidente, não estou fazendo insinuação nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Campos) — Indigna de um Senador que se dirige a outro Senador. Estamos no mesmo nível de padrão.

O SR. SEVERO GOMES — Sr. Presidente, não fiz insinuação nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Campos) — Fez uma insinuação e ela é considerada inaceitável.

O SR. SEVERO GOMES — Esse questionário induz a essas questões. V. Ex* poderia até ler o seu questionário para que os outros Senadores pudessem julgar se realmente ele induz ou não à conclusão.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Campos) — Sr. Senador, não é questionário. É um roteiro de possível discussão e o ofício em que se transmitiu o papel em causa diz o seguinte:

“Em aditamento ao ofício nº 04/83, de 9 de dezembro de 1983, tenho a honra de transmitir-lhes, a título meramente indicativo, alguns possíveis temas para debate por ocasião do seu comparecimento à Comissão de Economia do Senado Federal”.

Esses temas não são abrangentes e em nada devem influir V. Ex*, na livre formulação de idéias e enriquecimento dos temas e proposição de soluções. É má fé dizer que isso aqui é um fator limitativo.

O SR. SEVERO GOMES — Seria surpreendente que V. Ex* quisesse limitar a expansão das idéias, isso é ób-

vio. Quem vem aqui ao Senado tem liberdade para expor e defender as suas idéias.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Campos) — V. Ex^e mencionou que havia sido traçada uma pauta. Não foi traçada a pauta. Pauta se traça unicamente...

O SR. SEVERO GOMES — Quero depositar na mesa este documento com a assinatura dos Srs. Senadores para ser registrado na Ata.

O SR. PRÉSIDENTE (Roberto Campos) — Está certo, registrarei, mas não aceito as insinuações de V. Ex^e nem reconheço nenhuma imperfeição regulamentar ou processual no caso.

V. Ex^e e os Srs. Senadores, quando decidiram da convocação da Comissão, convidei aqueles Senadores presentes — V. Ex^e não estava presente, isso não é minha culpa — para que sugerissem temas e possíveis pessoas. Não recebi sugestões. Construtivamente naquela ocasião já fonecera nome de algumas pessoas para a aprovação, convidando os Srs. Senadores para sugerir pessoas adicionais. Naquela ocasião, já enumerei cinco nomes possíveis e me ofereci para considerar outras possibilidades. Não recebi de V. Ex^e nenhuma indicação.

O SR. SEVERO GOMES — Vim tomar conhecimento da Comissão através do questionário que V. Ex^e mandou às diferentes associações.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Campos) — Não tenho culpa se V. Ex^e não foi assíduo às reuniões da Comissão de Economia e não compareceu à reunião...

O SR. SEVERO GOMES — Não compareci à reunião extraordinária.

O SR. PEDRO SIMON — Sr. Presidente, V. Ex^e permite?

O SR. PRESIDENTE (Roberto Campos) — V. Ex^e tem a palavra.

O SR. PEDRO SIMON — Vi a Ata da Comissão de Economia, de uma reunião extraordinária, na qual V. Ex^e propunha a realização dessa série de debates e dizia que oportunamente — está na Ata — seria feito um termo dessa discussão.

Não compareci a alguma reunião na qual se discutisse o calendário e o nome das pessoas que aqui viriam. Pediria a V. Ex^e que nos dissesse em que ata, em que reunião da Comissão foi aprovado o calendário, os temas e as pessoas a serem convidadas.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Campos) — Sr. Senador, a reunião foi extraordinária, mas convocada antecipadamente com notificação a todos os Srs. Senadores.

O SR. PEDRO SIMON — Correto.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Campos) — Na reunião discutiram-se nomes e determinou-se que a série de audiências começaria em março. A rigor não entendo por que a natureza dessas... Há medo da verdade? Há alguém que tenha medo da verdade? Se alguém tem algum nome a indicar pode indicá-lo, qualquer que seja o seu colorido ideológico. Quem tem medo da verdade? Estamos aqui para explorar a verdade sob todos os seus ângulos.

Tem a palavra o Dr. J. C. Mello.

O SR. J. C. MELLO — Exmo. Sr. Senador Roberto Campos, MD Presidente desta Comissão de Economia Exmos. Sr. Senadores e Deputados

Minhas Senhoras, Meus Senhores

Incialmente desejo agradecer a oportunidade e a importância deste convite, a fim de que eu possa transmitir aos Senhores as minhas críticas à atual Política Nacional

de Informática. A oportunidade e a importância obrigam-me a ser bem específico, e a deixar de lado as generalidades.

Assim é que falarei somente uma vez, e agora, sobre a importância da informática, sendo suficiente dizer que de 1972 até 1982 gastaram-se 500 bilhões de dólares nos Estados Unidos em salários de programadores, e que neste ano de 1984 ela já está sendo chamada de indústria de 1 Trilhão de dólares, e que dentro de poucos anos ela será a primeira indústria nos Estados Unidos. Some-se essa potencialidade industrial à importância social da informação manipulada em quantidades imensuráveis e com rapidez extraordinária, e temos uma visão sucinta da importância do assunto. Trata-se simplesmente de uma nova revolução industrial, e o Brasil dela participa ou ficará destinado a essa nova forma de escravidão.

É pacífico, na minha opinião, que deve existir uma Política Nacional de Informática, que deve existir uma proteção aos investimentos e à genialidade nacionais, e isso estamos afirmando há onze anos.

Mas de quê Política Nacional de Informática estamos falando? Da atual que é um ataque frontal aos princípios que regem as relações comerciais entre as nações? Da atual, que criou verdadeiros cartórios de empresários nacionais? Da atual que é xenófoba, pois nem sequer joint-ventures admite? Da atual que não tem trazido de volta resultados verdadeiros e concretos? Da atual que é um imenso equívoco?

Não, meus senhores, eu falo de uma verdadeira e sobre-tudo natural e permanente Política Nacional de Informática, que não seja fraca como a atual, que não seja amoral, que não seja aética e sobretudo que seja naturalmente defensável sem necessitar da proteção ManuMilitare do SNI.

Vejamos quem defende a atual Política Nacional de Informática:

1. O SNI. É sabido por todos que a PNI, embora de direito sob o Conselho de Segurança Nacional, é dirigida de fato pelo SNI, o qual sempre pretendeu, desde os primórdios da PNI, controlar este importante setor. Em 1980 eu ouvi num importante gabinete do Palácio do Planalto a seguinte afirmação: "Dr. Melo, enquanto nós formos governo teremos dois dogmas de fé: a política nuclear e a política de informática". Deixando de lado as razões pelas quais o SNI controla a PNI através da Secretaria Especial de Informática, ele é o seu grande defensor.

Ora, não existe nenhuma razão, política ou prática, para essa subordinação de fato ao SNI e de direito ao CSN. Se isso é um assunto de segurança nacional, poderei afirmar que saúde também é, educação também é, transportes também é, e assim por diante.

Portanto, o que o SNI defende é a sua anormal hegemonia sobre o setor, e não, uma PNI pelos seus princípios. É uma defesa em causa própria.

2. A imprensa. A imprensa é leiga, ela nada conhece tecnicamente sobre uma indústria de computadores. E desconhecendo o seu lado técnico, não tem tido condições de criticar o seu lado comercial e político, tão cheio de escândalos talvez até maiores, sob o ponto de vista moral, do que os financeiros dos quais tomamos conhecimento de uns tempos para cá. Até hoje, não vi nenhum desses escândalos na imprensa, salvo os publicados semanalmente na minha publicação CONFIDENTIAL WEEKLETTER ON BRAZILIAN COMPUTER INDUSTRY, em inglês. Essa omissão tem sido possível porque os assuntos, antes de terem uma interpretação política eles devem ter uma interpretação técnica, e isso não tem acontecido por razões óbvias.

Assim, a imprensa defende a PNI por natural omissão, o que soma-se ao seu natural nacionalismo. A imprensa não tem tido oportunidade de ver que tem defendido interesses inconfessáveis de empresários cartoriais, e não os interesses do Brasil.

A imprensa é a grande inocente útil.

3. As Forças Armadas. Elas são nacionalistas por natureza, e tem defendido a PNI também como uma grande inocente útil. Elas ainda não chegaram à conclusão de que estão defendendo rendosos cartórios, e não, mais uma vez, os interesses do Brasil.

Também o fato de legalmente a PNI estar subordinada ao CSN, tem sido uma espécie de aval militar para pessoal militar, pois, em tese, o CSN deve proteger os interesses do Brasil.

Mas o CSN não está gerindo a PNI, e até tem tentado, sem êxito, fazê-lo. A comprovação disso será o futuro Projeto de Lei que a SEI enviará ao Congresso: numa versão, a subordinação da PNI era ao CSN, mas na versão final, a subordinação ficou com a SEI sem o CSN.

Assim, as Forças Armadas além de estarem confundindo nacionalismo com rendosos cartórios, desconhecem essa guerra contínua CSN versus SNI.

4. Os empresários nacionais. É a pura defesa, e exclusiva, de interesses próprios. Afinal, a atual PNI criou uns confortáveis e rendosos oligopólios subsetoriais, com um grupo muito pequeno de empresas em cada subsector, com seus absurdos preços protegidos dos preços exteriores por uma confortável reserva de mercado. Verdadeiros cartórios, e obviamente defendidos com todas as forças disponíveis. Mas como não podem vir a público defender cartórios, pois isso seria amoral e inaceitável, vem defender o sofisma da nacionalidade, da nacionalização, do patriotismo, etc.

Esta conferência é muito curta e por isso não cito muitos exemplos, escolhendo um somente: a ITAUTEC, empresa do Banco ITAÚ, cujo presidente é um dos maiores defensores da reserva de mercado, apresentou uma proposta à uma concorrência da SEI para escolher os fabricantes nacionais dos chamados Superminis. Com tecnologia estrangeira, necessita-se aproximadamente US\$ 5 milhões para uma fábrica dessa natureza no Brasil. A proposta da ITAUTEC — diga-se de passagem, apoiada pela imprensa leiga — prevê a importação na íntegra de 20 computadores fabricados pela FORMATION, INC., dos Estados Unidos, no valor aproximado de US\$ 5 milhões, e compatíveis com o IBM 4331-2. Devido à reserva de mercado, esses computadores valem três vezes mais no Brasil, assim, se o seu "Plano de Fabricação" for aceito, a ITAUTEC despende US\$ 5 milhões e terá de volta US\$ 15 milhões que não poderia importar, ganhando portanto US\$ 10 milhões, ou seja, o dobro do que custará sua própria fábrica. Em outras palavras, uma fábrica às custas do Brasil. Assim torna-se muito difícil não defender a reserva de mercado.

Este é um dos pequenos escândalos da atual Política Nacional de Informática, entre centenas de outras, ao longo dos anos. A defesa, portanto, que os empresários beneficiados pela SEI fazem da atual Política Nacional de Informática nada tem a ver, corretamente, com o Brasil e as suas legítimas aspirações.

5. A ABICOMP. É óbvio que como representante de seus associados, ela defende a reserva de mercado. Na realidade, ela foi criada exclusivamente para isso. Não pode ser comparada à sua congênere norte-americana Association of Computer Manufacturers ACM ou à sua congênere europeia European Computer Manufacturers Association, ECMA. Ambas não são xenófobas, ambas não são políticas, ambas são normativas, estabelecem padrões técnicos e éticos que são seguidos no mundo todo. E a ABICOMP? Protege oligopólios, protege cópias e roubos e piratarias, diz em seus estatutos que dela só podem fazer parte companhias que tenham projetos aprovados pela SEI — ou sejam, só oligopolistas, também diz nos estatutos que dela só podem fazer parte companhias 100% nacionais pois não aceitam estrangeiras e nem sequer associações com estrangeiras — a não ser, caracteristicamente, as fundadoras...

Como acreditar numa associação dessa natureza? Com tais princípios, defende ela os interesses inconfessá-

veis de seus associados ou os superiores interesses do Brasil?

Como explicar que tal associação, teoricamente sem credibilidade, receba substancial suporte da própria imprensa leiga?

Aí está, meus Senhores, a somatória de princípios e interesses que defendem e mantêm a atual Política Nacional de Informática. Quanto às Forças Armadas e à Imprensa, o nosso dever é esclarecer, e isso tenho feito continuamente. Quanto à ABICOMP, aos empresários nacionais e ao SNI, eles não querem ouvir, e torna-se difícil colaborar com quem não usa o dom de ouvir e pensar e decidir. Eu seria muito feliz se pudéssemos sentar e discutir, procurando o meio termo, o bom senso, mas todas as minhas ofertas de colaboração sempre tiveram como resposta o silêncio. Talvez a frase de um empresário cartorial que eu ouvi, explique tudo: "Nós sabemos, Melo, que você tem razão, mas ninguém irá admitir. Compreenda isso". Eu, mesmo como empresário, simplesmente não comprehendo, pois tudo que é dado através de um papel publicado no Diário Oficial da União, também poderá ser tirado com a mesma facilidade, ainda mais num país como o Brasil. Eu prefiro a permanência da PNI, natural e estável, em vez de uma transitoriedade altamente rendosa.

Vejamos agora, meus Senhores, algumas das inverdades, das meias-verdades, dos sofismas que têm ajudado a manter a Política Nacional de Informática, bem como alguns dos seus maiores problemas:

1. As estatísticas. Existem duas estatísticas do setor, uma da ABICOMP e outra da SEI. Em princípio ambas são extremamente incompletas e falsas (isso será provado numa futura palestra aqui nesta Comissão.) sendo a da ABICOMP usada apenas nos Projetos de Fabricação apresentados por empresários à mesma SEI. Neste último caso, as próprias estatísticas da SEI são usadas para não causarem problemas na própria SEI, no projeto físico-financeiro da empresa.

As da ABICOMP são tendenciosas, tem o único propósito de apresentar um sucesso da Política Nacional de Informática. E tendenciosas porque têm 2 vícios de origem:

a) Apresentam os resultados do Microcomputador como se ele, Micro, fosse algo de principal da indústria de computadores, quando não é. Informática é um mundo multifacetado e o Micro tem ainda uma participação marginal, não representando de nenhuma forma aquele mundo.

b) Apresentam um "antes" e um "depois", mas sem definir o "antes". Ora, foi exatamente com o advento da Política Nacional de Informática, que no exterior os chamados Mínis e Micros tiveram uma grande expansão. "Antes" da PNI, essa expansão, na sua dimensão atual, nem existia. Se não existia, não tem sentido apresentar uma comparação de "antes" e "depois", como os Senhores hão de concordar. Qualquer resultado "depois", diante do zero de "antes", será um resultado positivo.

Eu acreditaria nas estatísticas da ABICOMP se não existissem esses dois vícios propositais de origem, os quais, evidentemente, as invalidam. O que a ABICOMP não tem a coragem de fazer, seria a estimativa do que teria acontecido se não tivéssemos tido a PNI, em termos de joint-ventures, de investimentos, de empregos, de update e up-grade de tecnologia — que no caso atual é zero — enfim, de resultados positivos para o Brasil, o que deveria ser o único objetivo de uma associação como a ABICOMP.

Quanto às estatísticas da SEI, nelas o sofisma nem necessitou ser usado, tamanha incompetência demonstraram. Para início a SEI classificou — e que eu conheça é a única classificação no mundo — os computadores em 6 classes ou tamanhos ou potencialidades. E com base nessa classificação, fez toda a tabulação dos computadores instalados no Brasil. Muito bem, tudo parece correto. Mas

que diriam os Senhores se quase toda essa classificação estivesse tecnicamente errada? Certamente que as estatísticas também estariam erradas.

Pois bem, meus Senhores, existem os seguintes erros técnicos na referida classificação:

a) COBRA 700 (ARGUS 700) é do mesmo nível do NOVA-3, e estão em classe diferentes;

b) ECLIPSE é bem superior ao NOVA-3, e estão na mesma classe;

c) DECLO e VAX-11/780 são diferentes, e estão na mesma classe;

d) HP2000 e 3000 são diferentes e estão na mesma classe;

e) MB8000 é outra classe, é bem superior ao IND-5000/5005 e estão na mesma classe;

f) NOVA-3 e MB8000 são absolutamente iguais e estão em classes diferentes;

g) PDP-8 e IND-5005 são absolutamente iguais e estão em classes diferentes;

h) COBRA 700 é bem superior ao COBRA 400, e estão na mesma classe;

i) O 8000 da DATA GENERAL é da mesma classe do VAX-11/780, e estão em classes diferentes;

j) COBRA 530 está em classe superior ao COBRA 700, e são da mesma classe;

k) MEDIDATA M-2001 está numa classe bem inferior à sua real potencialidade.

Traduzindo toda essa tecnicidade, Micros e Mínis e Supermínis estão todos misturados e invertidos. Isso fala por si sobre a credibilidade das estatísticas da SEI.

2. Os preços nacionais. Existem alguns pequenos exemplos que estão custando 1,5 a 2 vezes o preço do internacional equivalente. Existem outros pequenos exemplos que estão 20 a 30 vezes o preço do internacional equivalente. São dois exemplos de extremos.

A virtude do meio está 5 e 10 vezes o preço internacional. E o que garante esse excelente negócio, que mesmo aos preços internacionais é extremamente rendoso, é obviamente a reserva de mercado.

A reserva de mercado, portanto, não é para transferir um mercado para brasileiros, ou para transferir tecnologia que diga-se de passagem não foi transferida, ou para o objetivo maior de otimizar operacionalmente o processo chamado Brasil, mas para garantir os rendosos oligopólios com esses absurdos preços.

Que explicação dar para 500 a 1.000% a mais? Um salário de uma montadora nos Estados Unidos custa US\$ 1.600,00, ou seja, Cr\$ 2.080.000,00. A mesma montadora custa Cr\$ 120.000,00, no Brasil, ou seja, 17 vezes menos. Que explicação dar para 500 a 1.000% a mais?

Pára comprovação, passo às mãos do Sr. Presidente, oficialmente, um exemplar do meu livro "A Incrível Política Nacional de Informática".

3. A microeletrônica. A microeletrônica tem duas fases de fabricação distintas: a difusão e o encapsulamento plástico ou cerâmico. A difusão é complexa, exige alta tecnologia, grande mercado, grande economia de escala, e grande diversidade de tipos. E obviamente, altíssimos investimentos, de US\$ 500 milhões se incluindo algumas tecnologias modernas. O encapsulamento é fácil, rápido, exigindo um investimento de US\$ 100.000,00. Ou seja, uma relação de 5.000 para 1 na difusão/encapsulamento.

Há dois anos o Governo fez mais uma famosa "concorrência", para escolher duas empresas brasileiras, ou seja, um novo cartório dos tempos modernos. Foram escolhidas a DOCAS de SANTOS e o Grupo Itau.

Em 2 anos, meus Senhores, nem sequer o encapsulamento — com a difusão feita no exterior — foi feito, e somente agora, quando tudo isso está sendo denunciado como mais um escândalo da PNI, é que ambas declararam que irão importar os wafers, ou seja, que irão importar os circuitos integrados já com a difusão feita no exterior, pelas mesmas firmas estrangeiras, paradoxalmente, que foram excluídas a priori da referida "concor-

rência". Ou seja, dois anos depois os 2 cartórios, incapazes de cumprirem o objetivo principal, irão começar a fazer o encapsulamento. Lembremo-nos da relação 5000/1.

E afirmaram que não fizeram a difusão porque o Governo não lhes deu os incentivos, as isenções totais de impostos e taxas, o que transformaria o cartório, já altamente rendoso pela reserva de mercado, num verdadeiro poço de petróleo.

Meus Senhores, tenho sido incomprendido e até perseguido e boicotado pelos meus principios que são resultantes de 32 anos de indústria de computadores — e não, de uso simples de computadores. Mas a minha condição de brasileiro cônscio de suas responsabilidades obriga-me a denunciar esses escândalos tecnológicos, tão amarais ou talvez até mais pelo crime de lesa-pátria, do que os escândalos financeiros.

Nessas condições, é muito fácil defender a reserva de mercado. E adicionalmente, a enorme quantidade de empresas estrangeiras interessadas em associar-se com brasileiros, para fazer a imediata difusão — repito, difusão — no Brasil, foram excluídas a priori.

4. As cópias. Não se fez transferência de tecnologia com a reserva de mercado. Foram feitos Micros e Minis e Periféricos de pequeno porte, ou seja, 1 milésimo do que é a multifacetada indústria de informática. E mesmo esse milésimo, na sua quase totalidade, pelo roubo, pela pirataria, pelo contrabando e pela cópia descontrolada de hardware e software estrangeiro notadamente norte-americano. Existem 7 cópias nacionais do computador IBM PC. Existem 13 cópias nacionais do computador APPLE. Existem 11 cópias nacionais do computador TRS-80. Existem 5 cópias nacionais dos videogames COLECO e ATARI. Existem 30 cópias do Sistema Operacional CP/M sendo comercializadas no Brasil. Tudo isso e muito mais, é um roubo envolvendo milhões de dólares talvez até por dia, se não por semana, quase a totalidade com o selo da legalidade dado por órgão absurdamente subordinado ao Conselho de Segurança Nacional, a SEI.

Esse universo de cópias, amoral e aético, inclusive envolvendo a pirataria do contrabando, todo ele do conhecimento da SEI, é avalizado, com a aprovação dos Projetos de Fabricação, pelo próprio CSN, um órgão de uma credibilidade implícita que deveria ser uma das maiores do Brasil.

E onde a tecnologia? Onde está a transferência de tecnologia garantida pela reserva de mercado? No mundo multifacetado da indústria de informática, eu renunciaria à minha profissão se for provado que já temos 1 milésimo sequer da tecnologia existente lá fora. Assumo este compromisso público perante o Congresso. Provem e eu renunciarei.

Tomo a liberdade de passar às mãos do Sr. Presidente desta Comissão os números 1 a até 14 do tablóide semanal Confidencial Newsletter on Brazilian Computer Industry, o qual publiquei nos Estados Unidos, onde essas cópias estão resumidas.

5. O modelo japonês. Declaro aqui também que aceito o modelo japonês de informática, tão decantado como exemplo de reserva de mercado. Pois existem substanciais diferenças entre os modelos brasileiro e japones, propostamente esquecidas pelos defensores da reserva de mercado "à brasileira".

Para início, não temos, no modelo japonês, a ingêncnia total do Governo, quer normativa, quer industrial, no indústria de computadores, como existe no Brasil. Em segundo lugar, não existem cartórios no modelo japonês, qualquer cidadão japonês pode fabricar o que bem entender, tendo ou não recursos para tal. Em terceiro lugar, não existe xenofobia no modelo japonês, é suficiente dizer que a IBM cresceu no Japão com a reserva de mercado. Em quarto lugar, a reserva já acabou e nenhuma empresa falhou por isso, pois a reserva era natural e não mantida manumilitare. Em quinto lugar, a quem de direito, ou seja, à indústria japonesa.

Mas, meus Senhores, pega-se apenas o único elo de ligação com a reserva de mercado "à brasileira", que é a palavra reserva de mercado, e se o usa como um exemplo a ser imitado.

Eu aceito a mesma reserva de mercado para o Brasil. Vamos implantá-la? Para início, fechemos a SEI e as estatais COBRA, PRÓLOGO e CTI. Eu aceito.

6. A empresa estatal COBRA. Ela é o maior exemplo do fracasso da PNI: produtos primários mesmo em relação a competição brasileira, eternamente com problemas financeiros que continuamente exigem dois tipos de aporte de capitais, o primeiro, os aumentos de capital determinados por seus acionistas estatais, e o segundo, quando os aumentos de capitais não são possíveis, os pedidos "incentivos" de empresas estatais sem concorrência pública ou equivalente processo de compra.

Não pretendo citar os inúmeros exemplos do passado, sobejamente conhecidos pela concorrência de COBRA, mas somente o último. Em mais uma crise financeira de grandes proporções, à qual nem um aumento de capital satisfez, a COBRA ganhou um presente da estatal Rede Ferroviária Federal, neste inicio de 1984, consubstanciando num pedido de quase 8 bilhões de cruzeiros, o qual a salvou de mais um escândalo.

Assim, aumento de capital após aumento de capital, pedido de incentivo após pedido de incentivo, COBRA não conseguiu, até hoje, sequer ser uma empresa competitiva com seus próprios concorrentes brasileiros, sendo suas vendas quase que exclusivamente para o próprio Governo e suas subsidiárias. Estado comprando de Estado, exclusivamente.

Aí estão, meus senhores, seis das inverdades da atual PNI, mantida manumilitare e artificialmente.

Vejamós agora dois casos relacionados com a xenofobia da atual PNI: o caso da COENCISA, uma empresa de Brasília, e o caso da Philco-Ford, de Belo Horizonte.

1. A COENCISA. A COENCISA era uma joint-venture entre um empresário brasileiro, Dr. Gilberto Job, proprietário da COENCISA Construções, e um dos maiores fabricantes de Modems do mundo, a Racal-Milgo. O primeiro com 51% e o segundo com 49%. Foi fundada a pedido do Ministério das Comunicações. Depois de ter sido uma empresa que deu certo, o Dr. Job recebeu pressões da SEI para que ele excluisse o sócio estrangeiro. E a SEI colocou em execução 5 medidas que o asfixiou, as quais foram: não aprovação de qualquer projeto futuro da COENCISA, não cadastramento no FINAME, não aprovação de projetos pela FINEP, não aprovação pelo CNPq de importação de material para Pesquisa e Desenvolvimento, não aprovação do Projeto de Fabricação de um Multiplexer, e equipamento moderno que substitui vários Modems.

E pelo simples crime de ser uma joint-venture mesmo com capital majoritariamente brasileiro, a COENCISA foi vendida a preço vil, pelos seus dois sócios, para outra empresa brasileira "aceita" pela SEI. E a Racal-Milgo, convidada pelo Governo brasileiro — o Ministério das Comunicações — foi expulsa pelo mesmo Governo brasileiro — a Secretaria Especial de Informática.

2. A PHILCO-FORD. Esta empresa estrangeira teve a infeliz idéia de investir US\$ 30 milhões numa fábrica de circuitos integrados no Brasil. E para fazer a difusão, e não aquele simples encapsulamento.

Foi estrangulada de todas as maneiras possíveis pela reserva de mercado e pela SEI, e necessitando sobreviver apresentou uma série de planos alternativos ao Governo Federal, nenhum deles aceito. Entre esses planos incluía um de produzir somente para exportação enquanto a Itaú e a Docas de Santos não fizessem a difusão, e até isso até esse exemplo de concordância com a reserva de mercado, foi rejeitado.

Rejeitada por ter cometido o crime de vir investir US\$ 30 milhões no Brasil, para aqui fazer uma coisa — difusão — que é feita em muitos poucos países do mundo,

uma coisa de altíssima tecnologia. Investimento e alta tecnologia. Mas teve o azar de encontrar no campo oposto a xenofobia da SEI, e no fim foi vendida o preço vil para outra empresa nacional que não terá condições, a não ser com muita ajuda governamental, de levar adiante esse projeto. No fim, o Estado vai substituir um investidor estrangeiro de tecnologia e de capital de risco.

Dante de tantas críticas — e eu não usei sequer 1/10 do que poderia ter usado, por falta de tempo — eu devo assumir a obrigação de apresentar as minhas recomendações. As críticas não foram gratuitas, elas servirão para justificar as recomendações. E também sem entrar em muitos detalhes, eu tomo a liberdade de fazer 6 recomendações para estudos desta Comissão de Economia na formulação de uma verdadeira e estável Política Nacional de Informática.

1. Nenhuma pressa na formulação da PNI. A informática é uma nova revolução industrial, certamente a maior deste século. Se um simples Código Civil levou anos para ser proposto, é minha opinião que uma coisa tão importante para o futuro deste País não deve ser discutido e votado em poucos meses. Eu conheço a multifacetada informática o suficiente para considerá-la um universo. Assim parece-me que a prudência, tão acertadamente ao gosto dos Senhores Senadores, deve ser a palavra de ordem. Além disso, no próximo ano teremos um outro Governo, e seja ele qual for é uma recomendação lógica que este assunto, pela sua magnitude, deva ser discutido e votado já com o Governo que deverá executar uma nova PNI.

2. A extinção da SEI. A SEI tem demonstrado incompetência e prepotência. É suficiente ler os 14 números da Confidential Weskletter on Brazilian Computer Industry para a considerarmos assim. Além disso, não existe nenhuma razão lógica para a sua subordinação de direito ao CSN e de fato ao SNI. A SEI é xenófoba, considera-se acima das Leis — é suficiente citar que executa manumilitare uma reserva de mercado que não existe nas Leis — e totalmente imune aos seus opositores. É uma aberração nascida no período de arbitrio, absorvendo por genes todos os defeitos de sua mãe, o SNI, sobejamente conhecido por todos nós. Até o seu quadro dirigente é oriundo do SNI. Seja qual for o órgão executor de uma Política Nacional de Informática, ele deve submeter-se às Leis aqui votadas, e não, suprimi-las ou suplementá-las com suas ações, como tem acontecido e acontecerá com a SEI. É suficiente dizer que ela não tem cumprido sequer a Constituição Federal.

3. O fim da xenofobia. Existem vários motivos para o fim da xenofobia. O primeiro é que toda essa tecnologia de ponta está lá fora, e ela não conseguiu sequer transferir 1/1000 dessa tecnologia. O segundo é que o Brasil tem compromisso assumido com órgãos internacionais, os quais tem que honrar. A começar pelo Fundo Monetário Internacional, pois no adendo à Terceira Carta, está escrito que o Brasil introduzirá um sistema de comércio internacional que dê proteção às atividades domésticas através de tarifas em vez de restrições quantitativas. Aliás, na 5ª Carta isto é reafirmado. Está bem claro que uma reserva de mercado é inaceitável. Também os Bancos Mundial e Interamericano de Desenvolvimento, em seus contratos de empréstimos ao Brasil, tem cláusulas contra uma reserva de mercado ou sistema equivalente. Nesta oportunidade, eu passo às mãos do Sr. Presidente desta Comissão de Economia, carta do Banco Mundial, em nome do Sr. Presidente Sr. Clausen, assinada pelo Sr. George Papadopoulos, seu Chefe da Divisão do Brasil, carta esta obtida pelo correspondente da Confidential Weekletter em Washington, onde explicitamente está no seu 2º parágrafo:

"O Projeto de Lei da Deputada Tavares, reservando a obtenção de certos equipamentos e serviços para companhias brasileiras, pode impedir o Banco de financiar itens destinados a firmas brasileiras assim que a legislação proposta estiver em vigor."

Existem ainda os compromissos do Brasil com o General Agreement on Tariffs and Trade, GATT, de Genebra, onde uma reserva de mercado certamente não passaria, como eu ouvi através de conversa informal com um seu alto executivo.

E por fim, embora não seja uma Lei Internacional ou similar, mas sim uma Lei interna dos Estados Unidos, existe o Trade Act de 1974, nos seus artigos 301 e subsequentes, que se o Brasil não cumprir poderá sofrer sanções comerciais equivalentes dos Estados Unidos. E estou informado que isso será objeto de discussão no Congresso Americano neste 1984. Como sabemos, é o Congresso que fiscaliza a execução do Trade Act 1974.

4. A proteção tarifária. Com poucas restrições passíveis de serem discutidas diplomaticamente, a proteção tarifária é aceita internacionalmente. O Projeto de Lei do Senador Roberto Campos, estabelece uma proteção com uma alíquota de 205%, ou seja, igual aos automóveis. Incluindo-se o IOF, o inland freight, o frete aéreo, o boxing, todas as taxas e impostos da internação, e o custo financeiro da importação que é elevado, a proteção certamente atinge entre 300 e 400%. Isso não é aceito pelos empresários cartoriais e por sua associação, ABICOMP. Ora, meus Senhores, se o equipamento importado custando 3 a 4 vezes mais do que o nacional — admite-se que o Brasil consiga praticar, internamente, os preços internacionais — ainda for adquirido, obviamente o problema não estará na proteção, mas sim nos equipamentos. E é isso que os impede de aceitar esta proteção tarifária, exigindo o cheque em branco da reserva de mercado, a impunidade aos preços de 5 a 10 vezes mais do que os internacionais. Proteção maior de que 3 a 4 vezes mais é amoral e eu não creio que o Congresso conceda mais do que isso, mas do que suficiente para proteger um segmento industrial, como está protegendo eficazmente a indústria automobilística que está no Brasil. Não me parece que eles estejam insatisfeitos, mas por outro lado os carros brasileiros não custam 5 a 10 vezes mais.

5. Fim dos oligopólios. Seja qual for o órgão normativo, ou o órgão executor, ou a lei a ser votada, ela deve incluir mecanismos contra a criação de monopólios e oligopólios, que são as práticas atuais. Até meus opositores concordam em que essas práticas são amorais e ilegais, mas a SEI continua na sua execução. Nada justifica um oligopólio, a escolha de reduzido número de empresas para um subsetor qualquer da indústria de informática. A SEI — e o próprio Governo Federal — não tem esse poder de lei, que se contrapõe à Constituição Federal e à livre iniciativa. Assim, a lei que for aprovada deve incluir explicitamente a proibição de formação de oligopólios e monopólios por órgãos governamentais, deixando aos empresários brasileiros toda e qualquer liberdade de iniciativa, em qualquer subsetor da indústria de informática. Oligopólios geram altos preços, geram conformidade com uma determinada situação tecnológica e/ou industrial, não geram alta tecnologia, e sobretudo geram a impunidade, pois os fracassos não são punidos pelo mercado sem alternativa.

6. O modelo mexicano. E, por fim, sobretudo recomendo o modelo mexicano, que apesar de recente em muito pouco tempo apresentará resultados bem mais importantes do que o Brasil. O modelo mexicano, aliás, ainda nem começou na prática, e no entanto eles já estão fabricando os chamados superminis, que o Brasil pretende fabricar, através de uma "concorrência" de fabricantes, dentro de 4 anos. No modelo mexicano, se a empresa nacional tem 51% do capital e a estrangeira tem 49%, eles poderão entrar em qualquer subsetor da indústria de informática, sem sequer necessidade de licença especial de qualquer órgão governamental. Para mim, é o modelo adequado ao Brasil, que em muito poucos anos poderia alcançar o tempo e o espaço perdidos com esta reserva de mercado xenófoba que nem a joint-venture aceita, mesmo até se absurdamente 90-10%. Nesta oportunida-

de passo às mãos do Sr. Presidente desta Comissão de Economia o anúncio do governo mexicano a respeito do assunto. O anúncio é assinado pela Secretaria de Governo, Secretaria de Relações Exteriores, Secretaria da Fazenda, Secretaria da Programação e Orçamento, Secretaria de Energia, Minas e Indústria Paraestatal, Secretaria de Comércio e Fomento Industrial e Secretaria do Trabalho e Previdência Social. Um belo exemplo de trabalho conjunto. Terminei assim, meus Senhores, esta resumidíssima exposição. Não falei um centésimo do que gostaria de falar, mas reconheço a impossibilidade. Recomendo a leitura, para maiores esclarecimentos, do meu livro "A incrível Política Nacional de Informática", que foi distribuído a Vossas Excelências, e que apesar de escrito em 1982 é muito atual. Além, nada mudou e muitas previsões já estão comprovadas.

Recomendo o Projeto de Lei do Senador Roberto Campos, que tive a oportunidade de ler por deferência de Sua Excelência, como abrangendo muitas das minhas convicções e proposições. Certamente estes debates servirão para lapidá-lo ao longo de toda a série.

Agradecendo a oportunidade do convite, coloco-me inteiramente à disposição desta Comissão de Economia, em tempo integral se necessário, para ajudá-la a encontrar o verdadeiro caminho da informática brasileira. Essa mesma ajuda foi oferecida várias vezes ao Governo Federal, e em todas elas foi recusada.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Campos) — Muito obrigado, Sr. J. C. Melo, pela sua interessante exposição.

Está aberto o debate.

O primeiro orador inscrito é o Senador Fábio Lucena.

O SR. FÁBIO LUCENA — Sr. Presidente, Srs. Conselhistas, eminentes Sr. J. C. Melo, o depoimento que o Senhor acaba de prestar junto a esta Comissão é por demais estarrecedor. Ele enfeixa algumas acusações da maior gravidade a autoridades do primeiro escalão do Governo Federal. E nas considerações, que vou fazer, gostaria de seccionar os assuntos. Primeiro, relendo o que se contém na página nove, *in fine*, no depoimento de V. S:

4. As cópias. Não se fez transferência de tecnologia com a reserva de mercado. Foram feitos Micros e Mínis e Periféricos de pequeno porte, ou seja, 1 milésimo do que é a multifacetada indústria de informática. E mesmo esse milésimo, na sua quase totalidade, pelo roubo, pela pirataria, pelo contrabando e pela cópia descontrolada de hardware e software estrangeiros, notadamente norte-americano.

Mais adiante o Senhor afirma:

Tudo isso e muito mais é um roubo envolvendo milhões de dólares talvez até por dia, se não por semana, quase a totalidade com o selo da legalidade dado por um órgão absurdamente subordinado ao Conselho de Segurança Nacional, a SEI.

Observa-se que o Senhor atribui à SEI, órgão do Conselho de Segurança, a responsabilidade de coonstestar as atividades ilícitas que aponta em seu depoimento. Então, para melhor esclarecimento da Comissão, para que possamos nós, os parlamentares, mais bem ajuizar as nossas conclusões, peço-lhe que cite os nomes dos ladrões para as competentes providências legais. Esta a minha primeira interpelação.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Campos) — Com a palavra o Sr. J. C. Melo.

O SR. J. C. MELO — No fim do item 4, tormei a liberdade de passar às mãos do Sr. Presidente desta Comissão os números de 1 até 14 do tablóide semanal Confidential

Newsletter on Brazilian Computer Industry, o qual publico nos Estados Unidos, onde essas cópias estão resumidas.

Na realidade este item, aqui, todo foi tirado desta publicação. O nome das empresas, o que copiam, estão nesta publicação. Por outro lado, devo afirmar que existe uma agência do FBI nos Estados Unidos, chamada "DECA", para proteger a tecnologia norte-americana contra a pirataria, o roubo e o contrabando. No número que estará saindo amanhã, em São Paulo, é publicada a relação das empresas brasileiras que fazem disso uma prática, documento do próprio FBI dos Estados Unidos. Mandarei amanhã para esta Comissão esse exemplar do **Confidential Newsletter**; são aproximadamente 30 ou 40 empresas, citadas.

Segundo, é sabido por toda a comunidade de informática que essas cópias são feitas.

A ABICOMP, inclusive, já fez várias reuniões por causa dessas próprias cópias. Quando eu digo que elas foram legalizadas com o selo da legalidade da Secretaria Especial de Informática eu não estou dizendo que a SEI é conivente com as cópias; estou dizendo que ela aprovou as cópias sabendo que eram cópias.

O SR. FÁBIO LUCENA — Um momento. O Sr. disse "quase a totalidade" e não a totalidade".

O SR. J. C. MELO — Repito, quase a totalidade.

O SR. FÁBIO LUCENA — Quer dizer, parte da totalidade se enquadra no que o senhor denomina de roubo, pirataria e contrabando.

O SR. J. C. MELO — Vamos classificar o que é roubo, pirataria e contrabando. Quando alguém vai aos Estados Unidos e compra equipamento estrangeiro junto com seus manuais, porque os americanos dão os manuais...

O SR. FÁBIO LUCENA — Um momento; permita-me. Gostaria que o senhor ficasse com as leis brasileiras e definisse roubo à luz do Código Penal Brasileiro.

O SR. J. C. MELO — É roubo porque é cópia...

O SR. FÁBIO LUCENA — Roubo é a ação de se apropriar de bem alheio através da violência; é o que reza o nosso Código.

O SR. J. C. MELO — Eu não sou advogado, Ex^o. E então eu retiro a palavra roubo. Eu teria de procurar uma outra palavra que enquadrasse essa ação.

O SR. FÁBIO LUCENA — Roubo difere do furto exatamente pela própria conceituação. Furto é realizado furtivamente. Roubo é realizado através da violência.

O SR. J. C. MELO — Muito bem, retiro a palavra roubo e a substituo pela seguinte frase: "compram equipamentos nos Estados Unidos com seus manuais de hardware e software, contrabandeiam esses equipamentos para o Brasil e aqui os copiam sem nenhum pagamento de qualquer coisa ao produtor americano. É essa frase que eu gostaria substituir a palavra "roubo".

O SR. FÁBIO LUCENA — No caso seria furto, Sr. Presidente.

Embora eu lhe deva confessar que a sua resposta não me satisfaz, porque o senhor também fala em pirataria, que é outra modalidade de crime, eu gostaria que o senhor indicasse as ações de pirataria e os nomes dos piratas.

O SR. J. C. MELO — As ações de pirataria... obviamente as ações de espionagem industrial é uma pirataria...

O SR. FÁBIO LUCENA — Permita-me concluir... cujos bergantins devem se encontrar, no seu juízo, dentro do Governo Federal... são acusações suas.

O SR. J. C. MELO — Sim, a Secretaria Especial de Informática, quando coloca o selo da legalidade através do projeto de fabricação, sabendo que é pirateado, sabendo que o equipamento é copiado, que o software foi copiado, ela está praticando um ilícito, na minha opinião.

O SR. FÁBIO LUCENA — E quanto ao contrabando?

O SR. J. C. DE MELO — Quanto ao contrabando o fato é que esse equipamento, na sua grande maioria, é trazido ao Brasil através de contrabando. Equipamento para cópia.

O SR. FÁBIO LUCENA — O contrabando é definido também como descaminho, no art. 334 do Código Penal Brasileiro. Dentro dessa definição legal pelas leis brasileiras, quem são os contrabandistas que existem dentro da Secretaria Especial de Informática?

O SR. J. C. DE MELO — Eu não disse que existem contrabandistas dentro da Secretaria Especial de Informática, eu disse que as empresas brasileiras costumam contrabandear equipamentos comprados nos Estados Unidos para copiá-los aqui.

O SR. FÁBIO LUCENA — Mas o Senhor afirmou que a SEI dá o selo de legalidade a essa atividade...

O SR. J. C. DE MELO — O selo da legalidade na aprovação do projeto de fabricação. Quando um equipamento, que é trazido lá de fora, para ser copiado no Brasil é apresentado um projeto de fabricação à Secretaria Especial de Informática e ela sabe perfeitamente que esse equipamento foi trazido dessa maneira e vai ser copiado, aí eu digo que a SEI está colocando um selo de legalidade. É um termo norte-americano.

O SR. FÁBIO LUCENA — O Senhor se dispõe a apresentar à Comissão a relação das empresas que agem dessa forma que o Senhor afirma, de forma ilícita como observa em seu pronunciamento, a dizer que empresas tiveram essas atividades de contrabando ou descaminho coonestadas pela Secretaria Especial de Informática?

O SR. J. C. DE MELO — Eu poderia fazer isso mas levaria muito tempo. Estão anexas aos documentos que eu entreguei à Presidência da Comissão, e eu posso amanhã ou depois mandar essa relação de empresas. Mas esse documento já foi entregue à Comissão. Eu posso citar apenas alguns?

O SR. FÁBIO LUCENA — Pois não.

O SR. J. C. DE MELO — Cópia do IBM-PC, modelo Egio, modelo PC-2001, modelo Nexo-1600, modelo NC-200, modelo N-102/88, modelo Z-2200, com os nomes das empresas e o que cada uma delas fez. Perderíamos muito tempo se eu fosse reunir as 60 cópias que estão distribuídas nesse tablóide.

O SR. FÁBIO LUCENA — Naturalmente o Sr. Presidente fará chegar às mãos dos membros da Comissão as cópias desses documentos.

Afirma ainda o Senhor que só com um outro Governo é que se poderia institucionalizar uma política nacional de informática. No entanto, na edição de 12 de fevereiro do ano em curso, do **Weekletter confidential** sobre a indústria brasileira de computadores, de texto em inglês, que vou traduzir, Sr. Presidente, e gostaria que o Senhor, um exímio anglicanista, corrigisse os defeitos da tradução.

Diz o Senhor o seguinte, depois de fazer considerações a respeito dos interesses do Governo dos Estados Unidos pela política de informática em vigor no Bra-

de uma tecnologia nacional para evitar o eterno pagamento de *royalties*. Explicou que o grupo tentará solucionar o problema da transferência de tecnologia fazendo o melhor para o Brasil, "que é desenvolver o nosso próprio *ow-flow*, e complementando, quando necessário, com técnicos trazidos do exterior, mas, jamais através da associação com empresas estrangeiras". Segundo ele é necessário que haja uma efetiva incorporação da tecnologia, o que não se consegue com essas associações — com a *Joint venture* — que perpetuam a remessa de dividendos, *royalites*, ou de dólares, sob outras formas, para o exterior. E o Brasil está empenhado em evitar estas despesas que afetam o balanço de pagamentos".

Há outra possibilidade muito interessante, Dr. Melo, é aquela, em que o Sr., em 7 de novembro de 1979, defende a subordinação da Secretaria Especial de Informática ao Conselho de Segurança Nacional. Vou me reportar a este noticiário, em face do libelo-crime acusatório, que V. Ex^e recitou aqui há poucos minutos, contra o Conselho de Segurança Nacional e a SEI. Falo libelo-crime, porque o Sr. os acusou de contrabandistas, piratas e ladrões.

O SR. J. C. MELLO — Discordo de V. Ex^e. Não acusei a SEI disso. Acusei a SEI de concordar com isso.

O SR. FÁBIO LUCENA — Vou proceder à leitura

Melo apóia a subordinação da SEI ao CSN

A abrangência do decreto que criou a Secretaria Especial de Informática é considerada como total por J. C. Melo, diretor de tecnologia da Sbec. Segundo ele "para entender a abrangência é preciso antes entender o que é informática e o que será em 10 anos. Para mim, a abrangência representa simplesmente a importância do assunto para o Brasil, ou seja, o Governo Federal entendeu. É verdade que a essa divisão conceitualmente correta, se contrapõe o perigo de abrangência, mas o importante não é a abrangência, mas o seu uso correto".

Quanto a subordinação da SEI ao Conselho de Segurança Nacional, Melo considerou que na teoria e na prática a secretaria está subordinada a área militar e afirmou que "conheço bem essa área, seu nacionalismo e sua responsabilidade, portanto, acho muito boa essa subordinação".

Se a SEI, com as tarefas que tem pela frente, que visam uma independência nacional no setor, portanto contrariando imensos interesses estrangeiros, não for respeitável e poderosa, teremos um inevitável fracasso no futuro. Também aqui o Governo acertou".

Diz V. Ex^e no dia 7 de novembro de 1979.

E, com rara felicidade, no *Jornal do Commercio*, de quarta-feira, dia 25 de outubro, V. Ex^e cita o exemplo japonês, em absoluta contradição com o que se contém no teor do seu depoimento, lido faz poucos minutos perante esta Comissão. Vou ler os conceitos de V. Ex^e sobre o exemplo japonês:

O empresário J. C. Melo, também participante da mesa de debates, vai mais além e declara a firme posição, na defesa do mercado, de combater as potências multinacionais. "Estaremos inovando? Não. O Japão fechou suas portas aos computadores estrangeiros durante anos, o que o transformou na segunda indústria de eletrônica digital do mundo".

Eu poderia me alongar, uma vez que o Regimento não estabelece tempo de duração para a reunião desta Comissão e das demais comissões do Congresso. Mas, reconheço todavia que seria muito extenuante, não apenas para V. Ex^e, para o Sr. Presidente e para os Srs. Congres-

sistas. No entanto, quero registrar o que V. Ex^e escreve — antes de lhe formular as indagações — no exemplar de 13 de dezembro do ano passado do Boletim Confidencial, no seu *Newsletter*, sobre a indústria de computação no Brasil. Aqui V. Ex^e censura, na página 3, taxativamente a omissão do Governo dos Estados Unidos em relação à indústria de informática no Brasil.

No seu entender, o Governo Norte-Americano deve-ria agir na defesa dos interesses daquele País. V. Ex^e chega a dizer o seguinte: "And as always, the American Government remained silent, and neglectful". (O Governo Americano mantém silêncio, como sempre, and neglectful. Parece-me que a tradução seria negligência, desasco, desleixo. Duas perguntas então, eu as extraio, para concluir a minha rápida intervenção.

Primeiro: Como, em tão pouco tempo, pode alguém mudar tanto assim? V. Ex^e era mais nacionalista do que aqueles que empunham a foice e o martelo que orna a capa do seu livro. Isso faz cinco anos. Defendia intrinsecamente a reserva de mercado, atacava acerbamente as empresas multinacionais, e, subitamente, mudou de opinião. Não vou discutir a questão de V. Ex^e ter dado opinião, é um direito seu, obviamente. Mas, por que essa mudança de opinião — é a segunda pergunta — está em perfeita sintonia com publicações estrangeiras — não vem ao caso perquirir se não americanas ou não — que têm o nítido objetivo de bombardear a Política Nacional de Informática?

O SR. J. C. MELLO — Eu tenho sido um dos poucos coerentes em relação à Política Nacional de Informática. Desde 1970, em reuniões do Ministério da Marinha até esta reunião, eu tenho dito exatamente a mesma coisa: eu sou brasileiro, eu sou a favor de proteção à indústria brasileira. Eu gostaria que aqui não existisse nenhuma multinacional, se fosse possível. Isso eu digo também no meu livro. Se V. Ex^e teve a oportunidade de ler, deve ter visto isso da primeira à última página. Eu sou a favor da proteção da indústria nacional. Mas, infelizmente, eu tenho 32 anos não é de uso de computador, em tenho 32 anos de indústria de computador, e verifico que é totalmente impossível uma indústria cem por cento brasileira de computadores. É por isso que eu defendo — vamos chamar de reserva de mercado, porque existe um equívoco em toda essa história. Por exemplo, o Excelentíssimo Senador Roberto Campos é acusado de querer acabar com a reserva de mercado, eu também sou acusado de querer acabar com a reserva de mercado, ora, o que eu desejo não é acabar com a reserva de mercado. Quando eu concordo com um projeto que dá isenção de IPI, isenção de ICM por um determinado período, isenção de imposto de importação por um determinado período, isenção de imposto de renda por um determinado período e, além disso, dá 300 a 400% de proteção tarifária, como é que eu posso ser contra uma — chamemos — reserva de mercado? Como é que o Senador Roberto Campos pode ser contra uma reserva de mercado? Apenas nós temos outro tipo de reserva de mercado; a ABICOMP é tão xenófoba que ela é contra o projeto do Senador Roberto Campos sem ter lido. Se ler o projeto, pelo menos no estágio em que está, eu tenho certeza que vai haver muita discussão interna na ABICOMP, vai haver muito empresário a favor, porque vai notar uma coisa muito simples, o projeto do Senador Roberto Campos dá muito mais proteção às empresas nacionais do que à situação atual.

Então, não sou contra a reserva de mercado, nunca fui contra a reserva de mercado.

Gostaria que nós pudéssemos ter uma indústria cem por cento nacional, apenas é impossível, é o conflito que eu tenho. Sou um brasileiro, cônscio de minha responsabilidade, quero indústria cem por cento nacional. Sou um técnico com trinta e dois anos, com experiência na França, na Inglaterra, nos Estados Unidos e no Brasil, e

vejo que isso é impossível, é um conflito interno que eu tenho. Essa é a resposta à primeira pergunta.

Na segunda pergunta V. Ex^e não fez agora, mas fez no início, que foi referente a uma declaração minha...

O SR. FÁBIO LUCENA — Com relação à primeira resposta do Senhor, com sua permissão. A ABICOMP tanto conhece o Projeto do Senador Roberto Campos, que o Senador Severo Gomes tem uma cópia do Projeto, que foi encaminhado a ele pela ABICOMP. Quem não conhece somos nós Senadores e Deputados, nós não conhecemos.

O SR. J. C. MELLO — Desculpe-me, eu não sabia desse fato.

O SR. FÁBIO LUCENA — Nós não conhecíamos o projeto do Senador; gostaríamos de conhecê-lo para estudá-lo, e, quem sabe, aprová-lo, se convier aos interesses nacionais.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Campos) — O projeto não foi apresentado oficialmente, exatamente porque queria ouvir o maior número possível de pessoas e obter contribuições. Estão, sendo agora colhidas as assinaturas dos Senadores antes da apresentação formal do projeto.

O SR. FÁBIO LUCENA — Estranho, Sr. Presidente, que a Câmara e o Senado não conheçam o seu projeto, e uma entidade estranha ao Congresso já o conheça.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Campos) — Não há nada de estranho, acho que deveria ser norma. Antes de alguém cristalizar um projeto para a apresentação ao Senado, devia se valer de todo o estoque de conhecimentos técnicos, onde possam ser encontrados. Não há um estoque de conhecimentos técnicos aqui no Senado, nenhum de nós é perito em computação ou em informática. É, portanto, uma atitude decente, razoável, racional pedir a entidade especializada e a indivíduos capazes que me municiam em qualquer outro Senador de elementos substantivos para a formulação na política de informática. Isso é democracia, é dar a todos uma oportunidade de se pronunciarem antes que a legislação seja atabahoadamente, como é, em certos casos, votada.

O SR. FÁBIO LUCENA — Eu concordo com V. Ex^e, Sr. Presidente, mas também nesta democracia que V. Ex^e apregoa com muita justeza deveriam ser incluídos os membros do Congresso, e sobretudo em se tratando de uma reunião da magnitude dessa.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Campos) — Os membros do Congresso terão o projeto de lei que apreciarão, votarão, aceitarão ou rejeitarão.

O SR. FÁBIO LUCENA — Ou pelo menos o esboço do projeto, afim de que pudéssemos discuti-lo.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Campos) — V. Ex^e é que está menosprezando as prerrogativas do Congresso, ao apoiar a política da SEI, V. Ex^e está sancionando uma violação da Constituição ao art. 156 § 8º da Constituição, que está, por assim dizer aceitando também uma violação explícita da Lei 4131, art. 2º V. Ex^e membro do Congresso está elogiando uma política, que é feita contra a Constituição e contra as leis votadas pelo Congresso Federal. V. Ex^e está desprezando o Congresso.

O SR. FÁBIO LUCENA — Isso, na opinião de V. Ex^e Eu não aceito a objurgatória de V. Ex^e, porque eu estou no pleno exercício do meu mandato e sou tão Senador como V. Ex^e

O SR. PRESIDENTE (Roberto Campos) — Claro, mas não inclui o direito de violar a Constituição que é lei, nenhum de nós...

O SR. FÁBIO LUCENA — Por outro lado, V. Ex^e não é o hermeneuta da Constituição. Não lhe reconfirço essa condição. V. Ex^e não foi hermeneuta da Constituição...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Campos) — A Constituição é votada pelo Congresso. A lei é votada pelo Congresso, a SEI foi criada por decreto... Nada que foi criado por decreto pode revogar a lei e a Constituição.

O SR. FÁBIO LUCENA — ... O Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal. Além do mais, estou aqui como membro da Comissão e como membro do Congresso Nacional. Não aceito a invectiva de V. Ex^e e devolvê-la na íntegra.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Campos) — Eu, também não aceito. Estamos af com uma identidade de não aceitação, em pleno equilíbrio de poder.

Passemos à...

O SR. FÁBIO LUCENA — Um momento. V. Ex^e quer cassar o direito do depoente responder?

O SR. J. C. MELO — Gostaria de responder a uma pergunta do nobre Senador, a respeito de uma declaração minha, feita em 1979, aplaudindo entusiasticamente, diga-se de passagem, a colocação da Secretaria Especial de Informática sobre o Conselho de Segurança Nacional. Isso foi em 1979.

Em Primeiro lugar, antes de 79, existia a CAPRE e me parecia que uma mudança dos métodos da CAPRE que estão, inclusive, historiados aqui neste livro, parecia que uma mudança seria altamente desejável. Àquela época, o Conselho de Segurança Nacional, com a sua respeitabilidade, a qual eu não estou negando, àquela é poca, o Conselho de Segurança Nacional parecia-me uma tábua de salvação. Mas isso foi em 1979. Esse livro foi escrito em 1982. V. Ex^e notará que não houve de 79 a 82 nenhuma mudança na política nacional de informática em relação ao que a CAPRE antiga praticava e que eu criticava. De modo que V. Ex^e tem toda razão realmente, quero pedir desculpas, eu errei em relação ao Conselho de Segurança Nacional. Em outubro de 1982 — está aqui a comprovação do meu erro, quando eu comecei a criticar o Conselho de Segurança Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Campos) — Passemos a lista de oradores. Darei preferência aos Senadores inscritos para depois, passar a palavra a outros que a solicitaram. O segundo Senador inscrito é o nobre Senador Marcondes Gadelha.

O SR. MARCONDES GADELHA — Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. João Carlos Melo: eu também estou surpreso e estarrcido mesmo com este incrível depoimento de V. S^r. Não tanto pela densidade das acusações, mas pelo passionismo em que estão envoltas no assunto como V. Ex^e gosta de proclamar eminentemente técnico. Nem por isso essas afirmações devem ser desconsideradas, elas devem ser examinadas e aprofundadas com todo o cuidado por esta Casa, até que nós possamos formular o juízo definitivo de valor sobre toda esta intensa discussão em torno do problema da Política Nacional de Informática. Assim, eu gostaria apenas de examinar o reverso das suas afirmações, uma busca de antítese para que nós cheguemos a uma aproximação dialética da verdade.

V. Ex^e começa acusando furiosamente aos que defendem a atual Política Nacional de Informática. E cita: "vejamos quem defende a atual Política Nacional de Informática, o SNI, a imprensa, as Forças Armadas, os empresários nacionais, a ABICOMP", esqueceu também a Oposição política do Brasil. V. Ex^e coloca todas essas entidades num balão só e as acusa de incompetentes, amadoras ou ingênuas. No fim acusa a SEI de arrogante, e

na página 11 V. Ex^e diz: "eu aceito a mesma reserva de mercado para o Brasil. Vamos implantá-la, para início, fechamos a SEI, as estatais COBRA, PRÓLOGO e CTI, eu aceito". Quer dizer a SEI é que é arrogante. V. Ex^e está de um lado e todas essas entidades; as Forças Armadas, o SNI, a SEI, os empresários nacionais, ABICOMP estão de um lado e V. S^r do outro lado. Eu pergunto: V. Ex^e e quem mais? Gostaria de saber quem mais é contra a atual Política Nacional de Informática, V. Ex^e citou os que são a favor, as que a defendem. Os que são contra, V. Ex^e cita a si próprio, isso outorga um direito de negociar começando com o fechamento da SEI, das empresas estatais. Eu pergunto: e outras entidades técnicas empresariais ou política dentro deste País que são contra a Política Nacional de Informática, além de V. Ex^e

O SR. J.C. MELO — Em primeiro lugar, eu acho que não existe nenhuma relação entre a sua primeira frase e a segunda frase. Quando digo que aceito a mesma reserva de mercado para o Brasil, vamos implantá-la, eu me refiro ao modelo japonês; e quando digo: para início, a SEI, as estatais COBRA, PRÓLOGO e CTI devem ser extintas, é porque no Japão não existe Secretaria Especial de Informática, COBRA, PRÓLOGO, CTI ou equivalente. Então, se aceito a reserva de mercado japonês, vamos, pelo menos, fazê-la igual à japonesa. Não estou dizendo que aceito a reserva de mercado atual.

O SR. MARCONDES GADELHA — Não é esta, no momento, a questão. O que não aceito é que V. S^r sozinho, se coloca de lado e em pé de igualdade com todas essas entidades.

O SR. J.C. MELO — Não me coloco em pé de igualdade com essas entidades. Coloco-me na posição de um especialista que, pelo menos, pensa que sabe o que está dizendo. Dentro desta condição, tenho a minha opinião. A reserva de mercado não gerou tecnologia e é totalmente impraticável. Se o mundo inteiro tem opinião diversa, isto não invalida a minha opinião na qual eu acredito e tenho acreditado a longo prazo. Mesmo não tendo nenhuma obrigação de dizer que outras entidades ou pessoas também pensam como eu ou melhor, vou citar algumas. Vou citar o Ministério das Comunicações inteiro, sem uma única voz discordante. V. Ex^es poderiam dizer: "S. Ex^e o Sr. Ministro das Comunicações esteve aqui e não disse nada disto." Não tenho nada a ver com o que S. Ex^e disse na Comissão de Economia do Senado; o Ministério da Indústria e do Comércio, todos aqueles que têm acima de 10 ou 15 anos de indústria de computador. É o que gostaria de responder a V. Ex^e

O SR. MARCONDES GADELHA — Aproveitando a informação de que o Ministério das Comunicações inteiro é contra a atual Política Nacional de Informática, basicamente o seu ponto nodal, que é a reserva de mercado, eu passaria a uma segunda indagação. A única parte substantiva que V. Ex^e apresenta para se insurgir contra a reserva de mercado é o problema da transferência de tecnologia, e onde está a transferência de tecnologia garantida pela reserva de mercado; gostaria de perguntar o inverso disto: qual o setor que, efetivamente, transferiu tecnologia para este País, onde o mercado foi aberto? Quais as indústrias importantes em que nós chegamos a absorver a tecnologia e a dominá-la plenamente? Citaria trustes do passado, como a indústria automobilística, comparada com a nova ciência, com a nova técnica, procedimentos muito antiquados — nós, ainda, não conseguimos dominar a tecnologia e não surgiu nenhuma empresa nacional importante neste setor. No entanto, o Sr. Ministro das Comunicações disse aqui que a reserva de mercado garantiu o surgimento de uma tecnologia nacional importante, própria, relativa ao setor e citou várias empresas como a Daruma, Multitel, etc. e, inclusi-

ve, setores onde, hoje, nós passamos a exportar competitivamente ao mercado internacional. Veja V. Ex^e: eu faço uma distinção muito grande entre a indústria de telecomunicações e a indústria de informática e, o restante, do que chamo de antiga ciência e antiga tecnologia. Esses dois setores são setores que dizem respeito à diferença entre isto que V. Ex^e chama de uma escravidão e a não-escravidão. Quem não se apropriar de conhecimentos nesse setor estará, efetivamente, condenado à escravidão. Pergunto a V. Ex^e o que lhe dá garantia para afirmar que, se nós abrissemos o mercado, haveria esta tão acariciada transferência de tecnologia?

O SR. J.C. MELO — A Política Nacional de Informática do México — vamos falar assim — ainda nem começou. O Brasil que já começou, praticamente, pelo menos em toda essa discussão, em 1970, na Marinha, até agora está há 4 anos da nem iniciada política nacional de informática do México. Por quê? Porque faz, atualmente, uma "concorrência" para escolher fabricantes de supermíni computadores, como V. Ex^e deve saber. No entanto, a política mexicana já levou uma fábrica para o México de supermíni e que está sendo fabricada por mexicanos dentro do México, com 4 anos à nossa frente. 37 empresas estão se transferindo para o México como resultado dessa política. Prevejo, num ano e meio, os resultados. Quando falei de transferência de tecnologia, disse que o México está à frente do Brasil em tecnologia. Não está à frente em saturamento, porque as empresas estão se instalando. Acredito que, dentro de 1 ano e meio a 2 anos, o México já poderá apresentar resultados, em saturamento, superiores ao Brasil.

Fala-se muito de micro. Micro não é informática. Informática é um comutador de telex computarizado — isto é informática — é um supermíni, é um computador de grande porte, informática é o inverso. Aqui, no Brasil, faz-se somente míni, micro e copiador de empresas estrangeiras.

O SR. MARCONDES GADELHA — Não há dúvida de que informática é universo e estamos preocupados precisamente com isto. A indagação que fiz a V. Ex^e é o que lhe garante que se abriremos o mercado, como V. Ex^e deseja, vai haver transferência — o problema da informática está relacionado com a questão de poder mundial — por que essas empresas, por que essas entidades que dominam a tecnologia, o conhecimento científico neste campo iriam transferir para o Brasil essa tecnologia? A troco de que, só da nossa generosidade?

O SR. J.C. MELO — É a troco de lucro, é óbvio. É a troco de lucro, aliás, é o que move tudo, a não ser nos países socialistas.

V. Ex^e perguntou quais as garantias ou quais as certezas? Tenho duas. Uma garantia é o conhecimento técnico da área. Venho acompanhando isto há 32 anos e conheço todas as tendências — conheço o passado, o presente e o futuro. Vejo que não existe a menor hipótese, por exemplo, de fazermos uma central de comutação-telex no Brasil, em 10 anos. Como técnico, faço esta afirmação.

O segundo motivo — já o citei a V. Ex^e — é o exemplo do México, que nem começou e já está a 4 anos na frente do Brasil em tecnologia. O computador que é fabricado no México, o HP-3000.

O SR. MARCONDES GADELHA — Mas houve transferência de tecnologia — apropriação de tecnologia e não apenas a montagem?

O SR. J. C. MELO — Aprendizado pelos nacionais de como fazer...

O SR. MARCONDES GADELHA — Domínio do conhecimento.

O SR. J. C. MELO — Domínio do conhecimento — isto mesmo.

O SR. MARCONDES GADELHA — Capacidade de inovar?

O SR. J. C. MELO — Capacidade de inovar e há um detalhe positivo na reserva de mercado. Apesar de não termos adquirido, sequer, um milésimo ou, talvez, menos do que teríamos que adquirir, já existem muitos engenheiros brasileiros que, pelo menos, têm uma idéia de que é uma indústria de informática, porque há 5 anos não existia isto. Isto é positivo, nunca neguei isto, não nego isto no meu livro.

O SR. MARCONDES GADELHA — Uma última pergunta: V. Ex^e absorve o modelo japonês, condena a reserva de mercado no Brasil porque aqui se rouba, se copia, se faz pirataria e se protege as empresas nacionais, oferecem-se subsídios, etc., quer dizer que o japonês não copia, o japonês não protege as suas empresas, japonês não oferece subsídios e condições privilegiadas...

O SR. J. C. MELO — Mas está...

O SR. MARCONDES GADELHA — V. S^e estribou toda a sua absolvição do modelo japonês, apenas no fato de que a IBM conseguiu crescer no Japão. Se nós fizéssemos isso aqui, se a IBM crescesse aqui no Brasil, V. S^e aceitaria o modelo de mercado brasileiro, isso é condição necessária e suficiente para que o modelo seja absolvido, foi isso o que eu entendi.

O SR. J. C. MELO — Não é absolutamente esse o caso, eu aceito o modelo japonês, com cinco ressalvas, se o modelo nacional não tiver essas 5 coisas que o modelo japonês não tem, eu aceito o modelo japonês. É isso que eu falo na minha declaração. A primeira delas: lá não existe SEI, não existe interferência do Estado, não existe oligopólios.

Senador, eu convidou o Senhor para abrirmos uma fábrica de mini-computadores no Brasil. Eu faço esse convite público. Ambos, apesar de tudo que já provavelmente demos a este País, não vamos conseguir aprovação do projeto na Secretaria Especial de Informática, porque ela escolheu 5, e não tem mercado para o sexto. Isso é o artigo 160 da Constituição Federal, se não me fala a memória.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Campos) — O art. 163...

O SR. J. C. MELO — Mas, um automóvel, a mesma coisa, não! Eu não tenho recursos econômicos, não existem recursos técnicos, se nós pensarmos bem, não existem recursos técnicos, o problema todo é recursos econômicos e mercado. Quando eu digo que nós não temos condição de fazer uma central computadorizada, de comutação-telex no Brasil, nem em 10 anos, não é porque nós não tenhamos condições técnicas de fazê-lo, é que não existe mercado para isso. Não existe investimento para isso no Brasil; não existe empresa brasileira capaz de fazer uma coisa dessas; nem o Governo é capaz de fazer isso. O Governo é incapaz de fazer um exocet, está querendo comprar, que é uma coisa muito mais fácil do que isso, sob o ponto de vista de computação.

Quando eu digo que é impossível, não é em termos de tecnologia. Eu sou capaz de fazer a maior coisa que existe no mundo, em termos de informática, desde que o Sr. me dê recursos econômicos para isso. Eu sei onde buscar as pessoas, onde buscar os cérebros para me ajudar nessa tarefa. Certamente, saberei dirigir este projeto, enquanto eu não sei nem o que é a maior coisa do mundo em informática. O problema todo é que o nosso País é muito pobre. O mercado brasileiro é muito pobre. Nós temos

30 ou 40 fábricas de microcomputadores. Os Estados Unidos têm 3 ou 4 cinco grandes, e pronto. Nós temos 30 a 40. A maioria dessas fábricas fecharão em muito pouco tempo, são fábricas fabricando duas unidades por mês, cinco unidades por mês, por isso que os preços são de 5 a 10, por causa dos oligopólios, por causa da falta de economia de escala, e pelo simples fato de, lamentavelmente, e eu, como brasileiro, lamento profundamente isso, de sermos um País pobre, e de não termos dinheiro para comprar computadores no mesmo nível, na mesma proporção em que nos países ricos eles são comprados. O problema não é tecnológico, eu digo isso há muito tempo, o problema é de economia de escala; tecnologia é possível adquirir, desde que haja recursos econômicos gerados por uma economia de escala, obviamente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Campos) — Eu me pergunto, se o ilustre Senador admitiria uma pergunta.

O SR. MARCONDES GADELHA — Pois não!

O SR. PRESIDENTE (Roberto Campos) — Como justificar, à luz do artigo 163 da Constituição, a criação de empresas do Governo nesse setor, como a PRÓLOGO, que fabrica terminais bancários em concorrência com a iniciativa privada, e COBRA, que fabrica computadores em concorrência com a iniciativa privada? Se V. Ex^e ler o artigo 163 da Constituição, verificará que essas iniciativas são totalmente inconstitucionais, e a nós, Senador, cabe o dever de defender a Constituição, não de defender a SEI que a viola.

O SR. MARCONDES GADELHA — Encaro o problema das estatais no campo da informática como em relação a outro setor qualquer, e a formação de oligopólios, encaro com muita naturalidade, com a mesma naturalidade com que V. Ex^es encaram a formação de oligopólios em outros setores, e

O SR. PRESIDENTE (Roberto Campos) — V. Ex^e não respondeu a minha pergunta! Qual é a sua posição frente ao artigo 163 da Constituição? Ignorá-lo?

O SR. MARCONDES GADELHA — V. Ex^e poderia ler o artigo 163?

O SR. PRESIDENTE (Roberto Campos) — Vou ler o artigo 163:

“São facultados a intervenção no domínio econômico e monopólio determinado à indústria em atividade, mediante lei federal, quando indispensável por motivo de segurança nacional ou para organizar setor que não possa ser desenvolvido com eficácia no regime de competição e de liberdade e iniciativa, assegurados os direitos e garantias individuais.”

Terminal bancário não é item de segurança nacional, um minicomputador ou um microcomputador não é item de segurança nacional. Não houve lei federal autorizando a criação dessa empresa. Tudo isso é francamente inconstitucional e admiro que Senadores defendam essa flagrante violação da Constituição.

O SR. PEDRO SIMON — V. Ex^e já está com a opinião formada!

O SR. PRESIDENTE (Roberto Campos) — Estou anunciando o meu ponto de vista, que é tão respeitado quanto o de V. Ex^e.

O SR. MARCONDES GADELHA — Nós vamos discutir o aspecto constitucional. Acredito que em outro fórum, ou pelo menos em outra oportunidade, mas eu adianto a V. Ex^e que esse assunto a menos que, segu-

rança nacinal seja uma abstração inapreensível pela razão, esse assunto é de estrito interesse da segurança nacional...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Campos) — É inapreensível pela razão que um terminal bancário seja considerado item de segurança nacional, ou um computador de brinquedo, é totalmente incompreensível.

O SR. MARCONDES GADELHA — Esse sim.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Campos) — Esse sim, é o item de segurança nacional. É um produto, não é uma indústria. Há produtos de interesse para a segurança nacional. A definição de indústria, isso exigiria lei especial, pelo artigo 163. Lei Especial, o Sr. pode me citar a lei especial! Qual é a lei especial?

O SR. MARCONDES GADELHA — Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Campos) — Não há. Ótimo! Vamos passar a terminar a explicação do Senador...

O SR. MARCONDES GADELHA — Embora essa explicação suje um pouco, mas suscitado por V. Ex^e, eu tenho que explicar um pouco mais a esse respeito. Eu digo que o poder nacional está dependendo, e vai depender, nos próximos anos, agudamente da apropriação dos conhecimentos nesse setor. Só existem 5 setores verdadeiramente novos, dessa segunda revolução industrial, um é esse, a informática, talvez o mais importante, depois a engenharia genética, a oceanologia, a ciência espacial, e a ciência dos novos materiais. Só nesse campo é que não há ainda o assentamento de verdade definitiva. Países mais avançados, ainda estão tateando, ainda estão buscando. É tanto, que existem essas variedades enormes de computadores. É tanto, que existem pesquisas e indefinições no campo da biologia molecular, enfim esses setores é que estabelecerão a segunda revolução industrial. Nós chegamos atrasados à primeira. Nós perdemos, e por isso, somos pobres, e por isso, vivemos em conflitos internos, e por isso, temos desagregação social, porque, onde falta pão, todos brigam, e ninguém tem razão. A pobreza é um fator de desagregação social a falta de conhecimento, o atraso, enfim, digo se nós não conseguirmos fazer um esforço concentrado, mesmo desprezando todos os outros setores do que Mauport(?) chama a aeronáutica, mesmo que nós venhamos a desprezar todos os outros setores, se nós não nos concentrarmos nesse setor, daqui por diante, em 10 anos, nós estaremos na idade da pedra lascada, em relação a outros países, e os saltos serão inimagináveis, e todo o poder nacional hoje centrado, sobre o domínio de outras técnicas vai ruir como um castelo de cartas.

É essa a ligação com a segurança nacional. Mas eu só queria fechar as minhas indagações ainda com o reverso das observações de V. S^e: V. Ex^e acusa as empresas nacionais de buscarem favores, de terem tratamento diferenciado, de viverem na saia das autoridades, e no entanto, citou aqui, dois exemplos de fracasso, a joint venture, no caso da Coencisa e a Philco-Ford e diz que, por exemplo, que a Coencisa teve problemas porque não teve a aprovação, não teve o cadastramento no FINAME, e não teve aprovação pelo FINEP, não teve aprovação pelo CNPq, para importação de material. Ao que eu saiba, o FINAME, FINEP são entidades que fornecem créditos subsidiados, crédito diferenciado, dão condições adequadas, e no entanto a queixa de V. Ex^e contra empresas nacionais serve como desculpa com relação às joint-ventures, que buscaram o mesmo tipo de tratamento diferenciado. Mesma coisa com relação à Philco-Ford, que necessitava para sobreviver de uma série de planos alternativos e nenhum deles foi aceito. Suponho

que esses planos alternativos deveriam ser, de alguma forma, também, de apoio oficial. Essa empresa estrangeira teve a infeliz idéia de investir 30 milhões de dólares em uma fábrica de circuito integrado no Brasil, só faltou completar o prazo, tendo a infeliz idéia de se jogar no meio de 120 milhões de botucudos com a intenção de ajudar o País e foi destratada, foi perseguida e teve as suas idéias, propostas tão generosas, afinal de contas, jogadas ao descaso.

De qualquer forma, sinto neste depoimento de S. S^a uma provocação ao estudo, ao debate, à discussão, embora, insisto, nele tenha sido colocado já num nível excessivamente passionado como se fosse de sua exclusividade o conhecimento da verdade.

O SR. J.C. MELLO — V. Ex^a citou FINAME, FINEP que são mecanismos normais de financiamento de pesquisa, financiamento de vendas que qualquer empresa brasileira tem direito de usar.

Quando citei que a SEI impediu que a COENCISA tivesse acesso a isso, não foi uma afirmativa leviana. Tanto não foi que passo às mãos do Sr. Presidente desta Comissão uma declaração do Dr. Gilberto Job, ex-Presidente da COENCISA, fazendo essas afirmações. Ela está toda rubricada.

Quanto a eu ser o exclusivo dono da verdade, absolutamente, se dei essa impressão quero me desculpar perante V. Ex^a mas, não foi descrito em tom passionado. Vivi muitos anos na França, seis anos, não sei quantos na Inglaterra, não sei quantos mais nos Estados Unidos. Assisti muitos debates de Comissões do Senado e da Câmara pela televisão, como é lá, conforme os Srs. conhecem, e estou fazendo aqui o que vi muitos americanos, muitos ingleses e muitos franceses fazem: nas comissões técnicas dos seus respectivos congressos. Estou sendo autêntico, estou dizendo o que penso. Esta oportunidade é uma excelente oportunidade para dizer o que penso, não posso vir aqui ser genérico, falar sobre a importância da informática, todos nós estamos bastante conscientes da importância da informática. Esta Comissão está reunida por causa disso e outras certamente se reunirão por causa disso. Em absoluto sou dono da verdade. Sou um especialista. Em 1952, pela primeira vez, entrei em um computador, entrei literalmente dentro de um computador, tenho acompanhado as tendências. Vejo todos os conflitos que existem e principalmente os que existirão no futuro. Nesse período de uma ou duas horas que estamos reunidos aqui, o gap entre nós e a tecnologia de informática aumentou. Isso eu vejo, isso eu sinto na carne ou, me desculpem, mas, eu adquiri até essa possibilidade de sentir no sangue isso. Por isso é que estou sendo autêntico e não, desculpe V. Ex^a, passionado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Campos) — Passo a palavra ao nobre Senador Severo Gomes.

O SR. SEVERO GOMES — Gostaria de voltar sobre algumas questões que já foram objeto aqui de debates mas que não foram suficientemente esclarecidas.

V. S^a disse que não existe nenhuma pressão americana com relação à política de informática brasileira. Mas mais do que isso, quem tiver oportunidade de ler o número de dezembro do jornal de V. S^a, poderá notar que V. S^a não se conforma com o fato de o Governo americano não interferir na política brasileira de informática. Não só se conforma com isso como instiga empresários, leitores desses jornais, a fazerem pressões contra o Governo americano para que o Governo americano venha a se intrometer na Política de Informática Brasileira.

Textualmente esse número de dezembro diz:

"O computador APLE está perdendo milhões de dólares anualmente no Brasil por causa da omissão do governo americano na medida em que ele não faz

nada para salvaguardar os interesses das empresas americanas neste País".

Quer dizer, V. S^a instiga, identifica os interesses americanos, se identifica com eles evidentemente e lamenta que isso não ocorra.

Podemos encontrar textos semelhantes a este em todas as publicações de seu jornal. É estranho que uma pessoa que toma essa atitude é que venha na sua conferência acusar a SEI de crime de lesa-pátria. Acho que a atitude, o mínimo que se pode dizer, é de quem vai instigar um governo estrangeiro a interferir nos negócios internos do Brasil, quer dizer, um cidadão brasileiro, está tomando uma atitude antinacional.

Mas, para emendar tudo isso, gostaria de voltar a um argumento do Senador Fábio Lucena. V. S^a reconheceu com relação à política do Conselho de Segurança da SEI, houve uma mudança muito grande mas nada obstante a sua coerência bem inaceita.

Ora, nesse número de 1977, quero repetir aquilo que foi dito pelo Senador Fábio Lucena, em que o Sr. defendeu o desenvolvimento de uma tecnologia nacional e mais, "Desenvolver o nosso próprio Know-how de compreendê-lo quando necessário com técnicos trazidos do exterior, mas jamais através de associação com empresas estrangeiras".

Ora, no início da sua conferência de hoje, V. S^a acusa a SEI e diz espantado dizendo que a atual é tão xenófoba, que nem sequer Joint ventures admite. V. S^a admite Joint ventures e acha que a SEI hoje é xenófoba porque nem Joint ventures admite.

Ora a publicação de V. S^a no rodapé, V. S^a se qualifica como um especialista em negócios em joint-ventures e dá o seu endereço na Avenida Prestes Maia.

A minha pergunta é a seguinte. Aqui no início do debate V. S^a, ajudado, acolitado pelo Sr. Presidente da Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Campos) — Rejeito essa insinuação.

O SR. SEVERO GOMES — V. Ex^a está sempre colaborando com o expositor, ajudando em argumentos e tumultuando até o debate todo.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Campos) — Estou colaborando, fazendo respeitar a Constituição, que foi a coisa mais ignorada neste debate.

Ninguém comparou as iniciativas da SEI com a Constituição, fui o único. Acho que a função de um Senador...

O SR. SEVERO GOMES — Aliás, V. Ex^a... que essa Constituição foi votada, quando, ela não foi aqui, V. Ex^a sabe disso?

O SR. PRESIDENTE (Roberto Campos) — Como não foi?

O SR. SEVERO GOMES — A Constituição foi outorgada pelo Triunvirato...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Campos) — Art. 163 reproduz os itens da...

O SR. SEVERO GOMES — Não importa que ela...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Campos) — ...da Constituição de 1967, que foi votada, e se não me engano é mesmo dispositivo da Constituição de 46. Não houve inovação.

O SR. SEVERO GOMES — De qualquer maneira estou interrogando o conferencista de hoje.

O jornal foi apresentado, como não tendo nenhuma necessidade de obedecer às leis brasileiras, tratava-se de

um jornal americano. Ora, o seu jornal diz, com escritórios também na Avenida Prestes Maia, não indica qual é o seu endereço nos Estados Unidos. Acredito que é muito difícil para se editar um jornal nos Estados Unidos, é preciso que se obedeça alguma regra.

A minha pergunta é a seguinte, o seu jornal é editado, publicado no Brasil ou nos Estados Unidos? Se nos Estados Unidos, qual é o seu endereço? Ele obedece às leis americanas ou às leis brasileiras? No meu entender ele está voando entre o Brasil e os Estados Unidos. O único endereço que temos é aquele em que indica onde se deve fazer o pagamento da assinatura anual dessa publicação.

Ora, essa é uma questão importante. Quer dizer, um jornal que eventualmente possa ser editado no Brasil, essa é uma questão, ele é publicado, ele é impresso no Brasil ou ele é impresso nos Estados Unidos?

Segundo, se ele é impresso nos Estados Unidos, por que razão ele não tem endereço? Sua empresa tem endereço? Esse jornal é impresso nos Estados Unidos, tem o local para ser identificado ou ele pura e simplesmente não seria uma coisa nem outra, estaria mais inciso dentro do capítulo, vamos dizer, de uma pirataria; jornalística do que realmente de um processo de informação e responsabilidade; porque se ele não é responsável no Brasil, dentro das leis brasileiras, ele é responsável lá. Essa é a primeira questão. A segunda é se V. S^a entende que esse tipo de instigação, para que o Governo americano interfira, é uma atitude correta para um cidadão brasileiro. Eram essas as questões.

O SR. J. C. MELO — Quanto à primeira pergunta, eu devo dizer que o número que está saindo amanhã em São Paulo já muda de nome e tem o rodapé diferente; ele muda de nome porque passa a ser **Weeklettes ou South America Computer Business** ele vai, a partir de amanhã, cobrir a América do Sul inteira. Aproveitamos a mudança, inclusive o número de páginas é aumentado inclusive a sua diagramação. Mudamos o rodapé, onde estão três endereços, o endereço dos Estados Unidos para assinatura nos Estados Unidos, o endereço de São Paulo, na avenida Prestes Maia, para a assinatura em toda América do Sul e o endereço de Londres para assinatura no resto do mundo. De modo que o Senhor terá o prazer de receber amanhã, no máximo até depois de amanhã, já esse novo **Weeklettes ou South America Computer Business**.

Quanto aq^o fato em que o Senhor falou em insinuação, eu discordo totalmente, eu não insinuo nada, eu informo. Quando eu comecei a fazer o Weekletter disseram-me que eu não teria informações para publicar porque nenhum associado da ABICOMP me daria alguma informação, inclusive eu enviei 22 perguntas, 22 cartas para a SEI e não tive o prazer de receber nenhuma resposta dela. Evidentemente pensavam que se eu não tivesse resposta às minhas perguntas, seria impraticável publicar o tablóide, eles saíram assim mesmo. Eu não insinuo, eu não preciso de resposta, informo: eu não insinuo, Ex^a, eu informo, eu informo porque existe uma briga nos Estados Unidos entre o Departamento do Estado e Departamento do Comércio, conforme eu já informei.

Agora, eu vou ser muito franco como eu estou sendo aqui, muito aberto, muito franco, porque ei devo ser muito franco e muito aberto com os Senhores; se o governo americano ajudar a acabar com esta atual Política Nacional de Informática, e se eu tiver oportunidade de instigar, eu instigo, Ex^a. Eu assumo o compromisso. Desculpem, eu instigo não, há revista para isso..

O SR. PEDRO SIMON — (fora do microfone.)

O SR. J. C. MELO — Então os Srs. não querem que eu dê aquela resposta do Luiz Carlos Prestes. Por quê? Porque as empresas americanas não tem nenhuma dúvida a respeitando que vai acontecer aqui, elas são especialistas, elas estão há 30, 40, 50 anos, aqui nós não te-

mos isso, nós não temos esse caldo aqui no Brasil. Toda indústria nacional surgiu...

A SR^a CRISTINA TAVARES — E esse apoio do Ministério das comunicações?

O SR. J. C. MELO — Eu não, eu acho que V. Ex^a teve excelente oportunidade na semana passada em perguntar isso ao próprio Senhor Ministro das Comunicações; eu não respondo pelo Ministério das Comunicações. Muito pelo contrário, se V. Ex^a me permite, está aqui o Dr. Rômulo que conhece do negócio; há alguns anos atrás eu e Sr. Ministro Haroldo de Mattos tivemos uma discussão, exatamente por causa de Política Nacional de Informática e somos inimigos até hoje...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Campos) — E se a instigação fosse para que a Constituição brasileira fosse cumprida. Isso seria considerado um ato de ofensa à soberania nacional? Se a instigação fosse simplesmente isso: a Constituição Brasileira deve ser cumprida.

Tumulto

O SR. J. C. MELO — Mas eu não pedi, Ex^a! Quem disse que eu pedi foi S. Ex^a o Sr. Senador, que eu respeito muito.

O SR. SEVERO GOMES — V. Ex^a disse que se fosse necessário para mudar, que o Senhor recomendaria.....

O SR. J. C. MELO — Se fosse necessário, eu iria examinar o assunto profundamente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Campos) — Muito bem, nós temos a hora já avançada e ainda temos alguns oradores inscritos...

(Tumulto)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Campos) — Se o nobre Senador quer embarcar num concurso de ironias, eu acho que ele sairá perdendo.

O SR. J. C. MELO — Permita-me uma coisa, Sr. Presidente. Eu não respondi bem a pergunta do Sr. Senador Severo Gomes. O Sr. me perguntou primeiro em relação ao endereço, eu já expliquei o novo nome e os três endereços vão sair, etc. Agora eu queria explicar ao Senhor que a revista é editada no Brasil e impressa e distribuída nos Estados Unidos.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Campos) — Passemos agora ao próximo orador inscrito, Deputado Odilon Salomoria.

Antes de lhe dar a palavra eu pergunto se ele consente que eu formule algumas observações sobre uma intervenção que fez ontem na Câmara dos Deputados, em que ele me cita nominalmente. Eu acho que eu tenho um direito de formular comentários.

O SR. ODILON SALMORIA — Com todo o direito.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Campos) — Muito Obrigado, Sr. Deputado.

O seu posicionamento ontem, na Câmara dos Deputados, é totalmente inaceitável. V. Ex^a se arrogou o monopólio do patriotismo e declarou, citando-me nominalmente, que aqueles que não se conformam com a atual política de informática, que eu considero impatriótica, estão a serviço de interesses estranhos. De duas uma, ou V. Ex^a prova essa asserção, ou eu peço que se dispõe de suas imunidades parlamentares para que eu possa processá-lo por injúria, calúnia e difamação.

Não é aceitável num nível civilizado de debate entre Senadores e Deputados que se impugne o patriotismo de outrem. E quero dizer a V. Ex^a que quando ainda era provavelmente um jovem nas crises de puberdade, eu criava no BNDE, em agosto de 1958, o primeiro grupo

de aplicação de computadores, do qual nasceram as primeiras idéias sobre a indústria de computador no Brasil. Considero, portanto, insolência de V. Ex^a insinuar que em expressando uma opinião diferente da sua, eu não estaria servindo ao interesse nacional. Eu tenho o direito de expressar uma opinião diferente da sua, V. Ex^a não tem o monopólio de patriotismo, e eu não aceito esse tipo de patrulhamento ideológico.

Segunda observação: V. Ex^a cita estatísticas erradas, V. Ex^a, para comprovar a eficácia da SEI na promoção da indústria, diz que o valor da produção da informática em 1983 foi de 700 milhões de dólares: totalmente incorreta. Na realidade, o efeito da política da SEI foi de reduzir de 1982 para 1983 o faturamento da informática, ela caiu de 592 milhões de dólares em 1982 para 560 em 1983, quase caso único mundial, porque essa indústria está se expandindo em todo o mundo. Nossas exportações, que eram em 1983, de 212 milhões de dólares caíram para 170 milhões de dólares; V. Ex^a devia se municiar melhor de estatística, particularmente quando adota um ânimo acusatório.

Terceiro: V. Ex^a está desinformado quanto aos modelos internacionais, ao dizer que o Brasil adota modelo japonês, incorre em erros; isso foi absoluta e abundantemente demonstrado pelo Dr. J. C. Melo. Muito obrigado.

O SR. PEDRO SIMON — Peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Campos) — Têm a palavra, para uma questão de ordem, o nobre Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON — Desculpe-me V. Ex^a. V. Ex^a é o Presidente desta Comissão, mas há um aspecto que precisa ser lembrado. V. Ex^a tem que caracterizar quando é o Presidente da Comissão e quando é o Senador que fala. V. Ex^a foi acusado, da tribuna da Câmara dos Deputados, então V. Ex^a tem o direito de usar a tribuna do Senado e a tribuna do Congresso Nacional para se defender; aliás, também citado nominalmente, um Senador do Partido de V. Ex^a foi para a tribuna do Senado e fez referências que claramente dizem respeito a V. Ex^a, mas lá na tribuna. V. Ex^a não pode, nessa altura, estar usando da Presidência dos trabalhos para responder a um discurso que foi feito na tribuna da Câmara. V. Ex^a precisa usar a sua prerrogativa de usar a tribuna do Senado, ou a tribuna do Congresso Nacional. V. Ex^a ainda há pouco disse, com referência ao Senador Fábio Lucena, que ele estava se referindo a outros fatos que não eram objeto da conferência do palestrante, e V. Ex^a agora, de uma hora para outra, se dirige e faz a sua autodefesa num momento em que não é acusado.

Aliás, diga-se de passagem, com o maior respeito a V. Ex^a, talvez pelas posições importantes que tenha tido lá fora, V. Ex^a ainda não se adaptou à vida legislativa, porque V. Ex^a é o único Presidente de Comissão, que eu tenho conhecimento no Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados e no Senado, que quando usa para falar, expor o seu pensamento, não abandona a Presidência e não vem para o plenário na condição de igualdade com todos. Isso qualquer Senador, de qualquer partido, e qualquer Deputado de qualquer partido faz. No entanto, V. Ex^a é useiro e absolutamente acostumado a permanecer na tribuna, e usando a Presidência, e usando a cadeira de presidente, fica na situação de absoluta superioridade com os demais. E é muito interessante que V. Ex^a quando quer expor, defender as suas idéias, e é normal que seja isso, não tenho nada a opor, mas que permitisse que o Vice-Presidente assumisse a Presidência da Comissão, e V. Ex^a viesse para o plenário para, em condições de igualdade, fazer o que fez. Acho que não é justo, dou a minha solidariedade ao Deputado que vai fazer as perguntas agora, ele tem condições de debater, acho que não deve nem respondê-las, porque não é hora, porque

se o Senador foi absolutamente não cumpridor do Regimento, e pede que nós cumprimos a Constituição, eu acho que, sincera e honestamente, é profundamente lamentável e eu como Senador, colega de V. Ex^a nessa Casa, temos obrigação de receber os nossos colegas Deputados da outra Casa, que o façamos bem, não de uma maneira tão desleigante como fez V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Campos) — O Nobre Senador tem razão sob o ponto de vista processualístico. Houve um erro que eu considero venial, de não ter explicado que falava como senador e não como presidente, ou então de ter cedido a presidência temporariamente ao Senador Severo Gomes. Admito um pecado venial, que eu acho processual, que eu acho muito inferior aos pecados mortais que estamos cometendo nesta Casa, violando, através do apoio à política de informática, violando a Constituição e a lei.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Odilon Salomoria.

O SR. ODILON SALMORIA — Sr. Presidente e Srs. Congressistas, sendo chamado à lide pelo nobre Presidente, mesmo contrariando ao Senador Pedro Simon, eu vou me permitir responder os três pontos que V. Ex^a levantou.

Primeiro, efetivamente, Senador Roberto Campos, eu não disse no meu discurso de ontem, no Pequeno Expediente da Câmara, que quem era contra a SEI, era contra os interesses nacionais. Eu disse que V. Ex^a, que a história já nos tem mostrado, dos seus interesses aos interesses estrangeiros, alienígenas.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Campos) — V. Ex^a pode provar isso?

O SR. ODILON SALMORIA — Inclusive, eu me disponho das minhas imunidades parlamentares, conforme as suas solicitações.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Campos) — Eu rogo que formule por escrito essas acusações, e eu o processarei.

O SR. ODILON SALMORIA — Aí é outra coisa, eu estou mantendo o que disse ontem. Segundo lugar: quanto às estatísticas, realmente V. Ex^a tem razão quando diz que eu errei sobre o faturamento da indústria nacional da informática. Eu disse aproximadamente 700 milhões de dólares, foi exatamente 687 milhões de dólares no ano de 1983. Mantendo esse dado e realmente não são quase 700, são 687 milhões de dólares.

O terceiro aspecto que V. S^a levantou é com relação ao meu discurso na parte que se refere à identidade ou algo que eu disse, com relação ao que o Japão também protege o seu mercado de informática. Isso era um ponto que ia debater com o nobre conferencista, mas eu o antecipei para responder a sua questão. Tenho aqui um recorte do jornal *Gazeta Mercantil* da semana passada, cujo título é "Tecnologia, Japão recebe advertência norte-americana". Entre outras coisas diz a nota que as autoridades norte-americanas advertiram o governo japonês de que pode esperar uma reação política e obstáculos legais se der andamento às propostas de modificação da legislação para software de computadores e serviços de telecomunicações. Isso claramente identifica que existe uma tendência do governo japonês de aumentar a sua proteção de software. E no fim da nota o representante do Assistente do Comércio James (?) classificou os planos japoneses de controlar o software como um passo para trás, e disse que a proposta de liberalizar o sistema de telecomunicações não chegou ao nível que queremos. Para mim está claro que existe um controle, um cuidado do governo japonês na parte de telecomunicações. Isso já prova que efetivamente o governo japonês já tem um cuidado com a indústria de informática e de telecomunicações.

Terminando, então, esse aspecto que V. Ex^e levantou, com relação ao meu discurso de ontem, eu gostaria de entrar no tema do debate de hoje, aqui na Comissão de Economia. Primeiramente, está existindo mais acentuadamente, a partir de dezembro do ano passado, um bombardeamento, quase que um complô contra a Política Nacional de Informática, contra a SEI — Secretaria Especial de Informática. Vem bomba de todos os lados, isso mais acentuadamente a partir do momento em que se iniciou o récuso parlamentar, a pressão contra a SEI.

Essa questão é efetivamente clara; começou a pressão contra a política de informática e, em via de consequência, contra a indústria eminentemente nacional, a partir do momento em que ela começou a atingir níveis tais e começou a prejudicar os interesses das indústrias multinacionais que operam no País. Isso quer dizer que: a reserva de mercado hoje é apenas mantida para os pequenos níveis, para microcomputadores e minicomputadores. Então, dentro da escala de 1 a 6, que é adotada pela SEI, só existe a reserva de mercado para as escalas 1, 2 e 3, para os grandes computadores não existe reserva de mercado, está livre. Tanto é que a indústria multinacional faturou em 1982 quase um bilhão de dólares aqui no Brasil. A reserva de mercado é para as pequenas faixas, para micro e minicomputadores.

Mas o que ocorre verdadeiramente é que a evolução tecnológica está fazendo com que esses pequenos microcomputadores estejam entrando no campo dos grandes computadores. Senão vejamos: o computador que há 15 anos tinha, por exemplo, na Universidade de São Paulo, que depois surgiu o "patinho feio", ou os computadores já instalados no Brasil, a capacidade daqueles computadores equivale à capacidade dos microcomputadores, desses pequenos computadores que o Brasil domina muito bem a sua tecnologia. Então, o que está acontecendo? Os microcomputadores estão subindo e entrando na faixa e destronando os grandes computadores. A partir desse momento, efetivamente, passou a se preocupar a grande empresa multinacional, e passou a bombardear a política de reserva de mercado; e se abrir efetivamente, é a decretação da falência da nossa pequena indústria nacional de informática.

Com relação à exposição do palestrante J. C. Melo, eu gostaria que me informasse — V. S^e falou que sairia na Folha de S. Paulo, não pude entender direito, uma relação das 30, 40 empresas, os piratas, os ladrões, seria mais ou menos isso?

O SR. J. C. Melo — Toda quinta-feira é publicado no *Newsletter*. Amanhã vai sair uma relação de acordo com o FBI e quais as empresas que estão praticando isso.

O SR. ODILON SALMORIA — Então é o FBI que está fornecendo isso?

O SR. J. C. Melo — O FBI, o (?)DECA, que é essa agência do FBI para proteger a tecnologia americana. O que o DECA faz é convidar presidentes e diretores de empresas de alta tecnologia, em todos os setores, e fazer palestras como defender a tecnologia.

O SR. ODILON SALMORIA — Então, Sr. J. C. Melo, amanhã vai sair uma relação fornecida pelo FBI das 30, 40 empresas brasileiras piratas?

O SR. J. C. Melo — Contra as quais as empresas estrangeiras devem se precaver.

O SR. ODILON SALMORIA — Tem um aspecto que eu gostaria de ressaltar para os nobres Senadores e Deputados. Admitamos, vamos partirmos do pressuposto de que o FBI — e que o Senhor como porta-voz do FBI, através do seu jornal — tem razão, que existem 30 empresas nacionais que estão roubando tecnologia. Mas

acontece que a indústria nacional de informática tem mais de 100 empresas. Por causa de 30 empresas V. S^e não pode generalizar que todas são piratas.

O SR. J. C. Melo — As 30 ou 40 maiores.

O SR. ODILON SALMORIA — São 30, mas nós temos 100. Segundo o seu raciocínio, existem 70 ou 80 empresas mais que são honestas. São essas que nós estamos defendendo.

O SR. J. C. MELO — Mas estas, é importante dizer, não estão na lista do FBI.

O SR. ODILON SALMORIA — Que não são piratas, Sr. Melo. São essas 70, 80 empresas que nós temos que proteger. Depois faço a pergunta para V. S^e. Essas 80 empresas nacionais e honestas que nós temos que proteger.

O SR. J. C. MELO — Permite-me V. Ex^e um aparte?

O projeto do Senador Roberto Campos dá as seguintes coisas, por um período de 10 ou 15 anos — se não me falha a memória — para as empresas nacionais: isenção de IPI, isenção de ICM, isenção de Imposto de Renda, isenção de Imposto de Importação nos artigos fixos do maquinário da empresa; proteção de 300 a 400% se considerarmos tudo. V. Ex^e vai me desculpar a franqueza, se alguém precisar de mais do que isto não é indústria, é outra coisa.

O SR. ODILON SALMORIA — Correto, Sr. Melo. Mas o que eu estava dizendo não é o que V. S^e disse. Eu quero dizer que a defesa da reserva de mercado deve ser, e é, para essas 80 empresas honestas.

O SR. J. C. MELO — Permite-me V. Ex^e um aparte?

O SR. ODILON SALMORIA — Eu permito, se me deixar concluir o raciocínio nesse aspecto.

O que ocorre com relação a essas empresas que V. S^e diz que roubam, que fazem pirataria? A própria SEI, os próprios organismos dentro do País têm que ir lá ver, verificar e punir os culpados. O que V. S^e está propondo e o nobre Senador, em vias de consequência também, é que nós, porque existe corrupção no Ministério, por exemplo, demos um golpe de Estado. O que nós temos que fazer é tirar o Ministério. A mesma coisa nesta Casa, não podemos pegar o particular pelo geral. Vamos tirar esse seu argumento da pirataria e de roubo do nosso raciocínio, porque ele é invérídico se a minoria realmente está fazendo isso.

O SR. J. C. MELO — V. Ex^e é quem está dizendo que é minoria.

O SR. PEDRO SIMON — (Fora do microfone)... eu pediria atenção ao apelo que S. Ex^e fez para que ele interviesse aqui. Já é um inicio de ação correspondendo ao apelo feito pela interveniência? Começa amanhã a operação?

O SR. J. C. MELO — Permite-me V. Ex^e um aparte?

O SR. ODILON SALMORIA — Com prazer.

O SR. J. C. MELO — Eu sou considerado por alguns irreverentes, mas gostaria de dizer que eu sou franco, eu sou estupidamente franco. Eu estou notando um certo radicalismo nessa Comissão. A indústria de informática é importante e suficiente para ser examinada em profundidade durante um bom tempo, e absolutamente sem nenhuma idéia preconcebida. Eu tenho opiniões de como defender isso, por coincidência, o Senador incorporou em seu projeto de lei muitas dessas opiniões, aliás já estavam lá incorporadas quando eu as li.

Eu não creio que se essa Comissão continuar com esse aparente radicalismo, que o Brasil vá ganhar alguma coisa com isso. Vejam bem, houve aqui uma discussão de

meia hora a respeito de onde foi publicada a *Newsletter*, como se isso fosse importante para a política nacional de informática. É totalmente desimportante para a política nacional de informática. Procurou-se atingir, através de uma publicação que seria publicada aqui ou nos Estados Unidos, se eu estou ou não infringindo alguma coisa da Lei de Segurança Nacional. Isso é totalmente irrelevante, meus Senhores. Eu vim aqui de coração aberto, com a franqueza que me é peculiar, procurar colaborar com essa Comissão que está preocupada com o assunto. É isso que eu quero continuar fazendo. Quando eu fiz uma pergunta: se com 300 ou 400% mais isenções de tudo aquilo essa indústria não é protegida, eu não entendo. Se alguém disser que não é, é porque existe radicalismo na outra parte.

O SR. ODILON SALMORIA — Sr. J. C. Melo, eu concordo com V. S^e em certos aspectos. Mas eu estou levantando justamente os aspectos com os quais eu não concordo com V. S^e. O que ocorre, inclusive a formação da Comissão eu não sei como é que ela foi formada, não sei quais foram os critérios adotados para convidar V. S^e, que aliás é conhecedor do assunto. Mas isso não me cabe analisar, isso é problema do Senado. Aliás, eu quero deixar registrado o meu agradecimento pela Comissão de Economia do Senado ter dado a nós Deputados a oportunidade de participar dessa discussão, que é fundamental, e acredito para o futuro desse País.

Continuando, nobre depoente, eu gostaria de ressaltar nessa questão de tecnologia, que nós falamos sobre a questão da proteção que o Japão faz na sua tecnologia. É que o Brasil, efetivamente, não precisa dominar a tecnologia da última palavra em computador que foi descoberto nos Estados Unidos. Nós precisamos dominar a nossa tecnologia do arroz com feijão aqui. É o que a indústria nacional de informática está fazendo, são os microcomputadores, é o que nós temos capacidade — e como disse V. S^e — e dinheiro para fazer. Para isso nós temos dinheiro e capacidade e estamos fazendo. Mas não precisamos ter, e efetivamente não temos, dinheiro nem tecnologia também, para fazer a última palavra em termos de computador, que foi descoberto nos Estados Unidos. Para isso nós não temos, mas o que nós temos condições estamos fazendo, mantida a reserva de mercado, nós vamos avançar mais dentro desse espaço, dentro desse avanço tecnológico.

Com relação ao que V. S^e levantou, que não existe pressão do governo americano para alterar a política de informática, eu tenho um recorte aqui, ocasionalmente estava com ele, de 16 de março de 1984, semana passada, da *Gazeta Mercantil*, dizendo o seguinte:

"A reserva de mercado na área de informática foi abertamente felicitada ontem pelo vice-representante do comércio dos Estados Unidos, Michel Smith, que durante três dias chefiou a delegação norte-americana."

Mais à frente, o Sr. Michel diz o seguinte:

"Vou destacar que a comunidade empresarial do seu País está preocupada com a incerteza das leis informáticas e sua aplicação casuística. O alto funcionário norte-americano acrescentou que seu governo — portanto governo americano — está seriamente preocupado com os efeitos que o sistema de investimento no Brasil pode ter sobre as aspirações legítimas do comércio desse País."

Mais à frente ainda:

"O vice-representante do comércio dos Estados Unidos disse que seu governo — o governo americano — já informou por duas vezes, em outubro e agora nessa reunião, que estamos bastante interessados no sistema de informática brasileiro. Mas também, por duas vezes, expressou sua preocu-

pação com a reserva de mercado, com o tratamento dado ao investimento, etc."

Isso prova também que o governo americano está interessado e está se envolvendo, porque V. S^e não vai querer que Reagan vá a uma cadeia nacional de televisão, nos Estados Unidos, e diga que é contra a reserva de mercado do País. Não por isso, mas por outras certas coisas, nós podemos aprender que efetivamente o governo americano, as empresas americanas, estão interessadas em acabar com a reserva de mercado e assim acabar com a Indústria de Informática Nacional.

Outro aspecto que eu gostaria de contestar...

O SR. J. C. MELO — V. S^e me permite? Eu gostaria de ir respondendo às perguntas de V. Ex^e na medida em que fosse possível. Vou responder a essa de pressões norte-americanas. Já historiei a guerra que existe nos Estados Unidos, no Departamento de Comércio e no Departamento do Estado. O que seria pressão norte-americana? A pressão norte-americana normal seria uma empresa norte-americana fazer uma petição ao *Office for special negotiation*, da Casa Branca, pedindo que ela interferisse. Ele teria que aplicar o *Trade Act*, e simplesmente fazer uma petição ao GATT, pedindo negociações de país a país, na esfera do GATT, a respeito da reserva de mercado. Então, eu não tenho a impressão de que não existem pressões norte-americanas, eu tenho a prova de que não existem pressões americanas. O que eu tenho aqui é uma carta do GATT a mim dirigida, de 8 de março, dizendo que simplesmente até agora os Estados Unidos não fizeram nenhum pedido à Secretaria-Geral do GATT...

O SR. ODILON SALMORIA — Eles não têm nada formal.

O SR. J. C. MELO — Não, não têm nada formal, mas V. Ex^e disse que existem pressões e eu estou provando com documento oficial que não existem pressões.

O SR. ODILON SALMORIA — E eu estou provando com informações de gente ligada ao Governo...

O SR. J. C. MELO — Absolutamente, não concordo não. O meu é um documento oficial.

O SR. ODILON SALMORIA — Ah! vai ser impossível eu conseguir um documento do Presidente dos Estados Unidos...

O SR. J. C. MELO — V. Ex^e poderia ler esta frase aqui? Essas três últimas linhas.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Campos) — Não houve queixa neste caso de nenhuma parte contratante. E, portanto, a matéria não foi discutida.

O SR. J. C. MELO — Esta é a prova oficial, porque a única pressão que o Governo americano poderia fazer, pelo menos a única pressão legal, seria pedir ao GATT a discussão com o Brasil, na esfera do GATT, sobre a reserva de mercado.

O SR. ODILON SALMORIA — Sr. Melo, eu acabei de lhe dizer que realmente está se sentido, e o Senhor disse que tem um faro em determinadas coisas, e eu tenho outro também, a pressão está começando a se sentir. Mais violentamente a partir de dezembro.

O SR. J. C. MELO — Esta pressão que o Senhor está falando não foi a partir de dezembro. É que o projeto de lei da Deputada Cristina Tavares esteve muito em discussão no fim do ano, e isso agitou muito o aspecto político. Tanto que quase foi à votação na Câmara se o Líder do PDS, muito acertadamente, não tivesse negado a urgência ao projeto.

O SR. ODILON SALMORIA — Sr. Melo, eu gostaria então de dizer ao Senhor que pode ir me aparteando, se quiser.

O SR. J. C. MELO — Pois não.

O SR. ODILON SALMORIA — O Senhor falou em central...

O SR. J. C. MELO — Central Computadorizada de Comutação — Telex.

O SR. ODILON SALMORIA — Disso realmente nós não precisamos, o Senhor disse que nem daqui a 10 anos.

O SR. J. C. MELO — Mas V. Ex^e está mal informado a respeito da reserva de mercado, ela não atinge somente os míni e micro, ela atinge míni, micro, office automação, bank terminal, terminais bancários.

O SR. ODILON SALMORIA — Bom, dentro da escala adotada pela SEI de 1 a 6...

O SR. J. C. MELO — Não, mas o Senhor está falando numa escala que não existe em termos de reserva de mercado. Principalmente está estrangulando todo o Ministério de Comunicações, porque atinge também a micro-eletrônica...

O SR. ODILON SALMORIA — E nós já tivemos ocasião de ouvir na outra sessão.

O SR. J. C. MELO — Então não são micro e míni, absolutamente, não concordo com o Senhor. Na prática é quase tudo.

O SR. ODILON SALMORIA — Mas são micro e míni.

O SR. J. C. MELO — Absoluto, a IBM tem o 4381, que é um computador médio, e até agora não consegue aprovação de fabricação no Brasil.

O SR. ODILON SALMORIA — É micro ou míni?

O SR. J. C. MELO — Está acima do supermíni, é o 4381. Está denunciado num dos números de *Newsletter*, cujo número entreguei ao Presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Campos) — Dado o adiantado da hora, e ainda há dois oradores inscritos, que não sei se dado o adiantado da hora não renunciarão ao debate, peço-lhe ser breve.

O SR. ODILON SALMORIA — Serei breve, Senador Roberto Campos, infelizmente não posso concluir, estou dando os apertos aqui ao depoente...

O SR. J. C. MELO — Acho que é exatamente isso que tem que ser feito.

O SR. ODILON SALMORIA — Eu endosso suas palavras. Aliás, começamos tarde e acredito que não tenha importância que acabemos um pouquinho tarde. Mas eu vou tentar ser breve.

Nós não queremos construir aqui, e nem tem reserva de mercado, nós construímos os grandes computadores, como eu já havia dito, a SINDACTA, por exemplo, precisa de um computador para o controle do tráfego aéreo, é permitido, ela importa. A SEI dá essa autorização. E, por exemplo, nós não precisamos deter essa grande tecnologia, para grandes computadores, para grandes máquinas. Isso é um dado que V. S^e conhece, a IBM entrou na área de microcomputadores nos Estados Unidos, até bem pouco tempo. A IBM entrou e fechou cem indústrias americanas. Porque ela acabou com a concorrência na área dos microcomputadores e de pequenos computadores.

Com relação Sr. J. C. Melo, à tecnologia, o Senhor disse que a reserva de mercado não gera tecnologia, isso

também não é verdade, porque foi gerada tecnologia aqui, nas nossas indústrias de informática...

O SR. J. C. MELO — Um milésimo.

O SR. ODILON SALMORIA — Se for um milésimo já foi gerado tecnologia. Então foi gerado tecnologia de 1 milésimo.

O SR. J. C. MELO — A custa de uma reserva de um mercado oligopólico nós conseguimos um milésimo.

O SR. ODILON SALMORIA — A custa, não. Uma questão de semântica. Graças à reserva de mercado. Então, o que ocorre é que efetivamente foi gerado uma tecnologia, o senhor pode ver e pode comparar, por exemplo, o grau de nacionalização dos nossos microcomputadores. O Senhor, como é crítico da reserva de mercado, vai dizer: não, no índice de nacionalização dos microcomputadores brasileiros entra até a caixa de papelão, o que efetivamente não é verdade. Porque se pegar o mesmo grau de nacionalização do computador nacional, do micro nacional, e do computador que a IBM está fabricando hoje, o grau de nacionalização do micro nacional é muito maior do que o grau de nacionalização do computador fabricado no Brasil. É esse o aspecto de transferência de tecnologia que eu só quero passar por cima, dada a observação do Senador Roberto Campos.

Sob o aspecto da nacionalização dos periféricos da indústria de computação de informática nacional é muito grande. Com relação a transferência tecnológica que eventualmente haveria, se não houvesse reserva de mercado, também é outra ilusão, Sr. J. C. Melo, porque só vou citar um exemplo. A IBM do Brasil fabricava — e isso eu disse para o Presidente da IBM na Subcomissão de Informática da Câmara dos Deputados — a IBM do Brasil fabricava, em 1975, fitas para computadores, aqui no Brasil. Ai porque acharam que o disco era efetivamente é, jogou para obsolescência a fita. Pois bem, a IBM parou de fabricá-la aqui no Brasil. Mas o Brasil continua tendo necessidade de ter esta fita para computadores, principalmente mais ainda quando nós começamos a nossa incipiente indústria nacional de informática. Pois bem, quando nós tivemos necessidade de fabricar essas fitas, tínhamos zero de tecnologia. Isso significa o quê? Significa que a IBM fabricava aqui e não transferiu nada de tecnologia. Estou dando o exemplo da fita. Não sou expert em informática. Mas por isso pode-se deduzir outras coisas.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Campos) — A hora está avançada.

O SR. ODILON SALMORIA — Só duas observações: não existe, — e isto é aspecto importante, volto para aquele argumento estatístico, que o Senador contestou — não existe nenhuma reserva de mercado aqui, num País como o Brasil, que consiga faturar quase 700 milhões de dólares. Não existe reserva de mercado que consiga faturar 687 milhões de dólares em 1982. E a última observação eu faria para o Senador Roberto Campos V. Ex^e citou a Constituição várias vezes e a Lei 4.131, que, se não me engano, se refere ao monopólio.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Campos) — A Lei de Remessa de Lucros, do tempo de João Goulart, que foi reformulada em 1964. Não tem a ver com o monopólio. O monopólio é 4.137.

O SR. ODILON SALMORIA — V. Ex^e queria se referir a lei, citou algumas vezes, e eu não sabia o que era a lei...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Campos) — O art 2º da Lei 4.131 proíbe discriminação entre empresas em função do capital. Só podia ter sido revogada por outra lei, e está sendo tripudiada por atos normativos, como a Constituição está sendo tripudiada pela invasão estatal, inconstitucional.

O SR. ODILON SALMORIA — Naquela reunião que o Ministro das Comunicações fez seu depoimento, V. Ex^e também levantou este problema constitucional, que a SEI está legislando por portaria e decretos, V. Ex^e também levantou a questão do monopólio, que a Lei 4.137...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Campos) — De 10 de setembro de 1962. Lei de João Goulart.

O SR. ODILON SALMORIA — O que ocorre é que efetivamente é preciso institucionalizar a reserva de mercado. Com relação a isso, V. Ex^e tem razão.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Campos) Perdoe, Deputado, mas se pega a moda de as entidades estatais violarem a lei e a Constituição, e depois quererem sancionar as suas violações, este País não terá jamais um regime legal. Antes de iniciar as violações legais, o Congresso deveria ter sido consultado e submetido ao Congresso um esboço de uma política de informática, para o Congresso sancioná-la ou rejeitá-la. Criar fatos consumados por violações da lei e da Constituição e subsequentemente pedir ao Congresso uma legitimização dos desvios é algo que me parece extremamente perigoso para a nossa sociedade, se a queremos democrática. É um típico caso autoritário criar fatos consumados e depois propor ou forçar mesmo, por diferentes expressões, uma legitimação do desvio.

O SR. ODILON SALMORIA — Nobre Senador, finalizando, quero lhe dizer que realmente queremos uma sociedade democrática, e tenho quase a certeza de que vamos, através de uma lei, institucionalizar a reserva de mercado. Muito obrigado pela oportunidade de participação.

O SR. J. C. MELO — Eu não creio que seja o caso de institucionalizar uma reserva de mercado em lei. O Brasil assinou esse compromisso com o GATT, o Brasil é signatário, e esse talvez seja um dos mais importantes compromissos internacionais do Brasil. E o seu art. 11 é totalmente contrário a mecanismos tais como a reserva de mercado. O que o Brasil deveria institucionalizar seria uma política nacional de informática, com proteção tarifária como é, inclusive, o mecanismo do GATT, ao qual o Brasil colocou a sua assinatura. Isso é que deveria ser institucionalizado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Campos) — Temos ainda 2 oradores inscritos e consulto a Comissão se deseja continuar ou transferir o debate para outra ocasião. Peço a opinião dos membros da Comissão.

O SR. MARCONDES GADELHA — Entendo que devemos continuar os debates.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Campos) — Eu solicitaria aos oradores restantes brevidade nos comentários. Concedo a palavra à nobre Deputada Cristina Tavares.

A SR. CRISTINA TAVARES — Sr. Presidente, diante do singular depoimento aqui prestado perante essa Comissão, eu fico em dúvida se deveria chamar o depoente de J. C. Melo ou de J. "Ci". Melo. Quero dizer que confesso a minha incompetência em assuntos que foram tratados aqui eu não tenho nenhuma tecnologia, nem do Serviço Nacional de Informações, nem do FBI. De resto as Oposições têm feito inúmeras denúncias de violações dos direitos humanos que violam também a Constituição, Senador Roberto Campos, em cuja defesa nunca ouvi sua voz se levantar, a não ser agora quando estão ameaçados os interesses do livre mercado e da empresa multinacional, de modo que quero confessar a minha impossibilidade de tecer comentários a respeito do Serviço Nacional de Informações, com quem me parece, que o depende há algum tempo teve alguma intimidade.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Campos) — A Sr^a me permite um aparte? A minha proposta de liberalização política é de 1972, escrita em um livro de parceria com o Ministro Simonsen. Há um projeto, um programa completo de descompressão política e de liberalização. De modo que V. Ex^e não pode me acusar tendo eu arriscado, àquela ocasião, o antagonismo governamental, para defender uma liberação política. Não pode me acusar de indiferença em relação aos direitos humanos. Em um único momento em que eu estive com responsabilidade governamental, no período do Governo Castello Branco, não houve violações de direitos humanos tal como se caracterizou depois; quer dizer, com abuso e violência física. A bem da verdade.

A SR^a CRISTINA TAVARES — A bem da verdade eu também queria dizer que a personalidade do Senador Roberto Campos neste País é tão forte que é pena não termos e sabermos o que ele fala e o que pensa quando está no exercício dos cargos governamentais. Mesmo como embaixador brasileiro em outros países...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Campos) — A Deputada não é assídua leitora da imprensa...

A SR^a CRISTINA TAVARES — Da imprensa internacional seguramente eu não sou.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Campos) — Não, de *O Globo* e de *O Estado de S. Paulo*.

A SR^a CRISTINA TAVARES — Nesse caso eu sou. Gostaria de dizer também que parece bastante singular mostrar que as Forças Armadas estão confundindo nacionalismo com rendosos cartórios. Eu não sei se foi exatamente por aí que um Ministro Militar foi demitido, mas esse assunto também não me diz respeito.

Quero perguntar, atendendo ao apelo do nobre Presidente desta Comissão, e serei breve nas considerações. O depoente fala de oligopólios que protegem cópias, roubos e piratarias. Tenho aqui uma correspondência em que o depoente endereça ao Ministro da Justiça, Dr. Ibrahim Abi-Ackel, em 18 de novembro de 1980, em que ele acusa Maksoud de pirataria e de roubo. Pergunto eu é uma autoconfissão, porque nessa ocasião da pirataria e de roubo o depoente tinha, parece-me, uma associação com a empresa Maksoud. É uma autoconfissão ou se exime da responsabilidade?

O SR. J. C. MELO — Excelência, novamente eu vou querer que dizer que não sou eu que estou em jogo, mas a política nacional de informática. Vim aqui discutir a política nacional de informática. Eu fui o fundador da J. C. Mello, em 1970, para fabricar computadores no Brasil, fui o iniciador de tudo isto, e é estranho que esteja sendo inquirido agora por ser contrário a isso, mas sou contrário a todos os desvirtuamentos que ocorreram da idéia inicial, da proteção tarifária com a reserva de mercado, e em 1977, depois de muita luta, com 5 mil recortes de jornais, por ordem de S. Ex^e o então Presidente Geisel, depois de uma profunda investigação do SNI, que inclusivamente está citado no meu livro, a CAPRE terminou, por fim, recebendo essa ordem para aprovar os meus termos de compromisso, ou seja, os projetos de fabricação. Logo em seguida eu fui procurado pelo Dr. Maksoud e ele fez um aumento de capital na minha empresa, que era pequena, e assumiu 60% dela e eu fiquei com apenas 40% dela. Isso foi em fins de 1977. Em princípio de 1980, nós já tínhamos trabalhado dois anos e meio juntos e devido às fortes personalidades do Dr. Maksoud e minha, nós divergimos muito a respeito de como deveria ser gerida a então J.C. Melo, e atualmente SISCO, que é a mesma empresa. Isso gerou a minha saída da empresa numa situação de briga, porque fui eu o iniciador, o fundador, idealizador, por tantos anos, eu a fiz com o meu próprio sangue, digamos assim, e foi essa situação de briga que gerou essa carta ao Ministro Abi-Ackel. Com resultado

dela eu estive no Palácio do Planalto por 6 vezes, etc. Estou dando explicações de cunho pessoal e...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Campos) — Gostaria de lembrar um ponto de ordem. Colocações de ordem pessoal, como as relações Maksoud/J.C.Melo não são relevantes para o tema dos debates que é a Política Nacional de Informática.

A SR^a CRISTINA TAVARES — Apenas porque o depoente acusa as empresas brasileiras que estão hoje na área de computação de praticarem roubo, pirataria e contrabando. E eu perguntava se, na época em que esteve associado à Maksoud, ele estaria fazendo uma autoconfissão daquilo que denuncia.

O SR. J. C. MELO — Eu não estou fazendo autoconfissão. A SISCO, como a COBRA também, praticaram a mesma coisa. Como a COBRA também. E se V. Ex^e me permite, eu próprio fiz contrabando para a COBRA quando voltei de Londres e me pediram para trazer circuito integrado no bolso, e eu trouxe. É empresa estatal.

A SR^a CRISTINA TAVARES — Sr. J. C. Melo, eu pergunto o seguinte: tão estarrucedor quanto se dizia que as Forças Armadas no Brasil confundem nacionalismo com rendosos cartórios, & V. Ex^e afirmar que a Secretaria Especial de Informática tem apresentado estatísticas incompletas e falsas.

O SR. J. C. MELO — Exatamente. Falsas. Eu não gostaria de falar agora sobre isso porque sei que um conferencista futuro passará todo o tempo da sua exposição com essas estatísticas. Incompletas porque elas são tendenciais, falam muito de míni e de micros, como eu já expliquei, sem entrar no critério de antes ou depois. O antes simplesmente não existia. De uma hora para outra começa a existir e obviamente qualquer coisa acima de zero será positiva.

A SR^a CRISTINA TAVARES — Evidentemente aqueles que se preocupam com a Política Nacional de Informática sabem que há pirataria na área de informática — o que também não é privilégio da área de informática. Eu não vi V. Sa. denunciar as piratarias na área de telecomunicações. É há pouco foi descoberto um vultoso contrabando em que estavam envolvidas empresas multinacionais, entre as quais a MEP..

O SR. J. C. MELO — ...E nacionais também...

A SR^a CRISTINA TAVARES — Nacionais e multinacionais. E veja V. Sa. que dirigir a sua ira contra as empresas nacionais e as pobrezinhas das empresas multinacionais...

O SR. J. C. MELO — Permite V. Ex^e um aparte?

A SR^a CRISTINA TAVARES — Não vou conceder aparte a V. Ex^e, porque ainda estou formulando a minha pergunta. Quero dizer que, me parece tão grave, quanto à acusação a órgãos governamentais de proteger cartórios, é afirmar que essa sua posição, como V. Ex^e respondeu ao Senador Marcondes Gadelha, é esposada, por inteiro, pelo Ministério das Comunicações. Realmente, haverá de fazer um questionamento, ainda hoje, farei uma indagação, através da Mesa da Câmara dos Deputados, se o Ministro das Comunicações concorda inteiramente com as declarações de V. Ex^e de que a quebra da reserva de mercado é necessário, e é patriótico; na área de informática como também haverá de perguntar se S. Ex^e o Ministro das Comunicações, concorda que a SEI falsifique estatísticas, que a SEI pratique pirataria. E essa informação, através da Mesa da Câmara dos Deputados, colocará então, em evidência, a real posição do Ministério das Comunicações.

O SR. J. C. MELO — Façamos um diálogo. Peço um aparte a V. Ex^e O que eu afirmei foi que o Ministério das

Comunicações e eu disse, em peso, não concorda com a atual reserva de mercado. Não afirmei que S. Ex^e Ministro das Comunicações tenha feito qualquer referência a oligopólios, a SEI, e etc. Que eu disse que o Ministério de Comunicações, em peso, não concorda com a Política Nacional de Informática, eu afirmo; e afirmo mais: S. Ex^e, o Sr. Ministro das Comunicações já mandou dois avisos ministeriais a S. Ex^e o General Danilo Venturini, sobre isso, e há mais de 6 meses não recebeu resposta a nenhum dos dois.

A SR^a CRISTINA TAVARES — Eis que V. Ex^e tem bastante intimidade com o poder, o que não é o nosso caso, da Oposição. Quero dizer-lhe que as afirmações que V. Ex^e falaria de coisas concretas, mas as que estão aqui, são inteiramente falsificadas. Essas sim, que o preço dos computadores pequenos no Brasil, são de 20 a 30 vezes o preço do internacional equivalente.

O SR. J. C. MELO — Foi isso. Absolutamente correto.

A SR^a CRISTINA TAVARES — Existem pequenos exemplos que estão custando de 1,5 a 2 vezes o preço do internacional equivalente. Existem outros pequenos exemplos que são de 20 a 30 vezes o preço internacional equivalente. São dois exemplos de extremos. Isso não é verdade...

O SR. J. C. MELO Isso é absolutamente verdade. Está provado no meu livro.

A SR^a CRISTINA TAVARES — O livro de V. Ex^e não prova a verdade. Bem eu quero dizer que V. Ex^e diz que transferir tecnologia, diga-se de passagem, não foi transferida. Qual é o seu conceito de tecnologia? Está nas pontas dos dedos? Está em montagem? Está em desenvolvimento de projetos?

O SR. J. C. MELO, — Ex^e, eu vivo com tecnologia há 30 e tantos anos. Ela está no cérebro das pessoas. Não está em desenhos industriais, não está em normas de fabricação. Ela está no cérebro das pessoas. Eu sempre disse que um bom projeto é saber gerir mentes escolhidas.

Continua-se com os aspectos pessoais, e eu não quero chegar a lamentar ter vindo a esta Comissão, como se tivesse perdido o meu tempo. Eu sou muito franco. Isto não representa desrespeito absolutamente a S. Ex^e. Mas, eu gostaria de responder exclusivamente sobre a Política Nacional de Informática.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Campos) — Talvez seja ineficiência do Presidente da Comissão, não ter impedido que grande parte deste debate se tenha orientado para questões pessoais, problemas de língua, de publicação, fontes de informação, quando é importante saber se a informação é verdadeira ou não, pouco importa a fonte. Se quiserem, para amenizar a reunião, um detalhe anedótico, eu diria à ilustre Deputada que um empresário industrial desta área me disse que o modelo atual, não é o modelo de reserva de mercado, não é o modelo japonês, é o chamado "carcom". É o modelo de cartório para aqueles felizardos que obtém a aprovação ilegal da SEI. Para aqueles que não a têm, só existem 2 caminhos. Se eles querem ingressar no setor, eles têm que marchar para a economia subterrânea, a saber, contrabando interno. Se eles querem continuar operando, eles têm que marchar para o contrabando externo. Por isso ele chama-se "modelo de carcom".

A SR^a CRISTINA TAVARES — Eu poderia também contar uma anedota a V. Ex^e, e tornaria até mais amena essa reunião, que parece, está um pouco rígida. Ela se trata sobre um empresário, que me contou uma história sobre a joint venture, e comparou a uma galinha fazendo a joint venture com um porco. Ambos iam fazer um omelete. A galinha dava o ovo, e o porco dava o lombo. En-

tão o porco se recusou a dar o seu lombo. Isso é o humor de um empresário também.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Campos) — A beleza da economia de mercado é que o empresário não é obrigado a ficar na joint venture. Ele pode sair. E daí?

A SR^a CRISTINA TAVARES — Exato. E pode até fazer uma joint venture e ficar dirigindo os elevadores.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Campos) — Se se preferir um galô a um porco, esta galinha pode se casar normalmente dentro da sua espécie biológica.

A SR^a CRISTINA TAVARES — Exatamente, Senador. O que não estamos querendo, que defendemos reserva de mercado, é ceder o nosso lombo, para fazer uma joint venture. Aí cessava...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Campos) — No momento, essa discussão não é relevante. Olhe o seu ponto substantivo, por favor.

A SR^a CRISTINA TAVARES — Exato. É substancial. Eu queria apenas dizer que a indústria brasileira que contrabandeia tecnologia, que rouba tecnologia, ela, em 1983, empregava 1.353 pessoas de nível superior, em desenvolvimento de projetos, enquanto a indústria multinacional empregava 121 pessoas. O contrário é que, nos projetos de vendas, as empresas multinacionais empregavam 1.204 profissionais para vender, e a nacional 482. É verdade que temos conceitos diferentes de tecnologia. Eu concebo um ciclo tecnológico completo, e não a tecnologia da venda, do marketing e a tecnologia do uso.

Mas, ainda atendendo à solicitação do Senador Roberto Campos, eu queria só fazer mais duas perguntas. Na página 9, o ilustre depoente diz que, "pelos meus princípios — seus princípios — que são resultantes de 32 anos na indústria de computadores, na sua condição de brasileiro, cônscio de suas responsabilidades, obriga a denunciar estes escândalos tecnológicos, tão amorais, e até mais, pelos crimes de lesa-pátria".

Eu me pergunto: quem confessa perante o Parlamento brasileiro, se pudesse interferir, para que o Governo dos Estados Unidos interferisse aqui dentro, que nome a isso se daria?

Mas, não é por aí...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Campos) — Não deve ser por aí, porque seria irrelevante para o tema.

A SR^a CRISTINA TAVARES — Exatamente. Integramente irrelevante a questão de nacionalismo, eu sei.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Campos) — Nacionalismo, tal como V. Ex^e enuncia, é totalmente irrelevante. Levará o País à paralisação.

A SR^a CRISTINA TAVARES — Eu sei disso.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Campos) — Não queira o monopólio da definição de nacionalismo.

O SR. PIMENTA DA VEIGA — Permite V. Ex^e um rápido aparte?

A SR^a CRISTINA TAVARES — Com todo o prazer.

O SR. PIMENTA DA VEIGA — Eu quero dizer que o Presidente tem sido tão liberal, tem se valido da tribuna, até para se defender de outras questões... E o exame do caráter do depoente é fundamental para se saber o grau de confiabilidade deste depoimento. Não são questões nãas. Isto é muito importante. Foram levantadas suspeitas. Isso precisa ser esclarecido. V. Ex^e se equivoca quando quer impedir esses esclarecimentos. Além do mais, a Comissão é soberana para perguntar o que

entender que deve perguntar. Não cabe ao Presidente estabelecer uma censura aos Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Campos) — V. Ex^e está totalmente enganado. A Comissão foi reunida para discutir a Política Nacional de Informática, e não o sexo dos anjos.

O SR. PIMENTA DA VEIGA — Sim. Estamos discutindo isso aqui. E queremos saber quem é o depoente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Campos) — O Sr. está discutindo problemas pessoais. Se a publicação é feita em inglês ou português, se o Sr. J. C. Melo é ligado ou não ou ao Sr. Maksoud. Que relevância tem isso para a Política Nacional de Informática? Nenhuma.

O SR. PIMENTA DA VEIGA — V. Ex^e é que levou a discussão para estes termos. Por exemplo, quando vem levantar a questão da Constituição. Esta Constituição. É verdade. Este é termo que vem sendo usado, repetidamente, pelos malufistas. Uma Constituição feita, desenhada pelas pontas das baionetas.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Campos) — Que trágédia! É um deslize mencionar a defesa da Constituição.

O SR. PIMENTA DA VEIGA — Não é uma Constituição respeitada pela opinião pública. V. Ex^es bem sabem disso. V. Ex^es bem sabem a origem desta Constituição. V. Ex^e, que muitas vezes levou a discussão a outros termos diferentes da matéria em discussão.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Campos) — E prega a subversão da ordem constitucional.

O SR. PIMENTA DA VEIGA — Eu prego a Constituinte. É diferente. V. Ex^e é que prega a subversão, quando defende uma Constituição que é repelida pelo povo...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Campos) — V. Ex^e não estudou História. Já houve cinco constituintes no Brasil, e essas constituições foram sistematicamente descumpridas. Isto é demagogia.

O SR. PIMENTA DA VEIGA — Nesse campo eu aceito a discussão claramente com V. Ex^e, e aceito com muito prazer até.

A SR^a CRISTINA TAVARES — Eu queria perguntar ao ilustre depoente, que tem uma história internacional, seguramente maior do que a minha, quando V. S^a diz que a COBRA ganhou um presente da estatal Rede Ferroviária Federal que lhe encomendou 8 bilhões de cruzeiros a uma empresa nacional, é diferente a atitude do governo americano quando encomenda às suas próprias, ou do governo japonês quando encomenda às suas empresas nacionais — nacionais deles, não nacionais minha, nacionais dele — se é diferente o procedimento do governo americano, do governo japonês ou do governo inglês, quando eles encomendam, quando a indústria nacional está capacitada de fornecimento, eles encomendam fora ou dentro do país?

O SR. J. C. MELO — Não é diferente. Apenas existe uma diferença fundamental: a Rede Ferroviária Federal não fez uma concorrência da qual participariam todos os fabricantes com por cento nacionais para a decisão a respeito do vencedor da concorrência. Foi dado, como sempre, um presente de 8 bilhões de cruzeiros à COBRA.

A SR^a CRISTINA TAVARES — Que pena! Poderia ter sido para a IBM, não é?

O SR. J. C. MELO — Não! Poderia ter sido para a CISA, poderia ter sido para a EDISA, poderia ter sido

para a SISCO, poderia ter sido para a LABO, que também são outras empresas, inclusive até melhores do que a COBRA, e todas elas são nacionais.

A SR^a CRISTINA TAVARES — V. Ex^a sabe qual foi o resultado do balanço comercial das empresas multinacionais de informática no Brasil no ano passado?

O SR. J. C. MELO — Eu não vim discutir política, Ex^a. Eu vim aqui prestar depoimento de um convidado da área de computadores.

A SR^a CRISTINA TAVARES — Na área de computação!

O SR. J. C. MELO — Não sei.

A SR^a CRISTINA TAVARES — Não sabe? Eu lhe direi. O déficit da balança comercial da IBM deve ter sido entre 10 e 20 milhões de dólares. Somado com o déficit da Burroughs, que deve ter sido entre 5 e 10 milhões de dólares, então nós teremos, aproximadamente, uns 25 a 30 milhões de dólares em déficit para o Brasil. Eu não quero dizer que é entre o que foi exportado e o que foi importado, eu quero dizer entre o que foi importado, exportado mais o pagamento de juros, pagamento de royalties e de lucros. Estou falando nesse argumento, porque V. Ex^a veio aqui discutir política informática.

O SR. J. C. MELO — Eu vim aqui discutir política...

A SR^a CRISTINA TAVARES — Não veio aqui só acusar as empresas nacionais e defender as empresas internacionais não.

O SR. J. C. MELO — Absolutamente. V. Ex^a não tem o direito...

A SR^a CRISTINA TAVARES — Eu estou com a palavra como representante do povo. O Sr., por favor, fique calado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Campos) — Na próxima reunião nós teremos aqui o Dr. Salomão Weimberg (?) e poderemos discutir o balanço de exportação e importação.

A SR^a CRISTINA TAVARES — É o balanço comercial.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Campos) — O que se chama de balanço comercial: importação, exportação.

A SR^a CRISTINA TAVARES — E a remessa de royalties lucros e juros?

O SR. PRESIDENTE (Roberto Campos) — Isso não é balanço comercial, isso é balanço em transações correntes. É melhor V. Ex^a estudar isso tudo, balanço de pagamentos...

A SR^a CRISTINA TAVARES — Eu estudo essa coisa também, e trarei os números para V. Ex^a

O SR. PRESIDENTE (Roberto Campos) — Revela que não estudou, se considera royalties e pagamento de juros como balança comercial. Isso é balanço de transações correntes.

O SR. PIMENTA DA VEIGA — Isso não é desvio da discussão do assunto.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Campos) — É sim. Lamento.

A SR^a CRISTINA TAVARES — Terminando, vou dizer que, na verdade, eu tive a honra de ser citada, objeto do projeto que apresentei, que não representa a minha vontade pessoal, mas a vontade nacional. Eu tenho a honra de saber que ele é objeto de preocupações do governo dos Estados Unidos e de seus associados, dos seus aliados...

O SR. J. C. MELO — Veja bem o que V. Ex^a está dizendo. Eu peço que retire o termo "seus associados."

A SR^a CRISTINA TAVARES — Eu não estou dizendo que é V. Ex^a o Governo dos Estados Unidos deve ter associado. Essa coisa é muito perigosa, psicológica. De nenhuma maneira eu lhe citei. Não cometaria essa injustiça.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Campos) — Não é esse o nível de discussão.

Esse comentário é totalmente inaceitável, Deputada. V. Ex^a está aqui por tolerância do Senado. Não estou disposto a conceder-lhe a palavra para que V. Ex^a faça insultos pessoais.

A SR^a CRISTINA TAVARES — Eu não fiz insultos pessoais. Eu disse apenas que os Estados Unidos tem associados, e o ilustre conferencista pensou que tivesse se referido a ele.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Campos) — Gostaria que eu dissesse que V. Ex^a tem associação com a KGB?

A SR^a CRISTINA TAVARES — Quem sabe eu não tenha mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Campos) — Acho que essa discussão está inteiramente estéril, não há mais número para deliberação, vou dar por encerrada...

A SR^a CRISTINA TAVARES — V. Ex^a cassa a minha palavra?

O SR. PRESIDENTE (Roberto Campos) — Já lhe dei todas as oportunidades de discutir seriamente o tema. V. Ex^a insiste em trazer à baila assuntos totalmente marginais à discussão.

A SR^a CRISTINA TAVARES — V. Ex^a cassa a minha palavra, ou posso continuar a falar sobre o Mr. Montley, Mr. Reagan?

O SR. PRESIDENTE (Roberto Campos) — Pode falar. Isso não é relevante à política de informática. A Política de Informática não depende de Mr. Shultz, Mr. Reagan, depende da nossa própria vontade. Não vejo por que discutir a posição de Mr. Shultz ou Mr. Reagan. É totalmente irrelevante saber o que pensa o Sr. Reagan para a formulação de uma política nacional de informática.

A SR^a CRISTINA TAVARES — Eu apenas cometi esse desvio irrelevante ao assunto porque foi citado pelo ilustre depoente.

Eu quero dizer que li com atenção que há uma lei interna dos Estados Unidos, o Trade Act, de 1974, que poderia obrigar o Brasil a ter sanções comerciais, se o projeto de lei de reserva de mercado que tive a honra de apresentar fosse provado. Mas, quero dizer também que, até o momento, eu tenha a impressão que o Congresso Nacional, o Congresso Brasileiro também é soberano.

Muito obrigado.

O SR. J. C. MELO — Em absoluto foi dito isso, Ex^a. O que foi dito, e a carta está em poder desta Comissão, foi: o Banco Mundial disse que se o projeto de V. Ex^a for aprovado ele não terá mais condições, de acordo com os seus regulamentos, de fazer empréstimos às empresas brasileiras. V. Ex^a está confundindo o meu depoimento.

A SR^a CRISTINA TAVARES — Entretanto acabou de fazer... estabelecendo o DIU para as mulheres brasileiras.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Campos) — Vamos dar por encerrada a discussão. O próximo debate será na próxima quarta-feira, e eu pediria aos membros da Comissão que iniciássemos às 10 horas os trabalhos internos da Comissão, e entre 11 horas e 13 horas ouvirmos o Dr. Salomão Weimberg (?) considerado um dos maiores peritos no assunto, ele é Secretário-Geral do GEICOM, grupo interministerial da indústria de comunicações.

Muito obrigado. Até a reunião de quarta-feira.